

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro:

uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)

Carolina Ramos

Orientadora: Sonia Regina de Mendonça

Tese apresentada para a Defesa, junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da UFF, como requisito para obtenção do título de Doutorado em História.

Niterói, RJ, Brasil
2011

*Para os de sempre: meus pais e
meu amor*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à prof^ª. Sonia Regina de Mendonça, orientadora e amiga. Obrigada não só pela orientação da tese, mas pelo aprendizado no trato com a pesquisa, pela inspiração como professora e pelo exemplo de generosidade e senso de justiça com todos a sua volta.

Obrigada ao prof. Carlos Gabriel Guimarães, pela leitura atenta e pelo incentivo, desde a elaboração de minha monografia de final de graduação. Suas ponderações e sugestões, expressas no Exame de Qualificação, em muito contribuíram para a conclusão desta tese. Agradeço também à prof^ª. Maria Letícia Correa, pelas suas pertinentes colocações no Exame de Qualificação e nos simpósios e encontros de que participamos.

Muitos desses eventos consistiam em atividades realizadas pelo Núcleo de Pesquisa Estado e Poder, coordenado pela prof^ª. Sonia Regina de Mendonça. Agradeço a todos os membros desse núcleo pelas sugestões e pelos bate papos.

Os integrantes do grupo de orientação coletiva acompanharam de perto a etapa final da tese. Obrigada Pedro, Maurício, Melissa, Sonia, Fernanda, Nathália, Érica e Camila, pelas contribuições, cumplicidade e torcida.

Pude participar também, ainda que de forma não muito assídua, de reuniões do Polis, Laboratório de História Econômico Social da UFF. Agradeço pela acolhida e pelas colocações do grupo, especialmente de dois integrantes, além do prof. Carlos Gabriel: Pedro Henrique Campos e o prof. Theo Lobarinhas, que acompanhou o desenvolvimento deste trabalho desde sua etapa inicial.

Obrigada, Maria Luiza, por me ajudar na coleta de fontes de forma tão solícita e responsável, e a Vanessa, por contribuir na revisão da redação de parte desta tese.

Meus agradecimentos aos funcionários do Programa de Pós Graduação em História Social da UFF e das demais instituições em que pesquisei, sobretudo ao CPDA, onde pude assistir aulas, utilizar a biblioteca e consultar o acervo do Núcleo de Movimentos Sociais. Agradeço ainda à Capes, pela bolsa concedida no primeiro ano de elaboração da tese.

Agradeço às queridas amigas que fiz durante a faculdade e que levarei para a vida toda: Dani, Marcela e Tania. Obrigada pelas vibrações positivas e por compartilhar muitos

sonhos e ideais. Muito obrigada à Rapha, pela amizade sincera e resistente à distância e às atribuições do dia a dia. Agradeço pelas sugestões a essa tese e por me desejar bem sempre.

Meus agradecimentos às “meninas” do trabalho, que assistiram meu nervosismo de perto: Roberta, Jéssica, Vera e Verinha. Obrigada ao prof Waldyr Mendes Ramos, diretor da EEFD-UFRJ, pelo incentivo e compreensão. Obrigada também aos professores, alunos, direção e funcionários do Ciep 120 Monteiro Lobato.

Minha imensa gratidão aos meus pais, por valorizarem meus estudos e pelo carinho e cuidado incondicional. Obrigada aos meus irmãos: Catarina, que com sua versatilidade me ajudou de diversas formas (principalmente cuidando do Si), Rafael, pelos almoços divertidos, e ao Gabriel, por me trazer descontração e tranquilidade com sua inocência.

Agradeço, de forma especial, ao Gustavo. Obrigada pelo amor, pelo companheirismo e pela dedicação. Espero, agora, ter mais tempo para o nosso aconchego.

Agradeço a Deus, por me rodear de pessoas tão queridas.

RESUMO

A tese pretende analisar a atuação, entre os anos de 1964 e 1985, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), sindicatos oficiais e de âmbito nacional dos, respectivamente, trabalhadores e proprietários rurais. Estas agremiações são regidas pela legislação sindical corporativista e estão subordinadas ao Ministério do Trabalho.

Intenta-se averiguar a articulação das Confederações com setores da sociedade civil e da sociedade política, apontando para suas formas específicas de representação. Serão estudadas suas principais campanhas, a base econômica e trajetória política e profissional de seus dirigentes, bem como as similitudes e embates observados entre ambas.

O posicionamento da CONTAG e da CNA frente às políticas públicas voltadas para a reforma agrária no período abarcado pela pesquisa consiste em um dos principais objetos de investigação da tese. Por fim, pretende-se analisar a crise de representação das Confederações no contexto da “abertura política”, identificando a redefinição de suas estratégias de atuação.

Palavras-chave: sindicalismo, patronato rural, trabalhadores rurais, reforma agrária

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
AFL-CIO – American Center for Internation Labor – Congress of Industrial Organizations
ANAGRI – Associação Nacional de Desenvolvimento e Mecanização Agrícola
AP – Ação Popular
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BOC – Bloco Operário Camponês
CAI's – Complexos Agroindustriais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CICATI – Comissão de Intercâmbio e Coordenação de Assistência Internacional
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNA – Confederação Nacional de Agricultura
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros
CNC – Confederação Nacional do Comércio
CNER – Campanha Nacional de Educação Rural
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNRA – Conselho Nacional de Reforma Agrária
CNT – Confederação Nacional da Indústria
CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CONCEX – Conselho Nacional do Comércio Exterior
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONSIR – Comissão Nacional para Sindicalização Rural
CONSPLAN – Conselho Consultivo do Planejamento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRB – Confederação Rural Brasileira
CREIA – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio- econômicos
EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCLAT – Encontro Nacional da Classe Trabalhadora
ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
ESG – Escola Superior de Guerra
ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAESP – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
FAP – Frente Agrária Paranaense
FAREMG – Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo
FARESP – Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FATOR – Grupo de Publicidade Industrial Ltda
FETAG-RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
FETAP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEBAM – Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas
GERA – Grupo Interministerial de Reforma Agrária
GETAT – Grupo Executivo das Terras dos Araguaia-Tocantins
GRET – Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra

IADESIL – Instituto Americano para Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IAA – Instituto de Açúcar e Alcool
IBC – Instituto Brasileiro de Café
IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICT – Instituto Cultural do Trabalho
IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITR – Imposto Territorial Rural
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Industrial Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LSN– Lei de Segurança Nacional
MASTER – Movimento dos Agricultores sem Terra
MEB – Movimento de Educação de Base
MIRAD – Ministério Extraordinário da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MST – Movimento dos Sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PEPE – Programa Especial de Bolsa de Estudos
PIN – Programa de Integração Nacional
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE – Programa Especial para o Vale de São Francisco
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUR – Pacto de União e Resposta Rural
SAPPP – Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SAR – Serviço de Assistência Rural
SEL – Sistemas Engenharia Ltda
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SETAR – Serviços Técnicos de Administração Racional Ltda
SNRC – Sistema Nacional de Crédito Rural
SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SSR – Serviço Social Rural
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento

SUPRA – Superintendência Para a Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE IMAGENS:

- Imagem 1: Logo da Coluna *Sindicalismo em Marcha* (Revista *Gleba*, da CNA)
- Imagem 2: Logo da Coluna *Sindicalismo em Marcha* (Revista *Gleba*, da CNA)
- Imagem 3: Mensagem da contra-capa da revista *O Trabalhador Rural*, da CONTAG
- Imagem 4: Representação de sindicatos com e sem delegacia, (revista *O Trabalhador Rural*, da CONTAG)
- Imagem 5: Logo da CONTAG
- Imagem 6: Logo da CONTAG com uma cruz
- Imagem 7: Representação da Estrutura Agrária Brasileira (revista *O Trabalhador Rural*, da CONTAG)
- Imagem 8: Ilustração sobre o papel dos sindicatos dos trabalhadores rurais
- Imagem 9: Relação dos assassinatos de trabalhadores rurais de 1980 a 1982
- Imagem 10: Ilustração sobre a importância dos sindicatos dos trabalhadores rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: _____ p. 15

CAPÍTULO UM: ESTRUTURA SINDICAL CORPORATIVISTA NO MEIO

RURAL: ORIGENS DA CNA E DA CONTAG _____ p.29

- 1.1 Antecedentes à organização sindical no meio rural: formas distintas de representação _____ p.30
- 1.2. As organizações dos trabalhadores rurais _____ p. 36
- 2. Reforma Agrária: projetos em disputa _____ p. 41
- 2. 1. O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas _____ p. 45
- 2.3. A proposta de reforma agrária da Confederação Rural Brasileira _____ p. 50
- 3. A formação do sindicalismo rural _____ p. 57
- 3.1. As organizações de trabalhadores rurais e o sindicalismo no campo _____ p. 58
- 3.2. A Confederação Rural Brasileira e o sindicalismo no campo _____ p. 61
- 3.3. As disputas pela sindicalização rural: a fundação da CONTAG e da CNA _____ p. 64
- 4. A CONTAG e a CRB no contexto do golpe militar de 1964 _____ p. 70

CAPÍTULO DOIS: SINDICALISMO RURAL: CONFIGURAÇÃO, EMBATES E

CAMPANHAS _____ p. 75

- 1. CONTAG: Base Social _____ p. 75
- 2. CNA: Base Social _____ p. 85
- 3. Sindicalismo corporativista rural: características _____ p. 92
- 4. Sindicalismo corporativista rural: disputas e embates _____ p. 109
- 5. Campanhas da CONTAG: *legalismo* e educação sindical _____ p. 118
- 6. Campanhas da CNA _____ p. 126

CAPÍTULO TRÊS: SINDICALISMO RURAL E REFORMA AGRÁRIA: DO

GOLPE DE 1964 AO “MILAGRE ECONÔMICO” _____ p. 131

- 1. O Estatuto da Terra _____ p. 132
 - 1.1. Estatuto da Terra: distintas abordagens _____ p. 134
- 1.2. Estatuto da Terra: principais diretrizes _____ p. 140
- 1.3. Sindicalismo Rural e o Estatuto da Terra _____ p. 145
 - 1.4. Estatuto da Terra: texto final _____ p. 151
- 2. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária: principais ações _____ p. 152
 - 2.1. Condutas da CONTAG e da CNA (1965-1968) _____ p. 155

3. O Grupo Interministerial para Reforma Agrária e o Ato Institucional n. 9. _____ p. 165
- 3.1. Condutas da CNA e da CONTAG (1968-1970) _____ p. 168
4. INCRA: medidas de colonização _____ p. 178
- 4.1. Condutas da CONTAG e da CNA (1970-1973) _____ p. 181

CAPÍTULO QUATRO: CRISE DE REPRESENTAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA: A ATUAÇÃO DA CONTAG E DA CNA NO CONTEXTO DE “ABERTURA POLÍTICA” _____ p. 189

1. CONTAG: crise de representação _____ p. 194
2. CNA: crise de representação _____ p. 212
3. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA): atuação da CONTAG e da CNA_p. 218

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ p. 235

REFERÊNCIAS _____ p. 242

ANEXOS _____ p. 248

Anexo 1: Quadro da diretoria da CONTAG (1964-1985)

Anexo2: Quadro da diretoria da CNA

Anexo 3: Biografia dos dirigentes da CONTAG (1964-1985)

Anexo 4: Biografia dos dirigentes da CNA (1964-1985)

*As monetárias mãos
cravos do latifúndio
rasgam o rosto da terra*

*As monetárias mãos
remos do latifúndio
rasgam o rosto das águas*

*As monetárias mãos
balas do latifúndio
rasgam o rosto dos homens*

(João de Jesus Paes Loureiro)

INTRODUÇÃO

Minha aproximação com a temática das organizações sociais no campo e das políticas públicas voltadas para o meio rural iniciou-se em agosto de 2001, quando fui selecionada pela professora Sonia Regina de Mendonça como bolsista de Iniciação Científica em seu projeto *Estado e Representação Empresarial: um estudo sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (1964-1993)*. Este visava averiguar a forma de organização e de atuação da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), entidade sediada no Rio de Janeiro e representante de certas frações da classe dominante agrária, abarcando, tangencialmente, outras agremiações patronais rurais, notadamente a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Dentre os inúmeros aspectos trabalhados no desenrolar desta pesquisa, o processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra – uma lei de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola, promulgada durante o governo do Castelo Branco – me despertou especial atenção. Isto porque muitos de seus artigos – principalmente aquele que previa a indenização das desapropriações por interesse social mediante títulos de dívida pública e não exclusivamente em dinheiro – consistiam em demandas de movimentos sociais de inícios dos anos de 1960 e que foram duramente reprimidos após o golpe de 1964.

Buscando compreender esta aparente contradição, elaborei, inicialmente, minha monografia de fim de curso de Graduação sobre o processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra, procurando também averiguar a atuação da CNA junto a este contexto. A escolha dessa entidade deveu-se ao fato de que, por estar ela vinculada ao aparelho estatal e representar oficialmente os proprietários rurais, engendrava estratégias peculiares para a inscrição de suas demandas junto à sociedade política. Na monografia, porém, não foi possível realizar um trabalho aprofundado sobre as questões propostas, sobretudo no que diz respeito à articulação entre as reivindicações da CNA e as emendas a alguns artigos do Estatuto da Terra. Tais questões seriam sistematizadas em minha dissertação de mestrado intitulada *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil (1961-1970)*, defendida em março de 2006.

O processo de perpetuação da concentração fundiária vigente no país, a despeito das inúmeras leis promulgadas e dos distintos projetos de reforma agrária sugeridos por diversos setores da sociedade civil, despertou-me particular atenção. A consagração do chamado agronegócio a partir dos anos de 1990 resultou na desqualificação política e econômica de propostas de redistribuição de terras admitindo-se, no máximo, políticas sociais isoladas restritas a áreas de grande incidência de conflitos sociais rurais. Por certo, as estratégias de manutenção desta estrutura fundiária, bem como as justificativas para a rejeição de um projeto efetivamente redistributivista, se modificaram e foram ressignificados ao longo do tempo. Neste sentido, acredito que o estudo da atuação de organizações de frações da classe patronal rural, tal qual a CNA, em relação às políticas públicas agrárias implementadas durante a ditadura militar é extremamente pertinente para a compreensão (e o combate) da hegemonia do agronegócio (e dos valores e projetos a ele inerentes) nos dias atuais.

Ademais, a forma de representação baseada na estrutura sindical corporativista igualmente suscitou maiores indagações. Durante a elaboração da dissertação, pude constatar que, mesmo ligada à sociedade política, a CNA atuava de acordo com os interesses de setores organizados no âmbito da sociedade civil, ainda que utilizasse estratégias diferenciadas, se comparada a outras entidades patronais rurais. A fim de apreender mais detidamente as especificidades e limites do sindicalismo corporativista no meio rural, considereei sumamente importante incorporar, em minha pesquisa de Doutorado, a análise da ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sindicato oficial de âmbito nacional dos trabalhadores rurais.

Pretendo averiguar, nesta tese, as principais demandas da CONTAG e da CNA – sobretudo acerca da temática da reforma agrária – e seus mecanismos de representação junto ao conjunto dos trabalhadores (no caso da CONTAG) e do patronato (em relação à CNA) agrícolas e junto às agências da sociedade política, reconhecendo os limites impostos pelo contexto repressor da ditadura militar e procurando apreender as características específicas da representação sindical corporativista no campo. Trata-se, portanto, não tanto de analisar a formulação das políticas públicas agrárias, mas sim de investigar a atuação da CNA e da CONTAG junto a estas, além de outros aspectos relacionados à forma de representação sindical corporativista no meio rural.

O contexto proposto para este estudo abarca o período compreendido entre 1964 e 1985, quando o país vivia sob uma ditadura militar. Todavia, a escolha deste marco cronológico se deve, sobretudo, por prestar-se à averiguação das mudanças nas campanhas e estratégias desenvolvidas pela CNA e pela CONTAG entre o momento de suas fundações – janeiro de 1964 – e o marco inaugural do processo de abertura política, em 1985, com o anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O contexto de formulação e aprovação do PNRA expressou as contradições e reformulações decorrentes da modernização tecnológica da agricultura, bem como da crise de representação do modelo sindical corporativista, advindas de um processo desenvolvido ao longo do período proposto para a pesquisa.

No final dos anos de 1970, intensificaram-se, no Brasil, movimentos sociais que criticavam a estrutura sindical corporativista implementada a partir da década de 1930. Trabalhadores envolvidos nas greves do ABC paulista e outros setores da sociedade civil questionavam a atuação dos sindicatos oficiais e sua tutela pelo Ministério do Trabalho, propondo novas formas de ação na luta pelas reivindicações da classe trabalhadora. Tais ideias e práticas costumam ser denominadas de *novo sindicalismo*¹. Comumente relacionadas a movimentos grevistas de setores médios e industriais do meio urbano, as críticas à estrutura sindical corporativista igualmente se fizeram presentes em áreas rurais.

O sindicalismo oficial surgiu no campo poucos meses antes do golpe de 1964, crescendo, significativamente, no decorrer da ditadura militar. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) constituía-se na agremiação representativa, em âmbito nacional, dos interesses oficiais do patronato agrícola, enquanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) respondia pelas reivindicações dos assim chamados trabalhadores rurais. Sindicatos municipais e federações estaduais subordinam-se

¹ Marcelo Badaró analisou a construção da denominação deste termo, apontando seu caráter construtivo e relacional. Nas palavras do autor, “dizer ‘novo sindicalismo’ é opor as atitudes dos dirigentes sindicais considerados mais combativos às atitudes de seus contemporâneos ditos pelegos. Mas é opor também novas práticas às consideradas tradicionais no sindicalismo brasileiro de antes do golpe militar”. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 55. O autor complementa a caracterização de *novo sindicalismo* ao identificá-lo à atuação predominante do movimento sindical brasileiro na década de 1980, a despeito de diferenciações em determinados discursos e práticas. Entre as características do novo sindicalismo, pode-se citar a busca pela negociação direta entre patrões e empregados, a denúncia da parcialidade da Justiça do Trabalho, o discurso contrário às intervenções estatais nos sindicatos e o recurso às greves consideradas ilegais pela legislação vigente na ditadura. Cf; *Idem*, p. 65.

a ambas as Confederações, compondo o sistema sindical corporativista no meio rural, alvo de críticas primordialmente a partir de finais da década de 1970.

Frente a este contexto de crise, surgiram diversos estudos sobre a estrutura sindical corporativista no Brasil, atestando possibilidades e limites desta forma de representação. No que tange ao meio rural, alguns trabalhos procuraram averiguar a atuação de sindicatos oficiais em distintas regiões do país, ao passo que outros enfocaram as condutas das organizações corporativistas de caráter nacional, quais sejam: a CNA e a CONTAG.

Em relação à CNA, foram poucos os trabalhos localizados diretamente referidos a esta entidade, sobretudo no que tange ao período abordado nesta tese (1964 - 1985). Por certo, tal “silêncio” em parte pode ser atribuído à consagração de uma determinada característica vinculada a esta agremiação: seu caráter essencialmente governista, em tese pouco representativo, portanto, dos interesses patronais rurais. José Graziano da Silva afirma, inclusive, que, face à modernização da agricultura ocorrida no país nos anos 1970 e ao conseqüente surgimento de novos atores sociais no campo, seria possível distinguir uma “representação formal-legal” da classe proprietária rural (desempenhada pela CNA) de sua “representação real” (desempenhada por outras organizações como a SRB – Sociedade Rural Brasileira -, OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras -, UDR – União Democrática Ruralista – e demais associações por ramos produtivos)². Atesta ainda que a CNA “representava, depois de 20 anos de ditadura militar, apenas uma reunião formal dos produtores”³ e que somente em 1987, quando da eleição de nova diretoria, esta agremiação conseguiu se reorganizar e ter um papel atuante no contexto da Assembleia Nacional Constituinte.

A dissertação de Giuliana Leal estuda a ação da CNA entre os anos de 1995 e 2001. Todavia, ao mencionar o período da ditadura militar, a autora concorda com as análises que apresentam a Confederação como “burocrática, assistencialista e pouco dinâmica”⁴ somente tendo passado a ter uma postura combativa e de articulação com as bases a partir de 1987. Baltar igualmente constata a dificuldade de integração da CNA junto aos seus

²GRAZIANO, José. “As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia”. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 1991.

³*Idem*, p. 262.

⁴LEAL, Giuliana Franco. *Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária - um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (1995-2001)*. Campinas: Dissertação de Mestrado/UNICAMP, 2002, pp. 82 e 83.

associados, embora admita que, em momentos cruciais, esta desempenhou um papel importante na defesa dos interesses do patronato rural⁵. A própria publicação oficial da entidade, comemorativa de seus 50 anos, consagra que a CNA adotou, durante o período em que Flávio da Costa Brito a presidiu (1967-1987), uma “*postura moderada, sem causar grandes constrangimentos ao governo*”⁶, sobretudo devido ao contexto repressor e à legislação sindical vigente⁷.

Quanto à CONTAG, destaca-se o trabalho precursor de Luzia Pinto, escrito em 1978⁸. Este estudo ao analisar a atuação da CONTAG entre 1964 e 1976, enfatiza o caráter contraditório desta agremiação, por se constituir ao mesmo tempo em órgão de representação de classe e órgão de colaboração junto aos Poderes Públicos. Ademais, de acordo com a autora, a CONTAG possuiria igualmente contradições internas por abarcar, em sua esfera de representação, diferentes categorias sociais (arrendatários, parceiros, posseiros, assalariados e pequenos proprietários rurais), dotadas de distintas reivindicações. Para averiguar como CONTAG operou com estas contradições – intrínsecas, segundo a autora, à própria legislação sindical –, Luzia Pinto aborda as principais campanhas levadas a cabo pela entidade durante o período estudado.

Luzia Pinto conclui que as ações da CONTAG seriam determinadas primordialmente por seu enquadramento sindical e pela conjuntura política vivida no país, praticamente inexistindo alternativas a seus posicionamentos. Embora argumente que não é possível conceber uma forma “pura” de orientação da CONTAG, engendra-se uma visão um tanto dicotômica sobre a atuação da entidade, afirmando que esta se colocava ora a favor do trabalhador rural (quando adota uma postura mais combativa e crítica em relação ao governo), ora contra ele (quando enfatiza seu papel de colaboradora junto aos poderes públicos), sendo tais condutas definidas a partir do contexto político existente.

⁵BALTAR, Ronaldo. *Empresários Rurais e reforma agrária no governo de transição (1985-1988)*. Campinas: Dissertação de Mestrado / UNICAMP, 1990.

⁶CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA. *50 anos de CNA (1951-2001)*. Brasília: CNA, 2002, p. 42.

⁷Vale destacar ainda os estudos de Benedita Esteves e Flávio Heinz que tratam da Confederação Rural Brasileira (CRB), agremiação que deu origem à CNA. Flávio Heinz afirma que a CRB obteria êxito em aproximar-se dos centros de decisão política, mas não teria tanto poder de representação junto aos fazendeiros. Cf; HEINZ, Flavio Madureira. *Les Fazendeiros à l'heure syndicale; representation professionnelle, interets agraires et politique au Bresil*. Paris: Septentrion, 1996; ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Confederação Rural Brasileira: origem e proposta*. Itaguaí: Dissertação de Mestrado/CPDA, 1991.

⁸PINTO, Luzia Alice Conyó Guedes. *A CONTAG: uma organização contraditória*. Brasília: dissertação de mestrado/ UNB, 1978.

O trabalho de Leonilde Medeiros não enfoca apenas a CONTAG, incluindo ainda outras organizações de trabalhadores rurais desde 1945 até o limiar da *Nova República*⁹. Embora predomine a assertiva de que a CONTAG encontrava-se limitada à legislação sindical e ao contexto repressor – adotando primordialmente uma conduta legalista –, a autora analisa mais detidamente a interlocução estabelecida por esta agremiação com os movimentos sociais surgidos no campo em meados dos anos de 1970, como a Comissão Pastoral da Terra, por exemplo. Constatam-se distintos posicionamentos entre estas diferentes esferas de representação uma vez que a CONTAG privilegiava em sua conduta o encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores rurais via normas institucionais, enquanto novas organizações sociais questionavam os próprios limites dos parâmetros legais vigentes, estimulando outras formas de pressão coletiva, como acampamentos e ocupações de terras.¹⁰

Já a abordagem de Moacir Palmeira¹¹ – tecida, segundo o próprio autor, com base em seu trabalho no Programa de Pós Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional e em sua atuação como assessor da CONTAG – destaca a importância da existência de uma legislação que assegurasse a presença de sindicatos no meio rural, a despeito de suas várias limitações. Isto porque se consagrava a emergência de um novo mediador para os trabalhadores rurais, deslegitimando o poder unívoco dos grandes proprietários, predominante nas relações sociais no campo até inícios dos anos de 1960. O autor afirma ainda que o estabelecimento do sindicalismo corporativista no campo não se operou sob o estrito controle estatal, tal como verificado no meio urbano durante o governo Vargas, e, sim, mediante conflitos entre setores da Igreja e o PCB pela hegemonia na direção do órgão de representação oficial dos trabalhadores rurais. De acordo com Palmeira, esta especificidade evitou a presença de “pelegos” na CONTAG. Ademais, ele alega que durante a ditadura militar, a agremiação não deixou de ter uma postura combativa, sobretudo a partir de 1968, quando uma nova diretoria assumiu a Confederação. Segundo o

⁹MEDEIROS, Leonilde Sérvola de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

¹⁰Cabe ressaltar que existem estudos de caso que analisam a atuação de sindicatos oficiais e de outros movimentos sociais no campo em diferentes conflitos rurais, atestando para a conduta governista das agremiações associadas à CONTAG. A título de exemplificação, pode-se citar: NOVAES, Regina. “A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba”. IN: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985; e GRZYBOWSKI, Cândido. “A CPT e os colonos do sul do Brasil”. IN: PAIVA, Vanilda. *Op. Cit.*

¹¹PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo”. IN: PAIVA, Vanilda. *Op. Cit.*

autor, entre 1968 e 1971 – período caracterizado como de grande repressão e refluxo das reivindicações sociais no meio urbano – a CONTAG ampliou significativamente o número de seus associados, face à conduta de seus dirigentes.

Constata-se, assim, que, em sua análise sobre a CONTAG, o autor destaca seu potencial representativo, minimizando as imposições do enquadramento sindical e a ingerência do aparato coercitivo na atuação da agremiação. Moacir Palmeira ressalta a importância de se averiguar a continuidade de práticas adotadas pelo PCB e por setores da Igreja no campo no período pré-golpe de 1964 com muitas das ações engendradas pela CONTAG durante a ditadura militar valorizando, assim, a experiência vivenciada por muitos dirigentes sindicais que não foram afastados após o golpe¹².

O estudo de Rudá Ricci¹³ igualmente contesta os aspectos da legislação sindical como único fator explicativo para as ações perpetradas pela CONTAG, averiguando as distintas apropriações da estrutura corporativista vigente feitas pelos dirigentes desta agremiação. O autor aproxima-se das reflexões de Moacir Palmeira ao afirmar que há uma linha de continuidade entre as práticas empreendidas pelo PCB e por setores da Igreja no início dos anos de 1960 e as ações da CONTAG ao longo da ditadura militar. Segundo Ricci, organizações de trabalhadores rurais ligadas à Igreja preconizavam a unidade de suas ações em vista do combate ao comunismo, bem como valorizavam a realização de trabalhos assistenciais junto aos trabalhadores. As agremiações vinculadas ao PCB, por sua vez, enfatizavam a importância do papel do Estado no engendramento de reformas em prol do desenvolvimento de um projeto nacional-burguês. Neste sentido, posicionamentos da CONTAG comumente relacionados apenas a seu enquadramento legal – como a defesa da unicidade sindical, o assistencialismo e o encaminhamento institucional para o atendimento de suas demandas – correspondiam a práticas de representação anteriores ao golpe, constituindo o que o autor denomina de uma *cultura sindical*¹⁴.

¹²Vale ressaltar que alguns sindicatos e federações ligados ao setor mais conservador da Igreja foram poupados da intervenção governamental, auxiliando na sobrevivência e na retomada da estrutura sindical dos trabalhadores rurais.

¹³RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém; representação sindical no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

¹⁴Regina Novaes elenca três outros aspectos presentes nesta cultura sindical da CONTAG, quais sejam: a prudência no encaminhamento das reivindicações; certo personalismo dos presidentes dos sindicatos, que acumulavam distintas funções; e clientelismo exercido pelos dirigentes que administravam as verbas dos sindicatos. Cf.; NOVAES, Regina. *Op. Cit.*

Ricci enfatiza em sua análise a trajetória empreendida pela CONTAG entre 1979 e 1985, quando emergem novas organizações sociais no campo que criticaram as formas vigentes de representação sindical. De acordo com ele, a reação da CONTAG a estas críticas resultou, inicialmente, na renovação e melhor capacitação de alguns dirigentes. Porém, com o aumento das oposições sindicais, a CONTAG intensificou a verticalização de sua estrutura (a fim de assegurar a unicidade de suas ações), bem como ratificou sua posição de interlocutor dos trabalhadores rurais junto às agências estatais, valorizando o papel de negociador do dirigente sindical. Desta forma, a verticalização e a conduta legalista adotada pela CONTAG não poderiam ser encaradas apenas como determinações estruturais, mas também como uma estratégia desta agremiação frente à disputa pela hegemonia da representação do conjunto dos trabalhadores rurais¹⁵.

Ricardo Tavares¹⁶, em sua dissertação de mestrado, também enfatiza elementos de continuidade nas ações da CONTAG entre o período pré-golpe e durante a ditadura militar. Questiona a exaltação da *renovação* da CONTAG a partir de 1968, propalada pela análise de Moacir Palmeira, afirmando que o grupo que assumiu a Confederação neste momento era, em boa parte, proveniente do trabalho da Igreja e de agências norte-americanas presentes no campo desde inícios da década de 1960¹⁷. Ademais, para além da continuidade, o autor enfatiza rupturas significativas, como a repressão a greves e a mobilizações de massa no meio rural, de forma que o trabalhador, para lutar pelo seu direito, tivesse que se dirigir primordialmente ao sindicato oficial.

Portanto, alguns estudos acerca dos órgãos máximos de representação do sindicalismo rural corporativista reforçam o caráter “governista” destas agremiações, determinado, primordialmente, pela legislação a que estavam submetidas. Em relação à CNA, esta parece ser, inclusive, a versão oficial propalada pela própria entidade de modo a legitimar a diretoria eleita em 1987, bem como desvincular a imagem da Confederação da ditadura militar. Quanto à CONTAG, certos trabalhos ressaltam que a subordinação ao Ministério do Trabalho em um período repressor determinou as diretrizes desta agremiação em detrimento das reivindicações dos trabalhadores rurais, enquanto outros procuram

¹⁵Conforme ressalta o autor: “Havia, portanto, uma vontade política dos sujeitos, e não apenas uma determinação estrutural”. RICCI, Rudá. *Op. Cit.*, p. 31.

¹⁶TAVARES, Ricardo. *CONTAG: da ditadura à transição – memória social e construção política do campesinato*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/IUPERJ, 1992.

¹⁷Esta temática será melhor abordada no segundo capítulo desta tese.

relativizar esta subordinação. Tais análises – acerca da CNA e da CONTAG – parecem partir da premissa de separação entre o Estado e o restante da sociedade, considerando o primeiro como ente “autônomo” e protagonista do processo histórico, sobretudo em um contexto coercitivo como o vivido pelo Brasil entre 1964 e 1985¹⁸. Cabe destacar que, mesmo alguns estudos que atestam para a influência de setores da Igreja ou do PCB no interior da CONTAG, compartilham em parte desta perspectiva ao averiguar a *presença* ou *ausência* do Estado junto a esta agremiação¹⁹.

Nesta tese, pretendo averiguar que, mesmo subordinadas ao Ministério do Trabalho, a CNA e a CONTAG engendraram suas ações e campanhas a partir de interesses de frações de classe organizadas junto à sociedade civil. O enquadramento sindical por certo lhes impunha consideráveis limitações, sendo necessárias estratégias peculiares para o encaminhamento de suas demandas, o que, de forma alguma, significava a completa anulação da representação de seus associados.

Neste sentido, as reflexões de Gramsci sobre a concepção de Estado em muito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa proposta. Isto porque, segundo Gramsci, o Estado não deve ser limitado ao seu aparato político-administrativo ou político-militar, mas sim, ser tomado de forma *ampliada*, levando em conta grupos da sociedade civil que o compõem ou que disputam sua inserção nele²⁰. Desta forma, as ações perpetradas por agências estatais não seriam “neutras”/“acima das classes”, nem tampouco uma transposição mecânica dos interesses da classe dominante, mas, sim frutos de pressões e contrapressões exercidas por membros da sociedade civil²¹.

¹⁸Poulantzas questionou esta concepção de Estado que o consagra árbitro das classes sociais, denominando-o de Estado Sujeito. Sonia Regina de Mendonça constata a predominância desta perspectiva em muitas análises a respeito das políticas públicas no Brasil. Cf.; POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985; MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Educação Rural no Brasil*; alguns escritos. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / FAPERJ, 2007.

¹⁹ Moacir Palmeira argumenta que a “ausência relativa do Estado” evitou a presença de pelegos na formação da CONTAG. Já Peter Houtzager, considerou o Estado e a Igreja como os principais “incubadores institucionais” dos trabalhadores rurais, organizando suas demandas e formando uma identidade para que pudessem lutar coletivamente. Cf.; PALMEIRA, Moacir. Op. Cit.; HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos: conflitos e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

²⁰GRAMSCI, Antônio. *Cadernos de Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vl. 3.

²¹Como afirma Sonia Mendonça: “O Estado não deve ser tomado nem como Sujeito, nem tão pouco como Objeto, afirmando-se como uma **condensação de relações sociais** e, justamente por isso, tem que ser visto como atravessado pelo conjunto das relações de classe existentes na própria formação histórica, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na Sociedade em geral.”cf.; MENDONÇA, Sonia. Op. Cit., p. 14.

A noção de *Estado Ampliado*, então, abarca tanto a sociedade política como a sociedade civil, sendo este constituído como espaço de relações sociais em conflito. Muitos destes conflitos correspondem a disputas entre setores da sociedade civil pela hegemonia de seu projeto político-econômico (e dos valores a ele inerentes), procurando, para tanto, inserir suas demandas junto a agências da sociedade política. Desta forma, a supremacia de uma classe ou fração de classe não se limitaria à dominação de aparatos estatais, devendo ser levada também em conta a direção intelectual e moral por ela exercida sobre o restante da sociedade ²².

A busca pela inserção de campanhas e demandas de grupos da sociedade civil junto ao Estado (aqui entendido em sentido restrito) pode ser apreendida na medida em que este, nas sociedades capitalistas, funciona igualmente como “educador” das massas, dotando de caráter universal – e, por extensão, legítimo – costumes e visões de mundo de uma determinada fração de classe. Neste sentido, a hegemonia seria exercida, sobretudo, através do “*consentimento ativo dos governados*” ²³ uma vez naturalizada uma dada forma de pensar o real²⁴. A concepção de mundo do grupo social dirigente é “imposta”, então, para os demais grupos a partir de uma subordinação não apenas econômica, mas também cultural²⁵.

A partir das reflexões de Gramsci, pode-se melhor apreender o objeto desta pesquisa. Pretende-se averiguar que a CNA e a CONTAG, enquanto instituições ligadas ao aparato estatal constituíram espaço privilegiado de disputas entre setores da sociedade civil. Isto porque a hegemonia de uma dada fração de classe junto a estas agremiações implicava numa maior participação em agências estatais, em garantias de subvenções governamentais via imposto sindical e na representação da fala oficial do trabalhador (no caso da CONTAG) ou do proprietário (no caso da CNA) rural, contribuindo substancialmente para a difusão de determinadas visões de mundo. Além de averiguar que interesses organizados no âmbito da sociedade civil foram contemplados na CNA e na CONTAG, intenta-se analisar em quais aparelhos da sociedade política ambas as Confederações obtiveram êxito

²²GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.*

²³GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.87.

²⁴GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vl 1.

²⁵*Idem.*

em inscrever suas demandas influenciando na formulação e na aplicação de políticas públicas voltadas para o meio rural²⁶. Por certo, para a melhor apreensão das campanhas e estratégias da CNA e da CONTAG é preciso observar as disputas e os embates travados entre estas e demais organizações sociais (patronais ou de trabalhadores) no meio rural, atentando para os mecanismos de ação peculiares à representação sindical corporativista²⁷.

Vale destacar ainda que, ao ressaltar a inserção de diferentes grupos organizados da sociedade civil junto a agências da sociedade política, não se pretende negar o caráter de classe e coercitivo do aparato estatal, sobretudo no período estudado por esta tese. Neste sentido, a repressão que se abateu sobre a classe trabalhadora e a CONTAG²⁸ é emblemática, de modo que se deve atentar para as distintas possibilidades de atuação das agremiações aqui estudadas. Entretanto, reforçar apenas o caráter “governista” do sindicato máximo e oficial dos trabalhadores rurais revela-se um tanto empobrecedor, assim como negligenciar os mecanismos de convencimento operados nas organizações da sociedade civil e potencializados frente sua inscrição junto às agências estatais.

Pierre Bourdieu igualmente atesta a *violência simbólica* operada pelas forças que compõem o Estado ao consagrar como naturais ações e premissas gestadas arbitrariamente. De acordo com o autor, o Estado constitui-se em portador por excelência do *poder simbólico*, entendido como “*um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito, com que ele credita, um fides, uma auctoritas, que ele lhe confia. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe*”²⁹, além de, por certo, estar assentado em relações objetivas. Neste sentido, Bourdieu adverte para a importância de se estudar a gênese das ações estatais, a fim de averiguar as relações de conflito a elas inerentes³⁰. Desta forma, ao analisar políticas públicas voltadas para a reforma agrária ou para a modernização tecnológica da agricultura, por exemplo, pretende-se averiguar os

²⁶Sonia Mendonça questiona a naturalização conferida às políticas públicas em algumas análises, bem como a concepção de Estado como um bloco monolítico, condutor de medidas homogêneas. Segundo a autora, o Estado é atravessado por conflitos que se materializam, inclusive, em diferentes diretrizes das políticas públicas emanadas de distintas agências. Cf; MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*

²⁷Gramsci assinala que para estudar um aparelho privado de hegemonia não basta analisar a sua organização interna, mas também a relação deste aparelho com demais grupos sociais antagônicos. Cf; GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.*, 2002.

²⁸Conforme será analisado no capítulo um e dois, após o golpe, a diretoria da CONTAG foi destituída e alguns de seus membros foram presos.

²⁹BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 188.

³⁰BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas; sobre a teoria da ação*. São Paulo: editora Papiurus, 1996.

embates que envolveram suas formulações, atentando para a atuação das duas agremiações aqui focalizadas: a CNA e a CONTAG.

Ademais, a categoria de *habitus*, formulada por Bourdieu e expressa através do linguajar, da vestimenta, do comportamento e dos saberes próprios dos agentes também será utilizada nesta tese. O autor sinaliza para a operacionalização desta categoria, uma vez ser possível, através dela, identificar características da trajetória individual de um agente, sem deixar de articulá-la com as relações econômicas e políticas mais amplas e, dessa forma, como pondera o autor, sem resultar em uma análise calcada essencialmente no indivíduo³¹. Neste sentido, os agentes da CNA e da CONTAG, portadores de diferentes *capitais* – político, cultural, econômico, etc – agiriam, assim, de acordo com este *habitus* e com a visão de mundo das frações de classe a que estavam vinculados.

Desta forma, ao estudar o sindicalismo rural corporativista, pretende-se averiguar quais suas características e lógicas próprias, não deixando de apontar para os embates e diferentes pressupostos propalados pelos atores pertencentes a esta estrutura. Cabe advertir que não se trata de reforçar as imposições da estrutura sindical junto às ações da CONTAG e da CNA, como assinalado em alguns estudos, mas sim atentar para os mecanismos de confluência e de disputas entre a CNA e a CONTAG concernentes à esfera de representação sindical corporativista.

Vale ressaltar que a questão da reforma agrária por certo constitui um dos principais elementos de embate entre a CNA e a CONTAG no âmbito do sindicalismo rural, estruturando-se como eixo analítico fundamental dessa tese. O estudo das posturas da CONTAG e da CNA sobre esta temática em muito elucidou as articulações destas agremiações junto às suas bases, à sociedade política e demais organizações sociais existentes.

O primeiro capítulo aborda o processo de formação do sindicalismo rural corporativista, atentando para suas especificidades em relação ao meio urbano. Especial atenção será dada à criação da CONTAG e da CNA, observando as articulações e embates travados entre distintos setores da sociedade civil neste contexto. No caso da fundação da CONTAG, se averiguará a atuação, sobretudo, do PCB e de distintos setores da Igreja

³¹ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 2004.

Católica para deter a hegemonia na primeira diretoria da entidade. No que tange à CNA, serão avaliadas as disputas travadas entre a Sociedade Nacional da Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira. A atuação da CONTAG e da CNA no contexto pré-golpe militar igualmente será contemplada, sobretudo em relação aos debates sobre a modificação na estrutura fundiária do país.

O segundo capítulo trata das formas de representação da CNA e da CONTAG junto às suas bases, averiguando as similitudes e diferenciações entre essas agremiações. Através do estudo de seus periódicos, serão verificadas suas principais campanhas e a composição social de seus dirigentes, atendo-se igualmente nos cursos de educação e formação sindical promovidos pela CNA e, principalmente, pela CONTAG. Os embates acerca do enquadramento do pequeno proprietário também serão contemplados neste capítulo, visto que ambas as Confederações, ao longo de todo o período estudado (1964-1985), pleiteavam representar essa categoria.

As posturas da CONTAG e da CNA frente às políticas públicas agrárias no período após o golpe de 1964 e até o contexto do “milagre econômico”, consistem nos principais objetos de estudo do terceiro capítulo. Serão privilegiados os seguintes contextos: de elaboração do Estatuto da Terra, de funcionamento do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), de implementação do GERA (Grupo Interministerial de Reforma Agrária) e de criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Pretende-se averiguar os projetos de reforma agrária das entidades aqui estudadas e suas estratégias de atuação junto a agências da sociedade política, atentando para o espaço privilegiado contemplado pela CNA e para a repressão à CONTAG e a suas federações e sindicatos.

O quarto capítulo aborda o contexto de intensificação das críticas ao sindicalismo rural corporativista, com o surgimento de novas organizações sociais no campo e de oposições sindicais. Serão averiguadas as ações da CNA e da CONTAG frente a estas críticas, privilegiando a análise dos posicionamentos das agremiações em relação às políticas de reforma agrária uma vez que tais condutas exprimem suas estratégias de representação junto às bases e seus mecanismos de disputas e alianças com demais organizações patronais ou de trabalhadores agrícolas. Neste sentido, especial atenção será

dada ao contexto de elaboração e aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, no governo Sarney, face às posturas peculiares adotadas pelas agremiações estudadas na tese.

No que tange às fontes utilizadas, destaca-se a análise das revistas produzidas pela CNA e pela CONTAG³². Foi pesquisada também uma Série Arquivista acerca da organização oficial dos trabalhadores rurais, localizada no Núcleo de Pesquisas em Movimentos Sociais do CPDA, em que foi possível coletar os Anais dos quatro primeiros Congressos da CONTAG, Relatórios Anuais de Atividade e cadernos para cursos de formação sindical e de educação popular. Para averiguar o contexto de fundação da CONTAG, foram pesquisados o *Arquivo de Lyndolpho Silva* e o *Jornal Terra Livre*. Já o material coletado junto ao *Fundo Paulo Assis Ribeiro*, depositado no Arquivo Nacional, consistiu em um corpus documental chave para a análise do processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra. Ademais, foi realizada a leitura de matérias veiculadas na *Revista Reforma Agrária*, publicada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), e a pesquisa, por amostragem, em dois jornais de grande circulação – *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*.

³²Os periódicos da organização oficial dos proprietários rurais durante o período proposto pela pesquisa denominam-se: *Revista Gleba* (publicada até o ano de 1973), *A Força Verde* (produzida entre 1974 e 1978) e *Campo Verde* (produzida a partir de 1978). Já o periódico da CONTAG intitula-se *O Trabalhador Rural* e foi iniciado no ano de 1969.

CAPÍTULO UM

ESTRUTURA SINDICAL CORPORATIVISTA NO MEIO RURAL: ORIGENS DA CNA E DA CONTAG

A análise sobre o modelo sindical corporativista no Brasil comumente está relacionada ao meio urbano e ao contexto específico do Estado Novo. Isto porque a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943, sistematizou uma série de normas acerca da organização dos sindicatos, enunciadas a partir dos anos de 1930³³.

De acordo com a CLT, caberia aos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, representar legalmente os interesses de suas categorias profissionais, colaborar com os órgãos públicos e participar de contratos coletivos de trabalho. Somente um sindicato de cada categoria profissional seria reconhecido oficialmente em uma determinada base territorial, tendo que seguir modelos de estatutos propostos pelo Ministério do Trabalho, que igualmente fiscalizaria suas eleições, atividades e gastos orçamentários. Os empregados e empregadores, filiados ou não a esses sindicatos, seriam por eles oficialmente representados, contribuindo financeiramente para seu funcionamento via o imposto sindical. Ademais, os sindicatos corporativistas estariam vinculados a uma federação estadual e a uma Confederação de âmbito nacional. Diversas categorias – patronais e de trabalhadores – se organizaram no meio urbano com base no modelo sindical imposto por esta legislação.

O processo de sindicalização rural sob a tutela do Ministério do Trabalho ocorreu, porém, somente nos anos 1960. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) – representantes oficiais dos, respectivamente, proprietários e trabalhadores agrícolas – foram criadas em

³³ De acordo com Luis Werneck Vianna, em 1931, foi promulgado o Decreto n. 19770, que previa a formação de sindicatos únicos por categoria profissional, reconhecidos e fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. Tal corporativismo sindical, porém, não foi concretizado de imediato, tendo a Constituição de 1934 afirmado, inclusive, preceitos do liberalismo e pluralismo sindicais. Entretanto, frente à intensificação dos movimentos operários, frações da classe dominante, antes discordantes de um modelo corporativista, passaram a apoiá-lo. Na Constituição de 1937, consagrou-se que apenas sindicatos reconhecidos pelo governo teriam direito de representar legalmente sua categoria profissional. Em 1939, a Justiça do Trabalho foi regulamentada e, em 1940, instituiu-se o imposto sindical. VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

janeiro de 1964 e regidas por uma legislação específica: o Estatuto do Trabalhador Rural. Este foi aprovado em março de 1963 e estendeu para o campo a estrutura sindical corporativista e direitos trabalhistas, já contemplados no meio urbano através da CLT³⁴.

Neste capítulo, pretende-se estudar a formação do sindicalismo oficial rural brasileiro, averiguando o porquê do contexto diferenciado em relação ao meio urbano, as características específicas desta esfera de representação, os grupos que a compõem e que travam disputas em seu interior, bem como se operou o processo de criação da CONTAG e da CNA. Tal estudo revela-se primordial para a compreensão dos múltiplos interesses (e embates) presentes no meio rural na conjuntura que antecedeu o golpe militar de 1964, sobretudo em relação aos debates referentes à reforma agrária.

1. Antecedentes à organização sindical no meio rural: formas distintas de representação

A não vinculação das diversas categorias profissionais da agricultura a sindicatos oficiais não significou a ausência de organização por parte do patronato ou dos trabalhadores agrícolas. Pelo contrário, constatam-se diversas agremiações da sociedade civil no meio rural nas décadas de 1950 e 1960, cada qual adotando estratégias diferenciadas para deter a hegemonia de representação das frações de classe a que se dirigiam e para inserir suas demandas junto às agências da sociedade política.

1.1. A consagração do *associativismo* na agricultura

O fato do setor agrícola não se ter estruturado nos moldes do sindicalismo corporativista nos anos de 1930 e 1940, tal como ocorreu com o setor industrial³⁵, deve-se

³⁴ De acordo com Luiz Costa, a CLT e sua parte suplementar já asseguravam o direito ao salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, aviso prévio e Carteira Profissional aos trabalhadores rurais, o que não resultou em sua efetiva aplicação. COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.

³⁵ A título de exemplificação a Confederação Nacional da Indústria (CNT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) – órgãos máximos de representação sindical corporativista do setor

muito a pressões de frações da classe dominante agrária junto às agências da sociedade política responsáveis pela formulação da legislação sindical, bem como à existência de variadas propostas de organização para o meio rural brasileiro, emanadas de distintas entidades representativas da classe patronal agrícola.

Desde o início do século XX, frações da classe dominante agrária organizadas em torno da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA)³⁶ estimulavam - com base no decreto n. 6532, de 1907³⁷ - a fundação de sindicatos e associações de proprietários rurais, vinculados a distintos ramos produtivos e a várias regiões do país. A Sociedade Agrícola Fluminense, a Sociedade Mineira de Agricultura, a Sociedade Agrícola de Pernambuco e a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), por exemplo, surgiram neste contexto e sob orientação da SNA. De acordo com Baltar³⁸, tal postura da SNA consistia em uma estratégia para aumentar a pressão pela criação do Ministério da Agricultura, uma das principais demandas pleiteadas pela SNA neste período³⁹. Durante a Primeira República, a SNA igualmente atuou na tentativa de formação de uma agremiação de âmbito nacional da qual associações, sindicatos e federações seriam filiados. Com base nesta prerrogativa, foi fundada, em 1928, a Confederação Rural Brasileira, organização que não chegou a funcionar efetivamente⁴⁰.

Durante o governo Vargas, havia esforços para que as políticas estatais empreendidas para regular as relações de trabalho urbanas também fossem contempladas no meio rural. Oliveira Vianna - consultor jurídico e assessor econômico do Ministério do Trabalho - e um dos seus discípulos, Péricles Madureira, defendiam a maior intervenção

industrial - foram criadas, respectivamente, em 1938 e em 1946. Já a Confederação Nacional do Comércio (CNC) foi fundada em 1945 e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) em 1946.

³⁶ A Sociedade Nacional da Agricultura, com sede no Rio de Janeiro, foi criada em 1897 e constitui uma entidade representativa dos proprietários rurais. Para saber mais acerca desta agremiação ver: MENDONÇA, Sonia. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: HICITEC, 1997; & MENDONÇA, Sonia. *Estado e Representação Patronal Rural no Brasil: um estudo sobre a SNA*. Relatório Final do CNPq, fevereiro de 2005.

³⁷ Este decreto determinava a liberdade de organização sindical no campo para empregadores e empregados.

³⁸ BALTAR, Ronaldo. *Empresários Rurais e reforma agrária no governo de transição (1985-1988)*. Campinas: Dissertação de Mestrado / UNICAMPI, 1990.

³⁹ A SNA, desde o início de sua criação, defendia a reativação da Pasta da Agricultura, existente na época do Império. O Ministério da Agricultura foi fundado em 1909, tendo muitos de seus quadros ocupados, durante a Primeira República, por dirigentes da SNA. Sobre a atuação da SNA na Primeira República e junto ao Ministério da Agricultura ver MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*, 1997.

⁴⁰ De acordo com a edição comemorativa dos 50 anos da Confederação Nacional da Agricultura, a CRB, criada, em 1928, não atuou na prática porque "líderes do movimento associativo entenderam que não era possível reunir os homens do campo em sindicatos profissionais". CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA. *50 anos de CNA (1951-2001)*. Brasília: CNA, 2002, pp. 13 e 14.

estatal na agricultura a fim de amenizar o desequilíbrio existente entre o setor urbano e rural, além de propalarem a importância da legislação trabalhista no campo como forma de evitar as migrações para as grandes cidades⁴¹. Ademais, previa-se que as diretrizes acerca da organização sindical corporativista, anunciadas no decreto n. 1402, de 1939, abrangessem o setor agrícola⁴².

Entretanto, frações da classe dominante agrária representadas pela SNA, sob a alegação de que a *natureza* das atividades agrícolas dificultava sua organização em sindicatos⁴³, obtiveram êxito em determinar que as normas para a sindicalização do meio rural fossem regidas a partir de legislação específica⁴⁴. Esta legislação seria formulada pela Comissão Sindical da Agricultura Brasileira, criada ainda em 1939. A SNA pôde contar com forte atuação junto à Comissão posto encontrar-se representada nos dois principais cargos desta agência: a presidência (ocupada por Arthur Torres Filho, vice-presidente da SNA) e a secretaria (ocupada por Luiz Marques Poliano, também secretário da SNA)⁴⁵.

Inicialmente existiram algumas discordâncias entre os membros da Comissão sobre qual modelo de organização corporativista seria implementado no meio rural, sendo sugerida a formação tanto de sindicatos patronais e de trabalhadores, quanto de uma agremiação *mista*, composta por proprietários, parceiros, arrendatários e cooperativas agrícolas. Os trabalhos da Comissão deram origem ao decreto lei n. 7038, de 10 de novembro de 1944, que estabeleceu que a representação da agricultura abrangeria o sindicato patronal de um lado e o sindicato de trabalhadores rurais de outro, a partir de normas semelhantes àquelas estabelecidas para o meio urbano. Entretanto, este decreto foi rapidamente contestado pelos próprios membros da Comissão. Segundo Flavio Heinz, a aceitação inicial do decreto n. 7038 pela Comissão deveu-se à forte pressão exercida pelo

⁴¹ Neste período, foram criados alguns institutos, com representação junto às agências estatais, incumbidos de formular políticas públicas agrícolas, como o Instituto do Mate, Instituto do Sal e Instituto do Açúcar e Alcool. Cf; ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Confederação Rural Brasileira: origem e proposta*. Itaguaí: Dissertação de Mestrado/CPDA, 1991.

⁴² Cf; BALTAR, Ronaldo. *Op. Cit.*

⁴³ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA. *Op. Cit.*, p. 14.

⁴⁴ Tal premissa pode ser averiguada no 4º parágrafo do artigo 25 do próprio decreto n. 1402 em que se afirma que “as associações sindicais de grau superior da Agricultura e Pecuária serão organizadas na conformidade do que dispuser a lei que regular a sindicalização dessas profissões”. Cf; Decreto n. 1402. 5 de julho de 1939, artigo 25, parágrafo 4º.

⁴⁵ A Comissão também contava com a participação dos seguintes membros: Íris Meinberg (da União Agropecuária do Brasil Central), Candido Gomes de Freitas (da Associação Rural do Rio Grande do Sul) e Oscar Daudt Filho (da Sociedade Mineira de Agricultura). ESTEVES, Benedita. *Op. Cit.*

governo (em regime ditatorial), bem como à ideia de que, frente à prioridade dada às políticas industriais e ao avanço do corporativismo no meio urbano, frações da classe dominante agrária consideraram mais prudente compactuar com a criação dos sindicatos para não serem alijadas desta esfera de representação, podendo exercer alguma forma de controle sobre os sindicatos rurais, tanto patronais quanto de trabalhadores. Com o desgaste do governo Vargas, foi defendida outra forma de representação para o campo⁴⁶. Todavia, para além da mudança de governo – e da correlação de forças que lhe dava respaldo - deve-se ressaltar o esforço da SNA em tornar sua proposta hegemônica.

Esta proposta tinha como argumento o fato de a agricultura constituir-se em uma “*profissão*”, não podendo ser representada em termos classistas. Inexistiriam, segundo a Comissão, grandes embates entre proprietários e empregados rurais, visto que conviviam com base em “*relações familiares*” e se uniam contra as adversidades climáticas⁴⁷. Desta forma, a Comissão pregava uma organização de tipo ‘*misto*’, que englobava proprietários rurais, parceiros e arrendatários. Além disso, esta organização estaria subordinada ao Ministério da Agricultura e não ao Ministério do Trabalho (criado, segundo membros da Comissão, para regular conflitos urbanos)⁴⁸. A SNA procurou, assim, inserir em seus mecanismos de convencimento a consagração de uma relação (e violência) simbólica existente no meio rural em que condições de exploração eram escamoteadas por laços de afetividade⁴⁹.

Prevaleceu o argumento da “especificidade” da agricultura de modo que, uma nova legislação, o decreto n. 8127, foi formulada em 24 de outubro de 1945⁵⁰. Com base neste último, o sistema de representação agrícola a ser implementado não dividia, como no meio urbano, patrões e empregados e, sim, englobava *profissionais* rurais, caracterizados como proprietários, parceiros ou arrendatários. Nos termos do decreto, deveria ser criada uma única Confederação para a agricultura (composta por associações municipais e federações estaduais), denominada Confederação Rural Brasileira (CRB). As cooperativas não foram incorporadas à nova organização sob a alegação de que, por exercem funções meramente

⁴⁶. HEINZ, Flavio Madureira. *Les Fazendeiros à l'heure syndicale; représentation professionnelle, interets agraires et politique au Brésil (1945-1967)*. Paris: Septentrion, 1996.

⁴⁷ ESTEVES, Benedita. *Op. Cit.*, pp.51 e 52.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1996.

⁵⁰ Em agosto de 1945, já havia sido formulado um novo decreto que, por ser considerado incompleto, foi substituído pelo decreto n. 8127.

econômicas, teriam uma legislação diferente da das associações rurais, dotadas, estas sim, de prerrogativas políticas⁵¹.

Portanto, a CRB não seria uma agremiação sindical, tutelada pelo Ministério do Trabalho e, sim, teria caráter associativo, vinculando-se ao Ministério da Agricultura⁵². Além disso, a entidade não dependeria financeiramente do imposto sindical, porém de subvenções do governo e da contribuição somente de seus associados. Os trabalhadores agrícolas assalariados, por não poderem contribuir financeiramente para o novo órgão, estavam excluídos deste sistema de representação, devendo apenas receber serviços assistenciais. Para se filiarem à CRB, as associações rurais deveriam contribuir com quotas, estar organizadas dentro do padrão da Confederação e obedecer às normas e regulamentos fixados, como o de que as associações só poderiam se dirigir aos poderes públicos dando conhecimento prévio à CRB sobre o assunto. Por outro lado, estas associações obteriam, através da CRB, subvenções governamentais e não poderiam sofrer intervenção do Ministério da Agricultura, exceto quando solicitada pela própria Confederação.

A CRB seria dotada de duas importantes prerrogativas: contribuir junto a órgãos do Governo Federal na formulação de políticas agrícolas e representar oficialmente o conjunto da agricultura do país. Através da consagração da agricultura como *profissão* (destituída de classes sociais antagônicas), frações de proprietários rurais – organizados em torno, sobretudo, da SNA – obtiveram êxito em formular uma modalidade específica de organização para o meio rural: o associativismo. Com a legislação em vigor, foi possível que segmentos da classe dominante agrária – através da CRB – contassem com amplo espaço nas agências estatais e, ao mesmo tempo, que trabalhadores rurais encontrassem dificuldades de se organizar em sindicatos oficiais próprios.

Todavia, a CRB foi efetivamente criada apenas em 1951. Isto porque alguns segmentos da classe proprietária rural rejeitaram a formação de um organismo representativo da agricultura vinculado ao Estado procurando, junto ao Congresso Nacional, dificultar a regulamentação do decreto que previa a criação da CRB. A entidade que liderou a oposição à nova Confederação foi a Sociedade Rural Brasileira (SRB). A

⁵¹ ESTEVES, Benedita. *Op. Cit.*

⁵² Cabe lembrar que os altos quadros dirigentes do Ministério da Agricultura eram ocupados, em sua maioria, por membros da SNA, entidade que teria bastante influência sobre a CRB. MENDONÇA, Sonia. *Estado e Representação Patronal Rural no Brasil: um estudo sobre a SNA*. Relatório Final do CNPq, fevereiro de 2005.

SRB, apesar de tentar se apresentar como uma instituição de âmbito/projeto nacional tem sua base social fundamentalmente ligada a São Paulo e aos setores da cafeicultura, pecuária e agroindústria tecnologicamente mais modernos⁵³. No contexto analisado, a SRB argumentava que a criação da CRB feria a liberdade das associações e federações que, de acordo com a legislação, teriam que se remeter à Confederação para representar seus interesses junto ao governo. Ademais, a SRB acusava a CRB, juntamente com outras medidas implementadas no governo Vargas, de antidemocrática, o que prejudicava a atuação das demais organizações de proprietários agrícolas, consideradas pela SRB legitimamente representativas da classe rural⁵⁴.

Apesar dos esforços empreendidos pela SRB, a Confederação foi fundada em setembro de 1951, em um contexto liderado pela SNA⁵⁵. A SNA igualmente procurou atuar através dos deputados vinculados a seus quadros, no Congresso Nacional de modo a aprovar a criação da CRB. Vale destacar ainda a importante atuação do então Ministro da Agricultura, João Cleofas de Oliveira, na efetivação da CRB. Cleofas, posteriormente, comporia os quadros desta última, tornando-se entre 1964 e 1966, vice-presidente da entidade. Cabe lembrar que a própria cerimônia de criação da CRB ocorreu na sede da SNA e que muitos de seus dirigentes ocuparam cargos de destaque na primeira diretoria da organização oficial da agricultura⁵⁶. Ademais, a CRB funcionou inicialmente em espaço concedido pela SNA, tendo suas notícias veiculadas, até 1955, pelo periódico da agremiação fluminense – a revista *A Lavoura*. A partir deste ano, a CRB passou a contar com seu próprio veículo de comunicação, a revista *Gleba*. A SNA dispunha ainda de grande número de representantes na Assembleia Geral da CRB, podendo em muito influenciar nas decisões do órgão oficial da agricultura. Segundo o regimento interno da CRB, sua Assembleia Geral seria constituída por dois representantes de cada federação, um representante por grupo de 30 associações municipais e dois representantes da SNA, já

⁵³ Para maiores informações sobre a SRB, ver: MENDONÇA, Sonia. *O patronato rural recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

⁵⁴ HEINZ, Flavio Madureira. *Op. Cit.*, pp. 180 e 181.

⁵⁵ ESTEVES, Benedita. *Op. Cit.*

⁵⁶ A título de exemplificação, vale destacar que o primeiro presidente da CRB, Mario de Oliveira, era diretor técnico da SNA.

contemplada com outros dois representantes por se constituir como órgão federativo do Distrito Federal⁵⁷.

Os embates entre a SNA e a SRB no contexto de criação da CRB podem ser em parte explicados pelo fato de que frações da classe dominante agrária filiadas a esta nova Confederação conseguiriam obter maior espaço junto à sociedade política, influenciando na formulação de medidas voltadas para o setor agrícola. Porém, deve-se ressaltar igualmente uma importante característica inerente à CRB: o monopólio da fala oficial do conjunto dos proprietários rurais. Neste sentido, a SNA e a SRB se constituiriam em dois importantes atores no âmbito da representação política do patronato agrícola, engendrando estratégias distintas. Enquanto a primeira propalava seu legalismo e o amplo espaço junto à sociedade política, a entidade paulista tratou de exaltar sua autonomia, seu caráter de organismo privado, sua vocação democrática liberal e sua autêntica legitimidade por representar a região “*mais dinâmica*” da agricultura nacional – o estado de São Paulo⁵⁸. Cabe lembrar, por fim, que, a despeito dessas disputas, a criação da CRB contemplou uma demanda comum à SRB e à SNA: a não organização dos trabalhadores rurais em sindicatos reconhecidos pelo governo⁵⁹.

1.2. As organizações dos trabalhadores rurais

O fato dos trabalhadores rurais encontrarem dificuldades legais de organizar/representar seus interesses em sindicatos oficiais não significou, de forma alguma, a imobilização desta classe frente às péssimas condições de vida e de trabalho existentes no meio rural brasileiro. Nos anos de 1940 e, sobretudo, de 1950 se intensificaram no campo movimentos sociais de diversas categorias sociais, pleiteando melhores salários, acesso e direito à permanência na terra, renovação e revisão de contratos agrícolas, etc⁶⁰.

⁵⁷ Cf; HEINZ, Flavio. *Op.cit.*

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ Mesmo rejeitando o processo de criação do associativismo rural vinculado ao governo, a SRB igualmente criticava a sindicalização dos trabalhadores rurais, alegando falta de maturidade dos mesmos, o que poderia ameaçar, através da emergência de greves, a produtividade da economia agrícola. Cf: HEINZ, Flavio. *Op. Cit.*, p. 241.

⁶⁰ Vale ressaltar que conflitos rurais se arrefeceram nesta época, devido, entre outros fatores, à inserção de novas tecnologias no campo, ao avanço da pecuária com expansão das fronteiras e ao aumento das investidas

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) desempenharia significativo papel neste processo, procurando atuar em conflitos rurais de distintas regiões do país. Apesar da criação do Bloco Operário Camponês (BOC), em 1928, a maior inserção do PCB no meio rural ocorreu a partir de 1945, ano em que foi conferida legalidade ao partido. Entre 1945 e 1948, o PCB procurou agir dentro dos marcos legais, criando as Ligas Camponesas e comissões de reivindicações, aproximando-se das Irmandades Católicas sem haver, contudo, a preocupação de registrar juridicamente tais organizações⁶¹. Novamente na clandestinidade, o PCB adotou, a partir de 1948, uma linha política de rompimento com o governo e com as medidas nitidamente legalistas, postura ratificada no Manifesto de Agosto de 1950⁶². De acordo com Osvaldo Silva, neste período o PCB orientou algumas ações com base no foquismo, como no caso do movimento de guerrilha de Porecatu, ocorrido no Paraná, entre final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950⁶³.

Já no IV Congresso do PCB, em 1954 é possível observar, porém, uma crítica a esta conduta do partido, responsabilizando-a, em parte, por seu isolamento com relação aos trabalhadores rurais e urbanos. Na Declaração de Março de 1958, explicitou-se a defesa de uma política de *conciliação* e de *acumulação de forças*, pregando a aliança de camponeses e operários com a burguesia nacional no combate às forças imperialistas e latifundiárias, premissa esta confirmada no V Congresso do PCB, de 1960, conclamando um *caminho pacífico para a revolução*⁶⁴. Tal postura considerava a realização da reforma agrária fundamental para a luta contra os agentes externos e os resquícios feudais existentes no campo, consistindo em importante elemento para a consolidação de uma *revolução democrático-burguesa*, etapa considerada primordial para o avanço das ideias socialistas. Cabe ressaltar a importância da conjuntura internacional com a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956. Neste Congresso foram

de grileiros. CAMARGO, Aspásia. *A Questão Agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964)*. IN: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Republicano)*. São Paulo: DIFEL, 1981, tomo III, vl. III (Sociedade e Política 1930-1964).

⁶¹ Cf; , SILVA, Lyndolpho. *Desde 1903 permite-se no Brasil a criação de sindicatos rurais...* , 3/1973, 10fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 15 de abril de 2010.

⁶² Cf; SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ Cf; SANTOS, Raimundo dos & COSTA, Luiz Flavio Carvalho. *Camponeses e Política no pré-1964*. IN: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, abril de 1997, n. 8.

propaladas as denúncias ao governo de Stálin, o que resultou em uma inflexão na postura dos partidos comunistas em diversos países. Esta perspectiva norteou as condutas do PCB no início dos anos de 1960, a despeito da existência de divergências no interior do Partido, destacando-se a atuação de Caio Prado Junior ⁶⁵

Neste sentido, o PCB estimulou a criação, junto aos trabalhadores rurais, de associações civis, registradas em cartório. A ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), fundada em 1954 sob orientação do partido, representaria essas associações em âmbito nacional e contaria com o jornal *Terra Livre*, criado em 1949 pelo PCB, para divulgar suas principais campanhas e ações e consolidar a aliança operário-camponesa. De acordo com Leonilde Medeiros, o periódico revelou-se importante instrumento para a construção de uma linguagem e identidade para os conflitos rurais, unindo diferentes categorias com base na luta contra um inimigo em comum – o latifundiário. Com o surgimento da ULTAB, em 1954, o jornal passou a veicular também notícias desta agremiação⁶⁶.

Cabe lembrar que o PCB procurou ainda, com base no decreto n. 7038 de 1944, formar sindicatos rurais reconhecidos pelo governo, tal como fazia no meio urbano. Conforme atesta Santana⁶⁷, em inícios da década de 1960, o PCB optou por se inserir nos quadros do sindicalismo corporativista, tentando afastar direções “pelegas” e, ao mesmo tempo, promover ações paralelas a esta estrutura, através da realização de encontros intersindicais e, posteriormente, da criação da CGT. Tratava-se, portanto, de não tanto combater o modelo de sindicalismo oficial, porém de modificá-lo em seu interior, hegemonizando suas diretorias. Todavia, no meio rural, as tentativas de criar sindicatos reconhecidos pelo governo esbarravam em obstáculos criados pelo Ministério do Trabalho – que alegava, por exemplo, que a categoria solicitante não constava no quadro de

⁶⁵ Caio Prado Jr defendia a importância da luta salarial e trabalhista no campo, afirmando que o partido a deixava de lado ao priorizar a luta pela reforma agrária, assim como minimizava o potencial mobilizador do assalariado rural e enfatizava por demais o caráter revolucionário da burguesia nacional. Posteriormente, em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado fez contundentes críticas ao PCB, alegando que este, focado na ideia da revolução democrático-burguesa e antifeudal, negligenciou aspectos sociais e políticos específicos do campo brasileiro, que não se adequavam aos esquemas teóricos do partido. SANTOS, Raimundo & COSTA, Luiz Flavio Carvalho. *Op. Cit*; IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

⁶⁶ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. IN: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 4 de julho de 1995.

⁶⁷ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos; comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

atividades e profissões previstos no artigo 577 da CLT –⁶⁸ e pelo decreto n. 8127 de 1945, que rejeitava o sistema sindical de dupla representação no campo⁶⁹.

As Ligas Camponesas igualmente foram atores sociais fundamentais neste contexto. Conforme já mencionado, o PCB atuou nos anos de 1940 na criação de Ligas Camponesas em distintas regiões do país, porém, estas perderam expressão uma vez que o partido encontrou-se novamente na ilegalidade⁷⁰. As Ligas ressurgiram, todavia, em Pernambuco, em meados da década de 1950, a partir da expulsão de posseiros do Engenho da Galileia. Formou-se a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) que pretendia fornecer assistência médica e jurídica a seus associados.

O advogado Francisco Julião destacou-se como líder do movimento que se espalhou, sobretudo, pela região Nordeste. Inicialmente, as Ligas adotaram uma postura legalista, procurando defender na Justiça os foreiros ameaçados de expulsão. Tal conduta foi em parte abandonada a partir dos anos 1960, quando se conclamou a insurgência da organização da massa camponesa, considerada o grande agente desencadeador da revolução brasileira.⁷¹ Acreditava-se, ainda, que em um país subdesenvolvido como o Brasil, era possível “*queimar etapas*” e caminhar direto em direção ao socialismo.

Observam-se, então, para além da confluência de uma série de propostas, as diferentes condutas tomadas pelo PCB e pelas Ligas nos anos 1960. Enquanto os comunistas defendiam uma revolução democrático-burguesa dentro dos marcos legais, as Ligas pregavam a instauração imediata do socialismo. Além disso, as Ligas ressaltavam o papel primordial do campesinato para a mobilização da revolução, enquanto o PCB pregava uma aliança operário-camponesa com o predomínio dos trabalhadores urbanos, ou mesmo da burguesia nacional, neste processo.

Vale destacar ainda o surgimento, em 1960, no Rio Grande do Sul, do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) a partir de um conflito em Encruzilhada do Sul, onde 300 posseiros foram expulsos de terras que ocupavam há mais de 50 anos. O

⁶⁸ SANTOS, Raimundo dos & COSTA, Luiz Flavio Carvalho. *Op. Cit.*, p.62.

⁶⁹ Até fins dos anos de 1950, existiam apenas 5 sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos pelo governo: um no Rio de Janeiro, dois na Bahia, um em Pernambuco e um em Santa Catarina. GRYNSZPAN, Mario. “Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República”. IN: GOMES, Ângela de Castro et alli (org). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

⁷⁰ MEDEIROS, Leonilde Sérvo. *A questão da reforma agrária no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado USP, 1982.

⁷¹ SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flavio Carvalho. *Op. Cit.*

MASTER cresceu bastante entre 1960 e 1963, período em que Leonel Brizola governava o estado, e pretendia lutar pelo acesso a terra através de acampamentos em estradas ou em terras públicas próximas à propriedade que estava sendo pleiteada⁷².

Já a maior inserção de setores da Igreja Católica no meio rural brasileiro remonta aos anos 1940. Segundo Vanilda Paiva, após a 2ª Guerra Mundial, destacaram-se diretrizes na Igreja Católica que denunciavam as condições de vida dos trabalhadores agrícolas, exaltando características e valores resgatados nas áreas rurais – como o trabalho em comunidade e a cultura popular⁷³. A tônica do trabalho da Igreja no campo seria *educar os trabalhadores para a democracia*, afastando-os de ideias comunistas⁷⁴. Em 1949, sob liderança de Dom Eugênio Salles, foi criado, no Rio Grande do Norte, o Serviço de Assistência Rural (SAR), cujo objetivo inicial era prestar assistência médica e educacional às populações rurais, utilizando, para isto, a difusão radiofônica⁷⁵.

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) – criada ainda no segundo governo Vargas e oficializada no governo de Juscelino Kubitschek em convênio com a CNBB – igualmente atesta a participação da Igreja Católica na educação e formação de lideranças rurais⁷⁶. Já durante o governo de João Goulart, o SAR procurou atuar na formação de sindicatos cristãos de trabalhadores rurais, temática que será pormenorizadamente analisada mais adiante, neste capítulo.

Vale destacar ainda a criação, em 1961, do SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), sob influência dos Círculos Operários Cristãos. Os Círculos Operários Cristãos foram criados em 1932 com o intuito de *cristianizar* o movimento operário. Sua notoriedade, entretanto, adveio durante o Estado Novo, quando foram elevados ao estatuto de órgão técnico consultivo do Ministério do Trabalho. Na década de 1950, se voltaram

⁷² NORA, Helenice Aparecida. *A organização sindical no Rio Grande do Sul e o surgimento do sindicato dos trabalhadores rurais de Frederico Westphalem (1960-1970)*. Passo Fundo, Dissertação de Mestrado / UPF, 2002.

⁷³ A autora afirma ainda que setores da Igreja procuravam atuar junto aos migrantes da cidade para que estes, frente ao processo de “massificação da grande sociedade”, não perdessem as referências e valores tradicionais do campo. Cf; PAIVA, Vanilda. *A Igreja Moderna no Brasil*. IN: PAIVA, Vanilda (org). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ CRUZ, Dalcy da Silva. *A Redenção Necessária; Igreja Católica e sindicalismo rural 1960-1964*. Campina Grande: Dissertação de Mestrado/Universidade Federal da Paraíba, 1982.

⁷⁶ Cabe destacar que a CNER fazia parte ainda de acordos entre o governo brasileiro e norte americano, que firmaram convênios voltados para a educação rural e destinados não só a alfabetizar a população do campo, mas a difundir princípios do “desenvolvimento comunitário”. Cf; MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit*, 2007, p. 96.

para o trabalho educacional, desenvolvido junto às dioceses, enquanto nos anos 1960, os Círculos atuaram na criação de sindicatos rurais, conforme será averiguado posteriormente⁷⁷. Além do SORPE – que desenvolvia trabalho junto ao MEB (Movimento de Educação de Base) –, os Círculos Operários Cristãos atuaram também na criação de frentes agrárias em distintos estados do país, como a Frente Agrária do Paraná (FAP) e a Frente Agrária Gaúcha (FAG), ambas criadas em 1961.

Cabe assinalar igualmente a atuação do PTB neste contexto. Conforme afirma Stein, no governo de João Goulart, a crise na aliança entre o PTB e o PSD se acirrou. Tal ruptura resultou na aproximação de algumas correntes trabalhistas com o PCB na constituição de sindicatos rurais e urbanos, enquanto o PSD se articulou com setores da Igreja Católica⁷⁸. Contudo, Santana⁷⁹ ressalta o protagonismo do PCB nesta aliança com o PTB no âmbito do sindicalismo corporativista, detendo a hegemonia de boa parte das diretorias sindicais.

Logo, PCB, SAR, SORPE, PTB e Ligas Camponesas constituíram-se em alguns dos principais atores envolvidos na disputa pela hegemonia junto ao conjunto dos trabalhadores rurais. Essas organizações por certo atuaram junto a um importante debate que ganhou força no contexto dos anos de 1950 e 1960: a reforma agrária⁸⁰.

Inequivocadamente, a reforma agrária constituiu-se na demanda fundamental destas distintas agremiações da sociedade civil representativas dos trabalhadores rurais, a despeito da existência de disputas quanto a seu caráter e aos principais atores envolvidos neste processo.

2. Reforma Agrária: projetos em disputa

⁷⁷ STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, Círculos Operários e Política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Anna Blume / FAPESP, 2008.

⁷⁸ *Idem*.

⁷⁹ SANTANA, Marco Aurélio. *Op. Cit*

⁸⁰ Sonia Mendonça procura diferenciar os conceitos de reforma agrária e questão agrária. Segundo a autora, a noção de questão agrária é bem mais antiga e remete-se a lutas pela terra. Já o conceito de reforma agrária ganhou força no contexto dos anos de 1950 e 1960 e englobava não apenas a reivindicação dos trabalhadores rurais, mas projetos de modificação da estrutura fundiária propostos por distintas instituições, inclusive elaborados no âmbito de agências estatais. MENDONÇA, Sonia Regina de. “Questão Agrária e Lutas Sociais no Campo”. IN: *Revista Serviço Social e Movimento Social*. São Luís, vl. 2, n.1, janeiro/junho de 2000.

A temática da reforma agrária suscitava grandes debates e confrontos entre múltiplos interesses. A questão da redistribuição fundiária era levantada por diversos segmentos das sociedades civil e política como os partidos, o Poder Executivo, agências formuladoras de políticas públicas agrárias, a alta hierarquia da Igreja Católica, especialistas e, sobretudo, as frações da classe proprietária rural e as organizações dos trabalhadores agrícolas⁸¹. Tais segmentos elaboravam suas próprias propostas de reforma agrária que, muitas vezes, atendiam a diferentes finalidades.

É importante assinalar que a defesa da reforma agrária se articulava também com o contexto político e econômico mais amplo. De acordo com Moreira, a crítica ao modelo agro-exportador se acirrou a partir da crise de 1929, sendo tecidas alternativas de desenvolvimento econômico, calcadas no mercado interno e no estímulo à industrialização. A autora afirma que o latifúndio – associado à agroexportação – passou a ser questionado e a importância econômica da reforma agrária adquiriu maior projeção, tornando-se parte integrante do processo de consolidação do mercado interno e do parque industrial. Moreira aponta ainda a diversidade de perspectivas dos movimentos enunciados como nacionalistas nos anos 1950 e 1960, tecendo diferenciações entre o populismo do segundo governo Vargas, o desenvolvimentismo da gestão de Juscelino Kubitschek e o reformismo do governo Goulart⁸².

Estudiosos e organizações voltadas para a pesquisa dos problemas econômicos e sociais do país como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) empreenderam a defesa da alteração da estrutura fundiária. A CEPAL surgiu na década de 1940 com o objetivo primordial de explicar e superar o atraso econômico da América Latina. Acreditava-se que, além das relações comerciais desfavoráveis, a existência de setores modernos e arcaicos não integrados em países como o Brasil contribuía para a manutenção de sua situação de subdesenvolvimento. Neste sentido, sua condição econômica não era resultado meramente do capitalismo e, sim, da ausência deste em alguns setores da sociedade. Já o ISEB propunha uma perspectiva

⁸¹ Conforme atesta Aspásia Camargo: “Nunca tantas forças se manifestaram convencidas da necessidade e urgência de uma reforma agrária. O governo, a classe política, a sociedade civil, as associações camponesas e mesmo produtoras, que, em posição defensiva, já aceitavam medidas de transformação social no campo. No entanto, a multiplicidade de propostas encobre interesses e compromissos de natureza diferente”. CAMARGO, Aspásia. *Op Cit.*, p201.

⁸² MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismo e reforma agrária nos anos 50”. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vl. 18, n. 35, 1998.

desenvolvimentista, acreditando que forças modernizantes da burguesia nacional poderiam eliminar relações feudais e semifeudais existentes na economia do país e incrementar a produção industrial⁸³.

A despeito de algumas diferenças de análise, tanto a CEPAL quanto o ISEB – assim como o próprio PCB – neste período, compartilhavam de uma mesma perspectiva sobre a economia brasileira, de que esta seria marcada por duas realidades: uma moderna e outra arcaica, feudal ou semifeudal. A estrutura agrária – baseada no binômio latifúndio-minifúndio – era considerada um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Alegava-se que a estrutura agrária vigente não atendia às demandas de alimentos e matérias-primas dos setores urbano e industrial, gerando uma crise de abastecimento e o agravamento do quadro inflacionário. Ademais, a expansão do mercado interno era dificultada pela permanência de relações sociais não capitalistas no campo, impedindo o crescimento industrial. O desenvolvimento da indústria seria dificultado ainda pelo fato da estrutura agrária arcaica – calcada em uma agricultura extensiva ou para a subsistência – impossibilitar a inserção de máquinas, equipamentos, e insumos – produzidos por setores industriais – junto ao meio rural⁸⁴. Desta forma, era defendida a implementação de reformas estruturais – como a reforma bancária, fiscal e agrária – que poderiam ser conduzidas, tal como preconizava o PCB, a partir de uma aliança entre a classe operária e a burguesia nacional. Tais reformas possibilitariam o desenvolvimento do país com base no *capitalismo nacional*, ou seja, sem recorrer à intensificação do capital estrangeiro para diversificar o parque industrial.⁸⁵

⁸³ Cf; MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1994; LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira; combates e controvérsias*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

⁸⁴ Cf; GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil; políticas agrícolas e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: HUCITEC, 1997; LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Op. Cit.*

⁸⁵ Francisco de Oliveira, na década de 1970, criticou esta tese dualista, apontando para a “integridade dialética” existente entre setores arcaicos e modernos – integração esta fundamental para a expansão de um dado modelo de desenvolvimento capitalista no país. Segundo o autor, a agricultura contribuía para o crescimento industrial não só por fornecer contingentes populacionais para as cidades, como também por, a partir de relações de produção “primitivas”, assegurar baixos preços para produtos alimentícios, auxiliando para um menor custo de reprodução da força de trabalho urbana. Francisco de Oliveira criticou também o papel de liderança atribuído à burguesia nacional para conduzir reformas estruturais na sociedade, argumentando que esta, ao vislumbrar uma ameaça à sua dominação, optou por se associar, ainda que de forma subordinada, ao capitalismo internacional. cf; OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a razão dualista e o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. José de Souza Martins também sinalizou que a existência de relações não capitalistas no campo constituiu importante elemento para a reprodução ampliada do capital no

Esta perspectiva propalada pelo ISEB, CEPAL e PCB diferia significativamente de outra corrente de pensamento em vigor no início da década de 1960, a qual defendia a maior inserção do Brasil na economia capitalista mundial como principal instrumento de alavancar o desenvolvimento econômico do país. Os principais formuladores deste “modelo” denominado de *capitalismo associado* eram Octavio Gouveia de Bulhões, Delfim Neto, Eugenio Gudín e Roberto Campos⁸⁶. Segundo Delfim Neto, a reforma agrária não seria a principal política a ser implementada no campo, mas, sim, uma reforma tecnológica das propriedades de modo a maximizar a produção agrícola. Com o incremento da produtividade, a agricultura e a estrutura agrária vigente deixariam de ser obstáculos para o capitalismo. Pelo contrário, seria fundamental para seu desenvolvimento na medida em que forneceria, através da exportação de seus produtos, as divisas necessárias ao desenvolvimento industrial.⁸⁷

A eliminação do latifúndio e do minifúndio no meio rural, através de uma política de reforma agrária, também era defendida por organismos norte-americanos. A Aliança Para o Progresso, por exemplo, visando impedir o avanço de ideias socialistas em toda a América Latina pregou, em 1961, durante Conferência em Punta Del Leste, reformas sociais a serem realizadas dentro dos marcos do capitalismo, em toda a região.

Agências da sociedade política, de acordo com essas diferentes premissas e com as pressões exercidas tanto por proprietários quanto por trabalhadores agrícolas, igualmente estimularam debates e projetos sobre a reforma agrária. Grupos de Trabalho e distintas propostas de reestruturação fundiária foram formulados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo⁸⁸, tendo como principal embate a discussão acerca da alteração do 16º parágrafo do artigo 141 da Constituição Federal⁸⁹. Muitos argumentavam que a

país. Cf; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

⁸⁶ IANNI, Octávio. *Op. Cit.*

⁸⁷ LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Op. Cit.*

⁸⁸ Pode-se citar o Grupo de Trabalho, criado em 1961, liderado pelo senador Milton Campos e incumbido de elaborar uma legislação agrária para o país. Ademais, tramitavam no Congresso Nacional diversos projetos de reforma agrária, como o do deputado José Joffily (do PSD da Paraíba), o do deputado Gileno de Carli (do PSD de Pernambuco), o do deputado Coutinho Cavalcanti (do PTB), além da proposta de alteração constitucional do deputado Bocaiúva Cunha e de inúmeras manifestações de apoio à proposta de Revisão Agrária do governo de São Paulo, na época da gestão de Carvalho Pinto. Cf; CAMARGO, Aspásia. *Op. Cit.*

⁸⁹ “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.” IN: Constituição Federal. Artigo 141, parágrafo 16.

indenização prévia e em dinheiro para as desapropriações por interesse social, tal como apregoava a Constituição, inviabilizava a execução da reforma agrária, por torná-la por demais dispendiosa. Propunham que as indenizações fossem pagas a longo prazo e em títulos de dívida pública. Já outros alegavam que a modificação da Constituição feria *princípios democráticos*, sugerindo que fosse priorizado o uso de uma tributação progressiva para propriedades pouco produtivas.

Durante o governo de João Goulart o debate sobre a reestruturação fundiária ganhou maior ênfase, uma vez que o Plano Trienal, elaborado pelo Ministro Celso Furtado, continha a premissa de que o binômio latifúndio-minifúndio representava um entrave para o crescimento econômico do país, propondo a alteração da estrutura agrária como uma das reformas a serem empreendidas no país. Em março de 1963, foi anunciada uma proposta de alteração fundiária pelo Poder Executivo, prevendo a indenização das desapropriações em títulos de dívida pública, resgatáveis num prazo máximo de 20 anos. Estabelecia ainda como objetivos da reforma agrária o acesso a terra pelos trabalhadores rurais, a correção de formas de produção antieconômicas vigentes no campo, além do estímulo à colonização, formação de empresas rurais e o aumento de produtividade via modernização tecnológica das propriedades⁹⁰. Este projeto foi muito criticado por distintos setores das sociedades civil e política não só por prever uma emenda constitucional, mas também por conter uma série de indefinições e ambiguidades⁹¹.

Por certo, as organizações dos trabalhadores rurais e da classe dominante agrária tiveram importante atuação neste contexto, elaborando suas próprias propostas de reforma agrária e procurando torná-las hegemônicas não só para as frações de classe que elas representavam, mas para o conjunto da sociedade.

2. 1. O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

⁹⁰ Cópia do Projeto de Reforma Agrária do Governo Goulart, s/d. IN: Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, caixa n. 69.

⁹¹ Não foram estabelecidas, por exemplo, quais as categorias priorizadas no processo de distribuição das terras e mesmo no processo de desapropriação, além de não haver uma definição de latifúndio, minifúndio, empresa rural e propriedade familiar. Era impreciso ainda o valor a ser pago em caso de desapropriações por interesse social. *Idem*.

As divergências e concordâncias entre os distintos movimentos dos trabalhadores rurais acerca da estrutura agrária do país explicitaram-se na realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, em 1961. Participaram deste Congresso associações ligadas à ULTAB – principal organizadora do evento -, as Ligas Camponesas, membros do MASTER, bem como alguns sacerdotes⁹². Entre os trabalhadores presentes destacaram-se as categorias de posseiros, assalariados e arrendatários.⁹³ Cabe ressaltar ainda que o Congresso foi financiado por recursos do governo federal e do governo do estado de Minas Gerais, o que revela a importância conferida às organizações dos trabalhadores rurais, bem como a tentativa de controlar e cercear suas ações e propostas.

A reforma agrária foi a principal temática abordada no Congresso⁹⁴, com destaque para os posicionamentos da ULTAB e das Ligas Camponesas, conforme pode ser apreendido a partir dos pronunciamentos dos representantes dessas agremiações.

Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, afirmou que o imperialismo e o domínio do latifúndio no campo constituíam os principais problemas enfrentados pelo país, anunciando a reforma agrária como fundamental para o desenvolvimento econômico – assertiva que convergia com as propostas do PCB. Defendia ainda que a indenização por desapropriações deveria ser paga em títulos de dívida pública e com base no valor declarado pelo proprietário para fins de tributação⁹⁵. Francisco Julião conferia, porém, maior destaque à participação do trabalhador rural no processo de reforma agrária, que deveria ocorrer de forma imediata:

⁹² Silva, Lyndolpho. I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, *Relatório sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*, 2/1962, 5fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 15 de abril de 2010.

⁹³ Durante o Congresso, foram distribuídos questionários para verificar a que categoria profissional pertencia os participantes do evento. Foram recolhidos 816 questionários preenchidos, porém cerca de 500 participantes não responderam a este cadastro. Desta pesquisa, concluiu-se que 11% dos participantes eram proprietários rurais; 21% eram assalariados; 34% posseiros; 12% parceiros; 20% arrendatários e 2% foreiros (similar ao arrendatário, pois paga uma quantia anual, em forma de foro, ao proprietário da terra). Ademais, entre os que responderam o questionário, 16% afirmaram ser analfabetos. IN: I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores, *Composição do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*, 12/1961, 1 fl. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 15 de abril de 2010.

⁹⁴ A reforma agrária foi discutida na II Comissão do Congresso formada composta por Francisco Julião e dirigentes comunistas como Nestor Veras, Dinarco Reis, Armênio Guedes, entre outros. COSTA, Luiz Flavio Carvalho. *Op. Cit.*

⁹⁵ JULIÃO, Francisco. *Carta de emancipação*, 15/11/1961. Retirada do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 24 de abril de 2010.

*“Nós, que estamos empenhados nesta luta gloriosa, consideramos esta causa maior do que a abolição dos escravos, maior que a luta pela solução estatal do petróleo. Se nós não tivéssemos a intenção e o firme desejo de obter amanhã, se possível – e nunca depois de amanhã – essa reforma agrária nós não estaríamos pacificamente, democraticamente, realizando este Congresso, que não é apenas uma demonstração de unidade e da força dos camponeses brasileiros, mas também é uma advertência, talvez a última advertência.”*⁹⁶

Julião, precavendo-se contra alegações acerca da morosidade de uma reforma constitucional, remeteu à instauração do parlamentarismo após a renúncia de Jânio Quadros, afirmando que *“já que o Congresso Nacional pode realizar o milagre de em vinte quatro horas mudar um regime, esperamos que esse mesmo Congresso realize mais um milagre dentro deste mesmo prazo – o da reforma agrária”*.⁹⁷

Lyndolpho Silva, então presidente da ULTAB, igualmente conclamou a necessidade da reforma agrária não só para trazer justiça social ao meio rural, mas também para – nos moldes preconizados pelas diretrizes do PCB – *“conduzir à completa solução ao agudo estado de subdesenvolvimento crônico de tipo pré-capitalista”* em que se encontrava o país⁹⁸. Todavia – diferentemente das Ligas que recusavam discutir a regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria sob o argumento de legitimar esta forma de trabalho e esvaziar a bandeira de luta da reforma agrária –, Lyndolpho Silva atestou para a importância das *“conquistas de todas as medidas parciais, por menores que sejam, no sentido de não só através dela abrirmos caminho para a conquista da reforma agrária completa e radical, como também para ir melhorando cada vez mais as terríveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas presentemente as grandes massas trabalhadoras do campo no Brasil”*.⁹⁹

Cabe ressaltar, por fim, os discursos do padre Francisco Laje e do Presidente da República, João Goulart, presente no encerramento do Congresso. O clérigo considerou a reforma agrária vital para acabar com a escravidão imposta pelos latifúndios, afirmando

⁹⁶ JULIÃO, Francisco. *Legalidade e terra para os camponeses que trabalham*. I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 15/11/1961. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 24 de abril de 2010.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ SILVA, Lyndolpho, presidente da ULTAB, por ocasião do encerramento do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 17/11/1961, 2 fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 24 de abril de 2010.

⁹⁹ *Idem*.

ainda que “*a terra foi dada a todos os homens por Deus e não a alguns latifundiários*”¹⁰⁰. Já Goulart enfatizou que a reestruturação agrária consistia em uma demanda não só do campo, mas também das áreas urbanas, posto prejudicar igualmente o desenvolvimento da economia do país, sinalizando ainda para a uma possível alteração no texto constitucional referente às indenizações das desapropriações por interesse social¹⁰¹.

Portanto, apesar da unânime defesa da reforma agrária, é possível observar algumas divergências entre as organizações representativas dos trabalhadores rurais durante o Congresso. As Ligas adotaram uma postura mais contundente, rejeitando medidas consideradas paliativas e pleiteando uma reforma agrária radical, imediata e sob a liderança dos próprios trabalhadores. Já a ULTAB reforçou, sobretudo, a importância econômica conferida à reforma agrária, bem como considerou a conquista de outras reivindicações – como a legislação trabalhista e a regulamentação dos contratos de parceria e arrendamento – importante para o processo de reestruturação fundiária. Quanto ao discurso do padre Laje, nota-se primordialmente a ênfase da reforma agrária como meio para amenizar as injustiças sociais existentes.

A despeito destas diferenças, procurou-se conferir unidade ao Congresso, conforme ficou explicitado na Declaração final do evento. Nesta Declaração, diretrizes da ULTAB quanto à união dos trabalhadores rurais, urbanos, estudantes, intelectuais e “*demais forças nacionais e democráticas*” em prol da reforma agrária foram contempladas, assim como a interpretação de que a presença de latifúndios no país, juntamente com o imperialismo americano, era a responsável pela baixa produtividade agrícola, pelo alto custo de vida da população e pela forma de exploração semifeudal no campo¹⁰². Entretanto, prevaleceu a proposta de reforma agrária radical, defendida pelas Ligas, com a negação de reivindicações não exclusivamente ligadas à reestruturação fundiária:

¹⁰⁰ LAJE, Francisco Pessoa. Será vossa a terra conquistada com o vosso sangue, I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 15/11/1961, 2 fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 24 de abril de 2010.

¹⁰¹ “Para uma reforma agrária que atenda realmente aos interesses nacionais, que atenda aos camponeses brasileiros, temos que considerar, seriamente, como disse a pouco o deputado Francisco Julião, a reforma Constitucional”. Cf; João Goulart. *Reforma da Constituição para a Reforma Agrária*, I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 17/11/1961, 3 fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 24 de abril de 2010.

¹⁰² Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 17/11/1961. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 24 de abril de 2010.

*“As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas no seu I Congresso Nacional, vêm por meio desta Declaração manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma reforma que nada tenha a ver com medidas paliativas propostas por forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade fundiária”*¹⁰³

Em relação à forma de representação dos trabalhadores rurais, defendeu-se sua organização de forma livre e independente, quer através das Ligas, das associações ou de sindicatos autônomos. Pleiteou-se ainda a aplicação da legislação trabalhista no meio rural.

Para além das divergências quanto ao encaminhamento da reforma agrária, podem ser apreendidas também neste Congresso disputas entre as organizações participantes pela hegemonia da representação do conjunto dos trabalhadores rurais. Neste sentido, as Ligas Camponesas ganharam destaque uma vez que sua proposta sobre a reestruturação fundiária foi mais amplamente contemplada. Todavia, a ULTAB, posteriormente, procurou conchamar-se como grande articuladora (e líder) do encontro, desqualificando as demais agremiações e afirmando que suas sugestões foram aclamadas por unanimidade no plenário:

“O Congresso nos revelou que se inicia na prática a luta pela direção do movimento camponês em nosso país. (...) do Congresso participaram as Ligas Camponesas do deputado Francisco Julião, cujo dirigente nada mais representa do que o pensamento daquele setor radical da pequena burguesia, que, desesperada, busca fazer a revolução socialista no Brasil a curto prazo. Participou também, da mesma reunião, o Movimento dos Agricultores Sem Terra, que é liderado por um deputado ligado ao governador Leonel Brizola, que representa o interesse da burguesia nacional. Estiveram presentes cinco sacerdotes. A ULTAB, que representa a direção do movimento camponês para a classe operária, é a mais poderosa, mais organizada e com mais experiência, e foi muito respeitada pelas demais, mesmo porque foi a organização que preparou o conclave e formulou as teses fundamentais e vitoriosas”.¹⁰⁴

Malgrado as divergências e disputas enunciadas no Congresso de Belo Horizonte este, amplamente divulgado pela imprensa, conferiu maior visibilidade às mobilizações dos

¹⁰³ *Idem.*

¹⁰⁴ SILVA, Lyndolpho. Relatório sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 2/1962, 5 fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, , <http://www.ufrrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 15 de maio de 2010.

trabalhadores rurais e às suas demandas, sobretudo no que concerne às suas formas de representação e à questão da reforma agrária. Tal projeção resultou em novas estratégias de atuação de entidades representativas de frações da classe dominante agrária, como a Confederação Rural Brasileira.

2.2. A proposta de reforma agrária da Confederação Rural Brasileira

A Confederação Rural Brasileira (CRB) – entidade associativista e representante oficial dos proprietários rurais – procurou, frente à emergência das demandas pela redistribuição fundiária propaladas pelas agremiações dos trabalhadores agrícolas e por demais setores das sociedades civil e política, elaborar seu próprio projeto de reforma agrária, segundo os interesses de seus filiados. Face à grande exposição das proposições formuladas no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (em Belo Horizonte em novembro de 1961), a CRB antecipou sua IV Conferência Rural, cujo tema principal era a reforma agrária, do final de 1962 para janeiro do mesmo ano¹⁰⁵.

Todavia, já no início do governo de Jânio Quadros, a CRB articulou-se para inserir suas campanhas – inclusive sua proposta de modificação da estrutura fundiária – junto às agências da sociedade política. Em inícios dos anos de 1961, a Confederação elaborou um documento, intitulado *Diretrizes para um Plano de Ação*, a ser entregue ao Executivo Federal¹⁰⁶. Neste documento, a entidade apresentou sugestões de políticas agrícolas e agrárias a serem adotadas pelo novo governo sob a alegação de que a crise econômica vivida pelo país tinha “*seus fundamentos reais na incúria com que foram subestimados os problemas da vida rural brasileira*”.¹⁰⁷ Em um contexto no qual muitos responsabilizavam a estrutura agrária – baseada no complexo latifúndio-minifúndio – pela baixa produtividade agrícola e pelo êxodo rural, a CRB ofereceu uma nova leitura à crise, colocando a agricultura como *vítima* do descaso dos governos anteriores que privilegiavam medidas voltadas para a industrialização do país¹⁰⁸.

¹⁰⁵ CAMARGO, Aspásia. *Op. Cit.*

¹⁰⁶ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: Confederação Rural Brasileira, março de 1961.

¹⁰⁷ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: Confederação Rural Brasileira, março de 1961, p. 8.

¹⁰⁸ *Idem.*

A CRB, neste documento, não negava o problema de posse e uso da terra existente no meio rural, porém, anunciava que a integração da propriedade à sua função social deveria ocorrer nem tanto através de uma política de redistribuição, mas pela adoção de uma *agricultura racional*¹⁰⁹, indicando o caráter técnico que se pretendia conferir a medidas de reestruturação fundiária.

A entidade participou, através da figura de seu presidente – Íris Meinberg¹¹⁰ –, do Grupo de Trabalho criado durante o governo de Jânio Quadros e liderado pelo senador Milton Campos, incumbido de elaborar uma legislação para a redistribuição agrária do país. Inscrita nesta agência da sociedade política, a CRB rejeitou as propostas de modificação constitucional que previam a indenização em títulos de dívida pública para as desapropriações por interesse social, bem como a definição de latifúndio com base na dimensão da propriedade. Ademais, defendeu como positivo o projeto de Revisão Agrária, empreendido pelo governo de São Paulo, que utilizou primordialmente a tributação para alterar as condições de posse e uso da terra¹¹¹.

O projeto de reforma agrária da Confederação foi sistematizado durante a IV Conferência Rural, realizada entre os dias 24 e 25 de janeiro de 1962, no estádio do Maracanãzinho, cidade do Rio de Janeiro. A CRB procurou conferir notoriedade e legitimidade à Conferência e à formulação de sua proposta de modificação da estrutura agrária, diferenciando-a de outras propaladas por demais setores das sociedades civil e política. Afirmou que o projeto de reforma agrária a ser definido na Conferência não seria elaborado por “*demagógicos*” ou por “*pessoas distantes da realidade rural*” e, sim, conteria as “*definições de princípios das Classes diretamente responsáveis pela chamada produção primária do país*”¹¹². Assim, a originalidade e legitimidade desta proposta estariam assentadas no fato de quem a enuncia consistir na porta-voz da agricultura brasileira, supostamente conhecedora dos *reais* problemas no campo.

¹⁰⁹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: Confederação Rural Brasileira, março de 1961, p. 25.

¹¹⁰ Íris Meinberg era mineiro, advogado e pecuarista. Já havia ocupado outros cargos na sociedade política, como deputado federal da UDN por São Paulo (1950-1956) e diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (1956-1960). Além de presidente da CRB, era membro da SNA, da Associação dos Pecuaristas do Vale do Rio Grande e das associações agropecuárias de Araraquara, de Ribeirão Preto e de Presidente Prudente. Cf; anexo 3.

¹¹¹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: Confederação Rural Brasileira, junho a setembro de 1961.

¹¹² *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1962, p. 3.

No discurso de abertura do evento, o presidente da CRB, Íris Meinberg, enfatizou que a entidade não era contrária à reforma agrária, mas discordava da “*desapropriação indiscriminada e generalizada*”. Meinberg afirmou ser favorável à desapropriação por interesse social dentro dos preceitos da Constituição Federal e alegou que a reforma agrária era um processo financeiramente dispendioso devendo, justamente por isso, ser realizado gradativamente, “*em um processo contínuo e seguro*”.¹¹³ O presidente da agremiação, ao defender uma reforma agrária “*em moldes técnicos*”, procurou também desvincular a questão das reivindicações dos trabalhadores rurais, esvaziando-a de seu conteúdo político. Para além do reconhecimento da necessidade de alteração da estrutura fundiária do país, Meinberg não deixou de reforçar, em clara identificação com as frações de classe que representava, a defesa da propriedade privada:

*“Conhecemos nossos direitos, em toda a plenitude e extensão, sendo firmes os nossos propósitos em defendê-los, intransigentemente, não permitindo que a propriedade privada, essência da própria estrutura econômica e social do país, continue a ser alvejada, com a omissão das autoridades e às vezes até com seu apoio, quando a estas caberia em primeiro defendê-las”*¹¹⁴.

Ao final do evento, foi formulada a *Declaração de Princípios das Classes Rurais*, onde foi defendida “*uma renovação da agricultura que, pela sua amplitude e profundidade corresponda a uma verdadeira revolução agrícola, pacífica, democrática, cristã e técnica, dentro dos padrões políticos da sociedade ocidental*”¹¹⁵. Argumentou-se que a reforma agrária deveria ter normas bastante *flexíveis, adaptáveis a cada região*¹¹⁶. Ademais, seria priorizada a distribuição de terras pertencentes aos Municípios, Estados e à União, bem como de áreas beneficiadas com obras públicas. Sugeria-se a aplicação de uma tributação territorial para onerar latifúndios, conceituados não tanto pela sua dimensão, mas, sim, pela sua (im)produtividade. Não se negava a desapropriação por interesse social, porém, enfatizava-se que esta deveria ser empreendida apenas em situações excepcionais¹¹⁷ e com

¹¹³ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1962, p. 5.

¹¹⁴ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1962, p. 10.

¹¹⁵ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1962, p. 36.

¹¹⁶ *Idem*.

¹¹⁷ Ressaltava-se que a legislação acerca da reforma agrária deveria conter “a proibição taxativa de desapropriação por interesse social das propriedades produtivas, racionalmente exploradas, independente do

respeito a normas constitucionais, ou seja, mediante indenização paga previamente e em dinheiro. Ademais, o estímulo à modernização tecnológica das propriedades já existentes deveria constituir aspecto basilar do conteúdo do projeto de reforma agrária a ser implementado:

*“A reforma agrária brasileira, devendo ser um processo de utilização racional de todos os fatores da produção, só terá êxito se, ao lado de medidas que importem em sobrecarga para as classes rurais, forem dados meios capazes de promover, de fato, melhoria da produtividade, notadamente pelo crédito e assistência técnica, o escoamento de safras, a garantia de preços remuneradores, bem como a educação profissional das massas rurais”.*¹¹⁸

A Conferência contou com a presença do ministro da Agricultura, Armando Monteiro, do Presidente da República, João Goulart, além de outros políticos, associados da CRB e representantes da SNA. Tal como ocorreu no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, o presidente João Goulart proferiu discurso de encerramento do evento. Porém, na IV Conferência Rural, o Chefe do Executivo adotou um tom moderado e conciliador, procurando exaltar a importância da reforma agrária para os trabalhadores rurais e, ao mesmo tempo, reiterar que esta seria encaminhada “*nos marcos da legalidade democrática*” e em respeito ao direito de propriedade privada. Apesar de ter sido mencionada a dificuldade de realizar a reforma agrária a partir da indenização prévia e em dinheiro, o Presidente da República não explicitou a necessidade de qualquer alteração constitucional. Além disso, foi defendida a realização de uma reforma agrária por etapas e de acordo com as diversidades regionais, sendo ainda apregoada a luta “*contra os agoureiros, os pregadores da ilegalidade, os destruidores sistemáticos que pretendem levar o Brasil ao caos e à anarquia*”.¹¹⁹ Este discurso seria elogiado pelos dirigentes da CRB que afirmaram haver “*uma perfeita compreensão entre o governo e a classe rural*”.¹²⁰

Menos de um mês após a realização da Conferência foi criado o Conselho Nacional de Reforma Agrária (CNRA), com o objetivo de traçar as diretrizes para um plano de

tamanho ou localização”. IN: *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1962, p. 40.

¹¹⁸ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1962, p. 36.

¹¹⁹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1962, p. 21.

¹²⁰ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1962, p. 1.

reforma agrária. O CNRA estaria vinculado ao Ministério da Agricultura e contaria, entre seus quatro membros, com um representante da CRB, Edgar Teixeira Leite¹²¹. Nenhum representante dos trabalhadores rurais foi contemplado junto a esta agência da sociedade política.

Durante seu discurso de posse, Edgar Teixeira Leite defendeu os preceitos formulados na IV Conferência Rural, reforçando a importância da assistência técnica às propriedades como parte integrante do projeto de reforma agrária:

“Para não se transformar em uma reforma contra o Brasil, tem de equivaler-se a uma verdadeira revolução agrícola, isto é, um grande movimento de convergência pela atuação racionalizada de todos os fatores que concorrem para a produção. Ao lado da modificação indispensável de estruturas do nosso velho arcaísmo agrário terá como nota tônica a imperiosa transformação de uma agricultura extensiva, de caráter francamente predatório, em lavoura que apresente maiores índices de racionalização. Transformar nossa produção primária que é a agricultura de trabalho, que significa muita terra e muita mão de obra e pouca técnica, em agricultura de capital, de tecnificação em todos os aspectos, tendo como meta final o aumento da produtividade”¹²².

Ademais, Teixeira Leite reforçou que a reforma agrária deveria ser implementada com base na *“decidida vocação pacifista do povo brasileiro”*, que poderia ser averiguada, de acordo com Teixeira Leite, em distintos momentos da história do país:

“E poderemos realizá-la [a reforma agrária] sem subversões, sem sangue, dentro dos moldes estabelecidos pelas nossas instituições políticas, dando ao nosso país, mais uma vez, o exemplo de seu sentimento de moderação, de alta capacidade política, como sucedeu com a independência (deixando à frente do governo o filho do Rei despojado do poder); da abolição, realizada numa empolgante demonstração de fraternidade, e da implantação da República.”¹²³

O tom conciliador entre as campanhas da CRB e as medidas implementadas durante o governo de João Goulart se desgastou significativamente com a criação da

¹²¹ Edgar Teixeira Leite era vice presidente da CRB, fluminense, engenheiro agrônomo e usineiro. Ocupou importantes cargos em agências estatais, como Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio pelo Rio de Janeiro (1947 a 1950) e presidente do Conselho Nacional de Economia (1955). Os demais membros do CNRA foram: Dr Hélder Câmara, secretário da CNBB, Thomas Pompeu Accioly Borges, assessor parlamentar do Senado, e Paulo Schilling, assessor do governo gaúcho para assuntos agrícolas. IN: *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, maio de 1962.

¹²² *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, maio de 1962, p 9.

¹²³ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, maio de 1962, pp 9 e 10.

Superintendência Para a Reforma Agrária (SUPRA), conforme pode ser atestado em uma matéria do periódico da CRB, intitulada *Todo o Ruralismo contra a lei que criou o SUPRA*. Cabe lembrar que, com a criação da SUPRA, foram extintos órgãos junto aos quais a CRB contava com importante participação, como por exemplo o Conselho Nacional de Reforma Agrária (CNRA) e o Serviço Social Rural (SSR)¹²⁴.

Além de proferir críticas mais contundentes ao governo Goulart, a CRB intensificou sua campanha de união da *Classe Rural*, sob o lema *Unir ou Perecer*¹²⁵. Apregoava-se que, frente ao contexto adverso de então, os produtores rurais deveriam se organizar nas associações visando defender seus interesses, procurando, assim, angariar novos sócios e fortalecer uma modalidade de representação – o associativismo – controlada por ela. Ademais, ao falar em nome da *Classe Rural*, a entidade pretendia escamotear os conflitos existentes não só entre proprietários e trabalhadores rurais, mas também no seio da própria classe dominante agrária. Cabe lembrar ainda que a agremiação procurou veicular, em sua revista, propostas de reforma agrária oriundas de outras organizações da sociedade civil que coadunavam com seus interesses, como a do IPES¹²⁶ (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) e a do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)¹²⁷.

A despeito das intensas mobilizações e manifestações dos trabalhadores rurais, recorrentemente era anunciado na revista da CRB o caráter “apático” e “comodista” desta categoria¹²⁸. Neste sentido, as matérias escritas por José Peres Resende¹²⁹, 1º secretário da agremiação, são extremamente elucidativas. Este afirmava que a redistribuição fundiária não solucionaria a crise econômica vivida no país e poderia, mesmo, agravá-la. Isto porque,

¹²⁴ Entre os membros da SUPRA deveria haver um representante da CRB, um representante do Banco do Brasil, um do Ministério do Trabalho, um do Ministério da Agricultura e um representante dos trabalhadores rurais. STEIN, Leila Menezes. *Op. Cit.*

¹²⁵ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, novembro de 1962, p. 1.

¹²⁶ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro a julho de 1963.

¹²⁷ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, setembro de 1962.

¹²⁸ A título de exemplificação, pode-se citar a seguinte afirmação: “[o trabalhador] não se sente infeliz por andar descalço, por não ter instalação sanitária ou escola para seus filhos, pois, em geral, ninguém deseja aquilo que não conhece, que não provou ou não sabe que existe”. Cf; *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro a julho de 1963, p. 23.

¹²⁹ José Resende Peres era mineiro, advogado e pecuarista e foi secretário da Agricultura do estado do Rio de Janeiro entre 1976 e 1978. Era presidente da Associação dos Criadores do Guzerá no Brasil e membro da Associação Brasileira de Imprensa, da SNA, da Sociedade Mineira de Agricultura e da Federación Nacional dos Ganaderos, em Caracas (Venezuela).

com o aumento das pequenas propriedades, seriam fornecidas terras para os considerados “incapazes física e mentalmente”¹³⁰:

“Não adianta dar terra própria a quem não está capacitado para cultivá-la tecnicamente, nem financiar tratores para analfabetos que não saberiam ler o manual de manutenção (...). Temos que preparar o homem para que ele, sem paternalismo demagógico, conquiste a sua própria gleba, pois no Brasil não há exemplo de homens capazes que, desejando, não possuam terra, se agricultor ou pecuarista por vocação”.¹³¹

Afirmava ainda que, diferentemente do propalado por muitos, o abastecimento do país era, a despeito do confisco cambial imposto, garantido pelo “velho coronel”.¹³² Defendia, desta forma, não a reestruturação fundiária, mas a modernização tecnológica de antigas propriedades:

“Não se iludam, demagogos. Na nova agricultura não há lugar para homens despreparados. Vamos aumentar a produtividade das fazendas atuais, vamos obrigar os fazendeiros a se modernizarem, vamos obrigá-los a aumentar a produtividade para que possam melhorar o padrão de vida de seus assalariados (...). Este negócio de dar o que não é seu, de tirar do que está produzindo para entregar ao que nunca produzirá, nada mais é do que enfraquecer o Brasil para entregá-lo ao comunismo que só frutifica a miséria”.¹³³

Portanto, frações da classe proprietária rural agremiadas junto à CRB não negaram, de pronto, a necessidade de alteração da estrutura fundiária do país. Todavia, sua proposta de reforma agrária privilegiava a distribuição de terras públicas, o uso do imposto territorial para punir propriedades improdutivas, além de incluir medidas de assistência técnica. Ademais, ao rejeitar a emenda constitucional, a definição de latifúndio por dimensão e, sobretudo, a participação dos trabalhadores neste processo, a entidade procurou dotar sua proposta de aspectos que não prejudicassem em muito os interesses das frações de classe que representava. Ao mesmo tempo, a CRB, alegando que os problemas da agricultura correspondiam aos problemas da economia nacional, procurava tornar o seu projeto hegemônico junto às agências das sociedades civil e política. Neste sentido, exaltava o

¹³⁰ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, dezembro de 1962, p. 9.

¹³¹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, dezembro de 1962, p. 10.

¹³² *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro a junho de 1963, p. 23.

¹³³ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro a junho de 1963, p. 25 e 26.

benefício para todo país caso sua proposta fosse implementada, dotando-a de um caráter universalista e, por extensão, legítimo, o que pode ser atestado na seguinte afirmação:

“A CRB não existe para proteger fazendeiros contra trabalhadores rurais. Não se presta ao desserviço da luta de classes. Sua finalidade é lutar para o desenvolvimento da Lavoura e da Pecuária brasileiras,(...) , porque, na verdade, a classe que ela mais defende, defendendo o aumento da produtividade nos campos, é a grande classe dos consumidores, é o próprio povo brasileiro”¹³⁴

Consagrada como fundamental para a retomada do crescimento econômico do país – tal como defendido pela CEPAL e pelo ISEB –, como importante etapa para alcançar o socialismo – como propunha a ULTAB e as Ligas Camponesas –, como meio de evitar o avanço das ideias comunistas – como apregoado pela Aliança para o Progresso e por setores da Igreja Católica –, ou como forma de empreender a modernização tecnológica de antigas propriedades – como sugerido pela CRB –, a reforma agrária foi alvo, sem dúvida, de significativo debate no período que antecedeu o golpe militar, sendo, inclusive, um dos elementos deflagradores para a derrubada do governo de João Goulart. Todavia, a construção da estrutura sindical corporativista no meio rural constituiu outra importante temática neste contexto uma vez que abarcava mecanismos de organização (e controle) dos principais atores sociais envolvidos na questão agrária, quais sejam os proprietários e, sobretudo, trabalhadores rurais.

3. A formação do sindicalismo rural

Como já analisado, a representação sindical corporativista da agricultura foi bastante dificultada pelas pressões exercidas por frações da classe dominante agrária durante o governo Vargas. Os trabalhadores rurais encontravam empecilhos para se

¹³⁴ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, dezembro de 1962, p 10.

organizar em sindicatos oficiais visto que muitas categorias agrícolas não se encontravam registradas na CLT. Além disso, existia o decreto n. 8127 de 1945, que consagrava apenas a criação de associações rurais, vinculadas ao Ministério da Agricultura e que responderiam aos interesses de proprietários, arrendatários e parceiros. Neste contexto, trabalhadores rurais procuraram outras formas de organização – como as associações civis comunistas (agremiadas em âmbito nacional pela ULTAB), agremiações ligadas à Igreja Católica, as Ligas, etc. – sem deixar, contudo, de pleitear sua representação em sindicatos.

Frente à organização dos trabalhadores rurais, procurou-se elaborar, durante o governo de João Goulart, uma legislação que regulamentasse a estrutura sindical no campo. Neste sentido, em 1962 foram instituídas algumas Portarias sobre esta questão, tendo sido, em março de 1963, aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que sistematizava as normas da organização sindical corporativista no campo e previa a criação de entidades de representação máxima e oficial dos trabalhadores e proprietários agrícolas: respectivamente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Tais medidas resultaram em novas estratégias de atuação das associações da sociedade civil no meio rural, revelando embates pela hegemonia junto a esta nova forma de representação, sobretudo no que concerne aos trabalhadores rurais.

3.1. As organizações de trabalhadores rurais e o sindicalismo no campo

Com o anúncio das medidas governamentais em prol da sindicalização no campo, intensificaram-se disputas entre as organizações dos trabalhadores rurais, sobretudo entre aquelas agremiadas em torno da ULTAB e as entidades sob influência da Igreja Católica.

Conforme analisado anteriormente, existiam no Nordeste duas organizações ligadas à Igreja Católica que atuavam junto aos trabalhadores rurais: o SAR e o SORPE. Inicialmente, ambas tinham como objetivo prestar assistência médica e educacional às

populações do campo. Entretanto, ao longo do governo Goulart, intensificaram-se suas campanhas pela criação de sindicatos rurais *cristãos*, em oposição aos sindicatos de orientação comunista. O SAR criou, no Rio Grande do Norte, um Setor de Sindicalização Rural destinado a formar lideranças rurais aptas a fundar sindicatos e, para tanto, contou com sua estrutura de difusão radiofônica, além da atuação dos padres junto a suas paróquias locais.¹³⁵ Elaborou ainda a *Cartilha do Trabalhador Rural*, publicada para orientar os trabalhadores quanto aos seus direitos, quanto à luta pela reforma agrária “sem *destruir a ordem social cristã*” e quanto à criação de sindicatos sem a presença de “*demagogos e esquerdistas*”.¹³⁶

Em relação ao SORPE, este colaborou com a criação de distintos sindicatos rurais em Pernambuco sob a liderança dos padres Crespo e Melo¹³⁷. Foram ainda fundadas Equipes de Sindicalização das Arquidioceses em diversas cidades do Nordeste. Cabe lembrar que tais iniciativas contavam com a colaboração dos Círculos Operários Cristãos, que, ao longo dos anos 1960, organizaram cursos de formação sindical – conhecidos como Cursos Elo –, incluindo temáticas como economia política, legislação trabalhista e previdenciária, direito constitucional e críticas à teoria marxista¹³⁸. Pleiteavam ainda uma campanha intitulada *sindicalismo livre*, com críticas ao imposto sindical e, sobretudo, à presença de “*pelegos vermelhos*” nos sindicatos¹³⁹. Além de participarem da criação da Frente Agrária Gaúcha e da Frente Agrária Paranaense, os Círculos Operários igualmente tiveram importante atuação na formação de sindicatos rurais no estado de São Paulo, conduzindo, em julho de 1962, à criação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, cujo presidente era José Rotta.

Em 1962, surgiu, porém, uma nova organização no seio da Igreja Católica, cujas diretrizes diferiam daquela abraçada pelos Círculos Operários Cristãos: a Ação Popular (AP). A AP foi criada a partir do trabalho da Juventude Universitária Católica (JUC) que, por sua aproximação com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e sua contundente

¹³⁵ CRUZ, Dalcy da Silva. *Op. cit.*

¹³⁶ *Idem*, pp. 62 e 63.

¹³⁷ TAVARES, Ricardo. *CONTAG: da ditadura à transição – memória social e construção política do campesinato*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/IUPERJ, 1992.

¹³⁸ STEIN, Leila de Menezes. *Op. Cit.*

¹³⁹ *Idem*, p. 184.

crítica ao capitalismo, conflitava com a postura da cúpula da Igreja Católica¹⁴⁰. A AP constituiu uma organização autônoma à Igreja e, além de atuar na luta estudantil, dedicou-se ao movimento de educação popular, participando do Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 sob orientação inicial da CNBB. Utilizando-se do método de alfabetização proposto por Paulo Freire¹⁴¹, membros da AP que participavam do MEB procuravam mobilizar os trabalhadores através da conscientização de sua situação social, o que criou bases para a sindicalização rural desenvolvida por esta agremiação¹⁴².

Já a ULTAB, vinculada ao PCB, constatando o avanço da Igreja junto aos trabalhadores agrícolas no Nordeste e no estado de São Paulo, exacerbou seu trabalho de criação e registro de sindicatos rurais em diferentes regiões do país¹⁴³. O jornal *Terra Livre* constituiu-se em importante veículo de divulgação dessas campanhas de sindicalização, noticiando os sindicatos criados pela agremiação, bem como fornecendo modelos de atas de reunião de fundação de sindicatos, de cartas a serem encaminhadas ao Ministério do Trabalho solicitando reconhecimento legal, estatutos, etc¹⁴⁴. Ademais, procurava-se, através do periódico, deslegitimar sindicatos criados pela Igreja Católica, conforme pode ser depreendido através de matéria intitulada *Cuidado com os pelegos do sindicalismo rural* em que se alertava para a presença de “falsos líderes” no campo, como o cônego Stoniolo e José Rotta, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.¹⁴⁵ Solicitava-se, inclusive, ao Ministério do Trabalho que fossem realizadas

¹⁴⁰ A JUC foi criada no ano de 1950, juntamente com a JAC (Juventude Agrária Católica), JIC (Juventude Industrial Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica), e tinha como objetivo influenciar os universitários, afastando-os de ideias comunistas. Com o tempo, passou a utilizar leituras marxistas para analisar os problemas sociais do país, bem como se aproximou de membros do PCB, formando o “grupão” que comandava a UNE. DUARTE, Hugo. *A Ação Popular e a questão do humanismo; das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)*. Niterói: UFF / Dissertação de Mestrado, 2010.

¹⁴¹ Pelo método de Paulo Freire, partia-se de palavras-chave do universo vocabular do trabalhador para alfabetizá-lo e, ao mesmo tempo, conscientizá-lo. LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-ômega, 1984.

¹⁴² No início da década de 1960, a AP adotava uma filosofia humanista que, aos poucos, se aproximou dos ideais socialistas. A respeito das principais correntes de pensamento que influenciaram a conduta da AP entre 1963 e 1973 ver DUARTE, Hugo. *Op. Cit.*

¹⁴³ A título de exemplificação, pode-se citar a liderança do comunista Gregório Bezerra em Pernambuco e de José Leandro no Ceará. Cabe lembrar ainda que muitos militantes comunistas que viviam no meio urbano foram enviados pelo partido para o meio rural a fim de organizar sindicatos.

¹⁴⁴ *Terra Livre*, janeiro de 1963; *Terra Livre*, outubro de 1963.

¹⁴⁵ *Terra Livre*, outubro de 1963, p. 3.

novas eleições para esta Federação, argumentando haver discriminação na filiação de sindicatos e acusando José Rotta e demais dirigentes de “*agentes do latifúndio*”¹⁴⁶.

Quanto às Ligas Camponesas, que tiveram importante papel no Congresso de Belo Horizonte, não empreenderam maiores esforços na formação de sindicatos oficiais, privilegiando organizações livres e autônomas e ações de cunho foquista¹⁴⁷.

Portanto, conforme atesta Leonilde Medeiros, “*das forças que procuraram articular o movimento camponês, quatro grandes linhas se configuram: o PC, que colocava a luta pela terra como componente para a revolução democrático-burguesa, as Ligas que realçavam o potencial revolucionário da luta pela terra enfatizando o papel do campesinato, os setores moderados da Igreja que viam na luta pela reforma agrária moderada as condições para ‘se fazer a revolução antes que o povo a faça’, e, finalmente, os católicos radicais, que surgiram no movimento camponês já em seu período final e que tinham como proposta tentar buscar o ‘ideal histórico’ do movimento*”¹⁴⁸. Entretanto, além das organizações de trabalhadores rurais – como a ULTAB, a AP, setores da Igreja Católica ligados aos Círculos Operários e as Ligas – frações da classe dominante agrária representadas pela CRB igualmente elaboraram suas estratégias e campanhas no contexto de estruturação do sindicalismo corporativista no meio rural.

3.2. A Confederação Rural Brasileira e o sindicalismo no campo

A Confederação Rural Brasileira (CRB) – que foi criada justamente a partir do argumento de que a representação sindical não seria a forma de organização mais adequada ao meio rural – passou, no início dos anos de 1960, frente à intensificação das lutas dos trabalhadores agrícolas, a não rejeitar o reconhecimento legal de sindicatos na agricultura, bem como a extensão da legislação trabalhista no campo.

Entretanto, mais uma vez opera-se com o argumento das relações *familiares* e *afetivas* que supostamente envolvem o meio rural, escamoteando relações de dominação. Isto porque a CRB propalou que tal sindicalização deveria ser conduzida em “*clima*

¹⁴⁶ *Idem.*

¹⁴⁷ STEIN, Leila Menezes. *Op. Cit.*

¹⁴⁸ MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. *Op. Cit.*, p. 141

sereno” de modo a manter a “*dependência construtiva*” existente entre empregados e empregadores no meio rural uma vez que:

*“ambos lutam contra os fatores climáticos e as dificuldades oriundas dos mercados. Mas sempre vivem um na dependência do outro. Nessa dependência está a estabilidade econômica do meio. Sem o empregado, não há produção, e sem empregador o empregado não encontra meios de obter sementes, adubos, crédito e o comprador para seus produtos, além da base para o trabalho que é a terra”*¹⁴⁹.

Ademais, contrariando a presença de diversas mobilizações dos trabalhadores rurais, a CRB, mais uma vez, enfatizou a passividade destes, alegando a necessidade de *prepará-los* para o processo de sindicalização:

*“É penosa a situação do trabalhador rural. Reconhece-se que ele é comodista por tradição, cheio de tabus e preconceitos, imbuídos de ignorância, indiferente ao meio em que trabalha, às questões que o cercam, vivendo fechado num mudo individualismo, fugindo à afetividade da vizinhança, não sente e não procura sentir as causas que dificultam a sua vida. Não tem confiança em si. Desconfiado por natureza, evita a cooperação (...) ignora os problemas da vivência do seu meio para abordá-los com autoridade.”*¹⁵⁰

Neste sentido, para evitar que “*elementos estranhos*” conduzissem a sindicalização dos trabalhadores rurais, a CRB propôs que estes deveriam ser, primeiramente, educados e treinados, sugerindo que esta “*tarefa educativa*” fosse desempenhada pelo Serviço Social Rural (SSR), vinculado ao Ministério da Agricultura. O SSR foi criado em 1955 a partir de uma demanda da própria CRB e da SNA. Argumentava-se que, tal como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC) no meio urbano, o SSR deveria promover o bem-estar do trabalhador agrícola, através de assistência médica e educativa. A CRB deveria orientar as ações empreendidas por este serviço e contaria com a participação de cinco de seus filiados dentre os nove membros que compunham o Conselho Nacional do SSR¹⁵¹.

¹⁴⁹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CRB, outubro a dezembro de 1961, p. 53.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 54.

¹⁵¹ Flávio Heinz afirma que a SRB se posicionou contra a criação deste órgão, chamando-o de Desserviço Social Rural, pois o considerava um mecanismo de controle do governo e de “*meia dúzia de cidadãos que se atribuíam ao direito de representar os interesses das classes agrícolas*” sobre o meio rural. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também se opôs ao SSR uma vez que as taxas profissionais de atividades agro-industriais não seriam mais destinadas ao SESI, mas ao SSR. HEINZ, Flávio. *Op. Cit*, p. 208.

Cabe destacar que o SSR integrava-se ainda a uma série de acordos firmados entre o Ministério da Agricultura e agências norte-americanas, destinados a fornecer auxílio “técnico e educativo” a populações rurais. Consagravam-se condutas tidas como “modernas” e consideradas importantes para a superação da pobreza. Segundo Mendonça, a criação de órgãos – entre os quais o SSR – a partir desses convênios foi fundamental tanto para propagar novos “modelos” de comportamento quanto para impulsionar a compra de tecnologia agrícola produzida pelas indústrias norte-americanas. Nas palavras da autora: “através do fornecimento de um conhecimento ‘especializado’, reproduziam-se no país paradigmas importados que, além de expropriarem os trabalhadores de seus saberes próprios, tornaram-nos alvos fáceis de disciplinarização pelo capital, resultando no fornecimento tanto de agências produtoras de ‘especialistas’, quanto de novos mecanismos econômicos, sob a pecha da modernidade”¹⁵².

A CRB denominou o trabalho de formação de líderes rurais a ser realizado pelo SSR de *Processo de Mudança Cultural Dirigida*, cujo objetivo era *renovar a mentalidade* dos trabalhadores, atestando novamente para a dificuldade deste empreendimento ao compará-lo a “*uma jornada de mil milhas*”. Técnicos do SSR deveriam, através de cursos, orientar trabalhadores quanto aos problemas da realidade em que viviam, levando-os a, supostamente, elaborar suas próprias reivindicações, “*sem a influência daqueles que os lançam à luta nem sempre em proveito deles mesmos*”¹⁵³. Posteriormente, estes líderes seriam encarregados de promover a sindicalização dos trabalhadores rurais e permaneceriam tendo suas ações supervisionadas pelo SSR¹⁵⁴.

A CRB também procurou se aproximar dos setores da Igreja Católica que agiam junto à sindicalização dos trabalhadores rurais, sobretudo após a criação da Superintendência Para a Reforma Agrária (SUPRA), em 1962, quando o SSR foi extinto. Enquanto as Ligas eram acusadas de “*enganosa esperança de muitos*”¹⁵⁵, D. Eugênio

¹⁵² MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*, p. 110.

¹⁵³ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: junho a setembro de 1961, pp. 34 e 35.

¹⁵⁴ Cabe citar ainda outro programa dirigido pelo SSR, cujo objetivo era treinar mulheres para a realização de partos, sob a alegação de que muitas mortes em partos ocorriam por “deficiências culturais”. Essas mulheres receberiam treinamento em casas de saúde e maternidades durante 20 dias e se transformariam em Socorristas Rurais. Essa socorrista não teria remuneração, sendo “apenas uma mulher preparada para fazer proveitosamente, pela educação, o que antes fazia danosamente em virtude de lhe carecer um mínimo de conhecimento”. IN: *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CRB, junho a setembro de 1961, p.35.

¹⁵⁵ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CRB, abril de 1962, p. 11.

Salles era homenageado pela Confederação¹⁵⁶. Já a matéria da *Revista Gleba* intitulada “*O Movimento Sindicalista está derrotando as Ligas Camponesas*” relata a exposição do padre Paulo Crespo, líder da SORPE, aos diretores da CRB, onde este afirmava que a sindicalização promovida pela Igreja no Nordeste resultou na diminuição da influência das Ligas junto aos trabalhadores rurais¹⁵⁷. Ademais, ganhou destaque no periódico da CRB, a criação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, presidido por José Rotta, ligado aos Círculos Operários Cristãos. Tal Federação foi tida como exemplar no processo de sindicalização rural por se constituir uma agremiação “*em defesa da paz social e contra a agitação*”. Aos dirigentes da CRB, José Rotta anunciou uma série de acordos entre patrões e empregados promovidos pela Federação, o que evitou conflitos rurais¹⁵⁸.

A CRB elaborou ainda sua proposta de enquadramento sindical na agricultura. Os sindicatos patronais seriam oriundos das associações rurais já existentes, assim como a própria CRB se transformaria no órgão sindical máximo da classe proprietária rural. Já os trabalhadores se organizariam em diferentes sindicatos de acordo com a atividade profissional que exercessem. Tal proposta foi contemplada, a princípio, pela Portaria 209-A de maio de 1962, conforme será analisado adiante.

Portanto, no contexto de mobilização dos trabalhadores agrícolas no início dos anos de 1960, a CRB, como no debate acerca da reforma agrária, não rejeitou, de pronto, a sindicalização rural. Porém – através do SSR, de sua aproximação com a Igreja, da afirmação constante da passividade do trabalhador rural e da advertência sobre a ameaça de “*aventureiros, oportunistas e agitadores*”¹⁵⁹ –, o órgão oficial do patronato rural buscou elaborar uma proposta de estrutura sindical para o campo que não ferisse em muito os interesses das frações de classe que representava¹⁶⁰. Procurava, ainda, – tal como as organizações dos trabalhadores rurais – inscrever suas demandas nas agências da sociedade política incumbidas de elaborar medidas acerca desta temática.

¹⁵⁶ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CRB, outubro de 1962.

¹⁵⁷ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CRB, maio de 1962.

¹⁵⁸ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CRB, agosto de 1962, p. 37.

¹⁵⁹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CRB, janeiro de 1964 a dezembro de 1965, p. 37.

¹⁶⁰ Conforme atesta Esteves, “à proposta de legislação trabalhista, a CRB responde com a assistência de que precisa este trabalhador e propõe o SSR; à luta pela reforma agrária, ela responde com suas demandas por crédito e assistência técnica; e ao avanço político do movimento camponês, ela propõe a aliança com o sindicalismo cristão”. ESTEVES, Benedita. *Op. Cit.*, p. 128.

3.3. As disputas pela sindicalização rural: a fundação da CONTAG e da CNA

Conforme já mencionado, no início da década de 1960, foram tomadas medidas governamentais em prol da sindicalização rural, cabendo destacar, mais uma vez, a importância da mobilização dos trabalhadores agrícolas para o desencadeamento deste processo¹⁶¹. Em maio de 1962, foi instituída a Portaria 209-A que estabelecia as normas para o enquadramento sindical no campo. Tal como pleiteou a CRB, poderia haver mais de um sindicato por município, devendo o trabalhador se filiar à entidade relativa à sua categoria profissional. Ademais, o ministro do Trabalho, Franco Montoro, vinculado ao Partido Democrata Cristão, teria sido indicado pela CRB e privilegiado, em sua gestão, o reconhecimento legal de sindicatos sob orientação da Igreja Católica, em detrimento dos sindicatos ligados à ULTAB¹⁶².

Esta conduta resultou em uma maior pressão do PCB junto às agências da sociedade política. O partido questionava os critérios do Ministério do Trabalho para o registro dos sindicatos, afirmando que muitos tidos como não representativos dos interesses dos trabalhadores rurais foram reconhecidos, enquanto outros encontravam dificuldade em obter a carta sindical. Indagavam igualmente a pluralidade sindical apregoada pela Portaria 209-A e reivindicavam a formação de um único sindicato de trabalhadores rurais por município, sob a alegação de que muitos desempenhavam diferentes tipos de atividades agrícolas, inclusive dentro de uma mesma propriedade¹⁶³. Desta forma, a defesa da unidade de representação sindical por uma determinada base territorial foi apoiada pelo PCB como forma de potencializar seu grau de mobilização.

Em novembro de 1962, foi elaborada – já na gestão do Ministro do Trabalho João Pinheiro Neto – a Portaria 355-A, que em parte contemplava as reivindicações do PCB, visto reduzir para cinco o número de categorias passíveis de enquadramento sindical:

¹⁶¹ Conforme assinalou Luiz Flávio Costa, “o número de sindicatos fundados e reconhecidos no início dos anos de 1960 coloca a sindicalização rural como um fato político novo; porém, os esforços aplicados na organização do trabalhador rural alguns anos antes devem ser incorporados à análise da fase de sua maior vitalidade”. COSTA, Luiz Flavio Carvalho da. *Op. Cit.*, p. 28.

¹⁶² STEIN, Leila Menezes. *Op. Cit.*

¹⁶³ SILVA, Lyndolpho & REIS, Dinarco. *A sindicalização rural e a portaria 209-A*, 3 a 9/11/1962, 5 fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, , <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 11 de maio de 2010. Este documento foi publicado no jornal *Novos Rumos* de novembro de 1962.

trabalhadores na lavoura, trabalhadores na pecuária, trabalhadores de atividades extrativas, trabalhadores autônomos e pequenos proprietários. Poderia existir um sindicato de cada categoria profissional por município, bem como as federações desses sindicatos por estado e as confederações em âmbito nacional. Os sindicatos rurais já reconhecidos deveriam passar por uma nova análise a fim de se adaptarem à nova legislação, o que prejudicou as agremiações da Igreja Católica já registradas. Ainda em novembro de 1962 foi instituída uma nova portaria que regulamentava as eleições em sindicatos.

Neste período, foi criada ainda a SUPRA, que, além de atuar junto à reforma agrária, tinha como tarefa estimular - e controlar - a sindicalização rural por intermédio do fornecimento de sedes para a instalação de sindicatos, de serviços contábeis e advocatícios e de empréstimos para aquisição de veículos para transporte¹⁶⁴. Estaria vinculado à SUPRA a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) que contava, entre os seus membros, com Lyndolpho Silva (da ULTAB) e o padre Francisco Lage (da AP)¹⁶⁵.

Paralelamente, tramitava no Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), aprovado em 1963. O ETR estendeu direitos trabalhistas para o campo e sistematizou as normas para a estrutura sindical rural¹⁶⁶. Continuariam a existir sindicatos e federações das cinco categorias profissionais da agricultura postuladas na Portaria 355-A¹⁶⁷, devendo haver, porém, em âmbito nacional, apenas uma Confederação para trabalhadores e uma para proprietários agrícolas, quais sejam, respectivamente: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Com a aprovação do ETR, intensificaram-se as disputas entre as organizações dos trabalhadores rurais pela liderança no processo de criação da CONTAG, embates estes protagonizados pela ULTAB, AP e setores da Igreja ligados aos Círculos Operários

¹⁶⁴ CAMARGO, Aspásia. *Op. Cit.*

¹⁶⁵ STEIN, Leila Menezes. *Op. Cit.*

¹⁶⁶ Cabe destacar que além de assegurar para o meio rural direitos trabalhistas já contemplados no meio urbano, o ETR consagrou um direito não previsto na CLT: a prescrição bienal. Esta previa que o trabalhador agrícola teria o prazo de até dois anos, após a saída do emprego, para reclamar seus direitos na Justiça.

¹⁶⁷ Os trabalhadores, conforme já mencionado anteriormente, poderiam se filiar aos sindicatos dos trabalhadores na lavoura, na pecuária e na atividade extrativa, além do sindicato dos autônomos e dos pequenos proprietários. Já a classe patronal poderia se organizar nos sindicatos dos empregadores da lavoura, da pecuária e da produção extrativa. Era possível ainda congregarem todas essas categorias em um único sindicato patronal e em um único sindicato de trabalhadores rurais por município. Cf; CONSIR. *Guia para a organização de sindicatos brasileiros, 08/1963*. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 11 de maio de 2010.

Cristãos. Procurava-se registrar rapidamente os sindicatos para que estes pudessem formar as federações que elegeriam, por sua vez, a direção da CONTAG¹⁶⁸. Cabe lembrar que, ao longo do ano de 1963, a CONSIR, órgão incumbido de orientar o fornecimento das cartas sindicais, tinha como participantes, predominantemente, membros da AP e da ULTAB, o que favoreceu o registro de sindicatos sob influência dessas agremiações¹⁶⁹. Notam-se, portanto, distintas correlações de força entre a Comissão de Sindicalização da Agricultura criada em 1939 e o CONSIR, na década de 1960. Enquanto a primeira era integrada principalmente por dirigentes da SNA, não contando com a representação de trabalhadores, a segunda tinha como membros mais influentes representantes do PCB e da AP, revelando uma nova correlação de forças no seio de determinadas agências estatais.

Todavia, a primeira tentativa de fundação da CONTAG ter-se-ia dado por iniciativa de setores da Igreja Católica, reunidos na I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, ocorrida entre 15 e 20 de julho de 1963, na cidade de Natal. Estavam presentes nesta Convenção membros do SORPE (liderados pelos Padres Crespo e Melo); do SAR (dirigido por Dom Eugenio Salles e Julieta Calazans); da Federação Paulista dos Trabalhadores Rurais (presidida por José Rotta), dentre outros representantes de demais federações.

No encontro, foi debatida primordialmente a temática da reforma agrária, em que se defendia o pagamento das desapropriações em títulos de dívida pública, bem como a premissa de que não deveriam ser transplantadas para o meio rural brasileiro soluções capitalistas ou socialistas, advindas de outros países¹⁷⁰. Sugeriu-se ainda aos representantes das federações presentes que organizassem uma Comissão para fundar a CONTAG.

¹⁶⁸ Encontram-se alguns estudos acerca da formação das federações de trabalhadores rurais nos diferentes estados. José Leandro, por exemplo, analisa a criação da Federação do Ceará, fundada sob orientação da ULTAB. Fernando Barcellos se detém à disputa entre a ULTAB e os Círculos Operários Cristãos pela fundação da FETAG-RJ (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro), igualmente hegemonizada pelos comunistas. Osvaldo Heller da Silva averigua a criação da Federação do Paraná, analisando os embates entre a FAP (Frente Agrária Paranaense, de orientação católica) e a ULTAB, tendo a última o controle desta federação. Já a FETAG do Rio Grande do Sul, de acordo com Helenice Nora, teve influência preponderante não do MASTER, mas da FAG (Frente Agrária Gaúcha), ligada aos Círculos Operários Cristãos. Em Pernambuco, segundo Maria da Abreu e Lima, a federação dos trabalhadores estava vinculada primeiramente ao SORPE, tendo seus membros, posteriormente, se aproximado da AP. Cf; BARECELLOS, Fernando. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro: UFRRJ/ CPDA/ Dissertação de Mestrado*, 2008; SILVA, Osvaldo Heller da. *Op. Cit.*; NORA, Helenice Aparecida. *Op. Cit.*; LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *Sindicalismo Rural em Pernambuco e o golpe de 1964*.

¹⁶⁹ Entre os participantes do CONSIR ligados à AP e à ULTAB podemos citar: Padre Francisco Lage, padre Alípio de Freitas, Frei Henrique Vaz, Herbert de Souza, Lyndolpho Silva e Bráulio Rodrigues. Cf; STEIN, Leila Menezes. *Op. Cit.*, p. 154.

¹⁷⁰ *I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, mensagens-conclusões*, 15 a 20/7/1963, 13 fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 11 de maio de 2010.

Entretanto, esta ação não obteve êxito, pois a ULTAB alegou falta de representatividade da Convenção para a criação da CONTAG. Segundo representantes da ULTAB, muitas federações não se fizeram presentes na reunião justamente por não terem sido convocadas.

Houve uma segunda tentativa de fundação do órgão sindical máximo dos trabalhadores rurais, também liderada pela Igreja Católica. Com base no ETR, para a fundação da Confederação bastava que três federações estaduais se reunissem em votação em uma Assembleia, o que ocorreu em outubro de 1963, em Recife. Porém, mais uma vez, a ULTAB pleiteou, junto ao Ministério do Trabalho, a anulação desta decisão, alegando que muitas federações, com direito a voto, não participaram desta Assembleia por desconhecer a realização deste encontro. A argumentação da ULTAB acabou sendo acatada novamente pelo governo, que não reconheceu a criação da CONTAG.¹⁷¹

Coube ao Ministério do Trabalho e à Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) organizar a reunião que resultou na efetiva formação da CONTAG. Esta reunião ocorreu em dezembro de 1963 na sede dos Sindicatos dos Bancários, no Rio de Janeiro, tendo como participantes cerca de vinte e três federações registradas ou em processo de reconhecimento, em sua maioria vinculadas à ULTAB¹⁷².

A chapa vencedora resultou de uma aliança entre a AP e a ULTAB, representando a derrota do sindicalismo cristão ligado aos Círculos Operários.¹⁷³ A primeira diretoria da CONTAG ficou assim composta: presidência - Lyndolpho Silva, da ULTAB; 1ª vice-presidência - Manoel Gonçalves Ferreira, da AP; 2ª vice-presidência - José Leandro Bezerra da Costa, da ULTAB; 3ª vice-presidência - José Gomes Novais, da AP; secretário-geral - Sebastião Lourenço de Lima, da AP; 1º secretário - José Rodrigues dos Santos, da ULTAB; 2º secretário - José Almeida Cavalcanti, ligado aos padres Crespo e Melo; 1º tesoureiro - Nestor Vera, da ULTAB; 2º tesoureiro - Manoel Lito Muniz, da AP.¹⁷⁴

Já a criação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – sindicato de âmbito nacional da classe proprietária rural – ocorreu através da transformação da CRB. Conforme

¹⁷¹ COSTA, Luiz Flavio Carvalho da. *Op. Cit.*

¹⁷² Estas 23 federações representavam 19 estados visto que a legislação permitia a formação de mais de uma federação por estado. Contando com as federações não reconhecidas existiam, na época da fundação da CONTAG, cerca de 42 federações em que 21 estavam sob orientação comunista, 9 sob orientação da AP, 8 ligadas a setores mais conservadores da Igreja Católica e duas sob influência dos padres Crespo e Melo. Cf; *Idem.*

¹⁷³ Cabe lembrar que as Ligas Camponesas não privilegiaram em suas ações a criação de sindicatos rurais oficiais, não participando do processo de criação da CONTAG.

¹⁷⁴ Cf; COSTA, Luiz Flavio Carvalho. *Op. Cit.*, p.117.

assegurava o ETR, as associações rurais existentes e seus órgãos superiores – federações e a Confederação – poderiam, a partir de uma reunião, ser investidos das prerrogativas sindicais. Desta forma, em uma Assembleia Geral da CRB, ocorrida em 23 de novembro de 1963, esta deixou de ser uma entidade associativa ligada ao Ministério da Agricultura, para ser uma entidade sindical vinculada ao Ministério do Trabalho. Apesar dessa modificação legal, a CNA permaneceria com os mesmos quadros dirigentes da CRB, com o seu veículo de divulgação, a *Revista Gleba*, e com as mesmas demandas no que tange a questões ligadas à reforma agrária. Vale lembrar que a CRB passou a denominar-se de CNA apenas em meados de 1965, quando boa parte das associações a ela filiadas tornou-se sindicatos patronais rurais¹⁷⁵.

A partir dos decretos 53.516 e 53.517, ambos de 31 de janeiro de 1964, estavam fundadas oficialmente a CNA e a CONTAG, sendo consagrada a estrutura sindical corporativista no campo. Tal processo de sindicalização rural não ocorreu meramente por iniciativa governamental. A própria rejeição ao sistema de representação sindical na agricultura na década de 1940 foi conduzida por frações da classe dominante agrária que privilegiaram um modelo de organização baseado no associativismo. Da mesma forma, as mobilizações dos trabalhadores rurais nos anos de 1950 e de 1960 foram primordiais para o avanço do debate em torno da sindicalização, resultando não só em ações da sociedade política em prol de uma legislação trabalhista e sindical para o campo, como em uma mudança de postura de setores do patronato rural. A CRB passou a aceitar a formação de sindicatos agrícolas, procurando controlá-los através do Serviço Social Rural e do apoio à atuação dos Círculos Operários Cristãos.

A fundação da CONTAG e da CNA igualmente contou com a ampla participação (e disputa) de diferentes organizações da sociedade civil de modo a averiguar distintos atores presentes no âmbito sindicalismo rural. No caso da CONTAG, constataram-se embates entre a ULTAB, a AP e setores da Igreja Católica ligados aos Círculos Operários Cristãos pela hegemonia na composição da diretoria do novo órgão. Já em relação à CNA, houve apenas a transformação da CRB em entidade sindical. Entretanto, cabe lembrar as

¹⁷⁵ De acordo com a própria CRB, algumas associações rurais temiam transformar-se em sindicatos face à possibilidade de intervenção do Ministério do Trabalho. O fato do Ministério da Agricultura ter cortado as subvenções a estas associações acelerou o seu processo de transformação em sindicatos. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. *Op. Cit.*

divergências ocorridas entre a SNA e a SRB no contexto de formação da CRB. Estes conflitos revelam distintos interesses e projetos no meio rural brasileiro, devendo-se também, em muito, às importantes prerrogativas capitalizadas pelas organizações vinculadas ao sindicalismo rural corporativista: o direito à participação junto às agências estatais responsáveis pela elaboração das políticas voltadas para a agricultura, a garantia de recursos via o imposto sindical e a representação oficial dos interesses, respectivamente, do trabalhador e do patronato rurais. Por certo, tais atribuições em muito contribuía para a propagação das visões de mundo das frações de classe contempladas nesta esfera de representação.

As campanhas e ações engendradas pelas CRB e CONTAG entre janeiro de 1964 e a eclosão do golpe militar revelam, desta forma, não apenas as imposições e atribuições da estrutura sindical corporativista, mas os interesses de setores da sociedade civil representados nestas agremiações.

4. A CONTAG e a CRB no contexto do golpe militar de 1964

Desde que receberam sua investidura sindical, em 31 de janeiro de 1964, até a derrubada do governo de João Goulart, a CRB e a CONTAG atuaram primordialmente no, cada vez mais acirrado, debate acerca da reforma agrária. A CRB – que desde 1962, elaborou seu próprio projeto de reforma agrária baseado na distribuição de terras públicas e na assistência técnica às grandes propriedades já existentes – reagiu enfaticamente contra o decreto da SUPRA que tornava prioritária as desapropriações de terras próximas às rodovias, chamando a Superintendência de *desagregadora* e acusando-a de incitar invasões de terra. Em reunião do dia 26 de fevereiro de 1964, a CRB advertiu para a intensificação dos confrontos no campo e mostrou-se claramente disposta a intervir nesta conjuntura:

“A CRB sente-se no dever indeclinável de, com veemência patriótica, alertar a Nação sobre os perigos que ameaçam a ordem subversiva dos que, acobertados por autoridades do Governo Federal, tumultuam a vida rural, através de invasões ilegais de terras. A SUPRA, no propósito malsão de quebrar a ordem democrática, tem ousado em demasia, tornando intoleráveis

suas campanhas demagógicas, e os verdadeiros democratas não podem mais admitir excessos provocados contra o direito de propriedade".¹⁷⁶

Sob a alegação de que os produtores estavam temerosos em investir em suas propriedades, atestava-se que tais medidas governamentais prejudicavam toda a economia nacional, o que conferia um caráter “patriótico” às ações e afirmações da CRB, inclusive aquelas em prol de um golpe para depor o governo vigente.

Já a CONTAG, que havia sido formada a partir de um processo de disputa entre as organizações de trabalhadores rurais, procurou, inicialmente, conferir credibilidade ao seu funcionamento, assegurando que a agremiação “*foi criada já nas mãos de legítimos representantes camponeses*”. Intentou igualmente atestar a aceitação da composição de sua diretoria, ao afirmar que houve unidade entre as organizações dos trabalhadores rurais durante as eleições da CONTAG, ressaltando ainda o apoio dado pela SUPRA, pela CONSIIR e por sindicatos de operários urbanos¹⁷⁷.

Como primeira medida tomada pela CONTAG, foi estabelecido um Plano de Trabalho a ser desenvolvido no ano de 1964 e, de imediato, empreenderam-se esforços para o estabelecimento de sua sede. Neste Plano, foram priorizadas reivindicações que atendessem às diversas categorias representadas pela CONTAG¹⁷⁸, sendo as seguintes demandas: a aplicação do ETR e a regulamentação de seus artigos sobre Carteira Profissional, Previdência Social, Habitação, Conselho Arbitral e Imposto Sindical; a regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria; melhor financiamento ao pequeno produtor; preços mínimos compensadores; títulos de posse aos posseiros; e a reforma agrária com a alteração na Constituição a respeito da indenização das desapropriações por interesse social¹⁷⁹.

Em relação à temática da reestruturação fundiária, a CONTAG, através do jornal *Terra Livre*, manifestou apoio às mobilizações dos trabalhadores no campo em prol da reforma agrária e da sindicalização, bem como repudiou a atuação dos *latifundiários* neste contexto:

¹⁷⁶ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1964 a dezembro de 1965, p. 29.

¹⁷⁷ *Terra Livre*, janeiro de 1964, ano XIV, n. 30.

¹⁷⁸ De acordo com o ETR, a CONTAG seria a representante sindical oficial das seguintes categorias: assalariados, meeiros, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários, sendo este último grupo alvo de embate entre a CONTAG e a CRB, como será visto no terceiro capítulo deste trabalho.

¹⁷⁹ *Terra Livre*, janeiro de 1964, ano XIV, n. 30.

*“A luta inglória desses latifundiários desesperados, arrolados no plano terrorista dos golpistas, visa criar condições propícias para que sejam liquidadas as liberdades democráticas para barrar o movimento camponês que se desenvolve aceleradamente e impedir as reformas fundamentais de que necessitam os camponeses e todo o povo brasileiro”*¹⁸⁰

A respeito da sindicalização, a CONTAG afirmou que pretendia realizar cursos de capacitação de dirigentes a fim de esclarecê-los sobre as legislações em vigor e trocar experiências de luta. Já acerca da reforma agrária, a CONTAG apoiou o decreto SUPRA no que tange às desapropriações nas margens das vias federais, ressaltando, porém, a importância de uma imediata modificação constitucional para execução da redistribuição de terras. Lyndolpho Silva, em seu discurso, como presidente da CONTAG e representante do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), no Comício de 13 de março de 1964, atestou para a importância da definição do governo pelas reformas de base, rejeitando uma política de conciliação com os *representantes do latifúndio e do imperialismo*.¹⁸¹

Desta forma, enquanto a CRB empenhava-se em denunciar *“o clima de baderna nos meios agrícolas”*¹⁸² e articulava-se com setores da sociedade civil em prol da derrubada do governo, a CONTAG – além de empreender esforços em estruturar sua sede e seu veículo de comunicação com seus filiados – reivindicava, junto com organizações de trabalhadores urbanos, a efetiva realização das reformas de base, notadamente da reforma agrária a partir de uma emenda constitucional.

Por certo, o embate em relação à reforma agrária consistiu em importante questão para a deflagração dos conflitos que desencadearam o golpe militar, sobretudo devido às mobilizações dos trabalhadores rurais, o que conferiu uma dimensão não apenas econômica, mas política ao processo de reestruturação fundiária. Conforme ressalta Leonilde Medeiros, *“mais ameaçadora que as próprias propostas de reforma elaboradas pelas direções do movimento era a existência de uma intensa mobilização e de um processo de organização dos trabalhadores rurais. Isto mais que qualquer outra coisa punha em questão a cada reivindicação, a cada ato de resistência, a cada ocupação de*

¹⁸⁰ *Terra Livre*, março de 1964, ano XIV, n. 32.

¹⁸¹ Lyndolpho Silva, presidente da CONTAG e representante do CGT, 13/3/1964, 5 fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, , <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações pesquisadas em 28 de abril de 2010 .

¹⁸² Revista Gleba. Rio de Janeiro: CRB, janeiro de 1964 a dezembro de 1965, p. 37.

terra, o poder dos proprietários fundiários”¹⁸³. Desta forma, com a derrubada do governo de João Goulart, a CRB e a CONTAG reagiram e foram afetadas de distintas formas.

A CRB emitiu circular para a grande imprensa em que exaltava o seu apoio ao golpe, reiterando sua proposta de reforma agrária e reafirmando sua representatividade junto à *classe rural*:

“A Confederação Rural Brasileira congratula-se com o povo, as Forças Armadas e os agricultores pela vitória democrática contra o processo de comunização que se implantara no país com a conveniência do governo deposto. Neste momento histórico, a CRB reafirma sua posição em favor de uma reforma agrária, equivalente a uma revolução agrícola (...). Sempre esquecida e sacrificada (...), continuará a classe rural, com a mesma e inabalável fé nos altos destinos do Brasil, a lutar, sem esmorecimento, pela consolidação do regime democrático e pelos programas de desenvolvimento econômico e social”.¹⁸⁴

Já CONTAG – que, na época, era conduzida por setores ligados ao PCB e à AP, sofreu intervenção em sua diretoria logo após o golpe militar. Assumiu uma junta interventora, cujo líder seria José Rotta, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e ligado aos Círculos Operários Cristãos. Em seu discurso de posse, José Rotta proferiu as seguintes palavras:

*“Nunca o trabalhador foi tão amparado e garantido como agora. Sou prova, testemunha e fiador dos trabalhadores, nenhum sindicato será fechado, não há prisões de trabalhadores. Os que foram presos não são trabalhadores nem seus amigos, são comunistas. E comunista jamais foi amigo de trabalhador. Se alguns direitos foram cassados, foram daqueles que não souberam desempenhar com responsabilidade e honestidade seus cargos para os quais foram eleitos pelos próprios trabalhadores (...)”*¹⁸⁵

Portanto, mesmo vinculadas ao Ministério do Trabalho, a CONTAG e a CRB, no início do ano de 1964, atuaram de acordo com os interesses de setores organizados da sociedade civil e com as relações (e disputas) presentes no sindicalismo rural. Todavia, com o golpe militar, houve um rearranjo na correlação de forças acerca destas entidades. A CRB manteve sua diretoria e ampliou, conforme será analisado em diante, sua inserção em

¹⁸³ IN: MEDEIROS, Leonilde. Op. Cit, p. 141.

¹⁸⁴ *Jornal do Brasil*, 9 de abril de 1964, p. 13.

¹⁸⁵ *O Estado de São Paulo*, 14 de abril de 1964, p. 15.

agências da sociedade política. Já a CONTAG passou por um período de intervenção, tal como permitia a legislação sindical a que estava submetida.

No próximo capítulo, pretende-se averiguar as principais campanhas e embates que envolvem a CNA e a CONTAG, sobretudo no que concerne à representação do pequeno proprietário rural. Para a melhor compreensão da atuação dessas entidades, serão estudados seus principais discursos, os *capitais* que disputavam no interior da estrutura sindical e o *habitus* e a base social de seus agentes.

A temática da reforma agrária, por certo um dos principais aspectos de disputas entre as agremiações aqui estudadas, será analisada detidamente, em diferentes contextos, no terceiro e quarto capítulo da tese.

CAPÍTULO DOIS: SINDICALISMO RURAL: CONFIGURAÇÃO, EMBATES E CAMPANHAS

O sindicalismo rural corporativista se consolidou e se expandiu consideravelmente ao longo da ditadura militar. Esta expansão se expressou pelo aumento não apenas da quantidade de sindicatos e federações, como também do número de filiados. A despeito desse crescimento, o golpe de 1964 engendrou significativas mudanças nas formas de representação e de correlações de forças da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e, principalmente, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Esta – que já tinha suas ações norteadas, tal como a CNA, pela legislação sindical que a regia – encontrou ainda mais restrições face ao contexto repressor vigente, o que não resultou em seu total imobilismo. Quanto à CNA, teve ampliados seus espaços de representação junto à sociedade política.

Ambas as Confederações atuaram junto ao âmbito do sindicalismo rural corporativista, aproximando-se em determinados aspectos e, sobretudo, disputando posicionamentos no seu interior. O presente capítulo pretende justamente analisar as principais campanhas das mencionadas Confederações (com exceção da reforma agrária, averiguada nos capítulos seguintes) identificando as características e os embates que moldaram o sindicalismo rural entre 1964 e 1985. Neste sentido, revela-se importante a análise da composição dos quadros dirigentes da CONTAG e da CNA, especialmente no que se refere à sua extração sócio econômica e propriedades de trajetória, atestando para seus *habitus* e capitais acumulados.

1. CONTAG: Base Social

Entre 1964 e 1985, cento e onze dirigentes ocuparam cargos na CONTAG, distribuídos entre a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e suas respectivas suplências

(ANEXO 1). Foram pesquisados dados sobre esses dirigentes¹⁸⁶, com ênfase para a sua procedência regional, atividade econômica e profissional, inserção em agências estatais, articulações com distintas organizações da sociedade civil, etc. Não foram encontradas informações para trinta e oito desses cento e onze dirigentes, ou seja, 34,2% do total (ANEXO 3).

Analisando esses dados de forma global, constatou-se a predominância de dirigentes oriundos da região Nordeste do país, embora as regiões Sul e Sudeste também tivessem representatividade bastante significativa, sobretudo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná (QUADRO I). Todavia, Pernambuco era o estado com maior projeção, não só pela longa permanência do pernambucano José Francisco da Silva como presidente da CONTAG¹⁸⁷, como também pela importância conferida à federação dos trabalhadores rurais daquela região, a FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pernambuco). A FETAPE desempenhou papel fundamental na articulação de uma chapa de oposição responsável pela destituição do ex-interventor José Rotta da presidência da Confederação. Da mesma forma, ela liderou, em fins dos anos de 1970, greves de assalariados canavieiros, que adquiriram notoriedade nacional junto ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, como será analisado adiante. Ademais, no contexto da emergência da “Nova República”, foi conferida enorme dimensão simbólica a esta federação, propalada como herdeira das Ligas Camponesas. Procurou-se resgatar, através de depoimentos, a memória de antigos líderes, minimizando o papel de setores da Igreja junto ao sindicalismo rural daquele estado.

Outro aspecto que chama atenção a partir da leitura do quadro I, é a pouca representação dos estados do Norte e do Centro-Oeste, o que constituiu um dos fatores explicativos para a importância das oposições sindicais e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) nestas regiões, atestando para formas de representação dos trabalhadores rurais para além da estrutura oficial.

¹⁸⁶ Esta pesquisa foi feita em sites da Internet, dicionários biográficos e através de bibliografia sobre movimento sindical rural.

¹⁸⁷ José Francisco da Silva foi presidente da CONTAG entre 1968 e 1989, permanecendo na agremiação como vice-presidente entre 1990 e 1995.

**Quadro I: CONTAG: procedência regional – total de dirigentes pesquisados:
70¹⁸⁸ (1964-1985)**

REGIÃO	NÚMERO DE DIRIGENTES POR FEDERAÇÃO ESTADUAL	TOTAL DE DIRIGENTES POR REGIÃO
Nordeste	Bahia -3 Pernambuco-7 Ceará-5 Sergipe-4 Rio G. do Norte-4 Maranhão-2 Alagoas -3 Paraíba-2 Piauí- 2	32
Sudeste	São Paulo - 7 Rio de Janeiro - 6 Minas Gerais - 4 Espírito Santo - 0	17
Sul	Rio Grande do Sul - 5 Santa Catarina - 4 Paraná - 5	14
Centro Oeste	Mato Grosso - 1 Mato Grosso do Sul- 1 Goiás - 3 Distrito Federal -0	05
Norte	Tocantins- 0 Rondônia – 0 Amazonas -0 Pará- 2 Roraima -0 Amapá – 0 Acre- 0	02

FONTES: os dados foram pesquisados em dicionários histórico biográficos, sites da Internet, nos periódicos da CONTAG e em bibliografia especializada.

Foram encontradas referências diretas de vínculo como trabalhador rural – quer como assalariado, meeiro, sitiante, posseiro ou pequeno proprietário – em apenas vinte e dois dos setenta e três dirigentes com informações coletadas, ou seja 30,1%. Por certo, tal resultado em parte se explica pela escassez dos dados biográficos obtidos, privilegiando-se menções aos postos ocupados na estrutura sindical corporativista, seja como delegado,

¹⁸⁸ Não foi possível constatar a procedência regional de 3 dos 73 dirigentes com informações coletadas.

membro de sindicato ou de federação de trabalhadores rurais. Nota-se a longa permanência nestes cargos nas trajetórias de muitos dos dirigentes analisados, o que configura o predomínio de uma *carreira sindical*, como é o caso do próprio José Francisco da Silva. Este começou como delegado de um Engenho na Zona da Mata Pernambucana e se tornou presidente do STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais) de Vivência, secretário e presidente da FETAPE e, finalmente, presidente da CONTAG.¹⁸⁹

Tavares ressalta a interligação entre as diferentes instâncias da estrutura sindical corporativista de modo que o destaque na liderança de um sindicato pudesse alçar a ocupação em postos na federação estadual ou mesmo na CONTAG¹⁹⁰. Desta forma, ao longo de suas trajetórias, dirigentes configuravam certos *habitus* (como o linguajar no encaminhamento das reivindicações, o conhecimento e a operacionalização da legislação agrária e trabalhista, o comportamento junto às bases, etc) que auxiliavam em sua projeção e em sua reprodução no espaço do sindicalismo rural. Baltazar de Sousa¹⁹¹ afirma que a perpetuação do que ele considera como uma *casta política* no interior do sindicalismo rural prejudicaria a representação dos trabalhadores, uma vez que os dirigentes estariam mais interessados nos benefícios materiais derivados de seus cargos (salários, diárias, passagens, etc) do que na defesa das reivindicações das categorias que deveriam representar. Já Rudá Ricci¹⁹² ressalta que a “reprodução social” dos dirigentes rurais tratar-se-ia de uma necessidade econômica – uma vez que o processo de oligopolização da agricultura dificultou o retorno para atividades rurais –, sem que isso correspondesse, necessariamente, a um conservadorismo ou “peleguismo” dos dirigentes.

Há referências à ocupação de cargos na sociedade política no caso de 25 dirigentes pesquisados (34,2%). Boa parte desses postos foi contemplada em período posterior à ditadura militar. Constata-se, portanto, que a participação na estrutura sindical corporativista auxiliou na inserção de dirigentes junto a agências da sociedade política, sobretudo na esfera municipal. Muitos – face ao capital político e cultural acumulado em suas atuações no sindicalismo rural – se tornaram vereadores, secretários de agricultura,

¹⁸⁹ Igualmente não há referências a outro tipo de formação/ocupação profissional, com exceção do Aparecido de Souza Dias, advogado.

¹⁹⁰ Cf; TAVARES, Ricardo. *Op. Cit.*

¹⁹¹ SOUSA, Baltazar Macaíba. *Sindicalismo Rural; burocratização e autonomia – análise da filiação da CONTAG à CUT*. Fortaleza: UFC/ Tese de Doutorado, 2006.

¹⁹² RICCI, Rudá. *Op. Cit.*

prefeitos ou vice-prefeitos das cidades em que atuavam, tendo alguns se tornado deputados estaduais, juizes classistas ou mesmo vice-governador. Neste sentido, muitos membros da CONTAG – mormente aqueles que ocuparam cargos com maior destaque e por mais tempo – provavelmente priorizaram, em sua trajetória profissional, a carreira sindical e/ou em agências estatais, afastando-se de suas possíveis atividades como trabalhadores rurais.

Outro aspecto a ser levantado consiste na articulação de alguns dirigentes – ao menos 14 – com setores da Igreja Católica, sobretudo através da participação em treinamentos sindicais promovidos por organizações ligadas a esta instituição¹⁹³. Todavia, podem-se notar distintas atuações da Igreja junto ao sindicalismo dos trabalhadores rurais em diferentes contextos políticos, a saber: na conjuntura pré-golpe de 1964, no primeiro ano de ditadura e a partir de 1968. Neste sentido, revela-se elucidativa a análise em separado das diretorias nestes variados momentos.

A primeira diretoria da CONTAG foi eleita em dezembro de 1963. Conforme averiguado no Capítulo I, seus membros pertenciam ao PCB ou a setores mais combativos da Igreja Católica, como a AP e a JUC¹⁹⁴. A composição desta direção representou, à época, a derrota do sindicalismo ligado aos Círculos Operários Cristãos – de caráter nitidamente anticomunista. Todavia, com a eclosão do golpe, a CONTAG sofreu imediata intervenção e seus dirigentes foram presos e/ou reprimidos. Lyndolpho Silva foi destituído da presidência, teve seus direitos políticos cassados por dez anos e, por orientação do PCB, deixou o país em 1973. O vice-presidente, Manoel Gonçalo, e o secretário geral, Sebastião Lourenço, foram presos. José Gomes Novaes, José Leandro Bezerra e Nestor Veras passaram a viver na clandestinidade, tendo o último sido preso e desaparecido a partir de 1975.

Três interventores assumiram o comando da CONTAG, todos ligados aos Círculos Operários Cristãos, com destaque para José Rotta, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo e indicado diretamente pelo Ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, sob orientação da alta hierarquia da Igreja Católica¹⁹⁵. Ademais, durante o período de intervenção – de abril de 1964 a janeiro de 1965 – a

¹⁹³ Entre essas organizações, pode-se citar a SORPE, SAR, JUC, AP, FAG, etc.

¹⁹⁴ Dentre os nove diretores executivos, quatro eram do PCB e quatro da AP, JUC e/ou MEB. Não foram encontradas informações de um dos diretores executivos.

¹⁹⁵ Os outros interventores eram Agostinho Neto e Ambrósio Ivo Aureliano.

CONTAG funcionou em sala cedida pela Confederação dos Círculos Operários Cristãos, no Rio de Janeiro¹⁹⁶.

Este segmento da Igreja Católica influenciou não apenas o órgão máximo dos trabalhadores rurais como também algumas federações e sindicatos. A título de exemplo, pode-se citar a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ) que teve seus dirigentes afastados e substituídos por uma junta interventora cujos membros foram indicados pelo padre Carvalho, assistente eclesiástico da Federação dos Círculos Operários Fluminenses¹⁹⁷. Já a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná (FETAP) foi conduzida, após o golpe, por membros da FAP (Frente Agrária Paranaense), igualmente ligada aos Círculos Operários. A Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Pernambuco (FETAPE), por sua vez, sofreu significativa influência dos padres Crespo e Melo, ligados ao SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), agremiação vinculada aos Círculos Operários Cristãos e que dispunha de recursos fornecidos pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)¹⁹⁸. O SORPE ampliou consideravelmente sua inserção junto às organizações dos trabalhadores rurais em Pernambuco após a derrubada do governo Goulart, visto que 30 dos 35 sindicatos rurais existentes neste estado sofreram intervenção governamental¹⁹⁹.

Além de setores da Igreja Católica, outro ator desempenhou papel primordial na reestruturação do sindicalismo rural: agências norte-americanas instaladas em distintas regiões do país. A presença de programas e instituições norte-americanas no campo remonta aos anos de 1940 e 1950, quando foram implementados cursos de alfabetização e treinamento profissional para populações rurais, contando, inclusive, com o apoio da Igreja Católica. Neste período, foi ainda criado o Escrito Técnico de Agricultura Brasileiro Americano (ETA), fruto da cooperação entre o Ministério da Agricultura e o governo dos Estados Unidos. O ETA pretendia promover o ensino agrícola mediante capacitação e assistência técnica fornecida aos trabalhadores e produtores rurais através do extensionismo

¹⁹⁶ PINTO, Luzia. *Op. Cit.*

¹⁹⁷ TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Algumas notas sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais após o golpe de 1964. IN: *Revista de História*. Salvador, UFBA, n. 2, 1, 2010.

¹⁹⁸ DREIFUSS, René. *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁹⁹ TAVARES, Ricardo. *Op. Cit.*

rural, estimulando o uso de máquinas e insumos modernos – produzidos por indústrias das principais potências mundiais – no setor produtivo agrícola brasileiro²⁰⁰.

Agências norte-americanas igualmente depreenderam esforços para orientar a formação de sindicatos da classe trabalhadora. Para tanto, foi criado, em 1961, o American Institute of Free Labor Development, conhecido no Brasil como Instituto Americano de Desenvolvimento e Sindicalismo Livre (IADESIL). O IADESIL era vinculado à *American Federation of Labor Congress of Industrial Organization* (AFL – CIO) e patrocinado por diversas empresas e multinacionais, contando com filiais em distintas regiões da América Latina. Entre os projetos do IADESIL no Brasil pode-se citar a criação de cooperativas de crédito, a aplicação de serviços comunitários diversos e a elaboração de propostas habitacionais de baixo custo. Todavia, o Instituto focava suas ações para a “educação trabalhista”, cujo objetivo era formar sindicatos anticomunistas e estimular a conciliação entre patrões e empregados. Dreifuss sinaliza que esta agência ainda se constituía em importante instrumento para coleta de informações sobre líderes sindicais, posto atuar no interior dos movimentos sociais dos trabalhadores²⁰¹.

No Brasil, o IADESIL contava com o apoio do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), criado em 1963 e sediado em São Paulo. O ICT chegou a ter 80% de seus recursos financiados pelo IADESIL, tendo sido também influenciado pelo IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) e pelos Círculos Operários Católicos²⁰². O ICT oferecia cursos educacionais e de formação sindical, com duração de um mês, em várias regiões do país. Nesses encontros eram selecionados os que revelavam “maiores aptidões” para a liderança sindical, sendo encaminhados para um curso intensivo em São Paulo. Havia ainda outra seleção para estudo integral no *Front Royal Institute*, na Virgínia, Estados Unidos. Essas lideranças, ao voltarem dos Estados Unidos, deveriam atuar na organização dos trabalhadores em sindicatos. Com a deflagração do golpe militar, os cursos promovidos pelo IADESIL ampliaram-se ainda mais. Estima-se que cerca de 30 mil sindicalistas brasileiros (rurais e urbanos) receberam ensinamentos dispensados pelo ICT entre 1963 e 1973 tendo, em 1966, mais de 200 líderes sindicais sido enviados para treinamento nos Estados Unidos. Administração sindical, negociação coletiva, legislação sindical e

²⁰⁰ Sobre a atuação do ETA no país ver MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*, 2007.

²⁰¹ DREIFUSS, René. *Op. Cit.*

²⁰² *Idem.*

trabalhista consistiram nas principais matérias abordadas pelos cursos do IADESIL após o golpe de 1964²⁰³.

Em relação ao meio rural, o IADESIL teve maior atuação, assim como o ETA, no Nordeste do país. Por certo, a forte presença das Ligas Camponesas nesta região consiste em um dos fatores explicativos para tal atuação²⁰⁴. O IADESIL, em cooperação com a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Pernambuco (FETAPE), construiu três centros de treinamento neste estado – nos Municípios de Carpina, Garanhuns e Ribeirão²⁰⁵. De acordo com Tavares²⁰⁶, a inserção de agências norte-americanas no sindicalismo rural de Pernambuco dispõe de pouquíssima documentação, a despeito da grande quantidade de cursos ministrados e da importância conferida à FETAPE junto à direção da CONTAG a partir de 1968. Fernando Barcellos aponta para a maior inserção do IADESIL junto à FETAG-RJ entre 1966 e 1973. Já Osvaldo Silva afirma que o convênio entre a Federação do Paraná e esta agência norte-americana prosseguiu no decorrer da década de 1970²⁰⁷.

O período de intervenção na CONTAG se encerrou em inícios de 1965, quando houve eleições para a uma nova diretoria. Concorria uma única chapa em que os sete representantes das federações presentes na Assembleia votaram, não havendo votos brancos ou nulos²⁰⁸. Esta nova gestão guardava estreitos laços com os Círculos Operários Católicos, visto que José Rotta permaneceu como presidente da agremiação e Agostinho Neto como secretário. Nobor Bito, José Lázaro Dumont e Euclides do Nascimento, integrantes da Diretoria Executiva, eram igualmente ligados aos Círculos. Havia também uma aproximação da recém-empossada diretoria com o IADESIL uma vez que, em agosto de 1965, foi solicitado a este Instituto empréstimo para administrar despesas orçamentárias da Confederação enquanto a cobrança do imposto sindical não estivesse regularizada, bem

²⁰³ BARCELLOS, Fernando. *Op. Cit.*

²⁰⁴ MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*, 2007.

²⁰⁵ TAVARES, Ricardo. *Op. Cit.*

²⁰⁶ *Idem.*

²⁰⁷ BARCELLOS, Fernando. *Op. Cit.*; SILVA, Osvaldo Heller da. *Op. Cit.*

²⁰⁸ *Ata dos trabalhadores eleitores da eleição de 1965*. 14/5/1965, 2 fls. Documento retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, em 15 de abril de 2010.

como foi anunciada a oferta de bolsas de estudos nos Estados Unidos para dirigentes que se destacassem em diferentes estados²⁰⁹.

Em 1967, ocorreram novas eleições para a direção da CONTAG, em que disputaram duas chapas, uma liderada por José Rotta e outra liderada por José Francisco da Silva, então secretário da FETAPE. Onze federações participaram desta escolha e, por diferença de apenas um voto, a chapa conduzida pelo líder pernambucano venceu.

Tal vitória é comumente exaltada em estudos sobre o sindicalismo rural - e na própria história oficial da CONTAG - como uma “retomada” de atitudes mais combativas desta agremiação²¹⁰. Por certo, a nova direção engendraria distintos mecanismos de atuação junto à sociedade política e aos seus associados, como será analisado adiante. Todavia, é possível vislumbrar elementos de continuidade entre a gestão empossada em 1968 e a anterior. A chapa oposicionista contava, inclusive, com o apoio da FAG (Frente Agrária Gaúcha, ligada aos Círculos Operários) e com a participação de Agostinho José Neto, então diretor da CONTAG desde o golpe militar. Tavares afirma, ainda que, de acordo com dados extraídos de entrevistas fornecidas por membros da CONTAG, a ideia inicial era destituir José Rotta da presidência da Confederação, conquanto mantendo-o em um cargo secundário na diretoria. O ex-interventor, no entanto, não concordou com tal proposta, o que levou à disputa entre ambas as chapas. O autor lembra também a importância da articulação promovida por Euclides Nascimento, ligado ao SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, vinculado à Igreja) e dirigente da CONTAG entre 1965 e 1968, para promover a ascensão de José Francisco da Silva na presidência da Confederação²¹¹.

Cabe lembrar ainda que o novo presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, foi formado nos quadros do SORPE e havia participado de um curso nos Estados Unidos promovido pelo IADESIL. Sobre a influência de setores da Igreja Católica, José Francisco da Silva afirmou contar com o apoio desta instituição na luta pela reforma agrária, advertindo não se tratar da “Igreja tradicional ligada à moral e à religião, mas aquela que se interessa e se preocupa com a sociedade, que trabalha pela justiça social”²¹². Quanto à

²⁰⁹ Contag, *Relatório das atividades da CONTAG*, 4/1965 a 3/1966, 5fls. IN: Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações retiradas em 21 de abril de 2010.

²¹⁰ Ver PALMEIRA, Moacyr. *Op. Cit.*; e as edições comemorativas dos 30 e 40 anos da CONTAG.

²¹¹ TAVARES, Ricardo. *Op. Cit.*

²¹² Carta circular de José Francisco da Silva datada de 5/12/1968. Extraída de SILVA, Osvaldo Heller. *Op. Cit.*, p. 390.

sua participação em curso nos Estados Unidos, o presidente da CONTAG procurou minimizar o papel por ele exercido em sua trajetória sindical:

“Fiz parte de um treinamento no ICT, participei de um treinamento nos Estados Unidos. Eu já tinha uma visão crítica, já sabia, já estava na federação, sabia o papel que eu tinha que desenvolver no movimento sindical. Eu aproveitava o curso, as matérias que interessavam ao movimento sindical como um todo. A parte que não prestava para a nossa prática sindical, a gente não aproveitava. Agora, além desses cursos, eu participei de outros treinamentos, ministrados por outros segmentos.”²¹³”

José Francisco da Silva foi presidente da CONTAG por vinte anos, se tornando vice-presidente da agremiação entre 1989 e 1995. Entre 1968 e 1985, seis diretorias foram eleitas. Muitos dirigentes permaneceram no comando da CONTAG ao longo de todo esse período, reforçando a assertiva de pouca renovação dos quadros desta agremiação, entendida não apenas devido à conformação de um *habitus* por parte dos dirigentes rurais, como pelo sistema eleitoral vigente na estrutura sindical oficial.

Vale ressaltar que setores da Igreja Católica e agências norte-americanas tiveram atuação junto aos presidentes da CONTAG que sucederam José Francisco da Silva. Aloísio Carneiro, presidente da CONTAG entre 1989 e 1992, fez cursos no México e nos Estados Unidos sobre relações trabalhistas e Francisco Urbano de Araújo Filho, presidente da CONTAG entre 1992 e 1997, recebeu treinamento sindical pelo SAR, organização da Igreja Católica atuante no Rio Grande do Norte. Como já mencionado, outros dirigentes da estrutura sindical participaram de atividades promovidas pelo IADESIL na década de 1960, bem como muitos foram educados e mesmo alfabetizados por setores da Igreja Católica. Boa parte desses dirigentes permaneceu junto ao sindicalismo rural corporativista ao longo dos anos de 1970 e 1980, revelando a importância de ambas as instituições – a Igreja católica e agências norte-americanas – na conformação do *habitus* de muitos dirigentes da CONTAG.

Portanto, as ações engendradas pela CONTAG não se explicam apenas por seu enquadramento sindical ou pelo contexto repressor vigente. O papel desempenhado pelas agências norte-americanas não pode ser desprezado. Apesar dos cursos promovidos pelo

²¹³ José Francisco da Silva em entrevista a Ricardo Tavares em abril de 1991. Retirado de TAVARES, Ricardo. *Op. Cit.*, pp. 99 e 100.

IADESIL não abordarem diretamente as temáticas da reforma e da legislação agrária – aspectos tão caros às campanhas da CONTAG –, foram fornecidas técnicas de administração sindical e conhecimentos sobre a legislação trabalhista que, possivelmente, seriam utilizados nas práticas dos dirigentes que compunham os quadros da estrutura sindical dos trabalhadores rurais. Já atuação da Igreja Católica – antes e, sobretudo, após o golpe de 1964 – junto ao sindicalismo rural brasileiro seguramente influenciou nas posturas emanadas pela CONTAG, com destaque para a metodologia utilizada nos cursos de capacitação e educação sindical, como será visto adiante. Ressalva-se, porém, a mudança de orientação de setores da Igreja Católica no país a partir de fins dos anos de 1960. Neste sentido, a atuação dessa instituição junto à CONTAG entre 1964 e 1985 não pode ser analisada de forma monolítica, conforme será melhor analisado adiante. Vale lembrar a influência da FETAPE na uniformização e nacionalização de demandas e ações propaladas pela CONTAG – expressas a partir da greve dos canavieiros pernambucanos em 1979, conforme será analisado adiante. Por fim, pode-se constatar a configuração de um *habitus* próprio dos dirigentes rurais, com o domínio dos instrumentos legais para a difusão e reivindicação de direitos agrários e trabalhistas, com o conhecimento dos trâmites da prática sindical (como por exemplo, realizações de assembléias ou redação de atas e de estatutos) e com ações pautadas em medidas conciliatórias e legalistas. Cabe assinalar ainda a importância da atuação desses agentes para a sua manutenção junto ao sindicalismo corporativista e /ou para sua projeção em uma carreira política.

2. CNA: Base Social

Já a CNA não sofreu intervenção em sua diretoria após o golpe de 1964. Íris Meinberg permaneceu presidente do órgão sindical máximo do patronato rural até o ano de 1967, mantendo-se a aproximação entre os dirigentes desta agremiação e da SNA, conforme visto no primeiro capítulo. Em 1967, Flavio da Costa Britto assumiu a direção da CNA, aí permanecendo até o ano de 1987. A atuação desempenhada por esta agremiação igualmente não pode ser depreendida apenas por seu enquadramento sindical, devendo ser averiguados que segmentos da sociedade civil estavam junto a ela representados.

Tal como realizado em relação à CONTAG, foram analisadas as procedências regional, profissional e econômica dos membros da CNA, bem como sua inserção junto a organizações da sociedade civil e da sociedade política. Cabe esclarecer, de pronto, que foi possível coletar, se comparado à pesquisa feita para a CONTAG, maior volume de informações face, sobretudo, à projeção econômica e política dos dirigentes da Confederação patronal. Ademais, constatou-se que a própria CNA, em sua revista, tratava de difundir os dados biográficos de seus quadros, aspecto não observado no que tange à CONTAG. Foram localizados dados de setenta e quatro dos noventa dirigentes pesquisados, ou seja, cerca de 82 % do total (ANEXO 2 e 4).

Em relação à procedência regional (QUADRO II), atesta-se o predomínio das regiões Nordeste e Sudeste, com São Paulo constituindo o estado com maior número de representantes. Tal qual a CONTAG, nota-se pouca representatividade junto às regiões Centro-Oeste e Norte, o que igualmente pode, em parte, explicar o surgimento de oposições à estrutura sindical corporativista nestas localidades, como, por exemplo, a União Democrática Ruralista (UDR).

QUADRO II: CNA : procedência regional – totais de dirigentes pesquisados 66²¹⁴
(1964 – 1985)

REGIÃO	NÚMERO DE DIRIGENTES POR FEDERAÇÃO ESTADUAL	TOTAL DE DIRIGENTES POR REGIÃO
Sudeste	São Paulo - 10 Rio de Janeiro - 7 Minas Gerais - 4 Espírito Santo - 4	25
Nordeste	Bahia -3 Pernambuco-3 Ceará-5 Sergipe-3 Rio G. do Norte-1 Maranhão-3 Alagoas -1 Paraíba-2 Piauí- 1	22
Sul	Rio Grande do Sul - 4 Santa Catarina - 1 Paraná - 5	10
Centro Oeste	Mato Grosso - 1 Mato Grosso do Sul- 1 Goiás - 3 Distrito Federal -0	05
Norte	Tocantins- 0 Rondônia – 0 Amazonas -2 Pará- 2 Roraima -0 Amapá – 0 Acre- 1	05

FONTES: os dados foram pesquisados em dicionários histórico biográficos, sites da Internet, nos periódicos da CONTAG e em bibliografia especializada, sobretudo, MENDONÇA, Sonia. *Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

Foram encontradas referências diretas à condição de proprietário e/ou empresário rural em vinte e nove dos dirigentes pesquisados (32,2%), destacando-se a menção a

²¹⁴ Não foi possível constatar a procedência regional de 8 dos 74 dirigentes com informações coletadas

atividades ligadas à pecuária (ao menos 15)²¹⁵. Cabe ressaltar que a predominância do estado de São Paulo e de setores ligados à pecuária poderia fornecer uma conclusão apressada sobre o perfil da base representativa da CNA, conclusão que em boa parte não confluiria com as diretrizes emanadas desta agremiação. Isto porque é possível notar embates no interior da Confederação nos quais muitas vezes prevaleciam (não sem conflitos) as reivindicações do setor canavieiro/usineiro do Nordeste e de parte do Sudeste – primordialmente o estado do Rio de Janeiro – em relação a interesses dos setores “mais modernos” de São Paulo ou do Paraná. Esta parece ter sido a conduta da CNA no período de aprovação e formulação do Estatuto da Terra, conforme será visto no capítulo três, e em outros contextos. Ademais, cabe lembrar que no período estudado por esta tese (1964-1985) destacaram-se, sobretudo, dois dirigentes na CNA: Edgar Teixeira Leite e Flávio da Costa Brito. Estes se constituíram, a nosso ver, nos *intelectuais orgânicos* da agremiação patronal posto terem detido papel primordial em organizar suas demandas e inseri-las junto a agências da sociedade política.

Edgar Teixeira Leite, fluminense, era engenheiro agrônomo e técnico de carreira do Ministério da Agricultura. Atuou, inicialmente, em Pernambuco, ocupando cargos na sociedade política (foi prefeito de Gameleira, deputado federal e secretário de agricultura do estado) e junto à atividade econômica ligada à cana de açúcar (foi vice presidente da Companhia de Melhoramentos, empresa detentora de usinas, e diretor da Cooperativa de Álcool Motor). Foi também secretário da agricultura do estado do Rio de Janeiro e professor catedrático /diretor da Escola Nacional de Agronomia / UFRRJ, publicando estudos sobre a região da Baixada Fluminense²¹⁶. Compôs os quadros de importantes agências estatais de âmbito federal, tendo sido presidente do Conselho Nacional de Economia (1955), membro do Conselho Nacional de Reforma Agrária (1962) e vice presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (1965-1968). Foi também presidente da Associação Latino-Americana de Direito Agrário, membro da Junta Consultiva do

²¹⁵ Há menção ainda a atividades ligadas à cana de açúcar (4), ao café (3) e a produtos hortigranjeiros (1), além de denominações genéricas como fazendeiro e empresário rural (9).

²¹⁶ Edgar Teixeira Leite publicou os seguintes estudos: *Aspectos da economia nacional* (1937), *Problemas da agricultura fluminense* (1938), *A Baixada Fluminense e sua restauração econômica* (1938), *O problema dos Combustíveis Líquidos* (1944) e *Reforma Agrária* (1946).

Comércio Exterior e do Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Era associado ao IDORT, à SNA, à CNC²¹⁷.

Mesmo ocupando a vice presidência da CNA, Edgar Teixeira Leite tornou-se o principal porta voz da agremiação de inícios a meados dos anos de 1960, o que pode ser observado nos seus pronunciamentos para a grande imprensa e em sua inserção em agências da sociedade política e no debate acerca da reforma agrária²¹⁸.

Flávio da Costa Brito era empresário e usineiro e igualmente deteve importantes cargos em agências estatais. Participou de diversas comissões do Ministério da Agricultura nos anos de 1950, foi conselheiro consultivo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1961), conselheiro técnico do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (1965-1969) e senador do Amazonas pela Arena (1969-1974). Foi presidente da Cooperativa de Cotia e da União Nacional das Cooperativas e foi vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Presidiu a CNA por vinte anos (1967-1987), respondendo pela agremiação em diversos conselhos consultivos e tendo seus discursos projetados na revista da CNA, na grande imprensa e na sociedade política como posição oficial da Confederação²¹⁹.

Constata-se a influência desses dois dirigentes (e das frações de classe por eles representadas, notadamente do setor canavieiro/usineiro) junto à CNA, configurando boa parte de suas demandas e práticas. Cabe lembrar ainda que tanto Edgar Teixeira Leite quanto Flávio da Costa Brito ocuparam funções proeminentes junto à SNA que, como visto no capítulo um, possuía um vínculo histórico com a Confederação²²⁰.

Todavia, como já ressaltado, havia vozes dissonantes no seio da CNA, sendo possível averiguar distintos posicionamentos entre a Confederação e algumas de suas entidades federadas. A federação de São Paulo (FARESP), por certo, constituía-se numa dessas vozes e, ao longo do período estudado, obteve êxito em ampliar seu espaço de atuação junto à Confederação. Em 1979, Fabio Salles Meirelles, presidente da FARESP, se tornou vice-presidente da CNA, tendo seus discursos (e os valores e interesses de frações de classe a eles inerentes) cada vez mais publicados na revista *Gleba*, periódico da

²¹⁷ MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.* 2010.

²¹⁸ Neste contexto, Íris Meinberg, presidente da Confederação, parece não ter tido um papel tão atuante.

²¹⁹ MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.* 2010.

²²⁰ Edgar Teixeira Leite foi vice-presidente da SNA desde 1955 a 1968. Flávio da Costa Brito ocupou este mesmo cargo entre 1969 e 1974.

Confederação. Vale ressaltar que Fabio Meirelles era cafeicultor e pecuarista e ocupou cargos em diversas agências estatais de São Paulo, sendo ainda membro da SRB.

As eleições de 1985 para nova diretoria da CNA expressaram estas disputas. Concorreram uma chapa comandada por Flavio da Costa Brito e outra de oposição, liderada por Alysson Paulinelli. Flavio da Costa Brito foi vitorioso, mas os resultados foram contestados judicialmente e, em 1987, Alysson Paulinelli²²¹ assumiu a presidência da Confederação. A maior influência da FARESP junto à CNA e as eleições de 1985 serão melhor analisadas no último capítulo deste tese. Revela-se importante, porém, destacar a existência dessas distintas frações da classe dominante agrária agremiadas na Confederação, disputando sua hegemonia e, por certo, configurando determinadas posturas e campanhas.

Diferentemente do observado em relação à CONTAG, muitos dirigentes da CNA (ao menos quarenta e nove, ou seja, 54,5%) possuíam formação superior ou desempenhavam outras atividades profissionais, para além de suas funções políticas, sindicais ou relacionadas à propriedade rural. O curso de bacharel em Direito representou a principal formação dos quadros da CNA, seguido da carreira de engenheiro agrônomo e médico.²²² Tal composição garantia à agremiação capital político e cultural que lhe permitia enunciar com maior legitimidade suas campanhas e ações. Ao mesmo tempo, ao integrarem os quadros do sindicato oficial do patronato rural, estes dirigentes angariavam também capital político e prestígio simbólico que, por certo, lhes auxiliavam em suas inserções junto à sociedade política.

Sobre este aspecto, vale ressaltar que cerca de 60% dos dirigentes analisados detiveram postos em agências da sociedade política. Muitos exerceram mandatos de deputados federal ou estadual, bem como se tornaram Secretários da agricultura de seus estados ou prefeitos de suas cidades de atuação. A ocupação de postos em agências ligadas ao Ministério da Agricultura ou relacionadas à atividade rural – como o IBC, INDA, INIC,

²²¹ Alysson Paulinelli era mineiro, agropecuarista e foi deputado federal, secretário de Agricultura do estado de Minas Gerais e ministro da Agricultura entre 1974 e 1978. Era membro da Sociedade Mineira de Agricultura. Cf; MENDONÇA, Sonia. *Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010, p. 278.

²²² Vinte dirigentes eram formados em Direito, onze engenheiros agrônomos, nove eram médicos, dois engenheiros civis, três formados em Economia, um em veterinária, dois eram administradores e um era jornalista, além de três terem seguido carreira militar. Cabe lembrar que alguns dirigentes possuíam mais de uma formação.

BNCC ou ABCAR – igualmente pôde ser constatada, além de alguns dirigentes terem sido governador, senador e ministro²²³. Cabe lembrar que, muitas vezes, a participação de dirigentes em órgãos da sociedade política antecedeu à sua filiação à CNA – aspecto não verificado em relação à CONTAG. Todavia, isto não invalida a importância de sua vinculação à CNA para a projeção e/ou manutenção em postos da sociedade política. Ademais, atesta-se que enquanto agentes do órgão sindical oficial dos trabalhadores rurais ocuparam cargos políticos primordialmente vinculados à esfera municipal, dirigentes da CNA detiveram postos em agências públicas de âmbito estadual e mesmo federal.

Averiguou-se ainda a pouca renovação nos quadros da CNA, existindo um “núcleo-duro” que permaneceu em sua direção durante todo o período pesquisado. O modelo eleitoral da estrutura corporativista, o contexto político vigente e a configuração de um *habitus* próprio dos dirigentes – pautado pela sua articulação com agências da sociedade civil e pela operacionalização de um discurso modernizante – contribuíram para esta conformação, tal como verificado na Confederação dos trabalhadores rurais.

Portanto, a composição dos quadros da CNA caracteriza-se por boa parte de membros com participação na sociedade política e vinculados à propriedade de terras, podendo desempenhar outras atividades profissionais. Destacam-se as presenças de bacharéis em Direito, pecuaristas e provenientes das regiões sudeste e nordeste. Todavia, não se pode negar a existência de diferentes frações da classe dominante agrária na Confederação, o que revela conflitos nas suas demandas e práticas aparentemente uníssonas.

É possível verificar, ademais, algumas semelhanças na composição dos quadros da CONTAG e da CNA, para além das significativas e determinantes condições econômicas: a pouca representatividade das regiões Norte e Centro-Oeste, a manutenção de boa parte de seus dirigentes e a inserção destes em agências da sociedade política. Outros aspectos comuns à CNA e à CONTAG podem ser analisados, caracterizando a conformação do sindicalismo corporativista rural do país.

²²³ Além de Flavio da Costa Brito, João Cleofas foi senador pela Arena (1966-1974). Virgílio Távora igualmente foi senador (1966-1970/ 1982-1988), ministro de Viação e Obras Públicas (1961-1962) e governador do Ceará (1978-1982).

3. Sindicalismo corporativista rural: características

A legislação que regia o sindicalismo rural brasileiro – sistematizada, primeiramente, pelo Estatuto do Trabalhador Rural e, posteriormente, incorporada à CLT – dispunha de um série de normas que, por certo, orientavam algumas condutas das agremiações vinculadas a esta estrutura, quais sejam: os sindicatos, as federações e as Confederações. De acordo com a legislação, as entidades sindicais seriam órgãos de representação de classe e de colaboração com o Poder Público, devendo oferecer estudos e participar de Conselhos em agências estatais. O Ministério do Trabalho detinha as prerrogativas de reconhecer a criação de sindicatos, exigir relatórios de suas ações e, se considerado necessário, intervir nestes. Ademais, as eleições para a Confederação ocorreriam através de um voto para cada federação (independente do número de sindicatos associados) e tanto os candidatos quanto os eleitos deveriam ter o aval do Ministério do Trabalho. Prevalencia o princípio da unicidade sindical, existindo, por categoria, um único sindicato oficial em cada base territorial, uma única federação por estado e uma única Confederação em âmbito nacional. Havia ainda a contribuição sindical obrigatória, com valor referente a um dia de trabalho, independente do empregado ser sindicalizado. Já o imposto sindical do proprietário rural seria calculado com base no Valor da Terra Nua, declarado pelo mesmo no cadastro de imóveis rurais, sendo ele filiado à estrutura sindical oficial ou não. Do montante arrecadado, 60% eram destinados aos sindicatos, 15% às federações, 5% à Confederação e os 20% restantes eram reservados ao Ministério do Trabalho. Cabe lembrar que esta agência igualmente fiscalizava as despesas financeiras das agremiações sindicais, que eram ainda proibidas de se associar a partidos políticos ou a organismos internacionais.

As Confederações aqui estudadas – a CNA e a CONTAG – nortearam parte de seus discursos e práticas a partir dessas diretrizes, buscando aferir vantagens às suas condições. No que tange à colaboração com os Poderes Públicos, por exemplo, tal prerrogativa poderia ocasionar a limitação de críticas a determinadas políticas públicas e ações governamentais, contribuindo ainda para legitimá-las uma vez que as Confederações contavam, muitas vezes, com representantes em agências estatais responsáveis pela elaboração destas medidas. Todavia, a qualificação de colaboradora junto ao governo muitas vezes era

utilizada pela CONTAG e pela CNA para denotar maior autoridade e “imparcialidade” em suas reivindicações. Observa-se nas “falas” originadas de ambas agremiações o uso da atribuição de “*contribuir com os Poderes Públicos*” para justificar e diferenciar suas demandas.

Em relação à CONTAG, este argumento era constantemente acionado para atenuar, frente ao contexto ditatorial vigente, críticas ao governo, como se pode depreender em carta ao Presidente Médici:

*“Excelência, a CONTAG está disposta a contribuir para eliminar os obstáculos que entravam a integração de milhões de camponeses no desenvolvimento nacional. Sabe reconhecer sem dobléz as atitudes e decisões justas do Governo e é direta e leal para indicar pontos falhos”*²²⁴

Neste sentido, ao propalar seu “*papel histórico em discutir os problemas existentes, enfrentar as dificuldades encontradas e analisar as expectativas oferecidas (...) através de uma atuação conjunta, eficaz e responsável*”²²⁵, a entidade nacional dos trabalhadores rurais colocava a formulação de suas demandas e o desempenho de seu papel de órgão colaborador do governo como ações não antagônicas e, mesmo, complementares. Através de tal estratégia discursiva, a CONTAG legitimava suas reivindicações e questionamentos, evitando possíveis repreensões e censuras.

A CNA igualmente enfatizava sua função de colaboradora junto aos Poderes Públicos a fim de, sobretudo, escamotear o caráter de classe de suas campanhas. Sob o argumento de contribuir com o governo na solução de *problemas nacionais*, a agremiação patronal rural procurava conferir um caráter *patriótico* às suas demandas, elaboradas, por certo, a partir de interesses de frações da classe dominante agrária que representava. Através desse discurso, a CNA intentava também se diferenciar das demais entidades da classe proprietária rural no contexto de disputa pela hegemonia junto a setores da sociedade política e da sociedade civil, conforme será melhor averiguado no próximo capítulo.

Nota-se ainda, de forma geral, um tom bastante elogioso aos governos e presidentes do período da ditadura militar, exaltando a confiança da CNA nestes para, em seguida, “cobrar”, através do atendimento de suas reivindicações, as boas expectativas neles depositadas. João Figueiredo foi um dos Presidentes mais enaltecidos nos editoriais da

²²⁴ *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, abril de 1970, pp.31 e 32.

²²⁵ *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, abril de 1975, p.23.

revista da Confederação face à política de incentivos à modernização da agricultura no início de seu governo, a despeito da crise econômica e da política de contenção de crédito vigentes. Para além dos elogios às medidas governamentais, características pessoais do Presidente eram mencionadas – como seu “*comportamento simples e humilde*” – conferindo até mesmo alusão positiva à sua suposta declaração “*prefiro cheiro de cavalo do que cheiro de povo*”, chegando-se a afirmar que Figueiredo:

*“não esconde sua preferência pelo hipismo e tem orgulho de sua amizade com o cavalo – um dos mais nobres animais que servem ao homem – nem se agasta quando a irreverência popular o aprisiona em episódios anedóticos”*²²⁶

Neste sentido, a CNA e CONTAG submetiam-se à atribuição de colaboradora junto aos Poderes Públicos, prevista na legislação sindical. Todavia, sem negar as limitações que tal atributo ocasionava, as Confederações procuravam utilizá-la em prol de diversos objetivos, como: conferir maior legitimidade às suas campanhas, evitar possíveis intervenções, se diferenciar de demais organizações da sociedade civil e obter maior êxito na inserção de suas demandas junto à sociedade política.

Outro aspecto que configurava o espaço do sindicalismo corporativista rural no país consistia na defesa do imposto sindical. Ambas as Confederações compartilhavam da necessidade deste subsídio financeiro, a despeito de implicar em maior subordinação e fiscalização por parte de órgãos estatais. A CNA e a CONTAG tiveram importante atuação no contexto de implantação e regularização do imposto, exigindo sua aplicação.

No II Congresso da CONTAG, em 1966, José Rotta, então presidente da agremiação, sugeriu que bancos não concedessem empréstimos e financiamentos para quem não estivesse quite com a contribuição sindical²²⁷. Neste mesmo ano, Íris Meinberg, presidente da CNA, em carta ao Presidente Castelo Branco enunciou diversos motivos para a aplicação do imposto, como a importância da “*missão educativa*” dos sindicatos, comparando-os ao serviço militar por promover a “*integração social*”²²⁸. A CNA, em outro momento, atestou ainda a necessidade de maior “*amparo governamental*” aos sindicatos patronais rurais do que aos sindicatos patronais urbanos, posto que, nestes

²²⁶ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, janeiro de 1980, p. 5.

²²⁷ CONTAG e INDA. *II Congresso da CONTAG (conclusões)*. São Paulo, março de 1966.

²²⁸ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, janeiro a abril de 1966, p. 7.

últimos, os associados são empresas enquanto, nas entidades do campo, os filiados são, em geral, pessoas físicas²²⁹.

Vale ressaltar que a CONTAG, durante seu III Congresso, em 1979, apresentou posicionamento contrário à obrigatoriedade do imposto sindical. Entretanto, argumentou que para a sua extinção era necessário primeiramente buscar outras formas de financiamento e de sustentação dos sindicatos, proposta que não mereceu maiores esforços e que não foi concretizada. Ademais, suas reivindicações priorizavam não tanto o fim da obrigatoriedade do imposto, mas a exclusiva atuação dos sindicatos na definição da aplicação dos recursos e a não destinação de 20% do montante arrecadado aos órgãos estatais²³⁰.

O apoio à unicidade sindical igualmente constituiu campanha defendida por ambas as agremiações. Poucos meses após o golpe, José Rotta, representando a CONTAG, e Edgar Teixeira Leite, representando a CNA, elaboraram um pronunciamento em defesa da criação de um único sindicato por município para cada categoria (empregados e empregadores) sob o argumento da falta de recursos financeiros e da dificuldade de encontrar lideranças rurais. Neste sentido, a existência de mais de um sindicato por base territorial o enfraqueceria e o tornaria “*presa fácil de grupos estranhos à classe, comunistas ou aproveitadores políticos*”²³¹. O monopólio da fala oficial dos trabalhadores (no caso da CONTAG) ou do patronato (no caso da CNA) rurais dotava as Confederações de importante capital político, constantemente acionado por estas para legitimar suas demandas. A CNA, lançando mão da prerrogativa da unicidade sindical, propalava-se como autêntica representante da *Classe Rural, dos Empresários Rurais* ou da *Agropecuária*, categorias anunciadas pela agremiação ao longo do período estudado.

A CONTAG igualmente consagrava-se como legítima representante dos trabalhadores rurais. Porém, em fins da década de 1970, em um contexto de forte crise de representação da estrutura sindical, a entidade chegou a questionar a unicidade ao apoiar as resoluções da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, que defendiam a liberdade na criação e na organização de sindicato. Tal mudança de perspectiva, entretanto, não se desenvolveu e no IV Congresso da CONTAG, em 1985, esta novamente enfatizou o

²²⁹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, fevereiro de 1969.

²³⁰ CONTAG. *Anais do III Congresso*. Brasília, dezembro de 1979.

²³¹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CRB, janeiro de 1964 a dezembro de 1965, p. 11.

apoio à unicidade sindical, resgatando o argumento da divisão e enfraquecimento dos trabalhadores rurais caso prevalecesse a pluralidade sindical. Esta temática será pormenorizada no capítulo quatro desta tese.

Desta forma, o papel de órgão colaborador junto aos Poderes Públicos, a obrigatoriedade do imposto sindical e a defesa da unicidade sindical constituíram características próprias da legislação acerca do sindicalismo corporativista rural, sendo, porém, respaldadas e reafirmadas pelas práticas das Confederações aqui analisadas. Cabe lembrar que a unicidade e imposto sindical favoreciam um aspecto já mencionado: a escassa renovação dos quadros dirigentes da CNA e da CONTAG. Isto porque a unicidade dificultava o surgimento de outras entidades sindicais oficiais, bem como o controle dos recursos financeiros pelos dirigentes prejudicava o surgimento de oposições no interior dos sindicatos formais²³². É importante destacar, que para além da estrutura sindical corporativista, existiam agremiações denominadas por Graziano²³³, como *representações reais* da classe proprietária rural que teriam se multiplicado no decorrer da década de 1970, face à modernização tecnológica da produção agrícola. O surgimento de novas entidades patronais rurais teria contribuído para a crise de representação no interior da própria estrutura comandada pela CNA. Tal aspecto será melhor averiguado no próximo capítulo da tese.

As eleições para diretoria da CONTAG e da CNA, através de um único voto por federação, facilitavam a perpetuação dos agentes sindicais já inseridos nesta esfera de representação. Apesar de, em 1984, ter se manifestado contra um projeto de lei que impedia a reeleição de dirigentes²³⁴, a CONTAG propôs mudanças para as eleições de finais de 1985. Estas seriam realizadas em um congresso e contariam com os seguintes votos: de todos os membros da diretoria executiva de cada federação e de um delegado por sindicato escolhido entre os membros de sua diretoria, sendo garantido o voto de, no mínimo, 50 delegados por estado. Novamente a chapa liderada por José Francisco da Silva foi vitoriosa²³⁵.

²³² SILVA, Osvaldo Heller da. *Op. Cit.*

²³³ GRAZIANO, José. *Op. Cit.*, 1991.

²³⁴ Projeto de lei 59/83.

²³⁵ Já para as eleições de 1989, sugeriu-se que fossem colocadas urnas nas federações ao invés da realização de um congresso face às dificuldades financeiras da CONTAG. Três diretores de cada sindicato e de cada

A pouca renovação dos quadros da CONTAG e da CNA era também favorecida por outra característica que configurava o sindicalismo corporativista rural e que, de acordo com Novaes²³⁶, criava laços de clientelismo nesta esfera de representação: o assistencialismo.

A CNA, desde seus primórdios, defendeu a atribuição de “prestadora de serviços” junto a seus filiados. Através do argumento de que seus sindicatos originaram-se, predominantemente, de associações rurais – dotadas de funções assistenciais –, a Confederação exaltou sua “*destinação histórica*” para o empreendimento de tal tarefa. Todavia, ressaltava que os serviços deveriam ser desempenhados notadamente pelos sindicatos e em regiões em que órgãos públicos ou privados não fornecessem determinada assistência. Já a CNA e as federações deveriam enfatizar suas funções de representação dos interesses da classe²³⁷.

A agremiação patronal propagava, sobretudo, a assistência técnica, fornecendo informações sobre combate às pragas, uso e reparo de tratores, melhoramento genético de sementes, análises de solos, etc. A CNA exaltava que essas medidas assistenciais não eram prejudiciais à organização da classe, pelo contrário auxiliavam a “*forjar a consciência empresarial no campo*”²³⁸, articulando, assim, a prestação de serviços ao seu projeto de modernização tecnológica e de mentalidade no meio rural, a ser estudado no próximo capítulo. Desta forma a CNA não via propósito na condenação da prática assistencialista posto que tal reprovação poderia “*privar o Poder Público de excelentes colaboradores na organização de uma sociedade rural próspera e eficiente*”²³⁹. Ademais, ao lembrar que “*os sindicatos têm o dever de representar toda a classe, mas só estão obrigados a prestar serviços aos seus associados*”²⁴⁰, a entidade procurava reforçar e angariar capital para sua esfera de representação, a do sindicalismo oficial.

Embora a confederação patronal também reiterasse a importância da assistência jurídica, esta parece ter sido priorizada pela CONTAG conforme demonstrava um *slogan* constantemente enunciado em sua revista: *A assistência jurídica é uma das formas de*

federação tinham direito a voto e venceu a chapa liderada por Aloísio Carneiro, com José Francisco da Silva na vice-presidência. Cf; CONTAG. *30 anos de luta, dignidade e cidadania*. Brasília, novembro de 1993.

²³⁶ NOVAES, Regina. *Op. Cit.*

²³⁷ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, outubro de 1970.

²³⁸ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, janeiro de 1971, p. 7.

²³⁹ *Idem*, p. 15.

²⁴⁰ *Idem*, p. 8.

garantir os direitos do trabalhador. Dessa forma, a agremiação dos trabalhadores rurais colocava a divulgação das leis e dos mecanismos de recorrer ao cumprimento dessas na Justiça como sua principal estratégia para assegurar as melhorias sociais no meio rural. A Confederação distribuía para sindicatos e federações cadernos com explicações didáticas sobre os artigos do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural, bem como enfatizava a importância da existência de um departamento jurídico nos sindicatos ou, ao menos, nas federações. O desempenho de tal atribuição, por certo, se relaciona com o contexto ditatorial vigente e explicita uma característica marcante da CONTAG: o legalismo que orientava boa parte de sua conduta, temática a ser estudada adiante.

Contudo, o caráter assistencial das instituições aqui analisadas ganhou maior dimensão com a aprovação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), em 1971. O fornecimento de assistência médica e de seguridade social para os trabalhadores do campo já estava previsto no Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, através de um Fundo de Assistência Rural, o FUNRURAL. Contudo, esta legislação não dispunha das normas de funcionamento e do planejamento orçamentário deste programa, o que foi concretizado em 1971 com a aprovação do PRORURAL. Este garantia os seguintes direitos: aposentadoria por invalidez ou por velhice (para homens acima de 65 anos²⁴¹) no valor de 50% do salário mínimo, pensão em caso de morte do cônjuge no valor de 30% do salário mínimo e assistência médica - como prevenção de doenças e serviços ambulatoriais, odontológicos, hospitalar e de fornecimento de medicamentos. Esses benefícios seriam custeados mediante cobrança de 2,1% sobre o valor da comercialização dos produtos primários, pagos pelo comprador, e de 2,4% sobre a folha salarial do trabalhador urbano. Trabalhadores assalariados, colonos, parceiros, trabalhadores autônomos²⁴² e pequenos proprietários com menos de cinco empregados poderiam ser contemplados com o programa²⁴³. Ademais, os serviços ambulatoriais e

²⁴¹ As mulheres não tinham direito a este benefício a não ser que comprovassem a atribuição de chefe de família.

²⁴² Barbosa chama a atenção para esta categoria de trabalhador rural que teria direito ao PRORURAL, mesmo não gozando de outros direitos previstos no Estatuto do Trabalhador Rural, como férias, décimo terceiro e salário mínimo. BARBOSA, Rômulo Soares. *Entre a Igualdade e a Diferença; processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Seropédica: CPDA/ Tese de Doutorado, 2007.

²⁴³ Proprietários que não se enquadrassem nesta categoria poderiam ser contemplados com o programa mediante contribuição para o IAPI no valor de 8% do rendimento entre três e cinco salários mínimos. Cf; *Idem*.

documentos de comprovação para a aposentadoria poderiam ser fornecidos mediante convênio entre o PRORURAL e os sindicatos.

Tal atribuição e a conseqüente concessão de verbas para a execução desses serviços proporcionaram uma significativa ampliação do número de sindicatos rurais no país, notadamente de trabalhadores rurais. Entre 1968 e 1980, foram fundados 1206 sindicatos e 10 federações desta categoria²⁴⁴. Comumente associa-se a expansão da malha sindical aos serviços assistenciais, apontando o prejuízo no caráter representativo das agremiações vinculadas ao sindicalismo corporativista²⁴⁵. Argumenta-se ainda que a implantação do PRORURAL inseria-se na estratégia do governo, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, de conter o êxodo rural e evitar tensões sociais, além de conferir legitimidade ao “milagre econômico”, associando-o a melhorias sociais²⁴⁶. Todavia, é importante ressaltar que o desempenho da assistência médica e previdenciária foi ratificado pela CONTAG.

Barbosa afirma que, nos anos de 1950 e 1960, agremiações como a ULTAB e as Liga Camponesas procuravam oferecer serviços médicos e sociais aos seus associados²⁴⁷. Ademais, a CONTAG, desde seu surgimento, reivindicava a regulamentação dos artigos do Estatuto do Trabalhador Rural que tratavam sobre a assistência médica e previdenciária. Logo após o golpe, a Confederação procurou atuar junto ao Ministério da Previdência Social para inserir suas demandas, conforme será visto no capítulo três. A entidade argumentava que a implantação de tais serviços promoveria “*equilíbrio social, melhor distribuição de renda, ampliação do mercado nacional mediante elevação do poder aquisitivo do trabalhador*”, considerando a assistência médica “*uma maneira de recuperação dos braços rurais para a maior produtividade*”²⁴⁸, conferindo um sentido não só social, mas econômico a estas medidas. Sobre o fato do trabalhador rural não contribuir diretamente para a manutenção da assistência médica e social, a Confederação afirma que

²⁴⁴ Em 1968, existiam 11 federações e 632 sindicatos de trabalhadores rurais. Em 1980, este número se expandiu para 21 federações e 2447 sindicatos.

²⁴⁵ RICCI, Rudá. *Op. Cit.*, 1999. Moacir Palmeira, por outro lado, defende a premissa que de o aumento do número de sindicatos se deu, primordialmente, pela atuação dos dirigentes que assumiram a CONTAG a partir de 1968. PALMEIRA, Moacir. *Op. Cit.*

²⁴⁶ GARCIA, Nicole. *Uma política previdenciária para o campo no governo Médici (1969-1973)*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Dissertação de Mestrado, 2010.

²⁴⁷ BARBOSA, Rômulo. *Op. Cit.*

²⁴⁸ *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, julho de 1971, p. 3.

este “já ajudou a custear a previdência social, sem ser beneficiado, por mais de 30 anos”, lembrando ainda das divisas geradas pela agricultura ao país²⁴⁹.

O principal ponto de discordância da CONTAG em relação ao projeto que instituiu o PRORURAL, encaminhado ao Poder Legislativo em maio de 1971, consistia no item I do 14º artigo. Este definia que parte do financiamento do programa ficaria a cargo dos sindicatos dos trabalhadores rurais, mediante a destinação de 20% da verba proveniente do imposto sindical para a realização dos serviços médicos e previdenciários. A CONTAG, juntamente com federações e sindicatos, argumentou que a proposta prejudicaria o orçamento de suas agremiações e mobilizou-se contra esta através do envio de telegramas e cartas aos parlamentares, ao Ministério do Trabalho e ao próprio Presidente Médici, o que resultou em sua rejeição²⁵⁰. Quanto à incorporação das atividades assistenciais pelos sindicatos, a CONTAG não ofereceu oposição, conforme explicitado em depoimento de José Francisco da Silva, presidente da agremiação:

“Mesmo sabendo que o governo podia com isso amortecer o movimento sindical, a gente disse: olha, a única forma da gente se livrar disso é avaliar isso periodicamente de uma forma crítica. Porque se você não abraça isso, eles vão colocar esse programa para ser executado com as prefeituras, com os políticos tradicionais (...). Houve um prejuízo com o crescimento rápido do movimento sindical e uma certa acomodação por parte das lideranças. Mas eu acho que o resultado seria pior se esse programa tivesse sido dado puro e simplesmente através da política tradicional e num momento em que o movimento sindical não tinha espaço para avançar nas lutas coletivas”²⁵¹

Cabe lembrar que, apesar da ponderação expressa por José Francisco da Silva, a reflexão e o questionamento sobre os *riscos políticos* da incorporação da prestação de serviços médicos e previdenciários nos sindicatos foi mais bem sistematizada apenas em fins da década de 1970²⁵². No II Congresso da CONTAG, em 1973, as campanhas da Confederação sobre esta temática se restringiam ao aumento dos benefícios²⁵³, a novas formas de custeio e ao reconhecimento da assinatura do presidente do sindicato para a validação dos documentos do trabalhador rural.

²⁴⁹ *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, abril de 1970, p. 27.

²⁵⁰ Sobre o processo de aprovação do projeto que instituiu o PRORURAL ver: GARCIA, Nicole. *Op. Cit.*

²⁵¹ Entrevista a Ricardo Tavares em abril de 1991. APUD: TAVARES, Ricardo. *Op Cit.* p. 116

²⁵² *Idem.*

²⁵³ Entre o aumento desses benefícios, pode-se citar a diminuição da idade para fins de aposentadoria para 60 anos e que seu valor fosse equivalente à 70% (e não 50%) do salário mínimo.

A CNA igualmente se posicionou favorável ao PRORURAL, considerando-o “*fonte de vitalidade para os sindicatos*”:

*“É chegada a hora de se evitar a capacidade ociosa, porque os sindicatos passarão a valer na razão direta do volume de serviços prestados, não mais se admitindo a existência meramente simbólica”*²⁵⁴.

Para além das medidas sociais fornecidas ao trabalhador rural a CNA, ao apoiar o programa, visava, principalmente, participar dos convênios por ele propostos. De acordo com a legislação, tanto o sindicato patronal quanto o de trabalhadores rurais poderia prestar os serviços assistenciais²⁵⁵. O órgão de representação oficial da classe dominante agrícola considerava a participação nestes convênios um meio para angariar verbas e capital simbólico. Visava à ampliação do número de seus sindicatos e de seus filiados, sobretudo, o pequeno proprietário rural – categoria cuja representação a CNA e a CONTAG costumavam disputar. Conforme ressalta Barbosa: “*a qualidade da assistência médica e social, oferecida tanto por sindicatos patronais quanto por sindicatos de trabalhadores rurais, funcionava como atrativo à filiação dos trabalhadores no sindicato, tornando-se mais um ingrediente da disputa de base política*”²⁵⁶.

Neste sentido, a CNA, visando ampliar sua esfera de representação, procurava orientar em sua revista a necessidade dos líderes sindicais atuarem na prestação destes serviços, tecendo elogios a sindicatos que desempenhavam a assistência médica e previdenciária. Já a CONTAG, sob o argumento de que os benefícios eram destinados às categorias que ela representava, pleiteava a exclusividade de seus sindicatos no fornecimento desses serviços²⁵⁷.

Desta forma, tanto a agremiação patronal quanto a entidade dos trabalhadores rurais referendaram as premissas contidas no PRORURAL, consagrando a execução de medidas de assistência médica e previdenciária como prerrogativas do sindicalismo rural corporativista. Vale ressaltar que ambas as entidades procuravam advertir que o

²⁵⁴ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, agosto de 1970, p. 1.

²⁵⁵ Ademais, a agremiação patronal contava com representação junto ao FUNRURAL – autarquia que administrava o PRORURAL -, juntamente com um membro da CONTAG, do INPS, do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, sendo presidida por representante do Ministério do Trabalho. A composição de tal agência revela, mais uma vez, um prejuízo na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais face à correlação de forças vigente. Cf; PINTO, Luzia. *Op. Cit.*

²⁵⁶ BARBOSA, Rômulo. *Op. Cit.*, p.177.

²⁵⁷ *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, abril de 1970, p. 27.

assistencialismo não deveria se constituir em um *fim*, mas em um *meio* para alcançar determinados objetivos.

No que tange à CNA esta, mais uma vez, reiterava que a prestação de serviços deveria estar articulada ao seu projeto de “modernização” para o campo. Propalava o “*assistencialismo incremental*”, responsável pela transformação dos sindicatos “*em agências promotoras de crescimento*”²⁵⁸ e pela condução no meio rural do “*advento da empresariedade*”²⁵⁹. Já o órgão sindical máximo dos trabalhadores rurais ponderava que o assistencialismo “*quando usado como meio para alcançar objetivos-fins é plenamente justificável, recomendável até*”²⁶⁰. Reforçava que a prestação de serviços era “*um complemento ao trabalho sindical*” cuja “*finalidade básica*” era a representação da classe²⁶¹.

Em 1977, o PRORURAL foi integrado ao Serviço Nacional de Previdência Social (SINPAS), embora as siglas PRORURAL/FUNRURAL tenham permanecido, bem como a diferenciação dos benefícios entre os trabalhadores rurais e urbanos. Na Constituição de 1988, o piso das aposentadorias e pensões no meio rural se constituiu, tal qual no meio urbano, no valor de um salário mínimo e houve a redução da idade mínima para a aposentadoria de 55 anos para mulher e 60 anos para o homem, permanecendo a não contribuição direta do trabalhador rural para o custeio do programa. A CONTAG questionou a extinção do PRORURAL, a partir do argumento de que haveria prejuízo na qualidade dos serviços. Barbosa ressalta que este posicionamento também pode ser explicado pela perda da mediação do sindicato junto aos benefícios oferecidos, o que acarretaria em menos verbas para as entidades e em um possível afastamento dos trabalhadores de seus órgãos oficiais de representação.

De todo modo, a instauração do PRORURAL reforçou o assistencialismo como prerrogativa significativamente presente no sindicalismo corporativista rural e contribuiu para sua expansão e consolidação. Esta ampliação do número de sindicatos e de associados ressaltou a conduta, observada na CNA e na CONTAG, de uniformizar ações e demandas das agremiações que estavam subordinadas a suas estruturas de representação. Nota-se, nos

²⁵⁸ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, julho de 1971, p. 32.

²⁵⁹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, dezembro de 1971, p. 42.

²⁶⁰ CONTAG. Formação e Organização Sindical. Departamento de Educação, junho de 1971, p. 2.

²⁶¹ Discurso proferido por José Francisco da Silva, por ocasião de posse de diretoria, 18 de abril de 1974, p. 2. Localizado no Núcleo dos Movimentos Sociais/ CPDA, série CONTAG, subsérie Lideranças e Referências.

periódicos destas entidades, a preocupação em oferecer diretrizes para os sindicatos e federações e, ao mesmo tempo, moldar o *habitus* dos dirigentes ao propagar conhecimentos e práticas sobre leis e sobre administração sindical.

Em relação à CNA, destacou-se a coluna *Sindicalismo em Marcha*, presente nas edições da *Revista Gleba*, entre os anos de 1971 e 1973. Esta seção era assinada por Antonio Buarque, representante da agremiação no Conselho do FUNRURAL. Seu conteúdo – além de fornecer informações sobre eventos, eleições, posses de diretoria de sindicatos e federações – era destinado a tecer recomendações e apontar exemplos de atuação sindical. O sindicato de Laranjeiras do Sul, por exemplo, ao firmar convênio com o comércio local para oferecer descontos aos sindicalizados, foi enaltecido pelo “*espírito de liderança e criatividade*” uma vez que aumentou seu quadro de sócios, sem depender de recursos financeiros. Da mesma forma, foi elogiado o sindicato de São Fidélis que prestou auxílio a seus associados no preenchimento da declaração do Imposto de Renda, igualmente atraindo novos filiados²⁶². A coluna noticiava ainda a distribuição de Cadernos sobre Administração Sindical e Contratos Agrícolas, elaborando resumos sobre gestão financeira, instruções para contratos de arrendamentos, modelos de atas de reunião e de relatórios de diretoria, além de fornecer explicações para realização de dinâmicas de grupo e para a formulação de um plano de ação sindical.

Durante um curso sobre Orientação Sindical, organizado pela FARSUL, foi feito um concurso para elaborar um símbolo para a coluna *Sindicalismo em Marcha*, cujo vencedor, o sindicato de Rio Grande, foi apresentado com o livro *Prática Sindical*. Entre os meses de junho a outubro de 1971, foi vinculado à coluna o seguinte emblema:



Imagem 1: *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, julho de 1971, p. 80.

²⁶² *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, abril de 1971.

Todavia, na edição do mês de novembro deste mesmo ano, houve uma modificação no logo, reconhecendo tratar-se de um erro do periódico. Além da divulgação do novo símbolo, foi fornecida explicação, pelo próprio sindicato de Rio Grande, sobre seu significado:

“um círculo formado por corrente, cujos elos expressam a solidariedade social, circunda um trator sobre o qual se acha um homem do campo. A imagem significa que a proteção sindical, baseada na coesão dos agricultores sindicalizados, visa a modernização da agropecuária através da tecnologia controlada pelo homem.”

A coluna, porém, havia colocado anteriormente apenas o elo e o trator no emblema²⁶³, sem a figura do homem, sendo este incorporado a partir da edição de novembro de 1971 – como pode ser observado na imagem abaixo – e sob o seguinte argumento: *“o homem não somente retornou à máquina como nela firmou-se soberanamente (...), pois a ele cabe usá-la e mantê-la em função de seus interesses e aspirações”*²⁶⁴.



Imagem 2: *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, setembro de 1973, p. 10.

Nota-se, portanto, pela elaboração deste emblema, como a premissa constantemente anunciada pela Confederação de articular a sindicalização ao projeto de *modernização da agricultura* ecoou nos cursos promovidos por sindicatos e federações. A importância da coesão e da integração entre todas as instâncias da estrutura sindical igualmente difundiu-se, como pode ser apreendido através da representação dos elos da corrente no símbolo.

²⁶³ No desenho original havia também uma mão cobrindo a corrente e o trator que a coluna decidiu retirar por considerar que os elos já indicariam a ideia de proteção sindical.

²⁶⁴ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, novembro de 1971. p. 34.

A conduta de orientar e uniformizar as ações dos sindicatos explicitou-se também quando da elaboração de um concurso para eleger um *sindicato-modelo*. As federações apontariam três sindicatos de seus estados e, posteriormente, uma comissão composta por representantes da CNA, da *Revista Gleba*, do Ministério da Agricultura e do INCRA selecionariam os três primeiros colocados. Os objetivos desse concurso seriam: destacar diretorias eficientes; apontar que os sindicatos podem oferecer melhores serviços, sem levar ao paternalismo; consagrar lideranças autênticas; e servir de exemplo e incentivar demais agremiações²⁶⁵. Dentre os critérios criados para atribuição de pontos, destacaram-se as “*atividades sindicais*” e “*as atividades assistenciais*”²⁶⁶.

A eleição deste concurso estava prevista para setembro de 1972 – no aniversário da CNA – e parece não ter ocorrido. Foram enumeradas, de todo modo, ações desempenhadas e noticiadas por alguns sindicatos patronais que poderiam compor um sindicato-modelo: oferecer cursos para vacinadores, elaborar um boletim informativo para os sócios, liderar campanha para construção de um Parque de Exposições, empenhar-se em construir uma sede própria; estabelecer cooperação com a Prefeitura para auxiliar na Extensão Rural, estabelecer convênio com o PRORURAL, etc²⁶⁷.

Constata-se, mais uma vez, que a CNA apontava, como exemplo de prática sindical, ações voltadas para a prestação de serviços aos seus associados que contemplassem premissas da proposta de *modernização da agricultura*, incorporando os sindicatos como instrumentos para a difusão de sua visão de mundo. Ademais, ao enfatizar a qualidade dessas medidas assistenciais, a Confederação intentava angariar a representação de pequenos proprietários, categoria que igualmente poderia vincular-se à CONTAG.

A representante oficial e de âmbito nacional dos trabalhadores rurais também procurava uniformizar as práticas sindicais de suas bases. Inicialmente, pretendia-se difundir o sindicalismo, estimulando os trabalhadores rurais a recorrerem aos sindicatos. Em um período em que a repressão abateu várias organizações dos trabalhadores, a CONTAG intentava divulgar a reestruturação dos sindicatos e consagrá-los como meio

²⁶⁵ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, dezembro de 1971, p. 10.

²⁶⁶ Esses dois critérios poderiam ter pontuação máxima de 22 pontos. A *divulgação* das atividades do sindicato teria pontuação máxima de 14 pontos; o *estímulo ao cooperativismo* e a *questão educacional*, 10 pontos cada; a *associativismo* e a *liderança sindical*, 7 pontos cada; e *estrutura e funcionamento do sindicato* e *perspectivas futuras*, 6 pontos cada. Cf; *Idem*.

²⁶⁷ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, abril de 1973.

possível de luta. Em linguagem didática, comumente através da apresentação de diálogos – como a seção *Conversa de Caboclo* – ou de histórias em quadrinhos – como a coluna *Zeca e Chicão* –, a revista *O Trabalhador Rural* reproduzia casos de despejos ou de desrespeito às leis trabalhistas e indicava a procura dos sindicatos como caminho para pleitear direitos. Propalava ainda o mote *trabalhador sindicalizado é trabalhador protegido*. Ademais, havia a preocupação em expandir o conteúdo do periódico e, conseqüentemente, incentivar a sindicalização, conforme pode ser depreendido na mensagem, reproduzida abaixo, presente ao final de todas as edições da revista:



Imagem 3: *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, julho de 1971, p.25.

Contudo, com a expansão do número de sindicatos, o periódico da CONTAG voltou-se, durante a primeira metade da década de 1970, primordialmente para os dirigentes rurais, orientando suas práticas. Havia reportagens, por exemplo, sobre técnicas de comunicação, com a advertência de que a fala do líder sindical deveria ser clara e utilizar palavras, gestos e símbolos conhecidos pelos trabalhadores rurais. Outras matérias versavam sobre a administração do sindicato e indicavam: a importância da divisão das tarefas e do planejamento das ações; as diferentes assembleias – geral ordinária, geral extraordinária e eleitoral – e suas respectivas atas; as atribuições de cada cargo – presidente, secretário, tesoureiro, etc –; técnicas de dinâmica de grupo e de encenação de um sócio-drama; entre outros. Vale ressaltar que essas reportagens eram elaboradas em linguagem didática, com a formulação de exemplos e, ao final, com a sistematização e reforço do que foi relatado.

Propagava-se ainda o trabalho de *animação comunitária* que consistia em incentivar moradores a empreender melhorias em seu povoado, tais como organizar roças comunitárias, criar programas de recreação e construir fossas, sede de sindicato ou depósito para armazenar mercadorias. A tarefa de líder comunitário poderia ser desempenhada pelo dirigente, porém observa-se também a participação de membros da Igreja Católica – clérigos ou leigos – em algumas reportagens que relatavam casos dessa atividade²⁶⁸. Havia ainda menções elogiosas a sindicatos e federações, por realizarem, por exemplo, levantamento sócio-econômico de seus filiados. Através da *semana sindical* – ocorrida normalmente próxima ao dia do trabalho, 1º de maio –, igualmente eram noticiadas práticas sindicais consideradas positivas e que poderiam servir de exemplo para demais agremiações.

Além de estimular o trabalho comunitário foram incentivadas, sobretudo em finais da década de 1970, a criação de delegacias sindicais, a fim de promover uma maior aproximação entre o sindicato e seus filiados. A CONTAG ressaltava que o número de delegacias ou núcleos de base já atingia, em algumas regiões, duas unidades para cada sindicato e advertia que os delegados sindicais não deveriam ser meros arrecadadores de

²⁶⁸ Como nos casos da comunidade de Tabocas que construiu uma casa-motor para ralar mandioca e o povoado de Cantinho (ambos no município de Barreirinhas, Maranhão) que se uniu para construção de uma estrada. Cf; O Trabalhador Rural. CONTAG: Rio de Janeiro, maio e junho de 1973.

mensalidades, mas divulgar a legislação, analisar a condição de vida do trabalhador e encaminhar suas reivindicações. Os sindicatos que possuíam delegacias sindicais eram reconhecidos como mais dinâmicos enquanto os que não possuíam eram tidos como estáticos, conforme indicavam os desenhos abaixo:

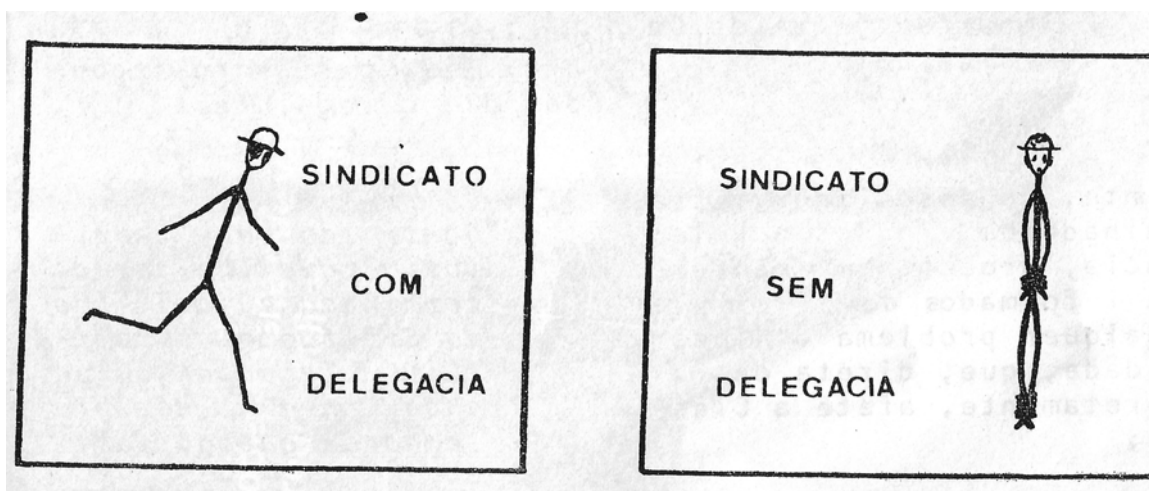


Imagem 4: *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, junho a agosto de 1977, p.6.

Desta forma, ambas as Confederações procuravam traçar diretrizes e apontar exemplos de condutas para as entidades vinculadas à sua esfera de representação, sobretudo na primeira metade dos anos de 1970, quando da vigência do PRORURAL e do período de maior expansão do sindicalismo no campo. Enquanto a CNA consagrava a prestação de serviços em prol da “modernização” como modelo a ser seguido, a CONTAG procurava orientar a atuação dos dirigentes junto às suas bases. Esta ênfase na uniformização de ações e demandas corrobora com estudos que apontam a verticalização das práticas sindicais como uma das características da estrutura corporativista²⁶⁹.

Portanto, foram averiguadas algumas atribuições presentes nas duas Confederações pertencentes ao âmbito do sindicalismo corporativista rural, quais sejam: seus papéis enquanto colaboradoras junto aos Poderes Públicos, a defesa do imposto e da unicidade sindical, a pouca renovação de seus quadros, o desempenho de medidas assistencialistas e a orientação das práticas sindicais de suas entidades. Estas prerrogativas influenciaram significativamente nas condutas da CNA e da CONTAG, apesar das distintas estratégias e

²⁶⁹ RICCI, Rudá. *Op. Cit.*; NOVAES, Regina. *Op. Cit.*; e BOITO, Armando. *Op. Cit.*

objetivos traçados e das diferenças de capitais portados por cada uma das Confederações. Ademais, para além desses atributos em comum, existiam elementos de embate no interior da estrutura sindical oficial, que apontavam distinções entre as visões (e divisões) de mundo propaladas pelas agremiações aqui estudadas.

4. Sindicalismo corporativista rural: disputas e embates

O debate em torno da reforma agrária consiste, por certo, na temática que maior embate gerava entre a CNA e a CONTAG, de forma que ambas procuravam consagrar seus projetos junto às sociedades política e civil, conforme será analisado nos próximos capítulos. Contudo, a disputa pela representação da categoria dos pequenos proprietários igualmente suscitou conflitos significativos entre as Confederações.

De acordo com o decreto que criou a CONTAG, esta deveria representar trabalhadores assalariados, trabalhadores autônomos e pequenos proprietários²⁷⁰. Em 1965, através da Portaria nº 71 do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, houve apenas uma pequena alteração, retirando o termo “pequeno proprietário” da esfera de representação da CONTAG, substituindo-o, porém, por “empreendedor autônomo”.

A CNA, então, organizou enfática contestação à defesa dos interesses desta categoria por parte do órgão sindical dos trabalhadores rurais, procurando atuar junto à sociedade política para modificar esta legislação. Inicialmente, a agremiação patronal, através da participação no Conselho Superior de Planejamento solicitou que, na categoria de empregador rural, também fossem incluídos os pequenos proprietários que trabalhassem sob regime de economia familiar, com ou sem ajuda de terceiros. A CONTAG, em carta a esse mesmo Conselho²⁷¹, questionou a legitimidade do órgão para definição desta temática, bem como a reivindicação da CNA sob o argumento de que, de acordo com 2º artigo da

²⁷⁰ É a seguinte a redação do artigo único do Decreto 53517, de 31 de janeiro de 1964, criador da CONTAG: “Fica reconhecida a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com sede na Capital da República, como entidade sindical de grau superior coordenadora dos interesses profissionais dos trabalhadores na agricultura, pecuária e similares, produção extrativa rural, bem como dos trabalhadores autônomos e pequenos proprietários rurais, em todo o território nacional, na conformidade do regime instituído pelo Estatuto do Trabalhador Rural, a que se refere a Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, aprovados os respectivos estatutos.

²⁷¹ CONTAG. Carta ao Conselho Superior do Planejamento. 15 de setembro de 1966. Localizada no Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, caixa n. 73.

CLT, seria condição indispensável para o empregador ter empregados. Ademais, afirmou que tal solicitação feria um dos fundamentos da legislação trabalhista: “*o de tutelar o pequeno e fornecer fortaleza jurídica a quem é fraco economicamente*”. Neste sentido, a CONTAG concluiu que o enquadramento do pequeno proprietário e do trabalhador autônomo junto aos sindicatos filiados à CNA prejudicaria a representação dos mesmos, posto que seus interesses confluiriam com os dos demais trabalhadores rurais. Remetia-se também ao fato de muitos pequenos proprietários exercerem atividades assalariadas em determinadas épocas do ano. A entidade orientava ainda que dirigentes dos sindicatos e das federações enviassem telegramas a parlamentares questionando a postura da agremiação patronal²⁷². Em seu II Congresso, em 1966, a CONTAG demandou, inclusive, auxílio do INDA para “*esclarecer dúvidas*” sobre a cobrança do imposto sindical em áreas de maior incidência de pequenos proprietários a fim de angariar esses recursos e essa base de representação para seus sindicatos²⁷³.

Já a CNA, em carta ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, criticou o decreto de criação da CONTAG ao considerar trabalhadores autônomos e pequenos proprietários pertencentes à categoria de trabalhador rural. A agremiação alegou que o objetivo deste decreto era “*colocar em campos opostos, de um lado, os grandes proprietários e, de outro, os pequenos proprietários, em mistura com os trabalhadores cujo ambiente aquele governo [de João Goulart] fomentava a agitação*”²⁷⁴. A CNA acusava ainda a CONTAG de coagir pequenos proprietários, parceiros e arrendatários a enquadrarem-se em suas entidades, “*através de inúmeros cobradores disseminados por todo país e sob o rótulo ilegal de fiscais*”²⁷⁵.

Sob a premissa de que “*ninguém deixa de ser empresário porque é auto-suficiente*”, a confederação patronal propalava que pequenos proprietários, parceiros e arrendatários

²⁷² De acordo com Osvaldo da Silva, a CONTAG fornecia um modelo de telegrama a ser enviado, qual seja: “*protestamos pretensão classe patronal enquadrar autônomos como empregador; metade ano somos autônomos, restante empregados, absurdo sermos enquadrados como patrões; autônomos consideram verdadeiro assalto serem enquadrados como empregadores; protestamos contra intromissão indevida da classe patronal enquadramento sindical autônomos; interesses arrendatários opostos empregadores; solicitamos continuar provisoriamente como trabalhadores até termos entidade própria; apelamos pelo alto senso de Justiça de Vossa Excelência sentido evitar enquadramento como empregador. Matéria de profunda repercussão paz social nação*”. APUD: SILVA, Osvaldo Heller. Op. Cit. p. 325.

²⁷³ CONTAG e INDA. Anais do II Congresso da CONTAG (conclusões). São Paulo, março de 1966

²⁷⁴ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, set. out. de 1967, p. 17.

²⁷⁵ *Idem*, p. 19

trabalhavam para ter lucro, enquanto os empregados rurais para receber salários, o que diferenciava suas demandas. Afirmava ainda que tal legislação prejudicava essas categorias, posto que permaneciam sem líderes e sindicatos apropriados²⁷⁶.

A atuação da CNA para modificar as regras do enquadramento sindical do pequeno proprietário permaneceu até inícios dos anos de 1970. No editorial da revista *Gleba* de fevereiro de 1968, a agremiação articulou esta temática ao próprio *desenvolvimento da democracia*. Propalava que este regime estava assentado na consolidação da classe média, representada, no meio rural, pelo pequeno proprietário. Neste sentido, considerava a vinculação deste aos sindicatos dos trabalhadores rurais como uma “*criminosa proletarização*” da categoria²⁷⁷.

Esta assertiva consagrou-se, novamente, no editorial intitulado *Distorções a Evitar*²⁷⁸. A CNA reiterou a premissa de que a suposta “*proletarização dos pequenos proprietários*” – através de seu reconhecimento como trabalhadores rurais – constituía “*grave ameaça aos princípios democráticos e à própria segurança nacional*” posto que este regime teria “*na prosperidade da classe média seu poderoso e expressivo sustentáculo*”. Desta forma, a agremiação sugeriu que o Ministério do Trabalho e da Previdência Social tivesse mais “*atenção e presteza*” no que tange ao enquadramento do pequeno proprietário, zelando não pela sua *proletarização*, mas por sua “*ascendência econômica*” mediante sua vinculação como empregador rural²⁷⁹.

A campanha da CNA parece ter reverberado junto à sociedade política. Em abril de 1971 foi instituído o Decreto Lei 1166 que conclamava como empregador/empresário rural o pequeno proprietário que atuasse sob regime de economia familiar em área igual ou superior a um módulo rural²⁸⁰, independentemente de depender da ajuda de terceiros. Todavia, a legislação permitia também que o pequeno proprietário recolhesse a contribuição sindical à entidade por cujo intermédio se considerasse representado, podendo estar filiado ao sindicato de trabalhador ou ao sindicato patronal²⁸¹. Desta forma, embora

²⁷⁶ *Idem*, p. 20

²⁷⁷ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, fevereiro de 1968, p. 1.

²⁷⁸ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, novembro de 1970, p. 1.

²⁷⁹ *Idem*.

²⁸⁰ O módulo rural, de acordo com o Estatuto da Terra, consistia na menor unidade de terra onde a família pudesse se sustentar e garantir seu progresso social e econômico. Não existia uma dimensão fixa para todo país, sendo o módulo rural definido de acordo com a região, tipo de solo, topografia, etc.

²⁸¹ Cf; parágrafo 1º do artigo 2º do decreto 1166 de 15 de abril de 1971.

este decreto tenha favorecido a agremiação da classe dominante agrária, a disputa entre a CNA e a CONTAG pela representação “formal legal” do pequeno proprietário se prolongou face à possibilidade de escolha referendada pela legislação.

Quanto à CONTAG, lamentou a diminuição do quadro de seus potenciais associados e permaneceu em defesa da vinculação de pequenos proprietários, assalariados, parceiros e arrendatários em um mesmo sindicato de trabalhadores rurais²⁸². Pleiteou que as Comissões Regionais do FUNRURAL – agência estatal em que a Confederação detinha representação – fossem também competentes para julgar casos de dúvida acerca do enquadramento sindical²⁸³. Em seu III Congresso, no ano de 1979 e em meio à crise da estrutura sindical corporativista, a CONTAG sugeriu que fosse considerado como trabalhador o pequeno proprietário atuante em área menor ou igual a um módulo rural, deixando o caráter opcional apenas para produtores que exercessem atividades agrícolas em terras superiores a um e inferiores a três módulos. A agremiação acusou ainda o INCRA de reduzir o tamanho dos módulos em algumas regiões, dificultando o enquadramento de pequenos proprietários nos sindicatos dos trabalhadores²⁸⁴.

Com o aumento das manifestações no campo em finais da década de 1970 e inícios dos anos de 1980, o órgão sindical máximo dos trabalhadores rurais procurou intitular-se representante das ações de pequenos proprietários em defesa do reajuste dos preços mínimos, da diminuição das taxas de juros ou de impostos sobre a comercialização de produtos. Muitas vezes, o caráter de classe destes protestos era questionado, como nas manifestações de sojicultores ocorridas no Rio Grande do Sul em 1981. Estes, em repúdio ao aumento do tributo sobre a exportação dos produtos agrícolas, interromperam o trânsito nas estradas com tratores, colheitadeiras e caminhões. A CONTAG refutou a acusação – oriunda da própria estrutura sindical – de que este movimento atendia aos interesses dos grandes proprietários sob o argumento de que 60% da produção de soja provinha de pequenos agricultores e sob a advertência de que quem organizara o protesto fora a federação do Rio Grande do Sul a ela subordinada²⁸⁵. Vale lembrar ainda que com a consolidação dos complexos agroindustriais, o enquadramento sindical dos empregados

²⁸² CONTAG. Relatório de atividades do ano de 1971. Documento localizado no Núcleo dos Movimentos Sociais/ CPDA, série CONTAG, subsérie Relatórios anuais.

²⁸³ *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, maio-junho de 1974.

²⁸⁴ CONTAG. Anais do III Congresso. Brasília, novembro de 1979.

²⁸⁵ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, janeiro-fevereiro de 1981.

destas empresas como trabalhadores rurais ou como industriários, também passou a ser alvo de novas disputas e controvérsias²⁸⁶.

Portanto, a disputa pela representação política em torno do pequeno proprietário constituiu-se em um dos embates ocorridos no interior do sindicalismo corporativista rural. Osvaldo Silva atenta que tal disputa foi ainda mais significativa nos estados do Sul do país, face ao número expressivo de pequenos proprietários na região²⁸⁷. A hegemonia no enquadramento sindical desta categoria implicava, por certo, em distintos posicionamentos das Confederações. Isto porque a representação de pequenos proprietários angariava, para estas agremiações, capital econômico – proveniente dos recursos com o imposto sindical – e capital político – posto que a categoria desempenhava importante papel para a legitimidade e formulação de consenso em torno de determinadas demandas. Nota-se que, até inícios dos anos de 1970, a CONTAG detinha maior inserção no enquadramento desses produtores, respaldada pelo seu decreto de criação. Todavia, a CNA – através da campanha de acusação da *proletarização* dos pequenos proprietários – procurou atuar junto à sociedade política para modificar este quadro, o que resultou no decreto 1166 de 1971, que possibilitou a vinculação desta categoria também pelo sindicato patronal.

Conforme já mencionado, esta disputa se expressou através dos serviços médicos e previdenciários prestados por meio do PRORURAL. Entidades de trabalhadores e de empregadores rurais procuravam, em uma determinada região, dispor da melhor assistência para incorporar o maior número de pequenos produtores, parceiros e arrendatários em seus quadros. As atividades educacionais igualmente desempenharam importante papel no embate pelo enquadramento sindical destas categorias, fazendo com que a CNA e a CONTAG concorressem com que tange às políticas públicas relacionadas a esta temática.

O Programa Especial de Bolsa de Estudos (PEBE), instituído pelo governo federal em 1966, consistiu em uma dessas medidas. Tratava-se de uma política vinculada ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social que fornecia bolsas de estudo a trabalhadores para suprir despesas com a educação de nível médio (industrial, agrícola, comercial, secundária e normal), incluídos gastos com material escolar, alimentação,

²⁸⁶ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, julho a setembro de 1984.

²⁸⁷ A título de exemplificação, o autor cita que, em 1970, no Paraná, havia 40.591 médios e grandes proprietários, 251.199 assalariados e 513.897 pequenos produtores, de modo que a base de representação desta última categoria não poderia ser negligenciada. Cf; SILVA, Osvaldo Heller. *Op. Cit.*, p. 328.

vestuário e transporte. Os recursos eram destinados para as confederações de trabalhadores que, por sua vez, delegavam aos seus sindicatos a escolha dos beneficiados com o Programa. Apenas trabalhadores sindicalizados, seus filhos e dependentes poderiam participar desta seleção. A CONTAG, em 1966, recebeu 13% de todas as bolsas – montante inferior apenas ao recebido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI) – e, em 1974, 28%.²⁸⁸, contabilizando, neste ano, um total de 65.458 bolsas estudos fornecidas por 1456 sindicatos de trabalhadores rurais²⁸⁹.

Uma parte do custeio do Programa provinha da contribuição sindical destinada aos próprios sindicatos. Neste sentido, uma das principais reivindicações da CONTAG em relação ao PEBE constituía no fim desta contrapartida das entidades sindicais para a manutenção do Programa, além de solicitar o aumento do número e do valor das bolsas²⁹⁰. A CONTAG, mediante argumento de que o programa “*era fruto do esforço e do sacrifício dos trabalhadores*”²⁹¹, sinalizava a importância dos bolsistas articularem-se ao movimento sindical e não se afastarem do meio rural – como a agremiação alegava que comumente acontecia. Afirmava ainda que estes bolsistas poderiam contribuir nas equipes educacionais dos sindicatos e federações, bem como poderiam, dentro do colégio, se apresentar como “*porta-voz dos trabalhadores rurais*”, propalando as dificuldades e problemas existentes²⁹². Sob a perspectiva de associar a concessão de bolsas de estudos à promoção do sindicalismo oficial, a Confederação assegurava:

*“Somente dessa forma, as bolsas de estudo distribuídas para os filhos dos camponeses se justificam, pois começam a ser colocadas a serviço da promoção de toda Classe e não apenas do progresso individual de quem recebe. E esse sério compromisso pode ser assumido por todos os bolsistas, ajudando na conscientização dos Trabalhadores Rurais no sentido de sua libertação”*²⁹³.

Vale ressaltar que, além de auxiliar no aumento dos quadros das entidades subordinadas à CONTAG – uma vez que apenas sindicalizados e seus dependentes teriam

²⁸⁸ HOUTZAGER, Peter. *Op. Cit.*

²⁸⁹ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, março a abril de 1975.

²⁹⁰ Essas reivindicações se expressaram tanto no II Congresso da CONTAG, em 1973, quanto no III Congresso, em 1979.

²⁹¹ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, março a abril de 1975, p.5.

²⁹² *Idem*, p. 6.

²⁹³ *Ibidem*, p 7.

direito ao Programa – e de contribuir para a difusão do sindicalismo – através da atuação dos bolsistas - o PEBE reforçou laços clientelistas nos sindicatos posto serem estes os responsáveis pela escolha dos beneficiados, além de inexistirem critérios claros para tal seleção.

A CNA, visando capitalizar as prerrogativas vinculadas ao PEBE solicitou, junto ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a inclusão da esfera de representação patronal neste programa. Tal reivindicação, que não obteve êxito, foi explicitada, mais precisamente, pelo sindicato de Sobral, Ceará, sob a alegação de que “*a crise atinge a todos indistintamente*”,²⁹⁴.

O MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) igualmente foi uma política educacional cujos recursos e execução foram pleiteados pela CONTAG e pela CNA. Tratava-se de uma medida que tinha como objetivo principal a alfabetização de jovens e adultos, realizando, para tanto, convênios com entidades públicas e privadas. Neste sentido, sindicatos – tanto patronais como de trabalhadores – poderiam oferecer assistência ao MOBREAL, disponibilizando espaços para sala de aula e pessoal para auxiliar no funcionamento das atividades. Todavia, tanto a CNA quanto a CONTAG, ensejavam atuar também na elaboração de materiais didáticos e de projetos educacionais.

No caso da confederação dos trabalhadores rurais, esta demandou a inclusão de noções de sindicalismo nos cursos ministrados pelo MOBREAL – com a elaboração de apostilas feitas pela própria CONTAG –, bem como solicitou treinamento dos alfabetizadores por sindicatos e federações²⁹⁵. Já a CNA, propunha que o MOBREAL, em conjunto com o INCRA, desenvolvesse programas de alfabetização seguidos de cursos de capacitação profissional²⁹⁶.

Portanto, ambas as Confederações procuraram influenciar nas políticas oficiais para a Educação, usufruindo não apenas dos recursos delas provenientes, mas também da “eficácia simbólica” delas oriundas. A CONTAG tentou articular sua inserção junto ao PEBE e ao MOBREAL com o desenvolvimento de sua esfera de representação – o sindicalismo oficial – bem como reforçou laços clientelísticos. A CNA, por sua vez, pleiteou participação no PEBE e no MOBREAL com o intuito de atuar na capacitação de

²⁹⁴ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, março de 1971, p. 11.

²⁹⁵ CONTAG. *Anais do II Congresso da CONTAG*. Brasília, agosto de 1973.

²⁹⁶ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, janeiro de 1971.

trabalhadores rurais, contribuindo para a difusão de sua visão de mundo também junto a esta classe. Vale ressaltar ainda que a participação nestas políticas poderia potencializar a aproximação de pequenos proprietários nos sindicatos de empregados ou empregadores rurais.

Cabe lembrar, por fim, outro mecanismo demandado pela agremiação máxima da classe dominante agrária visando ao controle sobre os trabalhadores rurais: a liderança do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Criado em 1976, ele tinha como objetivos promover a formação profissional e oferecer assistência social aos trabalhadores rurais. Todavia, o SENAR estava subordinado ao Ministério do Trabalho, diferentemente dos seus congêneres, o SENAI e o SENAC, vinculados, respectivamente à CNI e à CNC. Reivindicando “*isonomia com o Comércio e com a Indústria*”²⁹⁷, a CNA solicitava que o SENAR fosse a ela subordinado contando, para tanto, com a atuação de José Carlos Fonseca – 2º secretário da agremiação e deputado federal – junto ao Congresso Nacional²⁹⁸. A fim de conferir uma conotação social à ingerência patronal em mais um aspecto relacionado ao trabalhador rural, a CNA alegava que:

*“essa será a oportunidade dos empresários demonstrarem que possuem capacidade para, além de produzir, melhorar a qualidade de sua mão de obra e vida no campo, aumentando a produtividade e diminuindo inúmeros problemas como o êxodo rural.”*²⁹⁹

A CONTAG, em seu III Congresso, teceu breve crítica o Serviço ao afirmar que “*este não serve aos interesses do trabalhador rural*”³⁰⁰. O SENAR se tornou autarquia vinculada à CNA apenas em 1991, quando foi recriado.

Além do enquadramento sindical do pequeno proprietário e da educação e capacitação profissional dos trabalhadores rurais – que resultavam em distintos posicionamentos no interior do sindicalismo oficial agrícola –, a CNA e a CONTAG discordavam no que tange à prescrição bienal e ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

²⁹⁷ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, dezembro de 1978 e janeiro de 1979.

²⁹⁸ *Revista Campo Verde*. Brasília: CNA, julho de 1984, p. 29.

²⁹⁹ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, julho de 1984, p. 5.

³⁰⁰ CONTAG. *Anais do III Congresso*. Brasília, novembro de 1979.

De acordo com a CLT, o trabalhador urbano teria o prazo de dois anos para reclamar na Justiça um direito, a contar do dia de seu não cumprimento. Já o Estatuto do Trabalhador Rural, previa para o trabalhador rural também esse prazo de dois anos, tendo, porém, início a contagem quando do término de contrato de trabalho. Justificava-se essa diferenciação pelo desconhecimento da legislação trabalhista pelo trabalhador rural, pela dependência deste em relação ao patrão e pela distância entre os locais de trabalho e a sede das comarcas. Em 1973, as disposições da CLT abrangeram a categoria de trabalhador rural, sendo extinto o Estatuto do Trabalhador Rural. Todavia, permaneceu, para o campo, a prerrogativa da prescrição bienal a partir do fim do contrato de trabalho, o que resultou em uma reação da CNA.

Esta alegava um “*protecionismo exagerado*” posto que as condições do trabalhador urbano eram ainda mais complicadas do que as do trabalhador rural face à densidade populacional³⁰¹. Argumentava que a prescrição bienal representava “*a mola mestra de insegurança, desemprego e baixos níveis de produtividade*” no campo, procurando escamotear o caráter de classe de seu posicionamento e de sua campanha em prol de uma lei extinguindo esse direito³⁰². A agremiação intentou ainda conferir maior autoridade à sua demanda ao publicar artigo do ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Prates de Macedo, que afirmou que a prescrição bienal dos trabalhadores rurais trazia *inércia e intranqüilidade social ao campo*³⁰³.

Já a CONTAG defendia a manutenção do prazo de dois após a vigência do contrato de trabalho mediante o argumento de que a dependência do trabalhador rural, seu desconhecimento dos direitos e a distância dos órgãos de Justiça permaneciam³⁰⁴. Apesar da articulação da CNA junto à sociedade política, a prescrição bienal para os trabalhadores rurais se manteve.

Quanto ao FGTS, enquanto a CONTAG se colocava desfavorável à sua extensão ao meio rural, a agremiação patronal a defendia e, mais uma vez, atribuiu conotação social à sua reivindicação. Isto porque a CNA afirmava que a instituição do FGTS no campo conteria o êxodo rural e melhoraria a qualidade de vida dos trabalhadores uma vez que

³⁰¹ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, agosto e setembro de 1978, p. 5.

³⁰² *Revista Gleba*. Brasília: CNA, dezembro de 1978 e janeiro de 1979, p. 15.

³⁰³ *Revista Campo Verde*. Brasília: CNA julho de 1984, pp. 32 e 33.

³⁰⁴ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, julho a dezembro de 1977.

parte de seus recursos seria destinada a programas de saneamento e de financiamento habitacional³⁰⁵.

Portanto, ao analisar a atuação da CNA e da CONTAG entre os anos de 1964 e 1985, constatam-se aspectos comuns em suas condutas que configuram as relações objetivas inerentes ao sindicalismo rural “formal legal”. O papel de colaboração destas Confederações junto ao Poder Público, a defesa da unicidade sindical e do imposto sindical e o assistencialismo foram características presentes na CNA e na CONTAG que, se por um lado, eram estruturadas a partir da legislação que as regiam, por outro, eram ratificadas pelas suas práticas. Vale ressaltar ainda a conformação de um *habitus* dos dirigentes ligados a estrutura oficial que reforçavam alguns de seus aspectos, além de contribuir para a pouca renovação dos quadros sindicais. Todavia, para além das similitudes, a CNA e a CONTAG possuíam significativas diferenças no que tange a suas condições econômicas e visões de mundo. Embora essas distinções se explicitassem, primordialmente, frente a projetos de reforma agrária, outros embates – tais como questões educacionais, o enquadramento sindical dos pequenos proprietários e direitos trabalhistas – eram engendrados. Isto porque remetiam à detenção de *capitais* – políticos, simbólicos e culturais – importantes para o posicionamento das Confederações dentro e fora da estrutura sindical oficial.

Além dos aspectos abordados, a CNA e a CONTAG organizavam campanhas que igualmente configuravam sua atuação no período estudado, bem como indicavam aproximações com setores da sociedade civil.

5. Campanhas da CONTAG: *legalismo* e educação sindical

Uma das características caras às ações da CONTAG consistiu no que alguns autores³⁰⁶ chamam de *legalismo*, posto que a conduta da agremiação pautava-se pelo cumprimento de leis vigentes. Essa diretriz permeou sua atuação entre os anos de 1964 e 1985, ainda que algumas diferenciações possam ser notadas ao longo desse período.

³⁰⁵ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, março de 1979.

³⁰⁶ BOITO Jr, Armando, *Op. Cit*; RICCI, Rudá, *Op. Cit*; TAVARES, Ricardo, *Op. Cit*, entre outros.

Entre meados da década de 1960 e inícios dos anos de 1970, nota-se o predomínio da exigência do cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra. Em seu periódico, a CONTAG tratava de divulgar ao máximo as prerrogativas dessas legislações, por intermédio, por exemplo, da coluna *Verificando a lei*. Além desses estatutos, eram propagados artigos constitucionais e a Declaração Universal dos Direitos Humanos numa tentativa de legitimar suas reivindicações. Apresentava-se a lei como instrumento de “*segurança de cada homem*” e como “*tábua de salvação do mundo*”³⁰⁷ e as críticas residiam, justamente, em sua não aplicação, embora a CONTAG propusesse pequenas alterações em alguns artigos do Estatuto da Terra. Nesse contexto, a conduta do sindicalismo oficial dos trabalhadores rurais priorizava o envio de relatórios e telegramas a agências estatais com a denúncia de irregularidades, o que foi denominado por Novaes³⁰⁸ como “prática de envio de correspondência”. Os sindicatos encaminhavam denúncias para as federações que, por sua vez, as levavam para a CONTAG de modo que esta as remetesse às “*autoridades*”, com as respostas seguindo o percurso inverso, sem uma resolução eficaz.

Entre meados e fins dos anos de 1970, é possível notar uma pequena alteração na conduta da entidade, ainda que prevalecesse a perspectiva legalista. Exemplos de casos judiciais – individuais ou coletivos – envolvendo trabalhadores rurais e com resolução bem sucedida passaram a ser recorrentemente divulgados pela CONTAG. Ademais, esclarecia-se como seria a audiência na Justiça, enfatizando a importância da existência de testemunhas. Tratava-se, então, não mais de apenas denunciar irregularidades para agências estatais através de relatórios, mas fornecer instruções para a exigência do cumprimento da legislação mediante recurso à Justiça do Trabalho. Tal postura pode ser averiguada através dos motes *O trabalho sindical deve informar e orientar os trabalhadores rurais para que assumam a defesa de seus interesses legais* e *As leis existem para a garantia de nosso direito, mas seu cumprimento é uma conquista que depende de cada um de nós* – constantemente anunciados na revista da CONTAG neste período.

Já no III Congresso, em 1979, a CONTAG deliberou duas novas linhas de ação sindical: movimentos coletivos, como a greve, para a defesa dos assalariados, e ocupação

³⁰⁷ *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, fevereiro a março de 1974, p. 23.

³⁰⁸ NOVAES, Regina. *Op. Cit*, 1991.

de terras para pressionar a execução de medidas de reforma agrária. Quanto à última proposta, pouco foi feito, permanecendo o encaminhamento institucional de reivindicações pelas desapropriações e pela redistribuição fundiária. Em relação à greve, algumas foram realizadas, tendo como característica comum seu preceito legalista, isto é, a obediência às diretrizes impostas pela Lei de Greve.

A primeira experiência de greve do sindicalismo oficial no campo após o golpe militar ocorreu na zona canavieira de Pernambuco. Tavares ressalta que a federação deste estado, a FETAPE, já vinha acumulando casos vitoriosos nas Juntas de Conciliação e Julgamento, que eram divulgados junto aos sindicatos. Ademais, a federação promovia cursos de capacitação sindical – contando inclusive com a participação de dirigentes de outros estados³⁰⁹ –, bem como possuía importância histórica na reconstrução do sindicalismo rural no país. Tais prerrogativas teriam fomentado um ambiente propício para a realização da greve.

Todavia, a FETAPE, ao orientar-se pela Lei de Greve, seguiu um rigoroso trâmite burocrático, como: a publicação de editais na imprensa uma semana antes das assembléias; comunicação à Delegacia Regional do Trabalho sobre a assembléia; cédula de votação com opções de “a favor” e “contra” a greve; garantia de *quorum* de 2/3 dos associados para a validação das decisões na assembléia; o convite de representantes do Ministério do Trabalho para supervisionar as ações sindicais, etc. Dessa forma, dos vinte e quatro sindicatos envolvidos, apenas dois – os sindicatos de São Lourenço da Mata e de Paudalho – conseguiram cumprir todas as determinações e realizaram a greve. Após dois dias de greve, os usineiros acordaram, em Convenção Coletiva, um reajuste salarial de 52%, bem como firmaram um tabela-padrão para pagamentos a serviços prestados por produção ou por tarefa naquela região.³¹⁰

Outras greves no meio rural foram realizadas no período, dentre elas a greve dos catadores de café na Bahia e a greve de trabalhadores de café e de cana em Minas Gerais – ambas em 1980; a greve de canavieiros no Rio Grande do Norte, em 1982; e a greve dos canavieiros em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 1984. Esses movimentos

³⁰⁹ Em 1978, dirigentes de São Paulo e do Rio de Janeiro foram enviados para a FETAPE a fim de discutirem experiências sobre dissídio coletivo. Ademais, advogado da FETAPE foi enviado a São Paulo para acompanhar as negociações nas greves dos metalúrgicos. Cf; TAVARES, Ricardo. *Op. Cit*

³¹⁰ *Idem.*

igualmente seguiriam as normas da Lei de Greve e tiveram como referência a greve desencadeada pela FETAPE, em 1979, na Zona da Mata Pernambucana. Tavares³¹¹, dessa forma, classifica esta greve como “ABC do campo”³¹² na medida em que a CONTAG a propagou, através de treinamentos sindicais, como modelo a ser implantado em outras regiões do país.

Portanto, a conduta legalista da agremiação sindical dos trabalhadores rurais pode ser constatada ao longo de todo o período estudado, ainda que determinadas práticas de reivindicações trabalhistas tenham se modificado. Ricci atesta que esta postura pode em parte ser explicada pela legislação que regia a CONTAG e pelo contexto político vigente. O autor adverte, porém, que tal legalismo era também propagado pelas práticas sindicais do PCB e da Igreja Católica na conjuntura que precedeu o golpe militar. Enquanto os comunistas consideravam a execução das reformas de base primordiais para o desenvolvimento de melhorias sociais e para a consolidação de uma *revolução democrático burguesa*, setores católicos atestavam a importância das supostas atribuições paternalistas e de conciliação desempenhadas pelo Estado (em sentido restrito). Desta forma, o autor afirma que, para além da estrutura corporativista, experiências sindicais anteriores igualmente ratificavam a conduta legalista³¹³.

Vale ressaltar que a presença de setores da Igreja Católica foi primordial para a reconstrução do sindicalismo rural após o golpe, conforme já mencionado. Ao longo da década de 1970, padres, bispos e agentes pastorais permaneceram atuantes junto aos trabalhadores agrícolas, ora se aproximando, ora questionando a estrutura sindical oficial. Cabe assinalar, contudo, mudanças de orientação no interior da própria Igreja, sobretudo na América Latina.

Essas novas diretrizes foram expressas na II Conferência Episcopal Latino Americana, em 1968, em Medellín, Colômbia. Nesse encontro, foram tecidas críticas ao *capitalismo dependente* e foram propostas reformas políticas, sociais e econômicas ao

³¹¹ *Ibidem.*

³¹² Esta denominação faz referência às greves no ABC paulista, lideradas pelo setor metalúrgico. Em 1977, esta categoria profissional se mobilizou em prol da reposição salarial face à defasagem do reajuste anual em 1973 e 1974. Este movimento desencadeou outras greves em distintas regiões do país.

³¹³ RICCI, Rudá, *Op. Cit.*

continente. Valorizaram-se ainda os movimentos leigos e a religiosidade popular³¹⁴. A partir desta Conferência, foi gestada uma corrente vinculada à Igreja Católica, conhecida como *Teologia da Libertação*³¹⁵. Escritos como os de Gustavo Gutierrez, Rubem Alves, Leonardo Boff e Frei Beto sistematizavam os preceitos dessa corrente, cuja premissa consistia na *opção preferencial pelos pobres*, colocando-os não como objetos de caridade, mas como sujeitos de sua própria libertação. Argumentava-se que a redenção/ salvação deveria ser construída na realidade humana, temporal. Caberia à Igreja – sobretudo às comunidades de base – auxiliar na conscientização dos *pobres* para que esses lutassem pela sua libertação³¹⁶. É importante lembrar que este movimento foi questionado por outros setores da Igreja, embate explicitado, inclusive, na III Conferência Episcopal Latino Americana, no ano de 1979, em Puebla, México, quando houve uma tentativa do Conselho dos Bispos Latino Americanos de impedir a participação de teólogos da libertação neste encontro³¹⁷.

No Brasil, clérigos e leigos adeptos desta nova orientação tiveram importante atuação inclusive no meio rural. A própria CNBB – que, em 1964, havia manifestado apoio ao golpe militar – passou a questionar o regime político e medidas econômicas, ainda que não coadunasse plenamente com as diretrizes da Teologia da Libertação³¹⁸. Neste contexto, destacaram-se as CEBs – comunidades eclesiais de base – que reuniam padres, agentes pastorais, animadores de comunidade, diáconos, etc. As CEBs realizavam encontros para orações, para fazer vigílias e peregrinações, bem como para interpretar o evangelho. As reflexões sobre as condições econômicas e sociais da comunidade igualmente eram desenvolvidas, além de propostas para solucionar conjuntamente os problemas apontados. Propunha-se um método pedagógico sistematizado na premissa *ver, julgar e agir* em que a

³¹⁴ MELO SOBRINHO, Noeli Correia de. *A Igreja, a Política e a Questão Agrária no Brasil*. Seropédica: Dissertação de Mestrado/ CPDA, 1986.

³¹⁵ O autor Michael Lowy sugere o uso do termo Cristianismo de Libertação para definir esse movimento, alegando que não se tratar apenas de um fenômeno teológico, mas com dimensão social e política, articulando fé e prática. Argumenta ainda que esse movimento tem sua origem em organismos laicos surgidos na América Latina entre os anos de 1950 e 1960, como: a JUC e AC, no Brasil; os comitês para a reforma agrária, na Nicarágua; e as federações de camponeses cristãos, em El Salvador. Cf; LOWY, Michael. *A guerra dos deuses; religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

³¹⁶ *Idem*.

³¹⁷ Apesar desse investida, os teólogos da libertação puderam participar da Conferência e a conciliação ocorreu sobre o mote *opção preferencial pelos pobres*, de variada interpretação. Lowy afirma que, nos anos de 1980, o Vaticano procurou marginalizar este movimento, nomeando bispos conservadores nas Confederações dos países latino americanos. *Ibidem*.

³¹⁸ MELO SOBRINHO, Noeli. *Op. Cit.*

partir da leitura da bíblia e da análise das situações vivenciadas pela comunidade, eram definidas ações propositivas, mesclando o discurso religioso e político³¹⁹.

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, insere-se neste quadro de emergência de movimentos católicos de base, bem como no contexto de colonização da região amazônica³²⁰. A política de colonização ganhou maior fôlego nos anos de 1970, após a criação do INCRA, e estimulava a ocupação de terras no Norte do país por grandes proprietários e empresas particulares, conforme será melhor abordado no próximo capítulo da tese. Essas medidas resultaram na expulsão de posseiros e no aumento dos conflitos de terra na região. Cabe lembrar, conforme já assinalado, que a CONTAG e suas agremiações eram pouco expressivas nestas localidades, de forma que os agentes pastorais desempenhariam o papel de mediador junto aos trabalhadores rurais.

Neste sentido, conforme atesta Barcellos³²¹, inicialmente a CPT não se opunha diretamente às diretrizes da estrutura sindical corporativista, mas, sim, ocupava espaços por ela não contemplados. Novaes, inclusive, aponta a articulação entre as práticas das pastorais e as das federações em algumas regiões, posto que as primeiras – através das romarias, peregrinações e encontros – mobilizavam e agregavam os trabalhadores, enquanto o sindicalismo oficial sistematiza as reivindicações e as encaminhavam institucionalmente³²². Todavia, em finais dos anos de 1970, a CPT e setores da Igreja Católica passaram a canalizar suas críticas às linhas de atuação sindical, organizando oposições junto às direções de alguns sindicatos.

Apesar desses questionamentos, orientações católicas se fizeram presentes na estrutura sindical liderada pela CONTAG, o que pode ser expresso não apenas através da biografia de dirigentes desta agremiação, como também pelos cursos promovidos pela própria Confederação. Como já mencionado, a CONTAG, ao longo da década de 1970, disponibilizou uma série de treinamentos aos dirigentes sindicais a fim de uniformizar

³¹⁹ cf; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

³²⁰ Tonetto lembra que a CPT, com sede em Goiânia, foi criada no Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal, contudo, é importante destacar a carta de D Pedro Casaldáliga, em 1971, denunciando as condições de vida nesta região. Cf; TONETTO, Sandra Márcia. *Clamores da Luta pela Terra: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social*. Franca: Tese de Doutorado/ Universidade Estadual Paulista, 2007. Ver também: CARDOSO, Maria Margarida. *O Grito pela terra; religiosos católicos e subalternos rurais na Amazônia Legal Brasileira na década de 1970*. Niterói: Dissertação de Mestrado/UFF, 2006.

³²¹ BARCELLOS, Fernando. *Op. Cit.*

³²² NOVAES, Regina. “A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba”. IN: PAIVA, Vanilda. *Op. Cit.*

demandas e ações de sua esfera de representação. Boa parte desses cursos era orientada por métodos educacionais difundidos por setores da Igreja Católica.

Nestes cursos, propalava-se que a “missão” da educação era *despertar consciência* e que, para tanto, os trabalhadores rurais deveriam desenvolver “*conhecimento das coisas, capacidade de julgamentos e ação*”³²³, premissa similar a do método pedagógico trabalhado pelas CEBs e pelas pastorais – *Ver, julgar e agir*. A didática operada nestes treinamentos igualmente aproximava-se de práticas de setores da Igreja. Comumente, iniciavam-se os cursos com perguntas feitas aos trabalhadores relacionadas às suas realidades para, em seguida, promover debates e, posteriormente, elaborar-se um painel aberto em que os trabalhadores construíssem conclusões e proposições para a ação³²⁴. Dinâmicas de grupo, sociodramas e círculos de estudo eram também sugeridos pela Confederação, que intentava, inclusive, esclarecer e difundir o uso dessas técnicas para os dirigentes rurais aplicarem em seus sindicatos.

Ademais, a influência de setores da Igreja junto ao sindicalismo oficial era expressa, muitas vezes, no próprio símbolo da CONTAG. Isto porque, em algumas edições de *O Trabalhador Rural* ou de apostilas de treinamento sindical, era acrescentada uma cruz ao emblema da Confederação, representado, comumente, pelo mapa do Brasil com um trabalhador arando a terra no centro, conforme mostram as imagens abaixo:

³²³ cf; *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, novembro-dezembro de 1973, p. 9.

³²⁴ A título de exemplificação, vale destacar a apostila Valor da Pessoa, do Trabalho e da Sociedade, em que esses três elementos eram analisados separadamente. Sobre o valor da Pessoa, iniciava-se com a distinção entre os reinos animal, vegetal e mineral, para depois tratar das mudanças operadas pelo Homem no mundo. Em relação à importância do Trabalho, primeiramente era apontada a diferença do trabalho dos homens para o de outros animais, bem como era abordada a divisão entre trabalho manual e intelectual. Já no tópico “valor da Sociedade” era expressa a importância da ação em conjunto para romper com injustiças sociais. Cf; CONTAG. *Valor da Pessoa, do Trabalho e da Sociedade*. Rio de Janeiro, junho de 1971.



Imagem 5: *O Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro: CONTAG, novembro/dezembro de 1973.



Imagem 6: *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, maio de 1981.

Em fins dos anos de 1970, os cursos promovidos pela CONTAG sofreram uma reorientação, sendo privilegiados os relatos de experiências de ações judiciais bem sucedidas, assim como o aprendizado do encaminhamento técnico dessas ações³²⁵. Tal postura poderia indicar certo afastamento da influência católica junto à CONTAG, o que seria ratificado pelo surgimento de oposições sindicais lideradas por setores da Igreja. Silva³²⁶ afirma, inclusive, que este distanciamento teria sido resultado da expansão do sindicalismo rural – face ao advento do PRORURAL e dos demais serviços assistenciais. Todavia, a ruptura da Igreja Católica com estrutura sindical oficial não deve ser absolutizada, posto que ações conjuntas entre essas instituições fizeram-se presentes em conflitos rurais ao longo da década de 1980. O próprio símbolo da CONTAG acrescido de uma cruz foi vinculado, esporadicamente, pela Confederação ao menos até o ano de 1981³²⁷.

Desta forma, o legalismo e a influência de setores católicos consistiram em elementos significativamente presentes na configuração da CONTAG entre os anos de 1964 e 1985. Quanto à perspectiva legalista, esta, apesar das pequenas diferenciações ao longo do período estudado, representou um aspecto fundamental da visão de mundo da agremiação, orientando boa parte de suas demandas e práticas. No que tange ao papel da Igreja Católica junto ao sindicalismo oficial, nota-se sua inserção desde antecedentes do golpe militar – quando Círculos Operários visavam a formação de “sindicatos cristãos” – até o contexto de “abertura política” – quando parte desta instituição ajudou a compor oposições às direções de sindicatos, destacando-se sua influência junto aos materiais dos cursos de formação e educação sindicais.

6. Campanhas da CNA:

A campanha da CNA que ganhou maior destaque em seu periódico tratou da modernização tecnológica da agricultura, acrescida de um projeto de “reforma de

³²⁵ CONTAG. *Plano de desenvolvimento dos treinamentos de capacitação sócio sindical*. 1977/1978.

³²⁶ Silva, Osvaldo Heller da. *Op. Cit.*

³²⁷ Cf; *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, maio de 1981.

mentalidade” do produtor rural, a ser dotado de atributos como *eficiência, competitividade e racionalidade*. Tal temática será abordada no próximo capítulo visto que foi através desta bandeira que a agremiação sindical da classe proprietária rural se contrapôs a políticas de efetiva reforma agrária.

Todavia, cabe ressaltar que esta premissa permeava distintos aspectos da atuação da CNA – como a implementação de medidas assistencialistas, conforme já averiguado –, bem como se explicitava na própria conformação da revista *Gleba*. Isto porque, no decorrer da década de 1970, o periódico privilegiou reportagens de cunho técnico, o que respaldava as políticas públicas agrícolas desencadeadas neste contexto e, ao mesmo tempo, silenciava abordagens acerca da redistribuição fundiária. Reportagens sobre combate a pragas dos citrus e à ferrugem do café, informações sobre o corte de capim, a criação de galinhas e seleção genética do Zebu e Guzerá e notícias sobre exposições e feiras agropecuárias eram recorrentes. Havia, inclusive, a divisão de matérias por produtos, como oleaginosas, hortigranjeiros, pecuária, fruticultura, agroturismo, etc. Já o setor de café contava com uma coluna própria – *Panorama Cafeeiro* –, com amplo espaço na revista.

Pela multiplicidade de técnicas de cultivo divulgadas e de tipos de produção contemplados, nota-se o intento da CNA em representar distintos proprietários rurais, inclusive aqueles que poderiam ser agremiados pela CONTAG. Inovações tecnológicas – como máquina para separar grãos, inseticida biodegradável, sementes modificadas, vacinas contra a peste suína e febre aftosa, tratores modernos, entre outros – eram propagadas por meio das colunas *Informe e Brasil Agrícola*.

A seção *Campo no Congresso*, que substituiu *Parlamentares Tratam da Agricultura*, igualmente foi vinculada no periódico da CNA e abordava as atividades da Câmara dos Deputados e do Senado concernentes ao meio rural. Constituía, assim, importante meio de informações para que associados da Confederação pudessem se articular junto a setores da sociedade civil e da sociedade política em prol do atendimento de suas demandas. Vale destacar ainda as colunas *Mulher no Campo*, com receitas e informações nutricionais sobre produtos agrícolas, e *Legislação Agropecuária* – em que se abordava, primordialmente, a legislação trabalhista, fornecendo modelos de contrato de trabalho.

Outro mecanismo de articulação da CNA com setores expressivos das sociedades civil e política consistiu em consagrar personalidades ligadas à agricultura, mediante a criação do prêmio *Medalha do Mérito Agrícola*. Este prêmio, conferido anualmente, destinava-se aos considerados “*Pro-Homens da Classe Rural*”³²⁸ destacados nos seguintes setores: Ação Social, Ciência, Divulgação, Lavoura e Pecuária. A CNA presidiu, no início dos anos de 1970, o Conselho que elegia os agraciados, sendo este igualmente integrado por dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura, da Sociedade Brasileira de Agronomia, do INDA, da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação Brasileira de Química. Consta-se que boa parte dos contemplados desempenhava funções públicas ou políticas, especialmente vinculadas ao Ministério da Agricultura³²⁹.

Este prêmio consagrava também muitos engenheiros agrônomos, profissionais comumente exaltados pela CNA pela importância de sua inserção junto aos quadros do Ministério da Agricultura, visto possuírem, segundo a Confederação, os conhecimentos técnicos tidos como fundamentais para o desenvolvimento da economia rural³³⁰. Ademais, é importante enfatizar a significativa participação da SNA na promoção deste prêmio³³¹, atestando a aproximação entre esta e o sindicato máximo e oficial da classe dominante agrária. A SNA – que à época da fundação da CRB (futura CNA), representava a federação das associações rurais do Distrito Federal, então localizado no Rio de Janeiro – solicitou, inclusive, em 1967, investidura sindical como Federação da Agricultura do Estado da Guanabara. Porém, de acordo com a legislação em vigor, a SNA, uma vez sindicalizada, poderia representar agricultores ou empresas agrícolas sediados apenas no Rio de Janeiro, o que entraria em conflito com o perfil da agremiação que comportava, tradicionalmente, segmentos de distintas regiões do país. Diante do impasse, esta optou por sua não

³²⁸ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, out/nov. de 1966, p.11.

³²⁹ cf; *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, set.out. 1966, pp. 13, 14 e 16; *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, novembro de 1968, p 9; e *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, janeiro de 1970, pp. 3 e 4.

³³⁰ Sonia Mendonça, ao estudar a formação do agrônomo na 1ª República, destaca este entrelaçamento entre Saber e Poder na medida em que através do desenvolvimento das Escolas Superiores de Agronomia ocorreu a “configuração de um corpo de agentes habilitados a ocupar posições burocráticas, em nome de uma competência sancionada pelas instituições escolares”. IN: MENDONÇA, Sonia. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p.196.

³³¹ A SNA, inclusive, presidiu o Conselho da Medalha do Mérito Agrícola a partir dos anos de 1980. cf; MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit*, 2010.

integração à estrutura sindical vigente, o que não significou a ruptura com as campanhas desta esfera de representação, ao menos até meados dos anos de 1970.

O incentivo ao cooperativismo, por exemplo, constituiu bandeira cara tanto à CNA quanto à SNA. Enquanto a agremiação fluminense divulgava em seu periódico a coluna *Mosaico Cooperativista*³³², o órgão sindical máximo dos proprietários rurais veiculava, através de *A Gleba* a seção *Painel Cooperativista*. Era reivindicada pela CNA a inclusão de matéria sobre cooperativismo no currículo escolar, sugerindo que noções sobre esta temática integrassem a disciplina Moral e Cívica³³³. O cooperativismo era apresentado como importante complementação à filiação sindical, visto fornecer promoção econômica aos produtores, ao passo que o sindicato oferecia assistência política. Foi levantada ainda a hipótese de fusão de sindicatos e cooperativas em uma só entidade – o SINDICOPE – que teria como atribuições “a representação, defesa e promoção socioeconômica do rurícola”³³⁴. Ao articular ambas as modalidades – o sindicalismo e o cooperativismo –, enunciando-as como as formas mais adequadas de organização da *Classe Rural*, a CNA buscava influir no desenvolvimento das cooperativas, ao mesmo tempo em que minimizava a importância de agremiações de proprietários não identificadas com estes dois sistemas – denominadas por Graziano³³⁵, como já mencionado, de entidades de representação real dos proprietários rurais. Ademais, o incentivo ao cooperativismo aproximava a CNA não apenas de setores da sociedade civil organizados na SNA, mas daqueles vinculados à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade criada em 1968 e que, na década de 1980, teve importante projeção política nas discussões em torno da reforma agrária³³⁶.

Portanto, o projeto de modernização da estrutura produtiva agrícola e da “mentalidade” dos produtores – afeitos a atributos como o de *racionalidade* e o de *competitividade* – consistiu em importante campanha desencadeada pela CNA. Reportagens propagando formas de plantio, criação e cultivo procuravam fornecer um sentido técnico a esta bandeira, escamoteando o caráter de classe envolvido. Constatase a importante articulação entre a CNA e a SNA não apenas no período que antecede o golpe militar –

³³² MENDONÇA, Sonia. *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010. (dúvida 63 ou 64)

³³³ Cf.; *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, maio de 1971; *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, junho de 1971.

³³⁴ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, julho de 1971, p. 33.

³³⁵ SILVA, José Graziano da. *Op. Cit*, 1991.

³³⁶ Para maiores informações sobre a OCB, ver MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit*, 2010.

conforme visto no capítulo um – ou na existência de dirigentes em comum, mas também na formulação de algumas demandas, como a defesa do cooperativismo. Todavia, em fins dos anos de 1970 e no decorrer da década de 1980, estas agremiações adotaram projetos díspares para a agricultura, posicionando-se de forma diferenciada, sobretudo, no período de aprovação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), o que será estudado no último capítulo.

Por certo, para além da conformação e das disputas no âmbito do sindicalismo rural e das campanhas aqui analisadas, o debate acerca da reforma agrária, mesmo com a instauração da ditadura militar, consiste em aspecto privilegiado para a análise dos interesses e das estratégias de ação política de ambas as Confederações. No que tange à CONTAG, a defesa da reestruturação fundiária constituía no “*cimento ideológico*”³³⁷ da agremiação na medida em que unia demandas de categorias diversas. Quanto à CNA, a inserção junto a este debate possibilitava a articulação de campanhas junto à sociedade política visando contemplação de interesses de seus associados. Ademais, a postura da agremiação em relação a este tema constituiu em um diferencial no contexto de disputa com outras organizações patronais pela hegemonia de representação junto ao conjunto dos proprietários rurais. Neste sentido, o estudo das condutas da CNA e da CONTAG em relação a projetos e leis de reforma agrária ao longo dos primeiros governos da ditadura militar, revelam-se primordiais para o entendimento de suas formas específicas de representação.

³³⁷ PALMEIRA, Moacyr. *Op. Cit.*

CAPÍTULO TRÊS: SINDICALISMO RURAL E REFORMA AGRÁRIA: DO GOLPE DE 1964 AO “MILAGRE ECONÔMICO”

A temática da reforma agrária, que tanto “tumulto” causou no período pré-golpe, continuou presente nos discursos e planejamentos oficiais dos governos da ditadura militar. Isto conferiu legitimidade à CONTAG na permanência de suas reivindicações e ações em prol da modificação da estrutura fundiária existente, ainda que, na prática, tal conduta não tenha obtido pleno êxito. Já a CNA não pôde, ao menos inicialmente, excluir de seu discurso a questão da reforma agrária, operando estratégias peculiares para que suas demandas fossem inseridas nas políticas públicas voltadas para este tema.

Conforme visto no primeiro capítulo, frações da classe dominante rural engendraram significativa oposição à proposta de reforma agrária do governo Goulart e, sobretudo, à intensificação de lutas das organizações dos trabalhadores agrícolas pela redistribuição fundiária. Em relação ao projeto governamental, criticava-se a sugestão do pagamento das desapropriações por interesse social em títulos de dívida pública ao argumentar que a alteração constitucional criaria um clima de instabilidade, prejudicando o já frágil setor produtivo agrícola. Quanto às organizações dos trabalhadores, estas eram acusadas de possuir características exógenas à conformação da “população rural”, comumente apresentada como pacífica e acomodada. Desta forma, frações da classe proprietária rural apoiaram e participaram do golpe de 1964, sob liderança das Forças Armadas.

Todavia, a derrubada do governo Goulart e a repressão aos movimentos sociais no campo não significaram o abandono da formulação de políticas públicas voltadas para a reforma agrária, ao menos no plano discursivo e nos planejamentos governamentais. Entre abril de 1964 e meados da década de 1970, algumas leis, agências e medidas voltavam-se para esta temática: o Estatuto da Terra, o funcionamento do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), as resoluções do GERA (Grupo Interministerial para a Reforma Agrária), o AI-9, as criações do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e do

PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste), dentre outros.

Por certo, ainda que compartilhassem de elementos estruturais do sindicalismo corporativista rural, a CNA e a CONTAG comportaram-se de maneiras díspares em relação à temática da reforma agrária, de forma condizente ao posicionamento de seus associados junto à estrutura produtiva agrícola. Neste sentido, a análise da atuação da CNA e da CONTAG frente a estes contextos revela-se primordial não só para a compreensão de suas formas de representação, como também para averiguar a inserção de demandas das Confederações na elaboração de políticas públicas agrícolas e agrárias, apontando conflitos entre e intra classes no aparato estatal.

1. O Estatuto da Terra

Entre as medidas de reforma agrária anunciadas pelos governos da ditadura militar, o Estatuto da Terra seguramente consistiu na mais importante e na que mais embates suscitou, sendo lembrado por alguns como uma lei de caráter reformista e por outros como um mecanismo de controlar as reivindicações sociais no campo e promover a modernização tecnológica de antigas propriedades.

O Estatuto da Terra foi formulado no início do governo Castelo Branco e constituía uma lei de reforma agrária e de política agrícola. Deste modo, o Estatuto, além de prever a distribuição de terras, pretendia executar políticas de desenvolvimento agrícola, abrangendo tanto as novas propriedades potencialmente oriundas do processo de reforma agrária, como as anteriores a ela. Para tanto, o Estatuto propunha a criação de dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), fundado para, em teoria, formular políticas que visassem democratizar o acesso à terra; e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), objetivando executar políticas de desenvolvimento agrícola, racionalizando o uso da terra via a inserção de novas tecnologias no campo, bem como fomentando a colonização e o cooperativismo rural. O IBRA estaria vinculado diretamente à Presidência da República – o que aponta para a importância conferida ao órgão – enquanto o INDA estaria subordinado ao Ministério da Agricultura.

Para efetivar a modificação da estrutura fundiária, o Estatuto previa a utilização do seguinte instrumento: a desapropriação por interesse social mediante pagamento em títulos

de dívida pública. Para tanto, deveria haver uma alteração no parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição de 1946, que previa a indenização em dinheiro para desapropriações com fins de reforma agrária.

O instrumento previsto no Estatuto da Terra para estimular a produtividade nas propriedades consistia na aplicação do Imposto Territorial Rural (ITR). Através deste tributo, pretendia-se “punir” o latifúndio improdutivo na medida em que existiam alíquotas progressivas ou regressivas de acordo com o tamanho, a localização e as condições sociais e de produção da propriedade. A fim de garantir a melhor cobrança e arrecadação do ITR – que, além de constituir-se em instrumento para forçar o latifúndio a empreender modificações tecnológicas, consistiria em fonte de receita para as políticas de desenvolvimento agrícola – foi proposta uma modificação no artigo 15 da Constituição Federal de 1946. Esta emenda constitucional pretendia conferir à União – e não mais aos Municípios – o atributo de reger as normas e critérios para a aplicação deste tributo, dando-lhe um caráter uniforme e nacional. Caberia ainda aos estados arrecadar o imposto e repassar a receita obtida aos Municípios.

Para financiar o processo de reestruturação fundiária, o Estatuto previa a criação de um Fundo Nacional de Reforma Agrária, bem como afirmava a necessidade de serem elaborados planos regionais e um plano nacional de reforma agrária. Igualmente seriam aperfeiçoadas as normas para o cadastramento de imóveis rurais com o objetivo primordial de levantar dados para a aplicação do imposto territorial rural e subsidiar a promoção de políticas agrícolas. Ademais, a legislação regulou os contratos agrários, regendo normas para as relações de arrendamento e parceria, bem como estipulou as diretrizes para a colonização conduzida pelo Poder Público ou por empresas privadas.

Portanto, a legislação agrária proposta pelo governo Castelo Branco previa a desapropriação de latifúndios improdutivos mediante alteração constitucional, o que consistia em uma das principais reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais no período pré-golpe de 1964. Por outro lado, o Estatuto, através da Seção de Política Agrícola, lançou as bases para a modernização tecnológica da agricultura, que, implementada a partir de meados dos anos de 1960, viria a acirrar a concentração fundiária no país. Estas ambiguidades e contradições, averiguadas não apenas com relação ao

Estatuto da Terra, como também no processo desenvolvido após a sua promulgação, possibilitaram que distintas leituras fossem conferidas à lei.

1.1. Estatuto da Terra: distintas abordagens

O Estatuto da Terra gerou inúmeros embates entre os atores sociais envolvidos com a problemática agrária e fundiária e entre estudiosos acerca desta temática, que imprimiram interpretações diversas à legislação.

José Gomes da Silva, em seu livro *A Reforma Agrária no Brasil*³³⁸, ressalta o importante avanço representado pelo Estatuto da Terra frente ao processo de reforma agrária no país. Segundo o autor, a legislação continha inúmeros aspectos positivos, sobretudo no que diz respeito à indenização de desapropriações por interesse social baseada em títulos de dívida pública (e não mais mediante pagamento exclusivo em dinheiro). Neste sentido, o aumento da concentração fundiária, do êxodo rural e do caráter expropriatório das relações sociais no campo, ocorridos com a modernização da agricultura, não seriam provenientes do Estatuto da Terra em si mesmo, mas sim, de sua não aplicação.

De acordo com José Gomes, o próprio órgão criado pelo Estatuto para executar as políticas de reforma agrária – o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) – teria criado obstáculos para a operacionalização da lei, ao restringir suas atividades, praticamente, ao cadastramento de imóveis rurais, além de alargar e deturpar o conceito de reforma agrária. O autor argumenta ainda que, apesar da legislação avançada, o que se produziu, ao longo do regime militar, foi uma série de estudos e planos sem objetividade e aplicabilidade: “*A liberalidade com que se produziu material escrito da mais evidente inconseqüência prática, os requisitos gráficos, a profilaxia documental, o próprio feitio e tamanho de informes inúteis, tudo dava a impressão de que o propósito era gastar papel e alimentar a indústria correspondente e jamais a de instalar famílias e homens sem-terra*”.³³⁹

³³⁸ SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil; frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

³³⁹ *Idem*, p.114.

Portanto, neste trabalho, José Gomes afirma que a despeito do Estatuto conter aspectos fundamentais de suporte à reestruturação agrária do país, esta não teria sido obtida devido ao abandono da legislação pelos governos militares, bem como ao seu desvirtuamento por parte do órgão responsável por conduzir a reforma agrária no país, o IBRA³⁴⁰. Ademais, o autor confere uma interpretação um tanto “personalista” acerca da aprovação da legislação, onde são enfatizadas a perseverança e a obstinação de Castelo Branco neste processo uma vez que, ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, o então Presidente da República desenvolvera um “espírito reformista”³⁴¹.

Moacir Palmeira e Sérgio Leite³⁴² igualmente atestam para o caráter reformista do Estatuto da Terra. Os autores argumentam que, o estudo do Estatuto implica na ênfase de uma questão fundamental: o fato de ter passado a existir uma legislação agrária no país que regulamentava novas categorias e novas políticas fundiárias a partir dos conflitos já existentes no meio rural. Atores sociais presentes no campo, então, reorganizaram suas ações e seus discursos, criando novas identidades através da mediação com os novos instrumentos legais em vigor.

De acordo com os autores, “antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre a última. Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural, arrendamento, parceria, colonização, etc., o Estado criou uma camisa de força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo em que tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu”³⁴³. O Estatuto da Terra teria feito ainda com que o poder dos chefes locais sobre

³⁴⁰ Cabe esclarecer que José Gomes participou do processo de criação e de regulamentação do Estatuto e que o trabalho ora focalizado foi escrito em 1970, momento em que o governo militar já enfatizava políticas de desenvolvimento agrícola em detrimento de medidas voltadas para uma efetiva reforma agrária. Este redirecionamento por parte do governo resultou quer na saída de José Gomes da Silva de alguns órgãos estatais, quer na fundação, sob iniciativa do próprio José Gomes, da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), entidade civil destinada a impulsionar o processo de reforma agrária face ao encaminhamento dado ao Estatuto da Terra.

³⁴¹ SILVA, José Gomes da. *Op. Cit.*, pp.118 e 119.

³⁴² PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sergio. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas; reflexões sobre a questão agrária”. IN: *Debates CPDA*. Rio de Janeiro, setembro de 1997, n.1.

³⁴³ *Idem*, p.24.

os trabalhadores rurais fosse esvaziado, uma vez que estes trabalhadores passaram a contar com outras formas de mediação, independente dos grandes proprietários e suas organizações. Esta legislação, então, teria provocado mudanças no relacionamento entre o Estado, proprietários de terras e trabalhadores rurais, alterando estratégias de luta e de ação política.

Os autores enfatizam, igualmente, que a formulação do Estatuto da Terra resultara de um longo processo de tensões sociais, com diversos atores envolvidos. Este jogo de pressões e contrapressões continuaria existindo ao longo da ditadura militar, refletindo a prioridade de determinados aspectos da legislação sobre outros. Sérgio Leite, em outro trabalho³⁴⁴, chega inclusive a afirmar que o processo de modernização da agricultura implementado nas décadas de 1960 e 1970 extrapolaria os elementos vigentes no Estatuto da Terra, constituindo um processo mais complexo e com múltiplos determinantes. Neste sentido, Sérgio Leite critica análises que consideram o Estatuto o principal responsável pela chamada *modernização conservadora* implementada no país, ao mesmo tempo em que argumenta que as contradições e ambiguidades nele presentes tornavam possível o privilégio, tanto da modernização de antigos latifúndios, quanto do desenvolvimento da propriedade familiar, cabendo aos conflitos travados pelos atores sociais a definição de qual modelo ser enfatizado.

Portanto, a interpretação de Moacir Palmeira e Sergio Leite considera o Estatuto como espaço de disputa, merecendo diversas apropriações de acordo com as lutas travadas. Além disso, os autores enfatizam o papel da lei enquanto mediadora das relações sociais, o que teria feito com que muitas das ações dos grupos dominantes e dominados estivessem norteadas por categorias e possibilidades políticas regulamentadas juridicamente.

José de Souza Martins³⁴⁵, por sua vez, contextualiza a elaboração do Estatuto da Terra, recuperando não somente os movimentos sociais no campo em prol da reforma agrária, como também o avanço da intervenção governamental junto ao meio rural a partir de 1930. Segundo o autor, durante a ditadura militar ter-se-iam intensificado os

³⁴⁴ LEITE, Sérgio. “Padrões de Desenvolvimento e Agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, Dinâmica Agrária e Modernização Conservadora”. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, jan-abril de 1995, n.1, vl. 25.

³⁴⁵ MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1984.

mecanismos asseguradores da presença de agências estatais no campo, num processo que Martins chamou de *militarização da questão agrária*.

Para o autor, o Estatuto pretendia, fundamentalmente, - ao incorporar reivindicações das esquerdas no período pré-golpe militar - regular e limitar a luta pela terra, esvaziando-a de seu conteúdo político. Procurava-se desvincular as políticas de reforma agrária dos, até então, principais mediadores dos trabalhadores rurais, como partidos e sindicatos, tornando o Estado (em sentido restrito) – supostamente dotado de prerrogativas técnicas (e não políticas) - o principal condutor de tal processo: “*no meu modo de ver, a finalidade do Estatuto é permitir o controle e a administração das lutas pela terra (...), evitar que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado*”³⁴⁶.

Ademais, o desenvolvimento da empresa rural consistiria no objetivo fundamental da legislação, minimizando medidas propriamente redistributivas de terras. Nas palavras do próprio autor, “*o Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital. É um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseados nos incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto que podem transformar-se em tensões políticas. O Estatuto está no centro da estratégia do governo para o campo e se combina com outras medidas de cerco e desativação dos conflitos, das reivindicações e das lutas sociais*”³⁴⁷.

Constata-se, portanto, uma análise bastante crítica do Estatuto da Terra formulada por Martins, uma vez que a legislação, para o autor, teria resultado na limitação e no cerceamento das alternativas políticas dos trabalhadores rurais, além de priorizar medidas de tecnificação (e não redistribuição) das propriedades. Dessa forma, Martins articula claramente a modernização da agricultura ocorrida ao longo dos anos 1970 – que acirrou a concentração fundiária existente no país – com os preceitos existentes no Estatuto da Terra, chegando, inclusive, a criticar aqueles que apontam o processo de modernização como a

³⁴⁶ MARTINS, José de Souza. *Op. Cit.*, 1985, pp. 113 e 114.

³⁴⁷ *Idem*, p.35.

não aplicabilidade do Estatuto: “(...) *O Estatuto preconiza como solução para o campo a criação da empresa, que é o que o governo está fazendo. Quando se diz que o governo não está aplicando o Estatuto, o governo está aplicando o Estatuto, está cumprindo o Estatuto fielmente, na sua perspectiva, na perspectiva que levou à elaboração do Estatuto*”.³⁴⁸

Já Regina Bruno, em seus textos sobre o Estatuto da Terra³⁴⁹, enfatiza o processo de elaboração e aprovação desta lei – compreendido entre abril e novembro de 1964 –, ressaltando os conflitos travados entre a classe patronal agrícola e o governo neste período. De acordo com a autora, o Estatuto da Terra foi formulado pelo governo Castelo Branco, pois a estrutura agrária vigente no país era considerada, tal como no Plano Trienal do governo Goulart, um obstáculo para o crescimento econômico e para o aprofundamento das relações capitalistas no campo. Neste sentido, através da reforma agrária prevista pelo Estatuto, pretendia-se aumentar a produtividade agrícola – atendendo à demanda de alimentos e matérias-primas do setor urbano-industrial – bem como criar uma classe média rural – atenuadora dos conflitos e tensões no campo e, ao mesmo tempo, consumidora de produtos industriais.

Entretanto, a autora ressalta que, apesar de partirem de um pressuposto em comum, a proposta de reforma agrária do governo Castelo Branco apresentou diferentes forças de apoio em relação ao projeto do governo deposto, pois houve, com o golpe, um reordenamento da correlação das forças existentes, criando-se novas prioridades e novos compromissos sociais. Ademais, é preciso lembrar que os movimentos de trabalhadores rurais foram duramente reprimidos, sendo aliçados deste processo de formulação de uma legislação agrária.

De acordo com Bruno, mesmo em um contexto opressor e visando incentivar a iniciativa privada no campo, o anteprojeto do Estatuto da Terra foi amplamente criticado pela classe dominante agrária, já que impunha alguns limites ao latifúndio improdutivo. Houve, então, uma intensa campanha da classe patronal agrícola junto ao governo e a setores da sociedade civil a fim de impor alterações nesta lei. Frente a estas pressões e,

³⁴⁸ *Idem*, pp.71-72.

³⁴⁹ BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997; BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra; entre a conciliação e o confronto”. IN: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, nov. de 1995.

como ressalta Regina Bruno, à disponibilidade do governo em atender a determinados interesses, ocorreram, no texto final do Estatuto, diversos “recuos” em seus objetivos reformistas.

Apesar destes recuos no caráter reformista do Estatuto da Terra, Regina Bruno não deixa de mencionar a importância desta legislação para os trabalhadores rurais na luta pela terra durante a ditadura militar. De acordo com a autora, *“a existência de uma lei de reforma agrária e sua apropriação pelo movimento social representou muito, mas não o suficiente. É pouco quando se tem em conta a lei como institucionalização de um processo histórico de lutas, embates e projetos políticos diferenciados. Há uma defasagem entre as alternativas existentes no movimento social da época e o que resultou deste processo de elaboração e aprovação do Estatuto. O que deveria ser o ponto de partida foi, na realidade, o de chegada”*³⁵⁰.

Portanto, Bruno considera o processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra como um campo de forças onde eram disputados projetos e visões de mundo de diversos grupos sociais. Para a autora, a legislação, ao mesmo tempo em que podia ser apropriada pelos dominados, regulava e cerceava as lutas políticas destes grupos, limitando-as aos preceitos institucionais, notadamente em um contexto de ditadura e repressão.

Desta forma, as distintas abordagens acerca do Estatuto da Terra revelam o caráter complexo e contraditório desta legislação e de sua posterior aplicação. Não se pode negar, tal como ressalta José Gomes da Silva, aspectos reformistas presentes no Estatuto, o que o consagrou como principal instrumento legal e legitimador das reivindicações da CONTAG pela modificação da estrutura fundiária ao longo da ditadura militar. Todavia, igualmente não se pode menosprezar, como assinala Martins, o caráter regulador da lei em relação às demandas dos movimentos sociais anteriormente existentes, conforme pode ser depreendido do apoio dado pela CNA à elaboração do Estatuto. O estudo do Estatuto da Terra elaborado neste capítulo aproxima-se da análise de Regina Bruno acerca desta legislação, configurando-a como expressão de embates entre distintas frações de classes,

³⁵⁰ BRUNO, Regina. *Op. Cit.*, 1995, p.30.

atestando para condutas diversas e conflitantes entre CNA e a CONTAG durante a formulação e a suposta efetivação da lei.

1.2. Estatuto da Terra: principais diretrizes

Por certo, a formulação de uma lei de reforma agrária mesmo após o golpe de 1964 em muito pode ser explicada, tal como sinalizou Regina Bruno, pela “leitura” feita por membros do governo Castelo Branco à crise econômica vivida pelo país desde inícios da década de 1960. Cabe lembrar que, representantes do complexo IPES/IBAD e da Doutrina de Segurança Nacional³⁵¹ – propalada pela Escola Superior de Guerra (ESG) – ocuparam significativos espaços na sociedade política durante o governo de Castelo Branco, o que norteou a elaboração de importantes políticas públicas. A título de exemplificação, vale destacar que Roberto Campos, ministro do Planejamento – cuja Pasta ganhou importância e projeção durante a ditadura militar –, além de professor da ESG, era membro do IPES. O binômio *segurança nacional/desenvolvimento econômico*, o liberalismo econômico e as propostas reformistas destas instituições forneceram ainda as principais diretrizes contidas no PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), formulado pelo Ministério do Planejamento³⁵².

O PAEG tinha como metas principais a retomada do crescimento econômico e o combate à inflação. Para tanto, o plano consagraria uma política de “recessão calculada”³⁵³, capaz de fornecer as bases para a consolidação do padrão de acumulação capitalista monopolista, já aplicado, ainda que de modo incipiente, durante o governo de Juscelino Kubitschek. O combate à inflação operou-se, sobretudo, a partir do arrocho salarial das

³⁵¹ A Doutrina de Segurança Nacional atrelava o crescimento econômico à segurança interna do país. Preconizava-se, por um lado, a necessidade da *segurança nacional*, com o afastamento das ideias consideradas subversivas e de caráter comunista, como pré-condição para o desenvolvimento econômico do país, uma vez que o controle dos meios políticos e sociais garantiriam um ambiente propício à entrada de capital estrangeiro. Por outro lado, o crescimento econômico e infra-estrutural – com a ampliação das redes de transporte e comunicação – contribuiria para a questão da segurança ao ocupar “espaços vazios”, propensos a “penetração de inimigos”. Sobre a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional ao longo da ditadura civil militar ver ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1987)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

³⁵² DREIFUSS, René. *Op Cit.* Petrópolis, Vozes, 1981.

³⁵³ OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1997.

classes trabalhadoras, aliado a uma política de repressão às greves e de intervenção nos sindicatos, de modo a minar a resistência ao aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Objetivando a retomada do crescimento econômico, o governo procurou aumentar a receita fiscal da União ampliando os impostos, medida esta compensada por uma política seletiva de incentivos e créditos fiscais a determinados setores. Dessa forma, os impostos recolhidos seriam repassados, sob forma de crédito subsidiado e barato, a setores produtivos privilegiados. As grandes empresas, aliadas ao capital internacional, seriam as principais beneficiárias desta política, já que muitas pequenas empresas de capital privado nacional não eram consideradas aptas a receber empréstimos, o que acirrou o processo de oligopolização da economia³⁵⁴.

O PAEG previa também a realização de uma série de reformas administrativas, políticas e sociais, consideradas cruciais para o desenvolvimento do país, dentre as quais sobressairia a modificação na estrutura agrária, tida como primordial para a consolidação do capitalismo no campo. Portanto, o PAEG possuía interpretação semelhante àquela postulada durante o governo de João Goulart no que diz respeito à crise econômica vivida no país desde 1962. O complexo latifúndio-minifúndio era visto como importante obstáculo ao crescimento econômico, posto não atender à demanda por alimentos e matérias-primas para o setor industrial e impossibilitar, igualmente, a expansão do mercado interno. Neste sentido, o PAEG, tal qual o Plano Trienal do governo Goulart, atrelava a necessidade de reestruturação fundiária à implementação da modernização da agricultura, com o aumento da produtividade.

Desta forma, a proposta de formulação de uma lei de reforma agrária não se tratava tanto, neste contexto, de uma “solução” para regular conflitos rurais – uma vez que o governo fez uso da repressão para coibi-los – mas sim da adoção de uma determinada interpretação da crise econômica vivida, a qual confluía para alguns dos pressupostos presentes no programa do governo deposto. Além disso, o governo Castelo Branco enfatizava a importância da criação de uma “classe média rural” – consumidora de produtos industriais e, em teoria, atenuadora de tensões sociais no campo – para melhorar as condições de vida no meio rural. O aumento da produtividade agrícola e a implementação de uma propalada justiça social no campo estavam, no início dos estudos para a formulação

³⁵⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 2001.

de uma legislação agrária, diretamente associadas à necessidade de modificação da estrutura fundiária³⁵⁵. Pretendia-se ainda desvincular a proposta de reforma agrária de um caráter político – tal como era feito por movimentos sociais dos trabalhadores rurais no início dos anos de 1960 – ou de um discurso “comunizante”, apresentando-a, nas palavras do próprio presidente Castelo Branco, “*em moldes técnicos, sem se constituir em um documento demagógico e de subversão*”.³⁵⁶

A partir dessas diretrizes iniciou-se, ainda em abril de 1964, a elaboração de uma proposta de reforma agrária, sistematizada no Estatuto da Terra, o qual seria elaborado por um Grupo de Trabalho – GRET (Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra) – designado pelo Presidente da República, contando com a supervisão dos Ministérios do Planejamento e da Agricultura. Dois grupos compunham o GRET: um liderado por Paulo Assis Ribeiro, que representava o IPES do Rio de Janeiro³⁵⁷; e o outro representava o segmento composto pelos engenheiros agrônomos ou especialistas em Direito Agrário que participaram do projeto de Revisão Agrária promovido pelo governo paulista de Carvalho Pinto. Dentre eles, estavam José Gomes da Silva, Fernando Soderó e Carlos Lorena.

O grupo do IPES/RJ questionava a necessidade da emenda constitucional acerca das indenizações pelas desapropriações por interesse social, alegando que a modificação da estrutura fundiária poderia ocorrer primordialmente pela aplicação do imposto territorial rural. Já o grupo que formulou o projeto de Revisão Agrária de São Paulo defendia a desapropriação como principal instrumento para a execução da reforma agrária, visto se constituir em um processo mais ágil em comparação à tributação. Isto porque, para deferir a desapropriação, bastava constatar a improdutividade da propriedade enquanto a regulamentação da tributação territorial consistia em um processo lento e complexo posto ser necessário definir os módulos regionais, realizar o cadastramento de imóveis e definir os critérios de regressividade e progressividade da alíquota do imposto. Entretanto para além dessas discordâncias, existiam objetivos comuns a todos os membros do Grupo,

³⁵⁵ BRUNO, Regina. *Op. Cit.*

³⁵⁶ *O Estado de São Paulo*, 7 de junho de 1964, p. 5.

³⁵⁷ Além de Paulo Assis Ribeiro, faziam parte do grupo do IPES/RJ Frederico Maragliano, Eudes de Souza Leão e Julio César Belizário Vianna. Cabe esclarecer que o IPES de São Paulo não compactuava das mesmas propostas reformistas do grupo do IPES do Rio de Janeiro, posto que consideravam desnecessárias medidas que visassem a modificação da estrutura agrária. Neste sentido, o IPES/SP pouco atuou no contexto de formulação do Estatuto da Terra. SALIS, Carmem Lúcia Gomes. *O Estatuto da Terra: origens e (des)caminhos da proposta de reforma agrária dos governos militares*. Assis: USP/ Tese de Doutorado, 2008.

permitindo a continuidade dos estudos, ainda que com o predomínio das diretrizes do grupo do IPES, conforme será analisado adiante.

Todavia, mesmo formulado num contexto onde as organizações dos trabalhadores rurais viam-se reprimidas – com a CONTAG sob intervenção – e, visando, essencialmente, consolidar o capitalismo no campo, o anteprojeto do Estatuto da Terra sofreria fortes críticas oriundas da classe dominante agrária. Carmem Salis afirma que a “classe patronal” rejeitava a necessidade de reestruturação fundiária no país e foi alijada, ao menos inicialmente, do processo de elaboração do Estatuto da Terra³⁵⁸.

A reação contrária da classe proprietária rural ao Estatuto da Terra comumente exaltada em alguns estudos, por certo, remete-se à atuação liderada pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) neste contexto. A agremiação paulista – que entusiasticamente apoiou o golpe militar sendo uma das articuladoras da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade –, revelou, após o anúncio de elaboração do Estatuto, “*intranquilidade no meio rural com a possível decomposição da agricultura brasileira diante da forma pela qual o Governo está conduzindo o problema*”³⁵⁹. Afirmou ainda sentir-se traída e frustrada com a “Revolução” que ajudara a implantar na medida em que permanecia uma “*onda de planejamento reformista*”³⁶⁰ no governo. A SRB, sob o argumento de que a nova legislação proposta se aproximava do projeto de reforma agrária do governo Goulart, deslegitimou por completo o Estatuto da Terra, chegando mesmo a negar a necessidade de efetivar-se uma reestruturação fundiária no país.

Vale ressaltar que, apesar do Ministro da Agricultura, Oscar Thompson Filho, ter sido indicado pela SRB – sendo este inclusive, 2º secretário desta entidade –, isto não implicou na hegemonia da agremiação paulista em agências da sociedade política voltadas para as políticas de reforma agrária. Ademais, em junho de 1964, Oscar Thompson Filho seria destituído da Pasta por ter sido o responsável pela divulgação, sem autorização, de versão preliminar do Estatuto da Terra no jornal *O Estado de São Paulo*³⁶¹. Neste período,

³⁵⁸ *Idem.*

³⁵⁹ *Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1964, p.3.

³⁶⁰ *O Estado de São Paulo*, 16 de julho de 1964, p. 19.

³⁶¹ Vale destacar que Castelo Branco justificou oficialmente a saída de Oscar Thompson Filho da Pasta da Agricultura sob o argumento de que este possuía uma “forma de agir muito pessoal, que se isola no ministério.” SALIS, Carmem Lúcia Gomes. *Op. Cit.*, p. 120.

o GRET não havia anunciado publicamente a legislação de forma detalhada, tendo acatado emendas e sugestões apenas de grupos e segmentos das sociedades civil e política chamados à interlocução no interior desta agência estatal³⁶². O *Jornal do Brasil*, na época³⁶³ alegou que a apresentação antecipada do Estatuto da Terra à imprensa consistiu em um mecanismo de tornar público, para aqueles que não tinham acesso ao Grupo de Trabalho, a lei de reforma agrária que estava sendo elaborada, visando aumentar as pressões para alterá-la.

Thompson foi substituído por Hugo de Almeida Leme, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, também indicado pela SRB. Neste sentido, mesmo não detendo ampla representação junto ao órgão responsável pela elaboração do Estatuto da Terra, a SRB pôde, em muito, influenciar nas diretrizes do Ministério da Agricultura, sobretudo no que tange à formulação de políticas de comercialização de produtos agrícolas. Portanto, o Estado (em sentido restrito) – enquanto *condensação material de relações de força*³⁶⁴ – expressou os embates entre distintas frações da classe dominante agrária, inscrevendo-os em sua própria ossatura material, de modo que determinado grupo detivesse a hegemonia na formulação de políticas públicas agrárias enquanto outro contava com ampla representação na elaboração de demais políticas agrícolas.

A SRB liderou as reações contrárias ao Estatuto da Terra, criticando, sobretudo, o pagamento de desapropriações por interesse social em títulos de dívida pública. Para tanto, contou com a colaboração dos deputados Billac Pinto, Último de Carvalho e Herbert Levy³⁶⁵. De acordo com Carmem Salis, estava previsto para inícios de outubro o envio do

³⁶² José Gomes da Silva, um dos membros do grupo que formulou o Estatuto da Terra, forneceu, em entrevista recente, o seguinte depoimento sobre este acontecimento: “Um dia eu estava lendo no trem uma das últimas versões do Estatuto que eu tinha trazido para estudar em casa. Eu comprei o *Estadão* e quando o abri, eu falei: ‘pegaram o meu documento. Acharam!’”. Estava lá a versão do Estatuto publicada com todos os carimbos de ‘secreto’ e ‘confidencial’. Isto foi uma das falsetas que a chamada contra-reforma tinha nos pregado. O ministro da Agricultura, Oscar Thompson Filho, havia dado o texto para o *Estadão*. Foi uma maneira de torná-lo público. O Castelo Branco o chamou e o demitiu.” IN: BRUNO, Regina & CARVALHO, Abdias. Entrevista – José Gomes da Silva. IN: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, Julho de 1996, n.6, p.44.

³⁶³ *Jornal do Brasil*, 11 de junho de 1964, p.1.

³⁶⁴ POULANTZAS, Nicos. *Op. Cit.*

³⁶⁵ Herbert Levy, em 2 de outubro de 1964, leu Manifesto da SRB em sessão ocorrida na Câmara dos Deputados. Neste manifesto, a SRB e entidades patronais de Minas e Paraná afirmavam que “sentem-se no dever patriótico de se manifestar, de imediato, contrárias às alterações da Constituição da República. Coerentes com toda pregação anterior à Revolução Libertadora de 31 de março, pensam que as modificações, na forma tradicional de procedimento com respeito a indenizações em caso de desapropriação por interesse

projeto do Estatuto da Terra e da proposta de emenda constitucional para o Congresso Nacional. Porém, para angariar votos e desarticular a oposição, foi adiada a apresentação para novembro, intensificando-se, neste intervalo, as reuniões do GRET com as bancadas da UDN e PSD³⁶⁶.

Entretanto, a despeito da defesa unívoca da propriedade privada, é possível vislumbrar diferentes atuações de frações da classe dominante agrária neste contexto. A Confederação Rural Brasileira (CRB), por exemplo, diferentemente da SRB, não rejeitou por completo o anteprojeto do Estatuto e em muito pode interferir na elaboração desta legislação desde o início de sua formulação, adotando estratégias de representação peculiares para o atendimento de suas demandas.

1.3. Sindicalismo Rural e o Estatuto da Terra

A Confederação Rural Brasileira (CRB) – entidade máxima e oficial do patronato rural sendo dotada, desde janeiro de 1964, de prerrogativas sindicais³⁶⁷ – encaminhou ao então ministro Roberto Campos, logo após o golpe militar, sua proposta de reestruturação fundiária, afirmando ser favorável ao que chamou de uma “*reforma agrária autêntica, democrática e cristã*”³⁶⁸. Com o anúncio da elaboração do anteprojeto do Estatuto da Terra, Edgar Teixeira Leite, vice-presidente da CRB, afirmaria, em carta ao ministro do Planejamento, que a entidade, sob o argumento de colaborar com o Poder Público, enviaria sugestões ao projeto de reforma do governo. Leite diria ainda que a CRB, de pronto, “*louva a excelência das linhas gerais do anteprojeto e o alto critério de dar-se ao IBRA posição compatível com a relevância de suas funções no Executivo, que justiça sobejamente sua*

social, virão ferir o direito de propriedade, um dos pilares que assentam a sociedade em que vivemos”. Retirado de SALIS, Carmem Lúcia Gomes. *Op. Cit.*, p. 169.

³⁶⁶ *Idem.*

³⁶⁷ Cabe lembrar que mesmo já constituindo o sindicato máximo e oficial do patronato rural, a CRB só passou a se denominar de Confederação Nacional da Agricultura (CNA), como previa o Estatuto do Trabalhador Rural, em meados de 1965, quando todas as associações rurais afiliadas à CRB se transformaram em sindicatos.

³⁶⁸ *O Estado de São Paulo*, 29 de abril de 1964.

vinculação à Presidência da República”³⁶⁹. A agremiação criaria ainda um grupo de trabalho para estudar o Estatuto da Terra e reiterou que considerava a proposta do governo Castelo Branco “*franca, leal e objetiva, além de viável*”, exaltando a confiança dos “*ruralistas brasileiros*”³⁷⁰ no ministro Roberto Campos.

Desta forma, a CRB apoiou a elaboração do anteprojeto do Estatuto da Terra, reafirmando a necessidade da reforma agrária nos moldes propostos pela entidade ainda no período pré-golpe militar. Cabe lembrar que a CRB defendia uma proposta de reforma agrária assentada na prioridade das políticas de desenvolvimento rural e da distribuição de terras públicas, admitindo a desapropriação por interesse social apenas em casos excepcionais.³⁷¹ Apesar de não concordar integralmente com todos os pontos da legislação agrária sugerida pelo governo Castelo Branco, a CRB procurou estudar o Estatuto da Terra a fim de, não só esclarecer seus afiliados, como também recomendar as alterações ao anteprojeto que atendessem aos interesses das frações de classe por ela agremiadas.

Concomitantemente às críticas feitas ao Estatuto, o órgão máximo de representação do patronato rural exaltava seu papel de colaborador junto aos Poderes Públicos, bem como sua confiança no governo, conduta recorrentemente engendrada pela Confederação, conforme estudado no segundo capítulo. Por ocasião de uma reunião de diretoria em 8 de junho de 1964, por exemplo, Teixeira Leite – importante *intelectual orgânico* da CNA neste período – ressaltaria a discordância da CRB no que tange ao pagamento, em títulos de dívida pública, nos casos de desapropriações por interesse social e ao critério utilizado para reger a tributação territorial rural. Entretanto, apesar das críticas formuladas, Leite asseverava ter “*esperança da clarividência do Presidente da República e que S.Ex.^a procurará ouvir a Classe Rural, através da sua Confederação, e assim estabelecer um Estatuto da Terra que atenda realmente aos interesses do País*”³⁷².

Enquanto a SRB teve acesso a detalhes do Estatuto da Terra mediante sua publicação em jornal de grande circulação, o governo forneceu a membros da CRB acesso prévio ao anteprojeto da lei, o que facultou a dirigentes da agremiação a proposição de

³⁶⁹ Carta da CRB ao Ministro Roberto Campos, 20 de maio de 1964. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 319.

³⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1964, p. 5.

³⁷¹ A proposta de reforma agrária formulada pela CRB em inícios dos anos de 1960 está mais bem explicitada na seção 2.3 do primeiro capítulo desta tese.

³⁷² *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1964 a dezembro de 1965, p. 9.

emendas e alterações à legislação. Dentre estes membros, destacavam-se: Íris Meinberg (presidente da CRB), Edgar Teixeira Leite (1º vice-presidente), João Batista Luzardo (3º vice-presidente) e Durval Garcia (um dos diretores da entidade)³⁷³. Ademais, em maio de 1964, o Ministro do Planejamento, Roberto Campos, solicitou ao presidente da CRB, Íris Meinberg, indicações de representantes para auxiliar o Grupo de Trabalho para Estatuto da Terra³⁷⁴. Quando a lei já estava em tramitação no Congresso Nacional, a CRB pôde propor emendas através do deputado federal Gileno di Carli - membro do Conselho Consultivo da CRB e que compunha a Comissão Especial para analisar o tema - e do embaixador Batista Luzardo (3º vice-presidente da agremiação), que enviou à Câmara dos Deputados as 42 emendas ao Estatuto originadas na CRB.³⁷⁵

Mesmo constituindo-se em órgão oficial do patronato rural e detendo representação junto a agências da sociedade política responsáveis pela elaboração do Estatuto, a CRB não deixou de propor alterações no anteprojeto desta legislação. As emendas sugeridas pela Confederação foram sistematizadas em carta enviada pela CRB ao Ministro do Planejamento³⁷⁶. Nela, eram sugeridas pelo órgão oficial do patronato agrícola dezesseis emendas ao Estatuto, sendo oito prontamente acatadas pelo ministro Campos – conforme se constata em sua carta de resposta à entidade³⁷⁷ – e duas posteriormente incorporadas à legislação. O ministro do Planejamento ainda advertia, ao final da carta, que outras sugestões propostas, anteriormente pela CRB, em reuniões com o Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra, já haviam sido aceitas.

Entre as propostas acatadas pelo ministro destacaram-se aquelas concernentes à aplicação do Imposto Territorial Rural. A CRB sugeriu modificações no artigo 55,

³⁷³ Cf; DREIFUSS, René. *Op. Cit.*, p. 434.

³⁷⁴ A CRB indicou os seguintes nomes: Aldrovando de Vaconcelos, Bento Machado Lobo, Durval Garcia de Menezes, Edgar Teixeira Leite, Eudes de Souza Leão, Fabio Yassuda, Jerônimo Coimbra Bueno, Josaphat Macedo, Hercílio Luz Colaço, Luiz Emanuel Bianchi e Manuel Luzardo Almeida. Cf; Carta da CRB a Haroldo Polland em 7 de maio de 1964. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, caixa n. 319.

Para a escolha dos representantes da entidade no Fundo Agropecuário e no Conselho de Agricultura, a CRB encaminhou ao Ministério da Agricultura a sugestão dos seguintes nomes: Cassiano Gomes dos Reis, José Resende Peres e Kurt Repsold para ocupar cargo no Fundo Agropecuário; e Durval Garcia de Menezes, Flavio da Costa Brito e Hercílio Colaço, para preencher função no Conselho Consultivo. Cf; *O Estado de São Paulo*, 13 de maio de 1964, p.19.

³⁷⁵ *Jornal do Brasil*, 5 de novembro de 1964, p. 4.

³⁷⁶ Carta da Confederação Rural Brasileira ao Ministro do Planejamento Roberto Campos. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1964. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 319.

³⁷⁷ Carta do Ministro Roberto Campos à Confederação Rural Brasileira. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1964. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 319.

estabelecendo que este imposto incidiria “*exclusivamente sobre a terra*”, eliminando-se a possibilidade de que as benfeitorias realizadas na propriedade também fossem computadas na aplicação da tributação. Eliminada seria, ainda, das alíneas a e b do 4º parágrafo do artigo 56, a necessidade de participação direta do proprietário na exploração agrícola para definir os critérios de progressividade e regressividade nas alíquotas do imposto territorial rural. Segundo a CRB, a presença e a participação do proprietário na empresa rural não deveriam ser levadas em conta na aplicação do imposto, desde que a propriedade mantivesse níveis satisfatórios de produtividade e assegurasse condições condignas a parceiros e arrendatários. Posteriormente, seria aprovada ainda a redução – também proposta pela CRB – da alíquota básica do imposto territorial rural que passaria de 0,5% para 0,2%.

Entretanto, é preciso ressaltar que alguns pontos, considerados cruciais na legislação agrária do governo Castelo Branco, não seriam alterados, a despeito da pressão exercida pela CRB e pelas demais agremiações representativas do patronato rural. A dimensão da propriedade como uma das condicionantes para definir o latifúndio consistiu, por certo, na principal crítica da CRB ao Estatuto. Na já citada carta ao ministro Roberto Campos, a entidade sugeria que o latifúndio fosse conceituado como “*a propriedade rural cujo uso não atende às funções sócio-econômicas em relação às condições ecológicas e que está sendo mantida para fins especulativos, ou explorados sob processos comprovadamente deficientes ou inadequados*”, eliminando-se o critério do tamanho do imóvel rural nesta definição. Apesar da exaustiva justificativa formulada pelos dirigentes da CRB, segundo a qual a questão da produtividade agrícola deveria consistir no elemento primordial para o enquadramento ou não de uma propriedade na conceituação do latifúndio, o Estatuto da Terra manteria, até a sua versão final, esta definição praticamente inalterada. Igualmente rejeitada seria a emenda que previa, como condicionante para a regressividade ou progressividade da alíquota do imposto territorial rural, a eliminação do critério de soma da área total do conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário, sendo ainda negada a supressão do 2º parágrafo do artigo 56 que estabelecia as alíquotas do imposto territorial rural com base na dimensão da propriedade rural. Portanto, observa-se que as principais críticas formuladas pela CRB referiam-se ao tamanho do imóvel rural, quer para a definição de latifúndio, quer para a aplicação do imposto territorial rural. Ambas as críticas não foram

incorporadas à redação final do Estatuto, indicando que, ao menos teoricamente, a alteração das dimensões das propriedades existentes era considerada fundamental pelo Grupo encarregado de elaborar a legislação.

Portanto, a CRB adotaria uma postura de interlocução junto ao GRET, procurando estudar o Estatuto e sugerir modificações que atendessem às demandas das frações de classe que representava, além de exaltar sua confiança no presidente e no ministro do Planejamento. Já a SRB, sob o argumento de que a nova legislação proposta se aproximava do projeto reformista do governo Goulart, deslegitimou por completo o Estatuto, chegando mesmo a negar a necessidade de efetivar-se uma reestruturação fundiária no país.

Por certo, a atitude adotada pela CRB em relação ao Estatuto da Terra não pode ser explicada apenas pela legislação sindical à qual esta agremiação estava submetida. A CRB estaria interessada, primordialmente, na política de desenvolvimento agrícola do Estatuto a fim de, com os subsídios estatais, tornar possível a “modernização” das propriedades de uma das frações de classe que representava, no caso, o setor canavieiro da região Nordeste do país. Cabe lembrar ainda que, neste período, a CRB guardava estreitos vínculos com a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a mais antiga associação patronal rural brasileira e representativa, primordialmente, de proprietários fluminenses, nordestinos e gaúchos³⁷⁸. Já a SRB parecia representar, fundamentalmente, o grupo mais “moderno” do patronato rural, ligado ao grande capital internacional e à agroindústria. Sob esta ótica, o Estatuto estaria defasado em relação aos novos interesses presentes no campo, que não mais se polarizavam em torno do binômio latifúndio *versus* minifúndio, conforme previa a legislação agrária do governo Castelo Branco³⁷⁹.

Vale ressaltar que existiam cisões no interior da própria estrutura corporativista da CRB, posto que federações de São Paulo (FARESP), de Minas Gerais (FAREM) e do Rio Grande do Sul (FARSUL) rejeitaram a proposta de reforma agrária do governo contida no Estatuto da Terra, desqualificando-a por completo. Neste sentido, o posicionamento dessas agremiações convergia para a postura assumida pela SRB, distanciando-se do órgão sindical máximo a que estavam vinculadas. Essas federações chegaram, inclusive, a atuar conjuntamente com a entidade paulista junto a deputados e senadores para evitar a

³⁷⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Op. Cit.*, 1997.

³⁷⁹ BRUNO, Regina. *Op. Cit.*, 1997.

aprovação do Estatuto. Isto revela em que medida muitas vezes os interesses regionais se sobrepujam à estrutura corporativista, fazendo com que federações se aproximassem, face a interesses econômicos em comum, da SRB, organização da sociedade civil que a CRB, neste período, costumava rivalizar.

Ademais, os embates entre a CRB e a SRB com relação ao Estatuto da Terra podem ser entendidos a partir de outro registro: a disputa entre ambas as entidades pela hegemonia junto à sociedade política e ao conjunto dos proprietários rurais. Assim, a CRB e a SRB utilizavam diferentes estratégias para apresentarem-se como representativas de todos os grupos da classe proprietária rural. A CRB, enquanto órgão oficial do patronato agrícola, exaltava sua inserção junto ao governo na “*luta pelos benefícios da classe rural*”, além de enfatizar seu papel de colaboradora e consultora do Executivo. Já a SRB também procurava apresentar-se como legítima representante do patronato rural, esgrimindo o argumento de ser constituída, sobretudo, por dirigentes ligados à cafeicultura, atividade ainda considerada de extrema importância política e econômica para o país. Numa clara intenção de distinguir-se da CRB, a SRB se proclamava uma entidade liberal e independente politicamente, procurando ressaltar que, apesar de não constituir-se em uma organização oficial dos proprietários, seria a legítima representante de seus interesses, posto agremiar os setores mais dinâmicos da agropecuária brasileira.³⁸⁰

Todavia, no contexto de elaboração do Estatuto da Terra, a CRB contou com espaço privilegiado junto ao GRET, destacando-se na formulação de emendas acatadas na redação final da legislação. Já a SRB dispunha de representação fundamentalmente no Ministério da Agricultura.

Em relação ao órgão oficial dos trabalhadores rurais, a CONTAG, não há registros de sua participação junto ao GRET. A agremiação promoveu, em outubro de 1964, o I Encontro Nacional de Dirigentes Rurais, ocorrido no Instituto Superior de Formação Operária, no Rio de Janeiro. No Encontro, que reuniu os representantes das federações dos trabalhadores rurais, o Estatuto da Terra foi debatido, embora outros temas, como a previdência social rural e o 13º salário, tenham ganhado maior destaque³⁸¹. Em relação ao Estatuto, solicitou-se a alteração no artigo a respeito dos contratos individuais e a sua

³⁸⁰ HEINZ, Flavio. *Op.Cit.*

³⁸¹ *Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1964, p. 10.

apreciação imediata pelo Congresso Nacional. José Rotta, interventor da CONTAG, teceu elogios à legislação e afirmou que “*ao nosso Presidente, 17 milhões de trabalhadores rurais, entregamos hoje a nossa sorte e o nosso destino*”³⁸². Já o Padre Melo, diretor da SORPE, adotou uma postura mais contundente ao assegurar que:

*“o Governo e a Revolução serão definidos por ter ou não conseguido a reforma agrária. Se conseguir, foi uma Revolução mesmo, mas se não conseguir ficará caracterizada a quartelada a serviço da burguesia rural para impedir as reformas”*³⁸³.

Pouco foi averiguado acerca da participação da CONTAG no contexto de aprovação do Estatuto da Terra. Documentação produzida pela própria agremiação³⁸⁴ fornece indícios de que esta, neste período, voltou-se primordialmente para sua organização e administração interna, lembrando que a agremiação encontrava-se sob intervenção governamental.

1.4. Estatuto da Terra: texto final

Entre abril e novembro de 1964 – período de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra – foram elaboradas quatorze versões da legislação, frutos da tentativa de atendimento às reivindicações de diversos setores da sociedade política e civil e mesmo de meros aperfeiçoamentos em sua redação ou de reordenação de seus artigos³⁸⁵. Essas modificações revelam como muitas das alterações impostas a seu texto final retiraram parte de seu potencial reformista, conquanto houvesse, a despeito das pressões exercidas por frações da classe dominante agrária, a manutenção de artigos fundamentais para a deflagração do processo de reforma agrária, quais sejam: a definição de latifúndio por dimensão e o instrumento da desapropriação por interesse social.

Ocorreram significativas mudanças em relação ao Imposto Territorial Rural, voltadas fundamentalmente para a diminuição da incidência fiscal deste imposto. Tais modificações revelam ainda maior importância quando se constata, nos pronunciamentos

³⁸² *Jornal do Brasil*, 14 de outubro de 1964, p. 12.

³⁸³ *Idem*.

³⁸⁴ CONTAG. *30 anos de luta*. Brasília, novembro de 1993.

³⁸⁵ Para o estudo das diferentes versões do Estatuto da Terra ver RAMOS, Carolina. *Op. Cit.*

oficiais, a prioridade na aplicação desta tributação como forma de transformar o latifúndio em empresa rural, minimizando a necessidade de desapropriações, tal como propunha a CRB e os membros do IPES-RJ que compunham o GRET³⁸⁶. A prioridade na política de desenvolvimento agrícola (em detrimento de medidas de reforma agrária) e da aplicação do imposto territorial rural (em substituição à desapropriação por interesse social) explica o tom comemorativo do anúncio da aprovação do texto final da lei pela Confederação Rural Brasileira – que, em sua revista, afirmou que o Estatuto foi aprovado “*em moldes estritamente técnicos, cuja aprovação se processou em ambiente de tranquilidade, sem as agitações que cercavam o assunto no período pré-revolucionário*”,³⁸⁷.

Todavia, conforme ressalta Salis³⁸⁸, após a aprovação do Estatuto da Terra, um novo capítulo seria aberto: a de sua aplicação. Neste sentido, a análise do funcionamento do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), órgão criado pela própria legislação agrária do governo Castelo Branco, revela-se primordial, assim como a atuação da CNA e da CONTAG neste contexto.

2. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária: principais ações

Conforme assinalado acima, o Estatuto da Terra previu a criação de dois órgãos para executar as medidas previstas pela legislação: o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), responsável pela elaboração de políticas públicas agrícolas; e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) responsável pela elaboração de políticas de redistribuição fundiária, visando, através da desapropriação por interesse social, a eliminação do latifúndio e do minifúndio.

Todavia, ao longo de sua existência (1965-1970), o IBRA pouco atuou no tocante à desapropriação de imóveis rurais que não cumpriam a sua função social. Ainda no início da vigência do Instituto, foi desapropriada a Usina de Caxangá, localizada no Município de

³⁸⁶ Nas palavras do próprio redator do Estatuto da Terra, Paulo Assis Ribeiro: “o atual projeto relegou a um plano secundário o problema da desapropriação e procurou, por meio de um sistema de tributação, corrigir as injustiças sociais”. Boletim mensal do IPES, setembro-outubro de 1964. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 280.

³⁸⁷ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CRB, janeiro-abril de 1966.

³⁸⁸ SALIS, Carmem Lúcia Gomes. *Op. Cit.*

Ribeirão, em Pernambuco, além de ser indicada a desapropriação de um imóvel rural denominado Quatis e outro Inhamã – ambos no Estado de Pernambuco³⁸⁹. Entretanto, poucas foram as realizações concernentes à reforma agrária, visto que, segundo José Gomes, apenas 1.458 famílias seriam contempladas com esta política durante o período de funcionamento do IBRA³⁹⁰. Ademais, o Fundo Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra para financiar medidas de reestruturação fundiária, não havia sido criado³⁹¹.

Desta forma, o IBRA despendeu boa parte de seus esforços e recursos em atividades consideradas – de acordo com o próprio Estatuto da Terra – complementares à reforma agrária, como estudos sobre colonização e, sobretudo, o cadastramento de imóveis rurais para fins de cobrança do imposto territorial rural³⁹². A diretriz a ser perpetrada pelo IBRA já podia ser vislumbrada no discurso de posse de seu primeiro presidente, Paulo Assis Ribeiro, que anunciou que o principal instrumento para a execução da reforma agrária seria a tributação regressiva ou progressiva sobre as propriedades rurais de acordo com o seu tamanho, a sua localização, suas condições sociais e sua produtividade. Também assinalou que, em sua gestão, grande ênfase seria conferida ao cadastramento dos imóveis rurais³⁹³. Cabe lembrar que os artigos referentes à aplicação do imposto territorial rural estavam presentes na Seção de Política Agrícola da legislação, tal como pleiteara o grupo de Revisão Agrária de São Paulo que compunha o GRET. Porém, nos pronunciamentos oficiais já era possível averiguar que tal tributação seria propalada como o principal instrumento para a execução da reforma agrária, assertiva ratificada através das principais ações do IBRA.

Seguramente, pressões de frações da classe dominante agrária – sobretudo àquelas agremiadas em torno do órgão sindical máximo do patronato rural, a Confederação

³⁸⁹ Informe do IBRA à Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, s/d. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 71.

³⁹⁰ José Gomes, a título de comparação, ressalta que neste mesmo período a política de reforma agrária no Peru contemplou 20.000 famílias. Cf; SILVA, José Gomes. *Op. Cit.*

³⁹¹ MORAES, Sonia. *O Estado e a Propriedade Agrária no Brasil: fórmulas jurídicas e vigência política*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/ Faculdade de Direito da USP, 1987.

³⁹² José Gomes da Silva afirma que Paulo Assis Ribeiro possuía uma firma de cadastros fiscais, procurando aplicar seu campo de conhecimento (e de relações profissionais) à questão da reforma agrária. Por esta ênfase em medidas de cadastramento dos imóveis rurais, o autor denominou esse período de atuação do IBRA como de “fiscal-literatice”. GOMES, José. *Op. Cit.*, p. 185.

³⁹³ Discurso de Posse proferido por Paulo Assis Ribeiro ao assumir a Presidência do IBRA no dia 22 de abril de 1965. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 74.

Nacional da Agricultura (CNA)³⁹⁴ – junto ao GRET constituem em importante fator explicativo para esta conduta. Com a aprovação do Estatuto, representantes da CNA mantiveram sua inserção nas agências estatais voltadas para a questão agrária. Edgar Teixeira Leite, vice-presidente da CNA, se tornou presidente do Conselho Técnico do IBRA, contando a agremiação também com a presença de Flávio da Costa Brito, então tesoureiro da CNA, neste Conselho³⁹⁵. Vale ressaltar, conforme será detalhado adiante, que a CONTAG não contou com sua representação junto a este Instituto.

Conforme mencionado anteriormente, o cadastramento de imóveis rurais consistiu na principal atividade realizada pelo IBRA e tinha como intuito primordial levantar dados para a aplicação do imposto territorial rural e para a condução de políticas de assistência técnica às propriedades. Para a execução do cadastramento, previsto para ser concluído em janeiro de 1966, estavam planejadas as seguintes atividades: a) formação de uma rede de cadastramento com o treinamento de monitores; b) Convenções Regionais com os prefeitos; c) convênios com os Estados e Municípios; d) produção e distribuição do Material de Treinamento e Cadastramento; e) instalação, equipamento e pessoal do Departamento de Cadastramento; f) produção e distribuição de filmes; g) propaganda e divulgação³⁹⁶. Grande volume de recursos foi gasto nessas atividades, sendo realizados, inclusive, acordos com firmas privadas. Foi contratada, por exemplo, a firma SETAR (Serviços Técnicos de Administração Racional Ltda), destinada a selecionar e capacitar pessoal para atuar nas atividades de cadastramento. A firma SEL (Sistemas Engenharia Ltda) seria responsável pelo processamento dos dados obtidos nas declarações dos proprietários. E a empresa de publicidade FATOR (Grupo de Publicidade Industrial) Ltda, seria destinada a preparar material para os proprietários rurais que os incentivassem a prestar a declaração de seus imóveis, bem como elaborar filmes de divulgação sobre o

³⁹⁴ Vale ressaltar que, a partir de fevereiro de 1965, com a implementação da Portaria n. 71, a Confederação Rural Brasileira (CRB) passou a se chamar Confederação Nacional de Agricultura (CNA), e as associações presentes nos Municípios se transformaram em sindicatos rurais.

³⁹⁵ O IBRA ainda contava com a participação dos seguintes membros, nomeados por Paulo Assis Ribeiro em maio de 1965: Wanderbilt de Barros, César Cantanhede, Hélio de Almeida Brum e Jaul Pires de Castro – como diretores do órgão -; e José Costa Porto, Edivaldo de Oliveira Flores, José Agostinho Gonçalves, Cláudio Cecil Polland, Julian Chancel, João Quintiliano Marques e Glauco Olinger – como conselheiros técnicos. Cf; Componentes do IBRA. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 73.

³⁹⁶ Relatório do Departamento de Cadastro e Tributação, maio de 1965. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 60.

Estatuto da Terra e o Cadastramento para os mesmos proprietários, para as prefeituras e o público em geral.³⁹⁷.

O IBRA obteve, então, até o ano de 1970, o cadastramento de cerca de 4 milhões de imóveis rurais, apesar de muitos dos dados fornecidos não condizerem com as características das propriedades, visto que estes eram preenchidos pelos próprios proprietários e serviam de subsídio para o cálculo do imposto territorial rural. Além do cadastro rural, a discriminação das terras públicas, o cadastro de parceiros e arrendatários e a cobrança e controle do Imposto Territorial Rural se constituíram em outras tarefas a serem desempenhadas pelo IBRA.

Por certo, as ações executadas pelo IBRA despertaram posturas diversas nos sindicatos máximos e oficiais dos proprietários e dos trabalhadores agrícolas. Enquanto a CNA procurou apoiar as atividades de cadastramento do IBRA e, principalmente, as políticas públicas de modernização da agricultura, a CONTAG reafirmava a necessidade de aplicação dos artigos reformistas do Estatuto da Terra ao mesmo tempo em que pleiteava representação na agência estatal responsável pela execução de medidas de reforma agrária.

2.1. Condutas da CONTAG e da CNA (1965-1968)

Como já sinalizado no segundo capítulo, a CONTAG esteve sob comando de uma Junta Interventora desde abril de 1964 até inícios de 1965. Vários sindicatos e federações sofreram repressão neste período, sendo primordial a atuação da Igreja Católica e de agências norte-americanas na reestruturação destas agremiações. Em janeiro de 1965, foram realizadas eleições na CONTAG, sendo eleita uma nova diretoria, presidida pelo ex-interventor José Rotta.

De acordo com seu Relatório de Atividades do ano de 1965³⁹⁸, a nova diretoria alegou que, até então, a CONTAG “*não tivera vida normal*” uma vez que a Junta

³⁹⁷ IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixas n. 58, 59 e 60.

Interventora trabalhara “*exclusivamente para limpar a casa*”, tendo funcionado, inclusive, em uma sala emprestada pela Confederação dos Círculos Operários Católicos. Neste sentido, as primeiras atividades da gestão iniciada em abril de 1965 foram estabelecer uma sede para a agremiação – obtida através de aluguel de uma sala pertencente ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, no Rio de Janeiro – e pleitear a sua representação em agências estatais ligadas à agricultura. A CONTAG obteve êxito em se fazer representar nos seguintes órgãos: Comissão de Estudos para Extinção do Imposto Sindical, Departamento Nacional de Previdência Social, Conselho Superior de Previdência Social, Departamento de Emprego e Salário e Conselho Nacional de Planejamento e Estudo do Seguro Desemprego. Apesar da constante reivindicação, membros da CONTAG não obtiveram inserção junto ao IBRA.

Já a CNA não apenas dispunha de dois representantes no Conselho Técnico do IBRA – Edgar Teixeira Leite e Flávio da Costa Britto – como participava das seguintes agências estatais: Grupo Executivo de Movimentação de Safras, Rede Federal de Armazéns Ferroviários, Junta Governativa da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, Comissão de Intercâmbio e Coordenação de Assistência Internacional — CICATI, Conselho Universitário da Universidade Rural do Brasil, Conselho Nacional de Estatística – IBGE, Conselho Deliberativo da Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, Conselho Consultivo da Rede Ferroviária Federal, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Comissão Coordenadora dos Trabalhos e Elaboração do Regulamento do Novo Código Florestal, Conselho de Política Aduaneira, Comissão de Reformulação do Sistema Geral de Previdência Social, Comissão de Defesa da Fruticultura Nacional, Junta Deliberativa do Serviço de Revenda, Conselho do Fundo Federal Agropecuário, Conselho Nacional Consultivo da Agricultura, Comissão Consultiva de Crédito Rural, PLAMAN, Conselho Consultivo do Planejamento – CONSPLAN, Superintendência Nacional do Abastecimento – SUNAB, Conselho Nacional do Comércio Exterior – CONCEX³⁹⁹.

A CONTAG, no ano de 1966, conseguiria maior inserção junto aos quadros do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que forneceria recursos para

³⁹⁸ CONTAG, *Relatório das atividades da CONTAG*, 4/1965 a 3/1966, 5fls. IN: Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações retiradas em 21 de abril de 2010.

³⁹⁹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, setembro-outubro de 1966, pp.4 e 5

encontros regionais de federações e sindicatos e patrocinaria o II Congresso Nacional da CONTAG, ocorrido em março deste ano. Neste sentido, a denúncia de situações de despejos de trabalhadores rurais em distintas regiões do país era enviada pela CONTAG ao INDA face à dificuldade de diálogo desta agremiação com o IBRA, órgão teoricamente responsável por esta questão. A CNA também contaria com importante participação no INDA, cujo presidente, Eudes de Souza Leão, era diretor técnico da agremiação patronal.

Em março de 1966, a CONTAG realizou, em convênio com o INDA, o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Este encontro ocorreu em São Paulo e contou com a presença de 500 dirigentes sindicais, sendo possível averiguar ainda a influência das diretrizes do IADESIL e de setores da Igreja Católica. Em relação à agência norte-americana, esta aproximação explicitou-se pela demanda da CONTAG na criação de Conselhos Arbitrais, com o apoio das entidades patronais – proposta difundida pelos cursos de relações trabalhistas oferecido pelo Instituto. Argumentava-se que tais conselhos constituíam na “*melhor forma para o entendimento e a conciliação de empregados e empregadores*”⁴⁰⁰. Ademais, propalou-se a defesa de um sindicalismo autônomo e livre, que parecia se referir mais ao contexto pré-golpe militar – de afastamento de ideias consideradas *exógenas* ou *subversivas* –, visto que, neste mesmo Congresso, defendeu-se a obrigatoriedade do imposto sindical, sugerindo, inclusive, o não fornecimento de financiamentos governamentais a quem não estivesse quite com esta tributação⁴⁰¹.

Já a aproximação de setores da Igreja Católica se explicitou no discurso de abertura do Congresso em que se argumentou que a CONTAG pôde “*firmar sua posição filosófica e ideológica*”⁴⁰². Foi reforçada a crença dos afiliados da CONTAG em Deus “*e que Ele fez o homem à sua semelhança e livre*”, afirmando que o governo deveria garantir essa liberdade ao oferecer oportunidades e melhores condições de trabalho. Além disso, justificou-se que aquele era o segundo Congresso da CONTAG uma vez que o primeiro teria ocorrido em julho de 1963, na cidade de Natal – encontro este que foi organizado pelo bispo D. Eugênio

⁴⁰⁰ INDA/CONTAG, *Documento final do Congresso. Convênio firmado entre o INDA/CONTAG*, 28 a 30/3/1966, 15fls. IN: Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações retiradas em 11 de maio de 2010, p. 11.

⁴⁰¹ *Idem*. Ademais, de acordo com Luzia Pinta, havia ainda um representante da USAID como participante do Congresso. PINTO, Luzia. *Op. Cit.*

⁴⁰² INDA/CONTAG, *Documento final do Congresso. Convênio firmado entre o INDA/CONTAG*, 28 a 30/3/1966, 15fls. IN: Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações retiradas em 11 de maio de 2010, p. 5.

Salles com o apoio dos Círculos Operários Católicos e que tinha tentado, sem êxito, fundar a CONTAG⁴⁰³.

Afirmou-se que o objetivo principal traçado no II Congresso consistiu em pressionar pela aplicação do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural visto que “há um total desrespeito em relação ao cumprimento das leis de proteção ao trabalhador rural”⁴⁰⁴. Sugeriu-se também a modificação de artigos do Estatuto da Terra a respeito de contratos de arrendamento e parceria, a imediata definição do IBRA das áreas prioritárias para a reforma agrária, o maior financiamento ao pequeno produtor e que sindicatos e cooperativas pudessem recorrer a empréstimos coletivos para a compra de sementes e fertilizantes. Solicitou-se ainda que, sob orientação do INDA, fossem oferecidas palestras de agrônomos e técnicos nos sindicatos acerca do uso de novas máquinas e insumos na produção, o que indica o apoio da CONTAG às políticas de desenvolvimento agrícola. O INDA poderia ainda, de acordo com a reivindicação da CONTAG, contribuir no esclarecimento da importância do recolhimento do imposto sindical junto aos pequenos proprietários.

A CONTAG permaneceu pleiteando a representação junto ao Conselho Técnico do IBRA e propôs liderar, junto com as federações, a fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas nas empresas rurais face à carência de fiscais do Ministério do Trabalho em algumas regiões do país. Sobre esta última reivindicação, a CNA engendrou enfática oposição, denunciando que o “*procedimento ilegal dos ‘agentes fiscais’ da CONTAG*” usurpavam as prerrogativas do Ministério do Trabalho, representando “*uma ameaça viva para o clima de harmonia imperante no meio rural brasileiro*”.⁴⁰⁵

A aproximação da CONTAG com setores da Igreja e do IADESIL permaneceu ao longo do ano de 1966, conforme pode ser depreendido no Relatório de Atividades da agremiação para este período⁴⁰⁶. Isto porque, além de propalar a passividade do trabalhador rural, alegava-se que deveria prevalecer a harmonia no meio rural, condizente com as diretrizes cristãs. De acordo com este documento, no contexto *pré-revolucionário*, “o

⁴⁰³ Este encontro está melhor detalhado no capítulo 1 desta tese.

⁴⁰⁴ Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, *II Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*, 22/3/1966, 3fls. Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações retiradas em 11 de maio de 2010.

⁴⁰⁵ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, abril-julho de 1968, p.8.

⁴⁰⁶ CONTAG. *Relatório de Atividades desenvolvidas de janeiro a dezembro de 1966*. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 81.

homem do campo (...) foi surpreendido em sua letargia e sacudido por movimentos subversivos (...) em que falsos líderes iludiram sua boa fé, orientando-o, como mau pastor, por um caminho que terminaria no abismo". Sobre o período de Intervenção e da gestão de José Rotta, afirma-se que os trabalhadores foram *"conduzidos à luta serena e consciente que redundará na paz e na harmonia"*, garantindo a difusão das *"concepções cristãs e democráticas sobre o homem, a terra e o trabalho"*⁴⁰⁷.

Observa-se também, neste Relatório, a ênfase dada pela CONTAG à reivindicação acerca da implementação da previdência social no campo, pouco sendo mencionada a questão da reforma agrária. Afirma-se ainda que, ao final do ano de 1966, a agremiação encontrava-se melhor estruturada financeiramente, contando com o aluguel de cinco salas e iniciando trabalho de assessoria jurídica junto aos seus associados.

Portanto, observa-se que, durante a vigência do IBRA, a CONTAG solicitou a aplicação das legislações já existentes – condizente com sua postura legalista, estudada no segundo capítulo – e formulou, em seu II Congresso, reivindicações que atendessem às demandas das diferentes categorias que representava. Apesar de inúmeras tentativas, a CONTAG viu-se alijada de participação no órgão estatal responsável por executar as políticas de reforma agrária. A agremiação, no âmbito da sociedade política, articulou-se primordialmente com o INDA, sobretudo em temáticas concernentes à organização da estrutura sindical – através do estabelecimento de convênios para a realização de encontros, Congresso e palestras. Manteve ainda a aproximação com setores da Igreja Católica e com o IADESIL, agência americana presente no meio rural desde o início dos anos de 1960. Embora a aplicação do Estatuto da Terra não deixasse de ser reivindicada pela agremiação, privilegiou-se a demanda acerca da previdência social para os trabalhadores rurais, assertiva que pode ser ratificada pela presença da CONTAG primordialmente em órgãos estatais voltados para esta temática.

Já a CNA que, como visto, detinha importante representação junto ao IBRA, apoiaria as atividades deste Instituto, estimulando seus associados a colaborarem no preenchimento do cadastro de seus imóveis rurais sob a alegação de que este seria importante na definição de medidas de assistência técnica à agricultura. Entretanto, as principais campanhas engendradas pela CNA durante o funcionamento do IBRA

⁴⁰⁷ *Idem*, pp. 4 e 5.

consistiriam no apoio às políticas públicas voltadas para a modernização tecnológica da agricultura.

Conforme atesta Luis Vianna Filho, chefe da Casa Civil no governo Castelo Branco, “*enquanto se debatia a reforma agrária na imprensa, nas associações de classe e nos partidos políticos, iniciou-se um programa de tecnificação da agricultura, crédito rural, subsídios para fertilizantes e garantia de preços mínimos. Em verdade uma revolução nos campos. E a compra de tratores e dos chamados insumos modernos ganharam tratamento privilegiado, para a melhoria da produtividade, ao mesmo tempo em que se abriam créditos a longo prazo para a modernização das propriedades*”⁴⁰⁸.

Estas políticas, implantadas nas décadas de 1960 e 1970, resultaram na formação dos chamados complexos agroindustriais, responsáveis pela modificação da base técnica da agricultura mediante a compra de insumos e máquinas geradas por setores industriais, bem como pelo fato da agricultura passar a destinar boa parte de sua produção a indústrias processadoras de matérias-primas⁴⁰⁹. A partir de então, a agricultura seria incorporada à dinâmica do capital industrial, não só como fornecedora de alimentos e de matérias-primas para o setor urbano-industrial, mas, sobretudo, como consumidora de produtos derivados de indústrias de bens de capitais voltadas para o meio rural. Deste modo, o aumento da urbanização, a expansão da fronteira agrícola e a transformação da agricultura – mediante a especialização de seu processo produtivo, a qual Graziano denominou de “*produção para a produção*”⁴¹⁰ – possibilitou a ampliação do mercado interno, fundamental para o desenvolvimento da industrialização, com a agricultura integrada, de forma subordinada, a este processo⁴¹¹.

Por certo, o “modelo” de modernização da agricultura adotado deve ser articulado ao contexto econômico mais amplo de consolidação do capital monopolista e da própria

⁴⁰⁸ VIANNA FILHO, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p.263.

⁴⁰⁹ MULLER, Geraldo. *O Complexo Agroindustrial*. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

⁴¹⁰ GRAZIANO DA SILVA, José. *Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁴¹¹ Como lembra Sérgio Leite: “deve ser ressaltado o caráter subordinado da dinâmica rural, ainda que integrada à dinâmica econômica e industrial mais geral. Tendo em vista que o objetivo maior foi o coroamento do processo de industrialização, através da completa endogeneização do departamento produtor dos meios de produção, a agricultura parece ter entrado ‘pela porta dos fundos’, sobretudo se consideradas suas atividades *strictu sensu*”. LEITE, Sérgio. “Padrões de Desenvolvimento e Agricultura no Brasil; Estatuto da Terra; Dinâmica Agrária e Modernização Conservadora”. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, janeiro-abril de 1995, n.1, v.25, p.147.

industrialização⁴¹². A geração de divisas, advindas da exportação de produtos agrícolas, era considerada fundamental tanto para o pagamento de parte da dívida externa, quanto para o financiamento do desenvolvimento urbano-industrial. Ademais, através da formação dos complexos agroindustriais, o meio rural tornou-se espaço privilegiado para a expansão industrial, quer através de indústrias voltadas para a agricultura, quer através de indústrias transformadoras de produtos agrícolas.

Cabe lembrar que, já na segunda metade dos anos de 1950, ocorreu uma intensificação das inovações tecnológicas na estrutura produtiva do meio rural, estimuladas por incentivos fiscais e creditícios. Entretanto, estas inovações eram limitadas pela pequena abrangência da política de créditos e pela necessidade de importações de insumos e máquinas agrícolas⁴¹³. Somente em meados da década de 1960, o processo de modernização da agricultura atingiu maior expressividade. A consolidação do parque industrial voltado para a produção de equipamentos agrícolas, sobretudo de tratores⁴¹⁴, foi primordial para este processo, bem como a internacionalização do pacote tecnológico da chamada *Revolução Verde*.

Este pacote norteou a modernização agrícola implementada nos EUA nos anos de 1930 e procurava aliar o mecanismo de melhoramento de sementes com o uso de máquinas e insumos modernos. No início da década de 1960, houve um avanço na adaptação de adubos e de fertilizantes em diferentes condições climáticas e ecológicas, o que permitiu a difusão destas medidas para outros países⁴¹⁵.

Todavia, a implementação – concretizada após o golpe de 1964 – de um sistema de créditos voltado para a compra destes equipamentos e insumos modernos consistiu, sem dúvida, no carro-chefe da modernização da agricultura brasileira. Em 1965, foi criado o

⁴¹² Conforme ressalta Bernardo Sorj, “a imposição de uma tecnologia importada, nem sempre adequada às condições ecológicas, o privilegiamento de certo tipo de máquinas e insumos e o ritmo geral de expansão do complexo agroindustrial, não podem ser dissociados da abertura econômica ao capital estrangeiro, da estrutura de distribuição de renda, dos subsídios estatais, do crédito agrícola e da repressão política reinante no período”. IN: SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.

⁴¹³ KAGEYAMA, Ângela (coord). “O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais”. IN: *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: Série IPEA, 1990, n. 127.

⁴¹⁴ Conforme atesta Kageyama, ocorreu primeiramente a criação de um mercado para estes implementos, adquiridos via importação. Com o mercado consolidado, foram instaladas no país empresas dedicadas a esta produção, ainda que fazendo usos de capitais multinacionais. Cf; *Idem*.

⁴¹⁵ MARTINE, George & BESKOW, Paulo Roberto. “O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola”. IN: MARTINE, George & GARCIA, R.. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: CAETÉS, 1987.

Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que englobava inúmeras instituições financeiras do país, como o Banco do Brasil, o Banco Central, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o BNDE, bancos regionais, etc. O SNCR tinha como objetivo dinamizar o crédito rural, concedendo, muitas vezes, face à espiral inflacionária vigente, empréstimos a taxas de juros negativas⁴¹⁶. Juntamente com a criação do SNCR, foi expedida pelo Banco Central, em 1967, a Resolução n. 69, que exigia a aplicação de 10% dos depósitos à vista dos bancos comerciais em empréstimos rurais.

Com estes estímulos governamentais, houve um crescimento considerável do uso de máquinas e insumos agrícolas no processo produtivo, como o aumento da utilização de fertilizantes no meio rural em seis vezes, de defensivos em dez vezes e de tratores em quase três vezes entre os anos de 1965 e de 1972⁴¹⁷, o que em muito beneficiou não só aos proprietários, como também às indústrias produtoras de equipamentos e insumos. Todavia, de acordo com Gonçalves Neto, apesar dos grandes recursos disponibilizados pelo farto crédito rural, poucos seriam os proprietários que usufruíram destes benefícios, sendo privilegiados os grandes proprietários do sul e sudeste do país⁴¹⁸.

A expansão das pesquisas agropecuárias, das atividades de assistência técnica e de serviços de abastecimento também foi contemplada nas políticas estatais, sobretudo a partir dos anos de 1970. Em 1972, foi criada a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e em 1974, a EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). É importante ressaltar que medidas de extensão rural haviam sido privilegiadas a partir dos anos de 1950, com a criação da ABCAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), decorrente de modelo sugerido por convênios com agências norte-americanas. Contudo, a ABCAR privilegiava o serviço de extensionismo para pequenos produtores ao passo que sua substituta, a EMBRATER, incorporaria a assistência a grandes proprietários mediante atuação de empresas privadas credenciadas⁴¹⁹. Vale ressaltar ainda a participação de empresas estatais, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, na produção de

⁴¹⁶ Kageyama alega que, antes da fundação do SNCR, o sistema de empréstimos para a agricultura era extremamente frágil uma vez que a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREIA), criada em 1937, operava com poucos recursos. Deste modo, apenas algumas culturas, organizadas em institutos próprios (como o IAA e o IBC) contavam com fontes de financiamento mais sólidas. Cf: KAGEYAMA, Ângela. *Op. Cit.*

⁴¹⁷ GRAZIANO, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981., p.27.

⁴¹⁸ GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Op. Cit.*

⁴¹⁹ Para melhor estudo sobre o extensionismo rural, ver: OLIVEIRA, Pedro Cassiano. *Extensão Rural: “a cara do governo no campo”*. Niterói: UFF/ Monografia de Graduação em História, 2010.

matérias-primas para defensivos e fertilizantes, contribuindo para o menor custo destes produtos⁴²⁰.

O Imposto de Renda igualmente pode ser considerado como um mecanismo utilizado pelo governo para estimular a modernização da agricultura. Isto por que, segundo Gonçalves Neto, o produtor poderia descontar, como os recursos gastos na compra de insumos modernos, até 50% do valor desta tributação. Novamente, os grandes proprietários foram os maiores beneficiários desta política visto que, conforme averiguado acima a respeito do crédito rural, eram eles que obtinham as melhores condições para a modernização tecnológica de suas terras.

Cabe lembrar ainda que o setor rural voltado para exportação foi também privilegiado com o sistema de mini-desvalorizações cambiais ocorrido a partir de 1968, bem como com a alta de preços internacionais para alguns produtos agrícolas. Esse quadro favorável possibilitou o maior estímulo à alteração tecnológica das unidades produtivas envolvidas neste processo.

Tais políticas estatais resultaram na formação dos Complexos Agroindustriais (CAI's) em que a agricultura, estrito senso, constituía-se em um dos ramos da produção, comprando insumos de outros setores e, ao mesmo tempo, produzindo matérias-primas para indústrias processadoras⁴²¹. A partir de então, a agricultura seria incorporada, via CAI's, à dinâmica do capital industrial, não só como fornecedora de alimentos e de matérias primas para o setor urbano-industrial, mas, sobretudo, como consumidora de produtos derivados de indústrias de bens de capitais voltadas para o meio rural. Neste sentido, ainda que a agricultura consistisse na atividade principal deste complexo, encontrava-se subordinada aos capitais industrial e comercial, já que estes conduziam a produção agrícola em seu momento inicial – ao fornecer insumos modernos – e final – ao comprar matérias-primas a serem transformadas industrialmente⁴²².

A CNA constantemente enunciava em seus editoriais a importância das medidas oficiais para a agricultura, sobretudo aquelas voltadas para o financiamento de insumos e máquinas a serem utilizados nas propriedades rurais. Apresentando a agricultura como

⁴²⁰ DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)*. São Paulo: Ícone, 1985

⁴²¹ O Complexo Agroindustrial diferiria, assim, do complexo rural, uma vez que este último era fechado em si mesmo enquanto o outro não mais fabricava os seus próprios insumos nem mesmo produzia bens de consumo final, e, sim, intermediários. CF; KAGEYAMA, Ângela. *Op. Cit.*

⁴²² SORJ, Bernarndo. *Sociedade e Política no Brasil pós-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

“vítima” de políticas públicas anteriores, a agremiação afirmava já ser o momento de o governo fornecer aquilo que considerava como a merecida assistência ao campo, a fim de frear seu suposto processo de descapitalização e o desnível existente entre os setores fabril e rural.

O anúncio da implementação de créditos subsidiados para insumos agrícolas era entusiasticamente aplaudido pela entidade como signo do *reconhecimento do valor* da atividade agrícola. Porém, a CNA procurava ressaltar que o apoio a tais políticas não advinha apenas do fato da agremiação representar setores ligados à agricultura, mas, sobretudo, por tratar-se de medidas que beneficiariam a todo o país, face à importância da agricultura para o desenvolvimento nacional. A CNA, sob o argumento de que “*o que for bom para a agricultura, é ótimo para o Brasil*”⁴²³, exaltava, assim, o “interesse nacional” contido nessas políticas governamentais, a despeito do caráter seletivo do crédito rural, que privilegiava os grandes proprietários e os produtos voltados para a exportação.

Frente a esses incentivos governamentais em prol da modernização tecnológica da agricultura a CNA perpetraria uma campanha junto a seus associados que denominou de *reforma de mentalidade*. Consagrando-se como a legítima representante do *empresariado rural*, a Confederação alegava que Poder Público e produtores deveriam estar unidos em prol do desenvolvimento da agroindústria, condição fundamental para a equiparação do país às potências mundiais:

*“o Governo e a Classe Rural serão capazes de reconstruir o parque agroindustrial do país, conduzindo-o a um futuro à alta do potencial de seus recursos naturais e à excelência de sua mão de obra, devidamente assistidos por um capitalismo vanguardeiro, integrado ao real sentido social da vida política que se renova em todas as nações progressistas.”*⁴²⁴

Enquanto o governo deveria fornecer assistência técnica e financeira à agricultura, a *Classe Rural* deveria “*melhorar o seu senso empresarial*” e “*vencer a força da rotina e o apego a anacrônicos processos de preparo e exploração da terra*”⁴²⁵, correspondendo, assim, aos empreendimentos oficiais. Conclamavam-se *novos tempos*, em que não só o

⁴²³ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, jan/abril de 1967, p. 1.

⁴²⁴ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, janeiro -abril de 1966, p. 23.

⁴²⁵ *Idem*, p.2.

governo conferiria maior atenção à agricultura, como os produtores iriam “*reconquistar o tempo perdido na vassalagem à rotina agrônômica e ao improviso empresarial, ainda eivados do ranço de um conservantismo totalmente avesso às modernas concepções econômicas e comerciais*”⁴²⁶. A CNA intitulava-se portadora da *missão* de incutir junto aos proprietários rurais esta nova concepção de pensar e agir sobre o meio rural:

*“A Confederação Nacional de Agricultura, como órgão máximo representativo dos empresários da agropecuária, está totalmente convicta de que lhe compete alertar a Classe para os novos rumos do desenvolvimento nacional, convocando lavradores e criadores para um rigoroso esforço conjunto em prol de uma reforma de mentalidade, exigida pelo progresso econômico e pelo aperfeiçoamento social”*⁴²⁷.

Portanto, cessados os embates da CNA com relação aos artigos reformistas do Estatuto da Terra, constata-se o posicionamento favorável do sindicato oficial do patronato rural em relação às ações empreendidas pelo IBRA e às políticas agrícolas perpetradas a partir de finais da década de 1960. Neste sentido, a CNA defenderia ferrenhamente um projeto modernizante para agricultura, expresso através de mudanças na estrutura técnica e econômica, de medidas assistenciais – como apontado no segundo capítulo – e de reformas culturais. A CNA procuraria argumentar que, com a modernização tecnológica e de mentalidade ocorrida no campo, estaria solucionado o problema da produtividade agrícola e mesmo da estrutura agrária vigente face à consagração da categoria de *empresa rural*.

No entanto, em 1968, após acusações de corrupção e irregularidades administrativas, o IBRA sofreu intervenção e foi criado o GERA (Grupo Interministerial para a Reforma Agrária) que, ao menos teoricamente, pretendia executar políticas de efetiva redistribuição fundiária. Tal iniciativa resultou em distintas posturas da CNA e da CONTAG.

3. O Grupo Interministerial para Reforma Agrária e o Ato Institucional n. 9.

⁴²⁶ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, março de 1968, p. 1.

⁴²⁷ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, março de 1968, p. 1.

Após pouco mais de três anos de funcionamento, o IBRA foi alvo de uma série de denúncias, entre elas: desníveis salariais, contratação indevida de pessoal, deslocamento do programa orçamentário, compra de passagens aéreas sem justificativa, etc. Tais acusações resultaram na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que deliberou o afastamento da então diretoria do Instituto. Em seu lugar, assumiu, em julho de 1968, uma Junta Interventora liderada pelo General Luis Carlos Pereira Tourinho⁴²⁸. Esta Junta acusou ainda a antiga gestão do IBRA de destinar poucas verbas a projetos de reforma agrária.

Com o encerramento da CPI e do período de intervenção, o IBRA passou a subordinar-se não mais à Presidência da República, mas ao Ministério da Agricultura, sendo dirigido pelo General Carlos de Moraes. O IBRA teve sua importância diminuída não apenas pela sua desvinculação da Presidência da República, mas também face à criação, em setembro de 1968, do GERA (Grupo Interministerial para a Reforma Agrária).

O GERA era composto por representantes dos Ministérios do Planejamento, da Agricultura, da Fazenda e do Interior, além de contar com membros do IBRA, da CNA e da CONTAG. O sindicato máximo e oficial dos trabalhadores rurais finalmente foi contemplado com a representação em uma agência estatal voltada para a reforma agrária, embora, por certo, seu poder de decisão fosse minimizado pela composição dos demais participantes do GERA. Enquanto a CONTAG era representada por seu presidente, José Francisco da Silva, a CNA designou Julio Ferreira Brandão, um dos seus conselheiros fiscais. Ademais, a CNA dispunha de mais um “aliado” no interior desta agência: Edgar Teixeira Leite, ex-vice-presidente da agremiação patronal, que atuou como representante do IBRA⁴²⁹.

Apesar da presença de frações da classe patronal rural no GERA, o Relatório produzido por este Grupo indica a importância da aplicação da Reforma Agrária para o cumprimento do Programa Estratégico de Desenvolvimento, elaborado pelo Ministério do

⁴²⁸ O General Lauro Moutinho dos Reis, Dryden Castro Arezzo, Arlindo Miranda, Renato Nascimento e Olegório Dantas compunham o restante dos quadros da Junta Interventora. IBRA. *Boletim do IBRA*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1968, ano IV, n. 206. Relatório das Atividades da Interventoria no período de 23 de julho a 31 de dezembro de 1968. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 287.

⁴²⁹ *Relatório do GERA*, dezembro de 1968. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 287.

Planejamento do governo Costa e Silva⁴³⁰. O GERA enumerou os obstáculos existentes até então para a realização da reforma agrária, quais sejam: a falta de uma clara definição dos objetivos básicos da reestruturação fundiária; a delimitação de áreas prioritárias para a reforma agrária sem estudos prévios; a inexistência de participação dos beneficiários da reforma agrária nos projetos; a má administração do IBRA com desperdício de recursos e com a falta de articulação com outras agências governamentais; e a pouca ênfase dada pelo IBRA ao instrumento de desapropriação por interesse social, privilegiando ações complementares à Reforma Agrária, como o cadastramento de imóveis rurais e programas de colonização⁴³¹.

Frente à constatação da falta de clareza dos objetivos essenciais para a reestruturação fundiária, o Grupo Interministerial procurou conferir exatidão na definição de reforma agrária: *“apesar de não se constituir apenas em processo de distribuição de terra, contemplando ações complementares que visam ao melhor aproveitamento das terras, ao aumento da produtividade e ao fortalecimento do meio rural, é basicamente um processo de melhor distribuição de terras em áreas selecionadas e implantação maciça de novas unidades de exploração, facilitando-se o acesso à terra”*⁴³².

Ademais, o GERA propalou a necessidade da participação de representantes sindicais no processo de reforma agrária e de estudos para a definição de áreas prioritárias para a desapropriação por interesse social, tendo que aperfeiçoar a legislação referente a esse instrumento. Neste sentido, em abril de 1969, o governo baixou o Ato Institucional n. 9 que eliminou a palavra *“prévia”* do artigo constitucional relativo ao pagamento das terras desapropriadas, mantendo, porém, a expressão *“justo preço”*. O AI-9 impôs também o rito sumário para as desapropriações por interesse social, de modo que as ações na Justiça teriam prazo de 48 horas para deferir petição expropriatória e mais 24 horas para expedir os mandatos de emissão de posse e de transcrição de propriedade em nome do IBRA. Foi previsto, ainda, que o valor da indenização por estas desapropriações seria calculado de

⁴³⁰ Apesar deste pronunciamento do GERA, as diretrizes do Programa Estratégico de Desenvolvimento para o setor agrícola voltavam-se primordialmente para o aumento da produtividade, via estímulo do uso de insumos modernos e de combate a doenças nas plantações. GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Op. Cit.*

⁴³¹ *Relatório do GERA*, dezembro de 1968, pp. 5-7. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 287.

⁴³² Relatório do GERA, dezembro de 1968, p. 9 (grifos do documento). IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 287.

acordo com as informações declaradas no imposto territorial rural, o que, posteriormente, seria considerado inconstitucional pela Justiça⁴³³.

3.1. Condutas da CNA e da CONTAG (1968-1970)

As medidas anunciadas pelo GERA e a implementação do AI-9, por certo, resultaram em críticas do órgão oficial do patronato rural enquanto a CONTAG, que já estava sob nova diretoria, procurou legitimar a sua reivindicação de reforma agrária junto a demais segmentos das sociedades política e civil.

Frente à intervenção no IBRA e ao anúncio de prioridade na aplicação da reforma agrária, a CNA, em editorial intitulado *Equilíbrio e Bom Senso*, advertiu que, de acordo com o Programa Estratégico do Governo, a melhoria nas condições sociais no meio rural seria proveniente fundamentalmente do aumento na produtividade agrícola⁴³⁴. Após a criação do GERA, a agremiação acirrou suas críticas a projetos de reforma agrária, associando claramente as declarações em prol da desapropriação por interesse social formuladas pelo Grupo Interministerial a *empreendimentos demagógicos*:

“A turma de mágicos que, invariavelmente, é convocada para eternas reformas agrárias vem logo com a mania de taxaço de fazendas que, dentro da lógica de perseguição fiscal, cambial, etc até estão produzindo bem, e começam a falar em número de latifundiários, preferindo paralisar os que já estão em produção do que ampliar e formar novas fazendas”⁴³⁵

A entidade patronal procurou ainda – sob o argumento de que “*não há agrônomos nem veterinários no comando das unidades militares*” – desqualificar as resoluções do GERA pelo fato desta agência ser conduzida por alguns generais, que, segundo a CNA, não possuíam conhecimento acerca dos *reais* problemas existentes no campo⁴³⁶.

⁴³³ GRAZIANO, J. *Op. Cit*

⁴³⁴ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, novembro de 1968, p.1.

⁴³⁵ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, janeiro de 1969, p.6.

⁴³⁶ *Idem*.

A Confederação, afirmou que, apesar de ter participado do Grupo Interministerial, não concordava com algumas medidas formuladas pelo mesmo, destacando-se: a) desvio de 20% dos recursos destinados ao crédito rural para criar um Fundo privativo de beneficiários da Reforma Agrária; b) indenização das desapropriações com base apenas nas declarações cadastrais; c) projeto de Decreto que veda o financiamento de bancos oficiais quando haja denúncia de Sindicatos de que empresários não cumprem legislação trabalhista; e d) projeto de lei que considera “bem vago”, para efeito de apropriação gratuita do Estado, os imóveis rurais não explorados por mais de três anos⁴³⁷.

Como justificativa para seu posicionamento, a CNA afirmou que, apesar de apoiar a reforma agrária, não considerava a estrutura fundiária como o principal problema do campo posto que, frente às mudanças técnicas e culturais implementadas, a polarização entre latifúndio e minifúndio perdia importância, ressaltando-se, sim, a diferenciação entre modernos e arcaicos produtores. Ademais, com a modernização empreendida na agricultura, a agremiação ressaltava a importância econômica das propriedades envolvidas neste processo, sendo imprudente realizar medidas que “ameaçassem” a *eficiência* e *rentabilidade* das mesmas⁴³⁸.

Desta forma, a CNA, como meio de deslegitimar projetos de redistribuição de terras, exaltou o aumento do índice de produtividade agrícola, conclamando a importância deste setor para o desenvolvimento brasileiro:

*“O apelo do país à produtividade e ao fomento da produção traduz a consciência desse imperativo e hoje a Classe Rural já pode rejubilar-se porque, através das últimas estatísticas oficiais, está comprovado que a agricultura respondeu plenamente à expectativa, cooperando cada vez mais para a balança comercial”*⁴³⁹

A Confederação ressaltou ainda que o aumento da produtividade explicitou-se de forma mais significativa nas produções voltadas para a exportação ou para a industrialização, justamente por utilizarem maiores inovações tecnológicas⁴⁴⁰. Ademais,

⁴³⁷ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, fevereiro de 1969, pp. 8 e 9.

⁴³⁸ *Idem*.

⁴³⁹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, outubro de 1969, p. 1.

⁴⁴⁰ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, maio de 1969.

para ratificar a importância “patriótica” do incremento na produção, a CNA exaltou que este era primordial para a Segurança Nacional posto que assegurava o suprimento de alimentos para a população, mesmo em casos de conflito internacional.

O órgão sindical oficial dos proprietários rurais procurou ainda minimizar alguns aspectos resultantes desta política seletiva de modernização tecnológica da agricultura, como o aumento do êxodo rural. A CNA afirmou que este aumento ocorreu, sobretudo, devido à seca no Nordeste e que, uma vez garantida a produção de alimentos para a população, tratava-se de um fenômeno *natural e positivo*.⁴⁴¹

Em relação à CONTAG, vale lembrar, de pronto, que a partir de 1968 uma nova direção assumiu a gestão desta entidade. Desde o II Congresso da Confederação, em 1966, dirigentes sindicais de Pernambuco e do Rio Grande do Norte articularam um movimento de oposição à administração de José Rotta, que pôde ser concretizado na Conferência Nacional Intersindical, ocorrida em 1967, na cidade do Rio de Janeiro. Nesta ocasião – que reunia representantes dos trabalhadores rurais, industriários e bancários – foi formada uma chapa de oposição, liderada por José Francisco da Silva, para disputar as eleições da CONTAG ainda naquele ano. Por diferença de apenas um voto, esta chapa saiu vitoriosa, assumindo o comando da CONTAG em inícios de 1968.

Conforme já assinalado no segundo capítulo, existiam elementos de continuidade entre a gestão de José Rotta e a direção assumida por José Francisco da Silva, sobretudo no que tange à sua aproximação com setores da Igreja Católica e com o IADESIL. Todavia, esta nova diretoria exaltou a importância da reforma agrária, elegendo-a como principal bandeira dos trabalhadores rurais, o que não estava explícito durante a administração de José Rotta, que privilegiava o cumprimento da legislação trabalhista e pleiteava a criação da previdência social no campo.

A CONTAG propalava a defesa da reforma agrária, procurando ressaltar o benefício de sua execução a todas as categorias que representava. Já no segundo número de seu periódico – *O Trabalhador Rural*, de setembro de 1969 –, a agremiação formulou uma extensa e didática matéria acerca da estrutura fundiária. Caracterizou os conceitos de minifúndio, latifúndio – em que se incluía o critério de dimensionalidade – e empresa rural

⁴⁴¹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro, CNA, janeiro de 1969

– apresentada de forma positiva, mas com a ressalva de que eram raras e de que muitas propriedades forjavam sua vinculação a esta categoria. Ao afirmar que o pequeno proprietário, muitas vezes, tinha que trabalhar como assalariado ou meeiro para completar sua renda e que o arrendatário e o parceiro estavam submetidos a indevidos contratos de trabalho, a CONTAG enfatizou a importância da modificação da estrutura agrária também para estes grupos, e não apenas para os trabalhadores sem acesso à terra⁴⁴². A denúncia da existência de uma estrutura agrária considerada injusta para trabalhadores sem terra e pequenos proprietários igualmente era explicitada através de um desenho – reproduzido abaixo, divulgado constantemente nas edições de *O Trabalhador Rural*. Ademais, conforme averiguado no segundo capítulo, foram priorizados cursos de educação e formação sindical, a fim de conferir unidade de ação aos diversos sindicatos e federações dos trabalhadores rurais.

⁴⁴² *O Trabalhador Rural*. CONTAG: Rio de Janeiro, setembro de 1969.



Imagem 7: *O Trabalhador Rural*. CONTAG: Rio de Janeiro, setembro de 1969, p. 12

A recém empossada diretoria da CONTAG obteve êxito não apenas em inscrever seu representante junto ao GERA – o que não havia acontecido em relação ao IBRA –, mas em ter algumas de suas demandas contempladas nas principais resoluções do Grupo, acima analisadas. O pleito, contemplado nas resoluções do GERA, de que os beneficiários de projetos de reforma agrária deveriam participar de seu processo de elaboração e execução seguramente consagraria uma das primordiais reivindicações da CONTAG, sistematizada no slogan constantemente difundido em seu periódico: *o camponês deve ser o protagonista da reforma agrária*.

Nota-se ainda o retorno do uso do termo *camponês*, comumente usado por organizações sociais no início dos anos de 1960. Nas gestões da Junta Interventora e da presidida por José Rotta utilizavam-se distintas designações como *rurícola* e *homem do campo* face à conotação política depreendida do termo *camponês*. A denominação *trabalhador rural* – já usada, ainda que timidamente, no período pré-golpe militar, por agremiações então vinculadas ao PCB – foi adotada no Estatuto do Trabalhador Rural e, posteriormente, no Estatuto da Terra para se referir às distintas categorias profissionais existentes no meio rural. Todavia, já no início da década de 1970, a CONTAG assumiu o uso do termo *trabalhador rural*⁴⁴³ não apenas por consistir na categoria jurídica adotada nos tribunais e nos órgãos governamentais, mas pela coibição à utilização da denominação *camponês*⁴⁴⁴.

O anúncio de medidas governamentais em prol da reforma agrária, sistematizado nas resoluções do GERA e no decreto do AI-9, possibilitou à CONTAG, mesmo no contexto de recrudescimento da repressão da ditadura militar⁴⁴⁵, pleitear a modificação na estruturação fundiária. Para conferir legitimidade à sua reivindicação, o sindicato máximo dos trabalhadores rurais remetia-se a dados oficiais (como pesquisas da FAO e da ONU) e a legislações existentes (a Constituição e o Estatuto da Terra, por exemplo) e consagradas mundialmente (como a Declaração dos Direitos Universais do Homem). Afirmava que os direitos assegurados nestes documentos foram conquistas dos trabalhadores, e não “*dados de graça a ninguém*”⁴⁴⁶, o que contestava a passividade comumente atribuída à classe. Sobre os direitos previstos na Constituição Federal, destacava-se a defesa dos direitos à

⁴⁴³ A CONTAG adotou, em seu periódico, o uso do termo *camponês* entre 1968 e inícios de 1972, quando passou a utilizar a denominação *trabalhador rural*.

⁴⁴⁴ Moacir Palmeira e Sérgio Leite argumentam que a adoção do termo *trabalhador rural* pela CONTAG teria sido positiva por conferir unidade às diferentes categorias existentes no meio rural: “O movimento sindical dos trabalhadores rurais conseguiu, todavia, realizar a proeza política de, desvencilhando-se da diversidade dos termos que eram utilizados pelos organismos oficiais, de *campônio* a *rurícola*, apropriar-se eficazmente daquele que era simultaneamente o mais neutro (porque genérico) e menos neutro (pela referência ao trabalho) - *trabalhador rural* – e inculcá-lo em suas bases, adotando-o como um termo ‘naturalmente’ genérico para unir todos os que vivem do trabalho da terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário, e fazendo-se reconhecer pelas demais forças sociais como o seu representante”. LEITE, Sérgio & PALMEIRA, Moacir. *Op. Cit.*, p. 38.

⁴⁴⁵ Com a implementação do AI-5, em dezembro de 1968, José Francisco da Silva foi imediatamente chamado a depor em agência de Segurança Nacional. Agostinho José Neto, tesoureiro da agremiação, passou algumas horas preso até oficiais alegarem que se tratava de um engano. De qualquer forma, Agostinho José Neto teve que constantemente se apresentar à polícia durante dois meses. CONTAG. *30 anos de luta*. Brasília, CONTAG, novembro de 1993; BARCELLOS, Fernando. *Op. Cit.*

⁴⁴⁶ *O Trabalhador Rural*. CONTAG, Rio de Janeiro, janeiro de 1970, p. 12.

liberdade, à vida e mesmo à propriedade de modo que garantisse o sustento de uma família, conferindo, assim, diferente interpretação a este direito recorrentemente propalado por frações do patronato rural.

A ligação da CONTAG com setores da Igreja Católica explicitou-se, por exemplo, através de uma carta enviada pela agremiação ao Papa Paulo VI. Nesta carta, foram relatados alguns problemas concernentes ao meio rural do país, destacando a implementação da reforma agrária como meio de “*assegurar o desenvolvimento econômico brasileiro e a integração de milhões de camponeses no convívio nacional*”. As críticas formuladas pela CONTAG neste documento remetiam-se fundamentalmente aos *latifundiários*, não havendo questionamentos diretos a medidas governamentais. Foram denunciados o alto preço reivindicado pelos *latifundiários* para a desapropriação de seus imóveis rurais, o avanço da grilagem de terras, a expansão da pecuária em áreas antes voltadas para a economia de subsistência, a violência de muitos fazendeiros a trabalhadores rurais que reivindicavam seus direitos legais, além de acusar o *latifúndio* de impor “*barreiras centenárias de irracionalidade à função social da terra*”. Pleiteava uma reforma agrária com a “*participação consciente*” do trabalhador rural e não através de medidas que procurassem consagrar o “*paternalismo governamental*”.⁴⁴⁷

Em articulação com o discurso católico, a CONTAG afirmava acreditar que “*a conscientização para a valorização da pessoa humana e do espírito comunitário é sumamente cristã e democrática*” de modo que os trabalhadores deveriam ser esclarecidos sobre a situação em que viviam e orientados para a luta coletiva, aproximando-se de setores da Igreja adeptos à chamada Teologia da Libertação, já mencionada no capítulo dois. Essa aproximação explicitou ainda quando a Confederação argumentava, em tom cauteloso, que nutria a esperança dos governantes pactuarem com as Doutrinas Sociais da Igreja, afirmando ainda, que a despeito da violência e repressão que muitos de seus associados e dirigentes sofriam, a agremiação persistia na “*realidade evangélica de que ‘conhecereis a Verdade e a Verdade vos Libertará’*”.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ *Correspondência ativa da CONTAG. Da CONTAG a representante religioso, 1/6/1969, 6 fls. Retirado do Arquivo Lyndolpho Filho, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, em 20 de abril de 2010.*

⁴⁴⁸ *Idem.*

Em matéria acerca do aumento do êxodo rural, a CONTAG igualmente criticou, sobretudo, a atuação dos latifundiários em detrimento do questionamento das políticas públicas voltadas para a agricultura. Alegou-se que a saída de pessoas do campo para a cidade ocorria não devido a um fenômeno “natural” – como propalava a matéria da CNA acima averiguada –, mas, devido a ações *forçadas* dos latifundiários que, “*interessados em não contrair obrigações trabalhistas com seus empregados, avançam na política de DESPEJO EM MASSA de camponeses, tendo em vista substituir o HOMEM PELO BOI e a ROÇA PELO CAPIM*”⁴⁴⁹

Já em seu Relatório Trienal de atividades para os anos de 1968, 1969 e 1970, a CONTAG pôde melhor definir sua conceituação acerca da reforma agrária, colocando-a como importante questão social e econômica:

*“reforma agrária, portanto, é destinada, sobretudo ao camponês sem terra, baseada no princípio de justiça social de dar oportunidade de acesso à propriedade da terra para quem nela trabalha (...). O processo de reforma agrária maciço deverá oferecer milhões de oportunidades de emprego produtivo, com repercussão no Produto Interno Bruto (PIB)”*⁴⁵⁰

Novamente, o sindicato máximo dos trabalhadores rurais procurava referendar-se em legislações existentes – exaltando, mais uma vez, o direito à propriedade da terra assegurado pela Constituição – e em estatísticas oficiais – como a estimativa da FAO de que, para um país sair do subdesenvolvimento deveria assentar anualmente 5% de famílias rurais sem terra, o que no Brasil, de acordo com a CONTAG, significava fornecer acesso à terra a 250 mil famílias a cada ano. Além de defender a distribuição de terras, a agremiação, neste Relatório, alegava que deveria existir uma “*educação dentro da Reforma*” de modo que fosse oferecida ao trabalhador orientação na aplicação de técnicas racionais de produção⁴⁵¹.

A despeito das resoluções do GERA e do decreto do AI-9, pouco foi efetivamente feito em relação à redistribuição fundiária. Enquanto debatia-se sobre quais áreas seriam

⁴⁴⁹ *O Trabalhador Rural*. CONTAG, Rio de Janeiro, setembro de 1969, p.2, (grifos da revista).

⁴⁵⁰ Informações retiradas em PINTO, Luzia. *Op. Cit.*, pp. 65 e 66.

⁴⁵¹ *Idem*.

definidas como prioritárias para fins de reforma agrária, eram privilegiadas políticas de incentivo ao aumento de produção das propriedades já existentes.

Tais diretrizes resultaram na diminuição das críticas feitas pela CNA ao GERA e a demais agências estatais. A posse do Presidente Médici foi entusiasticamente anunciada pela agremiação posto que dois Ministros nomeados ocupavam cargo na Confederação: o Ministro da Agricultura, Luis Fernando Cirne Lima, e o Ministro da Indústria e Comércio, Fábio Yassuda. Desta forma, a CNA constantemente publicou, em sua revista, notícias acerca, sobretudo, do Ministro da Agricultura, contando inclusive com reportagens escritas por este.

A agremiação patronal rural novamente conclamaria a *Classe Rural* a responder aos incentivos governamentais para o aumento da produção agrícola, atitude revigorada no contexto de exaltação do “milagre econômico”:

*“Vencendo a força negativa da rotina dos processos de produção e comercialização, os agricultores devem dedicar-se, com todo empenho, em assimilar as novas concepções tecnológicas e colocar-se corajosamente na vanguarda dos movimentos de renovação nacional.”*⁴⁵²

Sob o argumento da consagração da modernização técnica e de mentalidade junto ao meio rural, a CNA ratificou sua assertiva de que a dimensão da propriedade não constituía na principal problemática vigente no campo e, sim, o não uso *eficiente e rentável* do imóvel rural, rejubilando-se por esta perspectiva coadunar, finalmente, com as diretrizes governamentais:

*“No complexo da Reforma Agrária, vai declinando o vezo fácil de se atribuir a gravidade de todos os problemas rurais às grandes propriedades. Essa conceituação comodista serviu de subterfúgio ao malogro de muitos planos demagógicos, afastados do interesse nacional (...). O latifúndio, em sua concepção negativa, ficou, afinal, devidamente caracterizado, passando a extensão da gleba a ser apenas um fator, entre outros, e não a motivação básica para o repúdio governamental”*⁴⁵³

⁴⁵² *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, março de 1970, p. 1.

⁴⁵³ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, abril de 1970, p. 1

Já a CONTAG passou a direcionar suas críticas não apenas aos latifundiários, mas às políticas públicas voltadas para o setor agrícola e agrário. Em memorial entregue ao recém empossado Presidente Médici, a agremiação afirmou que até então “*todas as medidas de Política Agrária, quais sejam, facilidades creditícias, preço mínimo, seguro agrícola, cooperativismo, eletrificação rural, enfim, toda a infra-estrutura de incentivo à produção ou facilidades de comercialização do produto agrícola, estão a beneficiar uma minoria que possui terras ou meios de produção*”⁴⁵⁴.

Em relação ao processo de reestruturação fundiária, a CONTAG enfaticamente asseverou que, “*apesar da instrumentalização legal existente, em matéria de reforma agrária pouco ou nada se fez no Brasil*”⁴⁵⁵. Criticou ainda a atuação do IBRA, alegando que este ficava “*subordinado à burocracia e às mirradas verbas do Ministério da Agricultura e ao poder deliberativo do GERA*”⁴⁵⁶. Cabe ressaltar que esses questionamentos foram feitos pela CONTAG em um contexto de mudança de governo, o que pode em parte explicar a contundência de suas afirmações. Ademais, a Confederação encerrou suas considerações exaltando sua confiança no compromisso do novo Presidente com a “*Justiça e a Verdade*”⁴⁵⁷.

Frente aos dados oficiais a respeito de um suposto aumento da produtividade agrícola, a CONTAG defenderia primordialmente a importância social da reforma agrária, argumentando, inclusive, que o principal objetivo da redistribuição de terra, previsto no Estatuto da Terra, era a instauração da Justiça Social no país:

*“A Reforma Agrária, antes de tudo, é uma questão de justiça social, para responder a um povo faminto e desesperançado, para fixá-lo na terra, matar-lhe a fome e livrá-lo de laços de exploração e de injustiça.”*⁴⁵⁸

Averigua-se, mais uma vez, a aproximação com o discurso católico ao afirmar que a concentração de terras feria a “*dignidade espiritual do homem*” e que o êxodo rural, “*ao*

⁴⁵⁴ *O Trabalhador Rural*. CONTAG: Rio de Janeiro, abril de 1970, p. 10.

⁴⁵⁵ *Idem*, p. 13

⁴⁵⁶ *Idem*, p. 17

⁴⁵⁷ *Idem*, p.31.

⁴⁵⁸ *Idem*, p. 16

lançar milhões de trabalhadores para fora de suas culturas, sem emprego seguro, desintegrava a família do trabalhador”⁴⁵⁹.

Entretanto, apesar das reivindicações da CONTAG, projetos de redistribuição fundiária não foram priorizados no início da década de 1970, nem mesmo nos planejamentos oficiais. De acordo com Gonçalves Neto⁴⁶⁰, o plano *Metas e Bases para a Ação do Governo*, da gestão de Médici para os anos de 1970 a 1973, enfatizava como ação junto ao meio rural, o aumento da produtividade e medidas de colonização. O *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento* (1972-1974) não citou nem mesmo a expressão reforma agrária, diferentemente dos planejamentos anteriores. A criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em julho de 1970, e as medidas implementadas por esta agência explicitariam esta perspectiva.

4. INCRA: medidas de colonização

Com o surgimento do INCRA, os dois órgãos criados pelo Estatuto da Terra para executar a reforma agrária e promover o desenvolvimento agrícola – respectivamente, o IBRA e o INDA – foram extintos. Prevaleceu a assertiva – defendida por frações da classe proprietária rural – de que a reestruturação agrária e as políticas agrícolas deveriam fazer parte de um mesmo projeto, o que, na prática, significava a priorização de um determinado aspecto em detrimento de outro. Ademais, o INCRA privilegiaria, em suas ações, políticas de colonização, notadamente na região da Amazônia, pouco atuando no que tange à reforma agrária⁴⁶¹.

A preocupação de agências estatais em ocupar e colonizar o Norte do país já havia se manifestado no ano de 1965, quando, através da criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), foram estendidos à Amazônia os incentivos fiscais e

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 2

⁴⁶⁰ GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Op. Cit.*

⁴⁶¹ Em editorial da revista *Reforma Agrária*, publicada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária, exaltou-se a diferenciação básica entre colonização e reforma agrária: “Enquanto a colonização consiste em levar homens a outras terras, a reforma agrária implica em redistribuir as terras aos próprios homens que as ocupam”. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, outubro de 1971, p. 1.

creditícios aplicados no Nordeste. Porém, a partir de 1970 esta política se intensificou, conforme pode ser depreendido com a implementação do Programa de Integração Nacional (PIN). O PIN tinha como objetivo fundamental ocupar a região amazônica mediante a construção de duas importantes rodovias: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém⁴⁶².

Foi proposta a colonização das terras nas margens destas rodovias, pretendo-se assentar 100.000 famílias em pequenos e médios lotes em um prazo de cinco anos. No primeiro ano, o INCRA pretendia contemplar 10 mil famílias, sendo concedidos os títulos definitivos de posse dessas propriedades após dois anos de ocupação. Contava-se ainda com a colaboração de empresas particulares na criação de agrovilas e na construção de estradas vicinais⁴⁶³. Duas premissas norteavam a execução destas medidas: a integração da região amazônica com a economia nacional e diminuição das tensões sociais no meio rural nordestino, deslocando parte de sua população. O slogan da época em que se afirmava articular “*homens sem terra com terras sem homens*” sistematizava essas diretrizes.

Em relação à reforma agrária, foi criado, em julho de 1971, um programa regional denominado PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste), que visava facilitar o acesso à terra e promover o desenvolvimento agrícola para as áreas abarcadas pela SUDAM e pela SUDENE. Entretanto, alguns de seus artigos revelaram-se contraditórios com resoluções do próprio Estatuto da Terra e do AI-9, como a determinação de que as desapropriações seriam pagas mediante “*prévia e justa indenização em dinheiro*”. Ademais, cogitava-se a proposta de “*reforma agrária voluntária*” em que o grande proprietário sugeria quais extensões de seu imóvel rural poderiam ser desapropriadas⁴⁶⁴. José Gomes da Silva ressalta que a gerência do Programa a distintos Ministérios – da Fazenda, dos Transportes, da Agricultura, das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio, do Planejamento e do Interior – dificultaria sua execução de forma ágil e dinâmica, vide o ocorrido com as medidas propaladas pelo

⁴⁶² ABREU, Alzira [et al] (coord). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, vl. IV, pp. 4800 e 4801.

⁴⁶³ *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, janeiro-fevereiro de 1973.

⁴⁶⁴ SILVA, José Gomes da. PROTERRA, análise. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, outubro de 1972, pp. 4 a 8.

GERA. No que tange aos incentivos fiscais e creditícios, o PROTERRA objetivava contemplar tanto os pequenos e médios produtores quanto a agroindústria açucareira⁴⁶⁵.

Todavia, somente após um ano de promulgação do decreto que instituiu o PROTERRA, este foi regulamentado e suas medidas foram iniciadas, sendo priorizadas as políticas de colonização. Conforme ressalta José Gomes da Silva: “*no tempo gasto para regulamentar um simples decreto-lei, num programa de reforma agrária, foram construídos 1.252 quilômetros de estrada num programa de colonização*”⁴⁶⁶. Além disso, privilegiou-se no PROTERRA a política de incentivos fiscais, destinados, na sua grande maioria, para pessoas que já possuíam grandes propriedades.

Quanto ao programa de colonização, este assentou apenas 5000 famílias, provenientes, sobretudo, da região Sul, e não do Nordeste como se planejara. Ademais, em muitos loteamentos, optou-se – face ao baixo investimento e ao alto preço da carne no mercado internacional – pela atividade de pecuária, o que dificultou a absorção de mão de obra e contribuiu para a formação de latifúndios na Amazônia⁴⁶⁷. Moacyr Palmeira lembra ainda que, por meio de licitações de terras públicas, muitas empresas adquiriram terras nesta região, visando não tanto o caráter produtivo destas, mas, sim, fins especulativos. Nestas licitações, compradores poderiam adquirir mais de um lote de terras, contribuindo, mais uma vez, para a formação de grandes latifúndios, cujos proprietários comumente estavam vinculados ao capital financeiro e industrial. De acordo com Palmeiras, tal quadro

⁴⁶⁵ De acordo com o 3º artigo do decreto 1.179 de 6/07/1971 que institui o PROTERRA, os recursos deste Programa teriam os seguintes fins: a) aquisição de terras ou sua desapropriação, por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro, nos termos que a lei estabelecer, para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região, com vistas à melhor e mais racional distribuição de terras cultiváveis; b) empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais, para aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de propriedade considerada de dimensões insuficientes para exploração econômica e ocupação da família do agricultor; c) financiamento de projetos destinados à expansão da agro-indústria, inclusive a açucareira, e da produção de insumos destinados à agricultura; d) assistência financeira à organização e modernização de propriedades rurais, à organização ou ampliação de serviços de pesquisa e experimentação agrícola, a sistemas de armazenagem e silos, assim como a meios de comercialização, transporte, energia elétrica e outros; e) subsídio ao uso de insumos modernos; f) garantia de preços mínimos para os produtos de exportação; e g) custeio de ações discriminatórias de terras devolutas e fiscalização do uso e posse da terra.

⁴⁶⁶ SILVA, José Gomes da. PROTERRA, análise. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, outubro de 1972, p. 7.

⁴⁶⁷ SILVA FILHO, João Maia da. Pecuária na Amazônia. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, novembro-dezembro de 1973.

indicava uma coalização de interesses em torno dos negócios da terra, envolvendo agências estatais e distintos setores da classe dominante⁴⁶⁸.

Cabe lembrar que outros programas de âmbito regional foram implementados, com menores recursos e impactos em comparação com o PIN e o PROTERRA, quais sejam: o PROVALE (Programa Especial para o Vale de São Francisco, em 1972); o POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, em 1974); e o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste, em 1974).

Os órgãos máximos de representação sindical rural procuraram imprimir suas demandas neste contexto, embora, no início da década de 1970, muitas de suas ações – conforme pode ser averiguado através de seus periódicos – estivessem voltadas para a organização de suas estruturas internas e para a execução das diretrizes do PRORURAL – programa de previdência médica e social do meio rural que deveria ser implementado pelos sindicatos e federações⁴⁶⁹.

4.1. Condutas da CONTAG e da CNA (1970-1973)

O anúncio de criação do INCRA foi apresentado com entusiasmo pela CNA em editorial intitulado *Novos Rumos*. A agremiação louvou a junção das atribuições dos antigos IBRA e INDA em um só órgão – o INCRA – sob o argumento de que “*desenvolvimento e reforma agrária são estágios de um mesmo problema (...) porquanto apenas um objetivo predomina: o progresso da empresa rural*”⁴⁷⁰. Foram igualmente elogiadas a construção da Transamazônica – “*pelo sentido integrado que a Revolução procura acelerar o progresso da Amazônia*”⁴⁷¹ – e demais políticas agrícolas implementadas no governo Médici. Atestou-se ainda que a *Classe Rural* desempenhava

⁴⁶⁸ PALMEIRA, Moacyr. “Burocracia, política e reforma agrária”. IN: MEDEIROS, Leonilde et al (orgs). *Assentamentos Rurais*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

⁴⁶⁹ Este assunto foi analisado no segundo capítulo da tese.

⁴⁷⁰ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, julho de 1970, p. 1.

⁴⁷¹ *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, julho de 1971, p. 1.

importante papel no contexto de Segurança Nacional ao garantir a produção de alimentos para a população e ao gerar divisas, por meio das exportações, para a economia do país.

Sob a alegação de que “*o simples fato do indivíduo ser proprietário da terra em que trabalha em nada aumenta a sua produtividade; muito mais importante para isso é o uso de um trator, de uma colheitadeira, de fertilizantes e de sementes de boa qualidade*”⁴⁷², a CNA – em confluência com as diretrizes governamentais – ignoraria a temática da reforma agrária em inícios da década de 1970, não a abordando em sua revista e nos encontros que organizava ou participava⁴⁷³. Mesmo ao tratar do PROTERRA, a entidade patronal o colocou como um programa exclusivamente de incentivos fiscais, não mencionando seus artigos ligados à redistribuição de terras.

Quanto à política de colonização, a CNA pleiteou a assistência técnica e financeira promovida por agências estatais também para as grandes empresas situadas na região Amazônica:

“julgamos de maior importância descartar o conceito assistencial no chamado ‘assentamento de agricultores’ ou de famílias, o que pressupõe, de certa forma, a pequena unidade de produção. Colonização não tem porque confundir-se com assistência social, nem com implantação exclusiva de núcleos familiares de exploração. Não vemos por que razão não se considere, seriamente, a pequena, média e a grande empresa, em um programa integral de colonização de nossos espaços subutilizados”⁴⁷⁴

Todavia, nas edições da revista *Gleba*, da CNA, entre os anos de 1970 e 1973, foram privilegiadas matérias concernentes à estrutura e ao funcionamento do sindicalismo rural, bem como reportagens acerca de técnicas de produção (uso de tratores, raças de gado, combate a pragas nas plantações, etc), conforme visto no capítulo anterior. Ademais, ao serem propaladas algumas críticas às políticas governamentais em encontros ou exposições

⁴⁷² *Revista Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, agosto de 1970, p. 41.

⁴⁷³ Os assuntos voltados para a agricultura discutidos na III CONCLAP (Conferência Nacional das Classes Produtoras) foram os seguintes: produtividade rural; política de abastecimento e custo de vida e orientação e promoção do desenvolvimento rural. Já no I Encontro de Produtores Rurais, promovido pela CNA, foram discutidos os seguintes temas: política fiscal, política creditícia, política de produção (assistência técnica, preços mínimos e comercialização) e sindicalismo rural. Em ambos os eventos não foi ressaltada a questão da reestruturação fundiária. *Revista Gleba*. CNA: Rio de Janeiro, fevereiro de 1972; *Revista Gleba*. CNA: Rio de Janeiro, agosto de 1973.

⁴⁷⁴ *Revista Gleba*. CNA: Rio de Janeiro, novembro de 1973, p. 36.

agropecuárias, o presidente da Confederação, Flávio da Costa Brito afirmava já ter encaminhado aos Poderes Públicos os questionamentos e sugestões, ressaltando sua confiança no governo. Tal postura pode ser em parte explicada pelo contexto repressor vigente, como também pelo maior atrelamento da estrutura sindical junto às agências estatais face à implantação do PRORURAL.

O periódico da CONTAG – *O Trabalhador Rural* – igualmente contemplaria, neste período, mais reportagens acerca da organização interna da representação sindical dos trabalhadores rurais, conquanto a reforma agrária ainda fosse exaltada como a principal bandeira da agremiação. A primazia por esta reivindicação pode ser observada não apenas através do discurso de posse de José Francisco da Silva para a gestão de 1971 a 1973, como também através de diversos slogans constantemente anunciados em sua revista, quais sejam: *A reforma agrária será a redenção do homem no campo; Reforma Agrária, progresso para o homem do campo, progresso para o Brasil*; e – o mais recorrente, divulgado no final de cada edição de *O Trabalhador Rural* – *Se a esperança do Brasil está no homem do campo, a esperança do homem do campo está na reforma agrária do Brasil*.

Nota-se, portanto, a preocupação em demonstrar os benefícios – sobretudo econômicos – para todo o país com a implementação da reestruturação fundiária. A agremiação procurou igualmente respaldar sua proposta de reforma agrária através do uso de termos consagrados por distintos setores das sociedades política e civil, como de Segurança Nacional:

*“O conceito de Segurança está vinculado ao desenvolvimento sócio econômico e, especialmente, depende da paz social. E esta somente é alcançada quando o trabalho é realizado como condição da dignidade humana (...). Quando pleiteamos condições de trabalho mais compatíveis com a dignidade humana, quando procuramos integrar o trabalhador rural na comunidade, quando tentamos fazê-lo participar da riqueza nacional, move-nos a sadia intenção de fazer com que alguns milhões de brasileiros tenham o reconhecimento de seu trabalho e a possibilidade de progresso social porque produzem para o Brasil.”*⁴⁷⁵

⁴⁷⁵ CONTAG. Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, agosto de 1973, p. 10. IN: Série CONTAG, Núcleo dos Movimentos Sociais/ CPDA.

A legislação agrária existente também era utilizada para legitimar a implementação da distribuição de terras ao argumentar que “*os trabalhadores rurais defendem o primado da lei e acreditam que ninguém pode escusar-se ao seu império*”⁴⁷⁶. Todavia, a principal reivindicação da CONTAG limitava-se aos preceitos do Estatuto da Terra e suas ações ao encaminhamento institucional de pedidos de desapropriação ou de intervenção em áreas de conflitos rurais, ratificando a postura legalista já mencionada no segundo capítulo. Ademais, apesar da denúncia do não cumprimento do Estatuto, alegava-se que sua não aplicação devia-se à falta de regulamentação de alguns artigos ou por “*condicionamento sócio-econômico*”⁴⁷⁷, explicação vaga, sem referência direta à atuação dos grandes proprietários de terras ou às diretrizes governamentais.

Foi modificado ainda o mote veiculado na capa de *O Trabalhador Rural*. As publicações dos anos de 1969 a 1971 continham a assertiva *O camponês deve ser protagonista da reforma agrária*, substituída, a partir de 1972, por *É importante a participação do trabalhador rural na reforma agrária*. Abandonou-se o termo camponês, utilizando trabalhador rural – denominação respaldada juridicamente –, bem como se retirou a obrigatoriedade e o protagonismo desta classe nos projetos de reforma agrária.

Foi igualmente cautelosa a postura da CONTAG em relação ao PROTERRA. Apesar de criticar o artigo que previa a indenização das desapropriações em dinheiro, a agremiação o considerou “*como um primeiro passo para um programa mais amplo*”, elogiando “*a demonstração de aguda sensibilidade do Poder Público no encaminhamento dos problemas mais graves e crônicos que ainda persistem no meio rural*”⁴⁷⁸. Vale lembrar que, em artigo da revista da ABRA, o presidente da agremiação afirmou ter se surpreendido com o anúncio do PROTERRA, uma vez que a Confederação não havia sido consultada para sua formulação⁴⁷⁹. Após três anos de criação do Programa, a agremiação constatou que poucas famílias tinham sido beneficiadas, porém, considerou que os assentamentos poderiam ocorrer em breve⁴⁸⁰. Apenas no segundo semestre de 1975, a CONTAG acirrou suas críticas em relação ao PROTERRA, quando foi instalada uma CPI

⁴⁷⁶ *Idem*, p. 11.

⁴⁷⁷ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG maio-junho de 1973.

⁴⁷⁸ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG setembro de 1972, p. 13.

⁴⁷⁹ SILVA, José Francisco da. PROTERRA – Manifestação preliminar. IN: *Revista Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, agosto de 1971.

⁴⁸⁰ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, julho e agosto de 1973.

para avaliar e investigar a execução deste programa. Em depoimento à CPI, José Francisco da Silva afirmou que 93% do financiamento do PROTERRA foram destinados a projetos agroindústrias para aqueles que já possuíam propriedades, sendo menos de 1000 famílias assentadas – quantidade muito inferior à proposta inicial, já considerada tímida, correspondente a quinze mil famílias⁴⁸¹. As políticas de colonização implantadas também não receberam críticas diretas da CONTAG em inícios da década de 1970, de forma que a agremiação se limitou a diferenciá-las de um projeto de reforma agrária⁴⁸².

Cabe lembrar que, tal como a CNA, o órgão sindical dos trabalhadores rurais havia estreitado sua dependência com agências estatais através do PRORURAL, tendo sofrido ainda repressão neste período. Líderes sindicais foram chamados a depor, sindicatos foram fechados e houve a tentativa de impedir a realização do Congresso da CONTAG, em 1973, de modo que Moacir Palmeira considera os anos de 1972 e 1973 como de maior incidência de repressão de agências estatais junto a sindicatos e federações de trabalhadores rurais⁴⁸³.

A elaboração do Estatuto da Terra, a criação do IBRA, do GERA e do INCRA, a decretação do AI-9 e a instauração de programas como o PIN e o PROTERRA indicam como a reforma agrária permaneceu na pauta governamental, mesmo com a instauração da ditadura militar, conquanto distintas interpretações fossem dadas a esta temática entre finais dos anos de 1960 e inícios de 1970. Por certo, o Estatuto da Terra constituiu em importante norte para a execução e legitimação de distintas políticas públicas, sendo apropriado de maneiras diversas pelos agentes sociais envolvidos. A CNA e a CONTAG adotaram condutas distintas neste contexto, condizentes com as relações econômicas objetivas de seus filiados.

A CNA procurou defender a formulação do Estatuto da Terra, sem deixar de propor, porém, alterações em seus artigos reformistas. Interessava à agremiação a implementação das políticas de desenvolvimento agrícola a fim de estimular a modernização das propriedades de boa parte de seus associados. Com a aprovação do Estatuto, a CNA

⁴⁸¹ *Revista Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, novembro-dezembro de 1975.

⁴⁸² CONTAG. Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, agosto de 1973. IN: Série CONTAG, Núcleo dos Movimentos Sociais/ CPDA

⁴⁸³ PALMEIRA, Moacir. *Op. Cit*, 1985.

manteve sua demanda de incremento tecnológico do setor agrícola via medidas de crédito rural subsidiado, contando ainda com importante representação junto aos quadros do IBRA, órgão, em teoria, responsável por executar as políticas de reforma agrária. A consagração das diretrizes governamentais voltadas para o desenvolvimento agrícola – em detrimento de medidas de reestruturação fundiária – resultou no anúncio de uma *reforma de mentalidade* junto aos proprietários rurais, liderada pela CNA. A entidade sindical do patronato agrícola se intitulava portadora da missão de incutir uma mudança cultural na *Classe Rural* ao passo que as agências estatais deveriam fornecer assistência técnica e financeira à agricultura.

Seria sob o argumento de exaltação da *empresa rural* que a CNA procurou desqualificar as medidas de redistribuição de terras propostas pelo GERA, alegando que a problemática agrária estaria solucionada com as mudanças técnicas e culturais imprimidas no campo. Ademais, a fim de se contestar projetos de reforma agrária, não se privilegiava, como no período pré-golpe de 1964, o discurso de vitimização da agricultura face à dita prioridade das políticas governamentais para o setor industrial, e, sim, a imprescindibilidade da economia agrícola para o desenvolvimento do país. Sob a assertiva de que a polarização no meio rural não se dava mais entre grandes e pequenos proprietários, a CNA passou a ignorar a temática da reforma agrária, considerando-a como algo “ultrapassado”, já superado pela consagração da empresa rural. A colonização era exaltada como forma de solucionar tensões sociais no campo, sem deixar de pleitear a incorporação de grandes propriedades rurais nesta política governamental. Portanto, as ações da CNA no período analisado por este capítulo não podem ser explicadas apenas pela legislação corporativista vigente, ainda que no limiar da década de 1970 a agremiação tenha se esquivado de maiores embates políticos, privilegiando assuntos internos da estrutura sindical. Por certo, a consagração de suas demandas junto às diretrizes governamentais e sua participação no PRORURAL esclarecem essa conduta um tanto mais cautelosa.

A atuação da CONTAG igualmente não pode ser entendida apenas por seu enquadramento sindical, embora a repressão a esta agremiação e a seus sindicatos e federações tenha sido extremamente significativa. Conduzida por uma Junta Interventora, a Confederação pouco pôde interferir no processo de elaboração do Estatuto da Terra. Já na gestão de José Rotta, a agremiação pleiteou, sem êxito, a sua participação junto ao IBRA, privilegiando demandas em torno da implantação da previdência social no meio rural. Com

a posse da nova diretoria, em 1968, a reforma agrária tornou-se a principal reivindicação da CONTAG, que procurou utilizar instrumentos legais para referendá-la. A demanda pela reforma agrária ganhou fôlego com as resoluções do GERA e do AI-9 de modo que as críticas da agremiação voltaram-se, sobretudo, para as ações dos *latifundiários*.

Todavia, com a não execução da distribuição de terras, a CONTAG acirrou seus questionamentos às diretrizes governamentais, embora suas ações se restringissem à denúncia formal – através do envio de cartas a distintas autoridades – com base, sobretudo, nos artigos do Estatuto da Terra. Ademais, propalava-se a importância econômica e social da reforma agrária, pouco se referindo à dimensão política desta temática. Tal como a CNA, a CONTAG, em inícios dos anos de 1970, voltou-se notadamente para a administração sindical e para a prestação de serviços de assistência social. Vale destacar a influência de setores da Igreja Católica e do IADESIL na agremiação, de modo que muitas atitudes emanadas pela CONTAG, comumente atribuídas ao seu enquadramento sindical – como o encaminhamento legal de suas reivindicações, a leitura social da reforma agrária e a política de conciliação com os empregadores –, coadunam também com as perspectivas desses agentes, já explicitadas inclusive, no período anterior ao golpe de 1964.

Em meados da década de 1970, houve significativas mudanças na economia do país e na correlação de forças no âmbito das sociedades política e civil. As crises do petróleo de 1973 e 1979 afetaram consideravelmente a estrutura do “milagre”, elucidando as suas contradições. Economias centrais diminuíram as importações de produtos brasileiros e as concessões de empréstimos para o exterior. Houve um aumento da taxa de juros, prejudicando o crescimento econômico do país⁴⁸⁴. Neste contexto, os volumes de recursos e subsídios com o crédito rural diminuíram bastante, ainda que a importância da agricultura tenha se reafirmado, quer por ressaltar seu papel para o equilíbrio da balança de pagamentos, quer por enfatizar sua função, via produção para o mercado interno, de amenizar a espiral inflacionária. Por certo, a atribuição a ser conferida à agricultura – e à estrutura agrária – na economia relacionava-se com o modelo de desenvolvimento a ser almejado e com os embates políticos travados no seio do *Estado Ampliado*. Neste sentido, a análise da atuação da CNA e da CONTAG no contexto da “abertura política” revelam-se de

⁴⁸⁴ MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virgínia. *Op. Cit.*

suma importância, sobretudo frente à emergência de novas agremiações de proprietários e de trabalhadores rurais. Isto porque os órgãos máximos e oficiais do sindicalismo patronal e dos trabalhadores rurais engendrariam estratégias específicas de representação, apropriando-se de maneiras diversas da estrutura sindical a que estavam submetidos.

CAPÍTULO QUATRO

CRISE DE REPRESENTAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA: A ATUAÇÃO DA CONTAG E DA CNA NO CONTEXTO DE “ABERTURA POLÍTICA”

Conforme foi salientado anteriormente, a modernização da agricultura implementada nos anos de 1960 e de 1970⁴⁸⁵ contribuiu tanto para a expansão de setores industriais, quanto para a consolidação do capitalismo no campo, resultando ainda no aumento da produtividade agrícola, em atendimento às expectativas propaladas por inúmeros agentes dos governos militares. Porém, embora tenha auxiliado na retomada do crescimento econômico do país, esta modernização resultou num acirramento das desigualdades sociais e fundiárias presentes no campo, na maior exploração da força de trabalho rural, bem como no prejuízo das condições ambientais, o que levou Graziano a denominar este processo de *modernização dolorosa*⁴⁸⁶.

Por certo, o caráter discriminatório da política de créditos rurais – privilegiando determinados proprietários, produtos e/ou regiões do país – consistiu em um dos principais fatores para o agravamento da concentração da renda e de terras no Brasil. Dados divulgados pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), em 1979, por ocasião dos 15 anos de promulgação do Estatuto da Terra indicavam que o índice Gini em relação à questão fundiária havia passado de 0,731 em 1960 para 0,858 em 1970. Caso fossem computadas no cálculo as famílias sem terra (uma vez que os valores expressos anteriormente levavam em conta apenas os proprietários de terras), o índice seria de 0,879 em 1960, aumentando para 0,938 em 1970⁴⁸⁷. Este aumento da concentração fundiária pode ser explicado não apenas pela incorporação de novas terras na Amazônia e Centro-Oeste

⁴⁸⁵ Sérgio Leite e Moacir Palmeira enumeram as principais características da modernização da agricultura engendrada no país: a adoção de tecnologia moderna, calcada no binômio química mineral-mecanização; aumento da produção e da produtividade, mesmo com a manutenção da estrutura fundiária; a importância da política de crédito rural subsidiado; a consolidação dos complexos agroindustriais; a ingerência da esfera financeira nas atividades agrícolas e a valorização especulativa da terra; e o crescimento da exportação de produtos agrícolas. Cf.; LEITE, Sergio & PALMEIRA, Moacir. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. IN: *Debates CPDA*. Rio de Janeiro: CPDA, setembro de 1997, n. 1, p. 25

⁴⁸⁶ SILVA, José Graziano da. *Op. Cit.*, 1981.

⁴⁸⁷ APUD: PINTO, Luis Carlos Guedes. “Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no período de 1964 a 1994. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: Revista da ABRA, jan-abril de 1995.

por parte de grandes proprietários, mas também por modificações na estrutura agrária da região Sul-Sudeste, face à seletividade dos benefícios do crédito rural.

Ademais, ocorreu uma modificação nas distintas estruturas sociais presentes no campo. Muitos assalariados, parceiros ou arrendatários foram expulsos de propriedades “modernizadas” face ao alto grau de mecanização utilizado, acirrando o êxodo rural⁴⁸⁸. Parte das pequenas propriedades – muitas vezes reorganizadas em cooperativas – também se capitalizou, adotando novo padrão técnico em sua produção. Porém, estas propriedades encontravam-se extremamente dependentes de grandes empresas agroindustriais que, em geral, forneciam insumos aos pequenos produtores e controlavam o preço de seus produtos. Mesmo os pequenos proprietários não “modernizados”, produtores para subsistência, tiveram sua inserção social modificada, vendendo temporariamente sua força de trabalho para empresas rurais. Neste sentido, para além da grande propriedade mecanizada, a propriedade familiar igualmente integrou-se às estruturas do mercado, fosse na compra de insumos e instrumentos de trabalho, fosse na venda de mercadorias ou mesmo no fornecimento de mão de obra para agroindústrias⁴⁸⁹.

Tal situação de expropriação resultou na emergência de inúmeros conflitos rurais entre finais da década de 1970 e inícios dos anos de 1980, envolvendo distintas categorias de trabalhadores rurais – sobretudo posseiros da região norte –, grandes proprietários e grileiros. A criação do GETAT (Grupo Executivo das Terras dos Araguaia-Tocantis) e do GEBAM (Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas), em começos dos anos 1980, expressou o acirramento desses conflitos, conduzindo-os a um processo denominado por Martins⁴⁹⁰ de *militarização da questão agrária*, posto que ambas as agências eram lideradas por membros das Forças Armadas, subordinando-se ao Conselho de Segurança Nacional.

⁴⁸⁸ Conforme atestam Sérgio Leite e Moacir Palmeira, a migração da população rural para o meio urbano apresentou taxas de crescimento desde 1930. Porém, o que diferencia o processo de êxodo rural ocorrido nos anos 70 constitui na expulsão sistemática de várias categorias de trabalhadores no campo, representando, muitas vezes, uma saída definitiva destas pessoas das atividades rurais. Cf: LEITE, Sergio & PALMEIRA, Moacir. *Op. Cit.*

⁴⁸⁹ SILVA, José Graziano da. *Op. Cit.*, 1981.

⁴⁹⁰ MARTINS, José de Souza. *Op. Cit.*, 1984.

Guilherme Delgado⁴⁹¹ ressalta ainda outro importante aspecto derivado da modernização da agricultura. De acordo com o autor, além de ocasionar a integração entre a agricultura e a indústria – explicitada nos complexos agroindustriais –, as políticas públicas agrícolas engendradas nos anos de 1960 e 1970 resultaram na articulação de distintos capitais no meio rural. A inserção (e domínio) do capital financeiro nas relações agroindustriais foi operacionalizada através do sistema de crédito rural uma vez que, para se obter empréstimos, eram delineadas algumas condições de produção e de comercialização. Palmeira afirma que a maneira como as políticas públicas agrícolas foram encaminhadas – vide os leilões de terras ou licitações de terras públicas, na Amazônia – resultou em uma “coalização de interesses” em torno dos “negócios com a terra”, envolvendo capitais agrários, industriais e financeiros⁴⁹².

A participação de múltiplos capitais no meio rural pode ser explicitada também em um processo que Graziano denominou de *territorialização da burguesia*⁴⁹³. O baixo valor do ITR (Imposto Territorial Rural), a redução possibilitada no imposto de renda, os créditos destinados à agricultura a taxas de juros negativas e a valorização sistemática da terra através de obras de investimento público foram alguns dos fatores que contribuíram para a consolidação do “mercado de terras”⁴⁹⁴. Segundo Delgado⁴⁹⁵, muitos títulos de propriedade foram comprados visando tão somente sua posterior valorização financeira – tal como operado com ações, títulos do governo, etc –, o que igualmente atesta o grau de inserção do capital financeiro junto ao meio rural. Muitas empresas compraram títulos patrimoniais, inclusive em áreas de fronteira agrícola, a fim não de voltar-se para a produção agropecuária, e, sim, para garanti-los como reserva de valor.

Paulo Rabello de Castro⁴⁹⁶, mesmo que com um enfoque distinto das abordagens de Graziano e de Delgado, também criticou a expansão do uso especulativo de propriedades rurais na década de 1970. Segundo ele, as intervenções governamentais no campo tendiam a penalizar, via confisco cambial ou tabelamento de preços, as atividades produtivas

⁴⁹¹ DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)*. São Paulo: Ícone, 1985

⁴⁹² PALMEIRAS, Moacyr. *Op. Cit.*, 1994.

⁴⁹³ SILVA, José Graziano da. *Op. Cit.*, 1982.

⁴⁹⁴ *Idem.*

⁴⁹⁵ DELGADO, Guilherme. *Op. Cit.*

⁴⁹⁶ CASTRO, Paulo Rabello de. *Barões e Bóias frias: repensando a questão agrária no Brasil*. São Paulo: APEC, 1982.

agrícolas, tornando mais rentável o investimento em terras como ativo imobilizado do que em atividades com fins produtivos. Desta forma, numa perspectiva filiada ao liberalismo econômico, o autor propunha uma menor ingerência das agências estatais no meio rural, posto que esta provocava distorções inibidoras do “funcionamento natural” dos mercados neste setor⁴⁹⁷.

Cabe lembrar que, para além das conseqüências deste “modelo” de modernização agrícola, alguns estudiosos questionam a dimensão da “eficiência” econômica dos complexos agroindustriais. Gonçalves Neto⁴⁹⁸, por exemplo, afirma que o índice de crescimento do valor da produção agrícola foi consideravelmente menor do que o crescimento do volume de crédito rural empenhado. George Martine⁴⁹⁹ ressalta não apenas o caráter desigual e concentrador da modernização, como também a grande dependência dos CAI’s em relação aos incentivos estatais⁵⁰⁰ e a inserção pouco competitiva de alguns produtos agrícolas, contemplados com estes incentivos, no mercado internacional. Já Ruy Miller Paiva⁵⁰¹ discute a transferência da teoria da modernização da agricultura, concebida nos EUA, para países subdesenvolvidos, uma vez que estes possuem distintas condições econômicas e ecológicas. Em relação ao Brasil, Paiva argumenta que a limitação das inovações tecnológicas no campo resultou, sobretudo, de problemas estruturais relacionados ao mercado internacional, que não asseguravam retornos financeiros favoráveis ao agricultor, desestimulando-o a adotar medidas que elevassem a produtividade de sua propriedade.

A modernização tecnológica da agricultura ocasionou ainda modificações no âmbito da representação e da organização de interesses dos grandes proprietários. De acordo com Graziano, as políticas voltadas para a modernização da agricultura redundaram na diversificação e especialização de distintos ramos do Complexo Agroindustrial, processo

⁴⁹⁷ Paulo Rabello afirma ainda que a concentração fundiária existente no país não era resultado do “monopólio do capital produtivo”, como propalavam alguns estudos, mas, sim da “inadequada inserção da agricultura no contexto das políticas econômicas globais”. *Idem*, p. 30.

⁴⁹⁸ GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Op. Cit.*

⁴⁹⁹ MARTINE, George. *Fases e Faces da modernização agrícola brasileira*. Texto para Discussão, 15. Brasília: IPEA, 1989.

⁵⁰⁰ Moacyr Palmeiras igualmente chama atenção a este aspecto ao questionar interpretações que consagram a modernização da agricultura como resultado da “capacidade de iniciativa” e “empreendedorismo” dos grandes proprietários. Cf; PALMEIRAS, Moacyr. *Op. Cit.*, 1994.

⁵⁰¹ PAIVA, Ruy Miller. *A agricultura no desenvolvimento econômico; suas limitações como fator dinâmico*. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.

por ele denominado de *produção para a produção*⁵⁰². Neste sentido, houve também a multiplicação de agremiações patronais agrícolas, representadas por setores produtivos, tais como produtores de cana, citricultores, criadores de zebu, de nelore e, mesmo, criadores de coelhos, cavalos, etc⁵⁰³. Graziano afirma, dessa forma, que a consolidação dos CAIs acirrou o processo de dupla organização política vigente no campo, baseada na representação formal-legal (capitaneada pela CNA, federações estaduais e sindicatos) e na representação real (expressa através de associações como a SNA e a SRB). Segundo o autor, a crescente especialização da produção agrícola fez com que as associações por produto e as cooperativas assumissem, de fato, a representação dos proprietários rurais, intensificando-se a separação entre as organizações *formais* e as agremiações *reais* no seio do patronato rural. Ademais, Graziano assegura que associações por produtos e cooperativas ainda obtiveram êxito em articular grandes e pequenos produtores, auxiliando na formação do consenso de demandas e no poder de pressão junto ao Estado restrito⁵⁰⁴.

Neste sentido, a CNA disputaria a hegemonia junto ao conjunto dos proprietários rurais não apenas com entidades há muito existentes – como a SNA e a SRB –, mas também com aquelas oriundas do processo de modernização da agricultura – como a ABCZ (Associação Brasileira de Criadores de Zebu), a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e a ANAGRI (Associação Nacional de Desenvolvimento e Mecanização Agrícola) –, enfraquecendo o potencial de representação das primeiras. Com o fim do “milagre econômico”, a crise de representação entre as associações patronais rurais e no interior da própria CNA se acirrou. Isto porque foi adotada pelo governo uma política contencionista, reduzindo créditos e gastos públicos, sobretudo em finais dos anos de 1970, face à segunda grande alta do preço do petróleo, exacerbando o cenário de crise econômica internacional⁵⁰⁵. Nesta conjuntura, a concessão de crédito rural diminuiu significativamente, passando de uma taxa média de crescimento anual de 16,5% entre 1963 e 1978 para apenas 0,675% entre 1978 e 1981. Os subsídios ao uso de insumo modernos igualmente foram reduzidos. Frações da classe dominante agrária organizadas em

⁵⁰² SILVA, José Graziano da. *Op. Cit.*, 1982.

⁵⁰³ SILVA, José Graziano da. *Op. Cit.*, 1991.

⁵⁰⁴ *Idem.*

⁵⁰⁵ MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virgínia. *Op. Cit.*

diferentes agremiações, passaram a disputar os escassos recursos públicos, o que levou a uma mudança na postura da CNA, como será visto adiante.

O “modelo” modernização da agricultura implementado igualmente resultou em mudanças nas formas de representação dos trabalhadores rurais, face à deterioração de suas condições de vida e de trabalho. Surgiram novas agremiações – como a CPT, movimentos de seringueiros, de atingidos por barragens e, posteriormente, o MST (Movimento dos Sem Terra) – que questionaram a conduta de entidades vinculadas à estrutura sindical oficial. No próprio interior dos sindicatos, foram também articuladas oposições às direções consideradas “governistas” ou “pelegas”. O posicionamento quanto à conjuntura política mais ampla de conformação da “Nova República”, as propostas de reforma agrária e as estratégias de luta para sua implementação eram alvo de controvérsias entre essas associações.

A elaboração e aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no primeiro ano do governo Sarney, constituiu cenário privilegiado para a análise destas disputas e diferenciações entre agremiações vinculadas tanto aos proprietários, quanto aos trabalhadores rurais. As ações engendradas pela CONTAG e pela CNA neste contexto revelaram-se extremamente elucidativas quanto às suas formas de representação e às suas articulações junto a setores da sociedade política e da sociedade civil.

1. CONTAG: crise de representação

O período compreendido entre finais da década de 1970 e inícios dos anos de 1980 constituiu um momento de inflexão na postura da CONTAG em relação a duas temáticas centrais para a agremiação: a reforma agrária e representação sindical.

Face à constatação da alta dívida externa e de crescentes taxas da inflação, o órgão sindical oficial dos trabalhadores rurais reforçou a importância econômica da redistribuição fundiária, bem como reiterou o benefício desta medida para toda sociedade através do mote *A Reforma Agrária vai trazer melhora para todos os brasileiros*, constantemente anunciado em sua revista neste período. Inserindo-se no questionamento do “milagre econômico”, a Confederação tratou de enunciar seu “modelo” de desenvolvimento, diferenciando-o do até

então adotado pelo governo e qualificando-o como “*um processo de mudança nas estruturas do país no sentido de alargá-las, a fim de que um número cada vez maior de pessoas possa satisfazer as suas atuais necessidades, como também as necessidades que foram criadas a partir do próprio desenvolvimento*”⁵⁰⁶. A execução da reforma agrária se destacava, portanto, como um dos fatores imprescindíveis para este processo, conforme assegurou a matéria “*Como reconhecer o desenvolvimento*”, vinculada em *O Trabalhador Rural*⁵⁰⁷.

No que tange à representação da CONTAG junto às bases, constata-se uma reflexão sobre as condutas das entidades subordinadas à estrutura corporativista embora, inicialmente, não houvesse uma autocrítica explícita. Em matéria intitulada *Sindicalismo e Participação*, a Confederação discutiu que, mesmo com mais de quatro milhões de sindicalizados, o número de associados que efetivamente participavam da vida sindical era bastante reduzido. Este fato era atribuído, em boa parte, à “*herança cultural*”⁵⁰⁸ dos trabalhadores rurais, supostamente habituados a relações paternalistas. Alegava-se, ainda, que a dificuldade de angariar novos sócios e aumentar a participação do trabalhador junto ao sindicato decorria, muitas vezes, de “*campanhas difamatórias*”⁵⁰⁹ promovidas por grandes proprietários. Neste sentido, a reportagem orientava os dirigentes rurais a propagarem experiências judiciais positivas para os trabalhadores rurais, além de esclarecer sobre a necessidade dos associados quitarem as suas mensalidades, sob o argumento de que “*o verdadeiro sócio é aquele que participa das reuniões e está em dia com a mensalidade*”.⁵¹⁰ A CONTAG procurava ainda ampliar sua base de representação mediante a incorporação de reivindicações de trabalhadores temporários e de posseiros categorias, até então, pouco referendadas pela Confederação. Casos de despejos de posseiros e de acidentes envolvendo bóias frias – sobretudo no deslocamento para o local do trabalho – passaram a ser sistematicamente anunciados.

A partir do ano de 1979, houve um maior questionamento da estrutura sindical corporativista e das agremiações a ela vinculadas, sendo criticada a conduta de muitos sindicatos. Tais questionamentos ganharam maior relevo quando da preparação do III

⁵⁰⁶ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, maio-junho de 1975, p. 21.

⁵⁰⁷ *Idem*.

⁵⁰⁸ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, julho a dezembro de 1977, p.22

⁵⁰⁹ *Idem*, p. 23.

⁵¹⁰ *Ibidem*, p. 25.

Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizado pela CONTAG. Foram realizados encontros regionais e estaduais para discussão de temas diversos – entre eles a liberdade e a autonomia sindical – que seriam debatidos no Congresso. Com isso, pretendia-se assegurar a maior participação de trabalhadores rurais no evento e, ao mesmo tempo, conferir unidade às reivindicações. Neste contexto, foi gestado também o termo *Movimento Sindical Rural*, para se referir às demandas e atuações das agremiações vinculadas ao sindicalismo oficial, denotando um sentido de integração e também dinamicidade às suas ações e proposições.

O III Congresso da CONTAG ocorreu entre 21 e 23 de maio de 1979, sendo considerado, pela própria CONTAG, como o “marco divisório” na definição de suas condutas e campanhas⁵¹¹. A fala do presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, no discurso de abertura do evento – “*hoje falamos menos em ENCAMINHAR e mais em REIVINDICAR; não se fala mais em PEDIR e, sim, em EXIGIR*”⁵¹² – elucida tal posicionamento.

Vale ressaltar que participaram do Congresso trabalhadores rurais indicados pelas federações e sindicatos, podendo cada federação participar com membros de 50% de seus sindicatos, sendo limitado o número de um participante por sindicato. Caberia às federações nomear os membros das Comissões de Estudos⁵¹³ que deveriam votar proposições a serem aprovadas em plenário. Foram convidados representantes de diferentes instituições – como a CNBB, ABRA, CPT, DIEESE e diversas universidades – para participar dessas comissões.

Quanto à reforma agrária, cabe lembrar que ganhava contornos cada vez mais significativos face à crise econômica vivida, ao aumento dos conflitos rurais noticiados e às polêmicas declarações supostamente proferidas pelo então Ministro da Agricultura, Delfim Neto, poucos meses antes do Congresso. Delfim Neto teria afirmado que a reforma agrária “*era assunto de economista desocupado*” e que “*poderia fazer a reforma agrária a partir de amanhã, mas que teria que colocar dois japoneses ao lado de cada brasileiro que*

⁵¹¹ Cf; CONTAG. *30 anos de luta*. Brasília: CONTAG, novembro de 1993.

⁵¹² *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, maio-junho de 1970, n. especial, p. 26. (grifos da fonte)

⁵¹³ Eram as seguintes Comissões de Estudo: Sindicalismo e Educação Rural; Legislação trabalhista; Questões Agrárias; Políticas Agrícolas; e Previdência Rural.

recebesse um pedaço de terra”⁵¹⁴. Mesmo Delfim Neto já tendo se retratado junto à imprensa⁵¹⁵, após nota emitida pela CONTAG⁵¹⁶, suas afirmações foram repudiadas no III Congresso, sendo o ministro recebido no evento com vaias e cantos em prol da reforma agrária. O ministro respondeu a uma série de perguntas feitas em plenário, além de manter seu posicionamento de privilegiar a aplicação do Imposto Territorial Rural (ITR) como instrumento de alteração da estrutura fundiária do país.

A Comissão de Estudos sobre reforma agrária procurou diferenciar enfaticamente esta política de medidas de colonização oficial, definindo-a como “*distribuição melhor das terras que estão nas mãos dos latifúndios com os trabalhadores sem terra, com pouca terra e com os trabalhadores rurais que foram forçados a abandonar a terra e ainda querem trabalhar na agricultura*”⁵¹⁷. Defendeu-se que a reforma agrária fosse *total* (em todas as regiões do país), *completa* (beneficiando a maioria dos trabalhadores rurais), *imediate* (com prazo de início e de término) e *com participação dos trabalhadores rurais*. Foram feitas as seguintes proposições: exigência do cumprimento do Estatuto da Terra; a criação de medida para limitar o tamanho máximo de terra (entre 250 a 700 hectares, de acordo com a região) pertencente a um único proprietário; criação de lei de perda sumária de propriedade que não utilizasse 70% de sua área total; valorização da propriedade familiar; subordinação do INCRA a Presidência da República; e criação de um Conselho Consultivo de Reforma Agrária vinculado ao INCRA, com a participação do Movimento Sindical. A definição de áreas de tensão social e de incidência de latifúndios e o levantamento dos trabalhadores sem terra ou com pouca terra foram colocados como tarefas a serem engendradas pela CONTAG⁵¹⁸.

A reflexão sobre a representação sindical ganhou ampla projeção no III Congresso da CONTAG. Artigos da CLT que estipulavam a subordinação de sindicatos ao Ministério

⁵¹⁴ APUD: *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, março de 1979, p. 2

⁵¹⁵ O economista afirmou que estava se referindo aos latifundiários, e não aos pequenos produtores e que tratou-se de uma falha de interpretação do jornalista. APUD: *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, março de 1979, p. 2.

⁵¹⁶ Em nota enviada à imprensa, no dia 3 de março, a CONTAG lamentou as declarações do ministro e cobrou respeito em relação aos pequenos produtores, lembrando que eles eram responsáveis por 40% da produção agropecuária e 50% da produção de alimentos, mesmo detendo apenas 20% da área explorada do país. APUD: *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, março de 1979, p. 2.

⁵¹⁷ CONTAG. *III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais; Caderno de Questões Agrárias*. Brasília, novembro de 1979, p. 5.

⁵¹⁸ *Idem*.

do Trabalho foram amplamente criticados, fazendo alusão à sua origem fascista. O imposto sindical foi considerado uma ingerência do governo junto às agremiações, constituindo-se em obstáculo à sua autonomia. O governo ainda era criticado por interferir na atuação do sindicato não só mediante as diretrizes da legislação sindical, mas por perseguir e prender alguns de seus líderes. O Congresso apontou outros limites da atuação do sindicalismo oficial propiciados pela direção “pelega” de algumas agremiações, que privilegiavam funções assistencialistas. Neste sentido, o Congresso propunha uma “retomada” dos sindicatos pelos trabalhadores rurais, afastando desmandos governamentais e determinadas diretorias, conforme ilustra a imagem abaixo:

A LUTA PRINCIPAL DO SINDICATO



Imagem 8: CONTAG. *Caderno de Sindicalismo e Educação Sindical do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, novembro de 1979, p. 4.

No Congresso foi defendida a Convenção n. 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratava da liberdade de criação e de organização dos sindicatos. Procurou-se ainda associar a liberdade sindical com o advento da democracia, ao proparlar que “a falta de liberdade de decisões no país reforça a falta de liberdade sindical. Como

prova disso, temos espalhados pelo mundo afora companheiros que foram impedidos de trabalhar em favor de sua classe, Muitos deles foram presos, mortos ou desaparecidos. Por isso, sem uma sociedade democrática, não teremos liberdade sindical”⁵¹⁹. Neste sentido, ainda que a Confederação apoiasse a liberdade sindical, atrelava-a a uma modificação do regime político do país, não propondo ações imediatas e relacionadas ao funcionamento interno de seu sistema de representação.

O posicionamento em relação ao imposto territorial rural também se mostrou um tanto evasivo. Esta tributação foi criticada e considerada um dos mecanismos responsáveis pela subordinação efetiva dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Todavia, apenas se conclamou que se deveria “*preparar o trabalhador rural para a auto-sustentação do Movimento, fazendo com que ele sinta a necessidade de sua contribuição financeira direta; buscar novas fontes de recursos e novas formas de obtê-lo; lutar para que, enquanto houver contribuição sindical maior percentual seja revertido em benefício da classe*”⁵²⁰. Portanto, foi sinalizada a intenção de acabar com o imposto sindical, mas não foram delineadas ações concretas para implementar tal medida, com exceção da reivindicação de que os 20% do dinheiro arrecadado com a contribuição sindical deixasse de ser destinado ao Ministério do Trabalho e fosse integralmente revertido para as agremiações sindicais oficiais⁵²¹.

Foram definidas as seguintes proposições na Comissão de Estudos sobre Sindicalismo e Educação Sindical: discutir com as bases a liberdade sindical; lutar pelo desaparecimento do título V da CLT (os sindicatos devem fazer suas próprias regras de funcionamento); lutar para vigorar a Convenção n. 87 da OIT; lutar pela livre negociação entre patrão e empregado; lutar pelo direito a greve; lutar pela criação de uma central sindical; participar da luta pela democracia; exigir que sejam necessários apenas 200 trabalhadores para a fundação de sindicatos; e que bastasse a aceitação em assembléia para que o sindicato pudesse receber doações⁵²².

⁵¹⁹ CONTAG. *Caderno de Sindicalismo e Educação Sindical do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, novembro de 1979, p. 17.

⁵²⁰ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, maio-junho de 1979, n. especial, p. 13.

⁵²¹ CONTAG. *Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, dezembro de 1979.

⁵²² Cf.; CONTAG. *Caderno de Sindicalismo e Educação Sindical do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, novembro de 1979.

É importante destacar que, quando da realização do III Congresso, oposições sindicais e a CPT estavam ganhando espaço junto aos trabalhadores rurais. Estas forças se fizeram presentes no Congresso e possivelmente interferiram na condução dos debates sobre liberdade e organização sindical. Entretanto, as divergências não foram efetivamente explicitadas neste momento, assim como não houve um aprofundamento do tema da pluralidade sindical. Por certo, os encontros regionais promovidos pela CONTAG e pelas federações auxiliaram na sistematização e uniformização das discussões e proposições durante o evento. Ademais, conforme advertiu Ricci⁵²³, a luta contra a ditadura militar e a presença do ministro Delfim Neto no Congresso – após declarações controversas sobre a reforma agrária – teriam contribuído para unificar as reivindicações e atenuar os conflitos entre as organizações dos trabalhadores rurais.

A defesa da reforma agrária permaneceu como principal campanha da CONTAG no limiar dos anos de 1980. Conforme anunciada no III Congresso, essa temática mereceu uma abordagem mais crítica por parte da Confederação, embora tal combatividade tenha se restringido à esfera discursiva, pouco sendo feito em termos de ação efetiva. Procurou-se articular a reforma agrária com o contexto de “abertura política” e com as possíveis mudanças na estrutura sindical, conferindo à redistribuição fundiária uma conotação política, pouco explorada anteriormente:

*“A luta pela transformação da estrutura agrária brasileira pressupõe a luta pela transformação de nossa estrutura sindical. E ambas pressupõe a participação dos trabalhadores em favor de uma mudança no modelo político brasileiro. Sem o estabelecimento das liberdades democráticas e do estado de direito, qualquer modificação na legislação sindical seria ineficaz e qualquer modificação na legislação agrária seria falaciosa”*⁵²⁴.

Ademais, a CONTAG passou a atribuir a responsabilidade direta das políticas públicas na concentração fundiária do país, tecendo críticas e revelando o caráter de classe e a “coalizão de interesses” – para usar o termo propalado por Palmeiras⁵²⁵ – no processo de modernização da agricultura empreendido – aspectos até então não abordados pela agremiação:

⁵²³ RICCI, Rudá. *Op. Cit.*

⁵²⁴ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, novembro-dezembro de 1979, p. 36.

⁵²⁵ PALMEIRAS, Moacyr. *Op. Cit.*, 1994

“Hoje, não se trata apenas da dificuldade de acesso à terra em função de uma distribuição histórica desigual da propriedade e do zelo dos latifundiários para com a integridade de propriedades que, mesmo improdutivas, consideram ‘suas’ por tradição, Hoje, têm os trabalhadores de enfrentar toda uma política agrária cuja tônica tem sido a separação do trabalhador da terra, através da penalização do minifúndio e do apoio “a grande propriedade. (...) não se preocupou o Governo em redistribuir a terra e a renda. Sua preocupação tem sido no sentido de assegurar (...) um novo campo de aplicação aos capitais dos grandes grupos econômicos, em sua maioria, multinacionais. A pretexto de modernizar a agricultura, para que se torne competitiva no mercado internacional, abre espaço para uma tecnológica produzida por esses mesmos grupos, garantindo, paralelamente, com a valorização da terra e com crédito subsidiado, novas especulações para o velho capital agrário.”⁵²⁶

A estrutura fundiária concentradora foi considerada como “*uma das importantes raízes do autoritarismo*” vivido no país, associando a mudança no regime político à extensão da cidadania ao trabalhador rural via reforma agrária. Neste sentido, a Confederação consagrava a “*luta pela democracia e a luta pela mudança na estrutura fundiária do país como indissociáveis*”⁵²⁷. A importância econômica da reforma agrária foi igualmente redimensionada, inserindo-a como integrante fundamental de uma “*reorientação da política econômica do governo*” em que se privilegiaria um modelo voltado para o mercado interno e gerador de empregos⁵²⁸.

Contudo, conforme já mencionado, de uma maneira geral não foram encetadas ações efetivas na luta pelas desapropriações por interesse social, prevalecendo, no início da década de 1980, esforços em prol de movimentos grevistas de assalariados canavieiros e de estabelecimento de preços mínimos para pequenos produtores. Destaca-se ainda, neste período, a campanha da CONTAG contra a violência no campo, denunciando os assassinatos de trabalhadores e dirigentes rurais.

A Confederação articulou, muitas vezes, a intensificação desta violência com o avanço das lutas sindicais. Em 1980, a agremiação registrou noventa e seis conflitos rurais, envolvendo 20.678 famílias, ao passo que, em 1981, foram denunciados duzentos e

⁵²⁶ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, dezembro de 1981, pp. 06-08.

⁵²⁷ CONTAG. *Posição da CONTAG sobre o Programa de Política Fundiária*. Brasília, 3 de setembro de 1982, p. 16.

⁵²⁸ *Idem*, p. 15.

cinquenta e sete conflitos, abarcando 40.530 famílias. Boa parte desses conflitos se localizava na região norte do país e referia-se a casos de expulsão de posseiros. A atuação de dirigentes rurais e de membros da Igreja Católica em defesa dessa categoria era constantemente mencionada nos periódicos da Confederação, indicando que, a despeito de discordâncias no que tange à estrutura sindical, ainda eram realizadas ações em conjunto entre sindicatos oficiais e pastorais da terra.

Em vários relatos, a CONTAG constatou o envolvimento de políticos e das polícias locais – e mesmo de agências estatais de âmbito federal, como o GETAT – em defesa de grileiros e latifundiários. Por ocasião do assassinato de Gabriel Sales Pimenta, advogado do sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá (PA), a agremiação tratou de explicitar a articulação da ditadura militar com a estrutura fundiária vigente e, por consequência, com a violência ocorrida no campo, apontando ainda os limites da exaltada de “abertura política”:

“é mais uma morte pelo qual o regime militar é responsável na medida em que acoberta a grilagem de terra, a concentração e a acumulação fácil de capital. A responsabilidade do regime aumenta a cada atentado, em cada assassinato, ficando clara a sua satisfação com estes fatos (...). Toda a violência do Estado tem também a sua extensão na atuação de jagunços e pistoleiros, quando são acobertados por crimes que são feitos a mando dos grandes fazendeiros e grileiros (...). A condenação de posseiros, dos padres, todos os assassinatos de operários, camponeses, o processo de expulsão de Javier Alfa (presidente da UNE), as prisões, as torturas de militantes políticos na Bahia, do pastor e do professor luterano e de sindicalistas em Rondônia, de agentes pastorais no Acre, a invasão do prédio da Arquidiocese em Goiânia com o roubo dos documentos fazem parte de um mesmo plano de intimidação do movimento popular democrático, ficando claro os limites de classe que tem a propalada ‘abertura política’”⁵²⁹

A CONTAG relacionou os assassinatos ocorridos entre 1980 e 1982 através da ilustração reproduzida abaixo:

⁵²⁹ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, julho de 1982, p. 2.

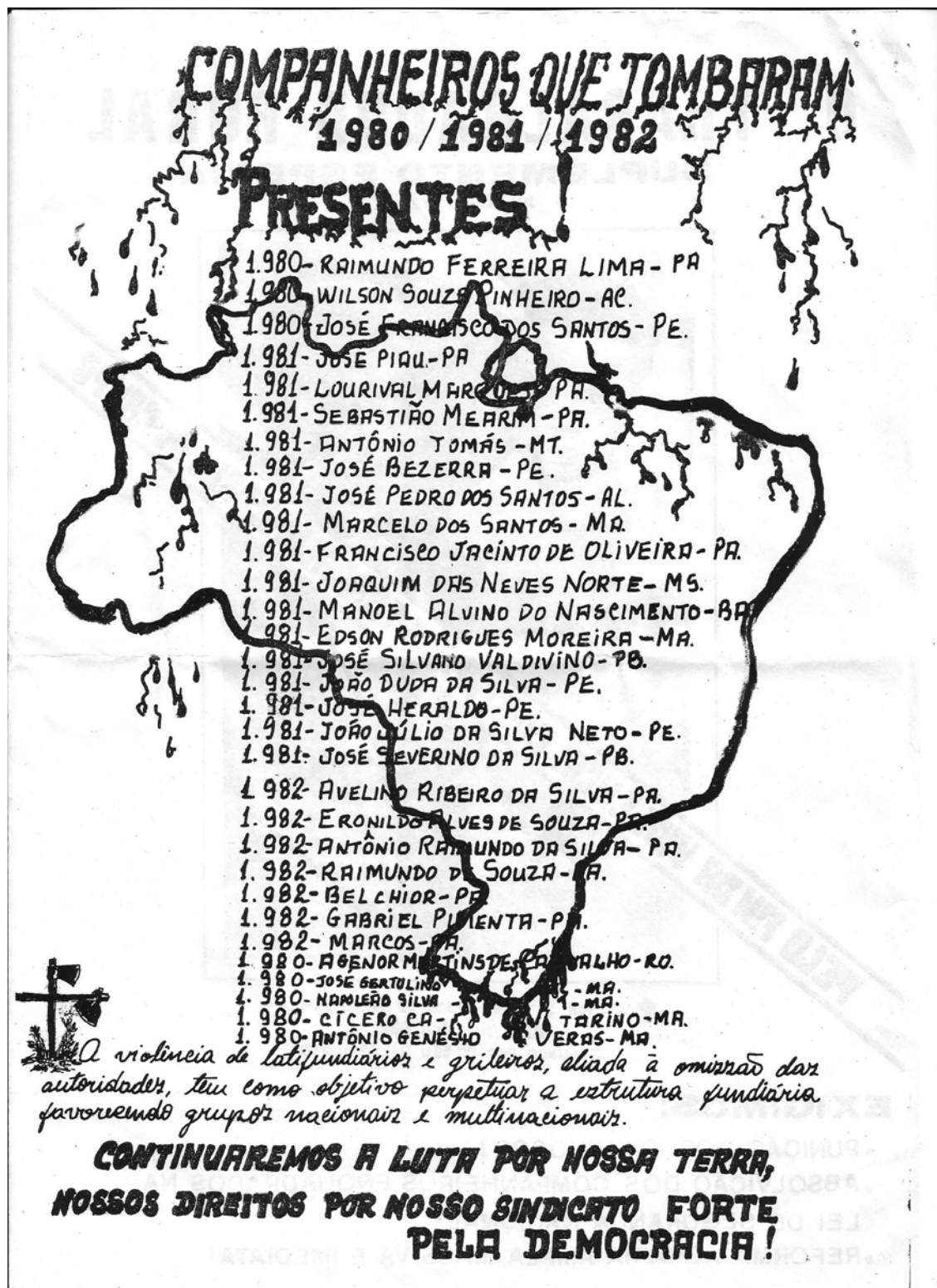


Imagem 9: O Trabalhador Rural. Brasília: CONTAG, julho de 1982, contra-capa.

A repressão a dirigentes sindicais rurais se estendeu ao próprio presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, que foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) em março de 1981. O líder pernambucano, juntamente com João Maria da Silva Filho – delegado sindical nas regiões do Acre e de Rondônia – foi indiciado sob acusação de “*incitação à desobediência coletiva às leis e à luta pela violência entre as classes sociais*”⁵³⁰ por ocasião do assassinato do fazendeiro Nilo Sergio de Oliveira por um grupo de trabalhadores rurais. Este crime, por sua vez, teria sido motivado pela morte de Wilson Souza Pinheiro, presidente do sindicato de Brasiléia, Acre.

A diretoria da CONTAG lembrou que advertiu recorrentemente o governo a respeito de tensão social naquela área e argumentou que quando trabalhadores rurais e dirigentes são mortos poucas medidas repressivas são efetivamente tomadas. A Confederação repudiou o enquadramento e traçou um histórico de censuras por ela sofridas: em 1968, suas publicações foram apreendidas; em 1973, o Ministério do Trabalho tentou impedir a realização do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais; em 1976, o periódico da CONTAG foi novamente apreendido e José Francisco da Silva teve que prestar depoimento aos órgãos de Segurança Nacional; e, em 1977, a diretoria eleita foi impedida temporariamente de tomar posse enquanto o presidente da CONTAG era, mais uma vez, indiciado a depor⁵³¹. Apenas em inícios de 1984, as acusações a José Francisco da Silva na LSN foram arquivadas pela Justiça Militar⁵³².

A temática da liberdade e organização sindical igualmente não foi minimizada após o III Congresso. Pelo contrário, esta ganhou bastante visibilidade no contexto de construção da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Cabe lembrar que uma das proposições do III Congresso foi, justamente, o esforço para a criação de uma entidade que congregasse as reivindicações de diferentes categorias de trabalhadores do país.

Em agosto de 1981 foi realizada a CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), que reuniu sindicatos da estrutura “formal-legal”, correntes ligadas ao *novo sindicalismo* e oposições sindicais⁵³³. Entre os assuntos tratados, destacaram-se a defesa do

⁵³⁰ APUD: *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, maio de 1981, p. 2.

⁵³¹ *Idem*, p.3.

⁵³² *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, janeiro a abril de 1984.

⁵³³ Vale ressaltar que em setembro de 1980, havia ocorrido o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) em que se discutiu a criação de uma central sindical vinculada às bases e não à estrutura sindical corporativista.

direito à greve, do salário mínimo nacional unificado, da extinção da LSN, da negociação livre e direta entre empregados e empregadores, da reforma agrária, da liberdade e autonomia sindical e da criação da CUT⁵³⁴. O sindicalismo corporativista rural se fez presente no encontro por intermédio de membros da diretoria da CONTAG e de 969 sindicatos rurais. Embora não estivesse explícita a relação de sindicatos oficiais e de demais organizações de trabalhadores no interior da CUT a CONTAG, inicialmente, apoiou a criação dessa Central e a “*união entre os trabalhadores do campo e da cidade*”⁵³⁵, tendo importante atuação na Comissão Nacional pró-CUT. Todavia, a Confederação já assinalava uma possível divergência entre setores presentes na CONCLAT ao alegar que um dos problemas do encontro foi a existência de “*manobras divisionistas levadas a efeito por grupos minoritários*”.

Entre as resoluções da CONCLAT, estava previsto um próximo evento – o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (1º CONCLAT) – que deveria ocorrer em agosto de 1982 e que, supostamente, culminaria na criação da CUT. Todavia, conflitos entre diferentes tendências que compunham a Comissão Nacional pró-CUT impediram a realização deste Congresso. Conforme salienta Santana⁵³⁶, a corrente denominada Unicidade Sindical - ligada ao PCB, PC do B, MR8 e a entidades subordinadas à estrutura sindical oficial - questionava o divisionismo e a partidarização das organizações dos trabalhadores. Neste sentido, não considerava apropriada a realização, naquele momento, do Congresso de criação da CUT, posto que poderiam ser desencadeadas divergências prejudiciais ao processo eleitoral deste mesmo ano⁵³⁷.

A CONTAG coadunou com essa diretriz, considerando inadequada a realização do Congresso não só pela proximidade com as eleições estaduais, como pelo pouco “*avanço do trabalho intersindical unitário do campo e da cidade*” e pelo escasso “*debate sobre que tipo de Central Única interessa aos trabalhadores*”⁵³⁸. A agremiação alegou que somente 50% dos estados haviam promovido os ENCLATs, encontros estaduais para discutir o

⁵³⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das Centrais Sindicais*. IN: BOITO, Armando (org), O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁵³⁵ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, agosto-setembro de 1981, p. 17.

⁵³⁶ SANTANA, Marco Aurélio. *Op. Cit.*

⁵³⁷ Santana afirma que o PCB, a partir de 1978, adotaria uma postura considerada cautelosa, aproximando-se de setores ligados ao sindicalismo oficial. Partia-se da premissa de que deveria haver uma frente democrática para pôr fim ao regime ditatorial e, para o Partido, deveriam ser evitadas ações supostamente radicais ou divisionistas que pudessem levar a um retrocesso da “abertura política”. Cf; *Idem*.

⁵³⁸ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, julho de 1982, p. 8.

Congresso, bem como apontou problemas “técnicos”, como a falta definição do local e a falta de recursos financeiros para realização do evento⁵³⁹. Apesar desses argumentos, o que estava colocado para a CONTAG era a indefinição da efetiva participação de sindicatos e federações oficiais junto à CUT, posto que eram estabelecidos os mesmos critérios de representação no Congresso para entidades sindicais ou para aquelas não vinculadas à estrutura oficial. De todo modo, a CONTAG, nesta conjuntura, reiterou seu apoio à criação da Central, desde que ela fosse, nos moldes anunciados pela Confederação, “representativa” e com o propósito de “unificar o Movimento Sindical”⁵⁴⁰.

A realização do 1º CONCLAT acabou por ser adiada. Todavia, os embates quanto à estrutura sindical se intensificaram e resultaram em uma cisão junto às organizações dos trabalhadores. Correntes ligadas ao *novo sindicalismo* e às oposições sindicais decidiram realizar um encontro em agosto de 1983, em São Bernardo, São Paulo, e fundaram a CUT. Correntes ligadas à Unidade Sindical, incluindo a CONTAG, optaram por não participar do mesmo e realizar, em novembro desse mesmo ano, outro congresso, em Praia Grande, São Paulo. José Francisco da Silva, presidente da CONTAG, proferiu o discurso de abertura no evento de Praia Grande, ressaltando a importância da unicidade sindical para superar a crise econômica brasileira⁵⁴¹. De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, a reforma agrária mereceu destaque, até pela presença significativa de representantes de trabalhadores rurais no conclave⁵⁴². Optou-se pela não criação de uma outra central sindical, sendo instituída a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadores, que teve como mote a defesa da unificação do movimento sindical⁵⁴³.

A CONTAG filiou-se a esta diretriz, propagando a unificação de demandas referentes a distintas categorias de trabalhadores. A agremiação, por exemplo, repudiou a

⁵³⁹ *Idem.*

⁵⁴⁰ *Idem*, p. 9.

⁵⁴¹ *O Estado de São Paulo*, 5 de novembro de 1982, p. 22.

⁵⁴² *Idem.*

⁵⁴³ Em 1986, o grupo que compôs a CONCLAT, em Praia Grande em novembro de 1983, e vinculado à corrente Unidade Sindical, formou a CGT (Confederação Nacional do Trabalho). Tanto a CUT quanto a CGT defendiam a reforma agrária, a valorização das estatais e o rompimento com o FMI. Todavia, a CGT, diferentemente da CUT, não enfatizava a greve geral e repudiava a Convenção 87 da OIT (referente à liberdade e pluralidade sindical). O sindicato máximo dos trabalhadores rurais não se ligou oficialmente à CGT, embora José Francisco da Silva tenha se tornado vice-presidente da mesma. Cf; RODRIGUES, Leôncio. *Op. Cit.* De acordo com Novaes, a CONTAG pretendia se consagrar como uma entidade independente, configurando-se, inclusive, em uma espécie de central sindical camponesa. Em 1995, a CONTAG se filiou a CUT, se desligando da mesma em 2009. cf; NOVAES, Regina. *Op. Cit.*, 1991.

alteração da política de reajustas salariais em inícios de 1983⁵⁴⁴, argumentando que “*estão querendo que os trabalhadores paguem duas vezes a mesma conta. Pagamos pelo ‘milagre’. Agora querem que paguemos as mazelas do ‘milagre’*”⁵⁴⁵. Ademais, o sindicato máximo e oficial dos trabalhadores rurais empenhou-se em campanhas relacionadas à conjuntura política mais ampla, como as Diretas Já. O próprio pleito pela reforma agrária foi abordado como assunto de interesse geral dos trabalhadores. O lançamento da Campanha Nacional de Reforma Agrária, em 1983, tinha como objetivo primordial difundir os benefícios da reestruturação fundiária também para o meio urbano, contando com o apoio de diferentes entidades como a ABRA, a CUT, a CPT, CNBB, etc. Cabe lembrar que a unificação defendida pela CONTAG tinha como pressuposto a organização dos trabalhadores sob o véis da estrutura sindical oficial, conforme ilustra a imagem abaixo:

⁵⁴⁴ O governo Figueiredo anunciou que o reajuste salarial deveria ocorrer com taxas de, no máximo, 80% do valor da inflação.

⁵⁴⁵ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG abril e maio de 1983, p. 17.



Imagem 10: *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, março e abril de 1982, p. 3.

Ademais, no contexto de crise da representação do sindicalismo oficial, a CONTAG, conforme salienta Ricci⁵⁴⁶, colocou-se como interlocutora privilegiada das demandas dos trabalhadores rurais junto às agências estatais, aproximando-se do candidato à Presidência da República, Tancredo Neves. A ele foi entregue uma série de reivindicações em defesa de “*uma Reforma Agrária e Política Agrícola compatíveis com um modelo econômico voltado para o mercado interno, capaz de gerar empregos, assegurar salários justos, com uma melhor redistribuição de renda*”⁵⁴⁷, demonstrando o caráter universalizante de suas propostas, aspecto não tão explorado em períodos anteriores.

⁵⁴⁶ RICCI, Rudá. *Op. Cit.*

⁵⁴⁷ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, julho a setembro de 1984, p. 10.

A reiteração dessas demandas mais amplas se deu no IV Congresso da CONTAG, a ser realizado em maio de 1985. A agremiação apontou que, neste encontro, reivindicações como o fim das leis de exceção, a instituição de uma assembléia constituinte e a mudança na política econômica, salarial, agrícola e previdenciária seriam privilegiadas, criando, inclusive, uma comissão de estudos específica para *Problemas Nacionais*⁵⁴⁸. A defesa da reforma agrária, por certo, ganharia grande destaque, bem como a questão da unicidade sindical. Esta última temática estaria, inclusive, configurada, ainda que implicitamente, como uma das justificativas para a realização do IV Congresso. Isto porque a CONTAG lembrou que, embora bandeiras de lutas propagadas no III Congresso, em 1979, continuassem atuais, o acirramento da crise econômica e da violência no campo indicava a necessidade de um novo encontro nacional entre os dirigentes, assim como teriam “*surgido novas questões de interesse dos trabalhadores rurais que estão a exigir um firme posicionamento do Movimento Sindical*”⁵⁴⁹. Vale ressaltar a maior projeção das oposições sindicais – muitas com o apoio da CPT e do recém-criado Movimento dos Sem Terra (MST)⁵⁵⁰.

Em janeiro de 1985 o MST realizou, em Curitiba, o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estavam presentes membros da CPT, da CUT, de diversas entidades camponesas de países latino-americanos, o governador do Paraná, parlamentares, etc. A ausência da CONTAG, mesmo sendo convidada oficialmente, foi justificada por José Francisco da Silva na revista *Reforma Agrária*, da ABRA, tendo como base a defesa da unicidade sindical:

*“Nós não podemos estimular ações paralelas ao movimento sindical. Não é intenção deles, eu sei, mas no fundo estão tentando estruturar o movimento camponês à revelia do movimento sindical (...). O que não pode é esse movimento querer representar os sem terra, pois o movimento sindical já tem um programa que contempla, em separado, as aspirações dos trabalhadores sem terra (...). Enfim, buscamos a unicidade sindical.”*⁵⁵¹

A defesa da unicidade sindical foi enfaticamente reiterada no IV Congresso da CONTAG. O MST não esteve presente oficialmente no encontro, mas delegados e

⁵⁴⁸ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, março de 1985.

⁵⁴⁹ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, janeiro a abril de 1984, p. 1.

⁵⁵⁰ O MST foi oficialmente fundado em janeiro de 1984, no Encontro Nacional de Reforma Agrária, em Cascavel, Paraná.

⁵⁵¹ Revista *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, jan/abril de 1985, p. 62.

dirigentes sindicais ligados a esta organização e à CPT tiveram importante atuação no encaminhamento de debates, sobretudo em relação à reforma agrária, como será visto adiante. Sob a alegação de que os inimigos dos trabalhadores eram “*os latifundiários e as forças políticas que os apóiam*”⁵⁵², a Confederação proclamou a união de todos sob a liderança da estrutura oficial. Destacou que “*o sindicalismo é o instrumento de luta e pressão frente ao patronato e ao Estado*”⁵⁵³, não abarcando outras esferas de representação.

A CONTAG passou até mesmo a rechaçar a Convenção 87 da OIT, que havia sido aprovada em seu III Congresso. A entidade considerou que, embora fosse positiva a defesa da liberdade sindical apontada na Convenção, não era possível desatrelá-la da questão da pluralidade sindical, o que implicou na condenação integral de seu conteúdo. Neste sentido, frente ao surgimento de novas agremiações no campo e de oposições sindicais, a CONTAG desconsiderou encaminhamentos feitos até então, reforçando o seu papel de interlocutora dos trabalhadores rurais junto ao governo e de legítima representante de seus interesses. Conforme analisa Ricci⁵⁵⁴, neste contexto, a vinculação à estrutura corporativista não advém apenas da legislação sindical vigente, tratando-se de uma estratégia de diferenciação ratificada pelos dirigentes da CONTAG.

O suposto enfraquecimento das organizações dos trabalhadores rurais com o advento da pluralidade sindical consistia na assertiva consagrada pela CONTAG em prol da defesa da “*existência de um único sindicato representativo de cada categoria numa mesma base territorial como melhor instrumento de luta dos trabalhadores*”⁵⁵⁵. A campanha da agremiação pela unicidade sindical pode ser sistematizada em trecho da *Poesia sobre o 4º Congresso*, escrita por Adonias Higino de Souza, presidente do sindicato de Altos, no Piauí:

*“A classe trabalhadora
Precisa é de força e união
Não deve aceitar o pluralismo*

⁵⁵² CONTAG. *Anais do IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília, 25 a 30 de maio de 1985, p. III.

⁵⁵³ *Idem*, p. 18, grifo da autora.

⁵⁵⁴ RICCI, Rudá. *Op. Cit.*

⁵⁵⁵ CONTAG. *Anais do IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília, 25 a 30 de maio de 1985, pp. 39 e 40.

*Que só vem trazer divisão
Trazendo enfraquecimento
Nos faltará alento
E quem vai ganhar é o patrão.*

*Não para o Pluralismo
Assim ficou acertado
Não para o Paralelismo
Que é todo desmantelado
Separa os trabalhadores
Tirando os seus valores
Fortalecendo o outro lado”⁵⁵⁶*

A temática da reforma agrária também ganhou grande dimensão no IV Congresso visto que nele foi anunciado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), conforme será estudado adiante.

2. CNA: crise de representação

A agremiação patronal rural oficial igualmente reelaborou suas estratégias de atuação frente ao contexto de crise econômica e de “abertura política”. Face às críticas a política de crédito diferenciada, a CNA argumentou tratar-se de ponderações de “*uma tecnocracia ofensiva e rancorosa*” que, ao acusar que somente 12% dos produtores rurais foram beneficiados com os subsídios do crédito rural, não mencionou o quanto esta parcela representava para a economia do país⁵⁵⁷. A Confederação reforçava a importância econômica do setor agrícola e pleiteava a manutenção de incentivos estatais, embora admitisse modificações voltadas para a desburocratização na concessão dos créditos e para a criação de normas especiais para produtores de “*baixa renda*”⁵⁵⁸:

“Não aceita a Agropecuária e nem pode admitir mudanças na política de crédito rural, sem dúvida a mais positiva, benéfica e convincente dentre as quais foram acionadas. Reconhece a existência de distorções, perfeitamente sanáveis e compartilha de quaisquer medidas que visem o seu

⁵⁵⁶ O Trabalhador Rural. Brasília: CONTAG, dezembro de 1985, p. 4.

⁵⁵⁷ Revista Gleba. Brasília: CNA, abril e maio de 1978, p. 3.

⁵⁵⁸ Idem.

*aprimoramento, desde que não acarretem reflexo negativo no mundo rural”*⁵⁵⁹

Vale destacar que a reivindicação por maiores incentivos governamentais ganhou argumentação diversa daquela proferida no período pré-golpe militar quando, conforme visto no primeiro capítulo, a CNA ressaltava a agricultura como vítima de políticas públicas que, até então, privilegiavam o setor industrial. No contexto de fins dos anos de 1970 e inícios de 1980, a agremiação apontava o protagonismo da produção agrícola para a economia nacional, quer por gerar divisas com a exportação de seus produtos, quer por abastecer o mercado interno – e, de acordo com a CNA, diminuir a espiral inflacionária. Com base na alegação de que a permanência de subsídios estatais consistia em fator primordial para o desenvolvimento do país, o sindicato oficial da classe dominante agrária rechaçava políticas contencionistas de crédito rural, bem como uma reorientação de suas diretrizes em prol exclusivamente de regiões e produtores até então menos favorecidos. É o que sinaliza o editorial intitulado *Um momento de reflexão sobre o crédito*:

*“pode parecer cômodo cortar recursos e suprir subsídios. Mas essa opção não poderá atingir um setor produtivo, como a agricultura, o que implicaria o lançamento das estranhas sementes da recessão (...). Não se pretende, nos meios empresariais, que a agricultura receba privilégios (...). O que o setor reivindica, na verdade, é um tratamento realístico. Não basta, portanto, apoiar as regiões menos desenvolvidas, o que não vai além de simples paternalismo. É preciso que o governo mantenha o necessário apoio às regiões onde a agricultura já alcançou níveis de maior produtividade, mas que nem por isso devem ser reduzidos. Mas, sim, ampliados e elevados à dimensão que é exigida pelas solicitações do desenvolvimento.”*⁵⁶⁰

É importante notar que a CNA, para se referir à sua base representativa, não mais utilizou o termo *Classe Rural* – usado, como averiguado no Capítulo III, como forma de escamotear diferenciações não só entre grandes e pequenos proprietários, mas também entre frações da classe dominante agrícola –, passando a veicular a denominação *Agropecuária*. Ao se intitular porta voz da *Agropecuária*, a CNA omitia não só os embates entre e intraclasses, como procurava conferir uma conotação “técnica” s suas demandas,

⁵⁵⁹ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, dezembro de 1978 e janeiro de 1979, p. 11

⁵⁶⁰ *Força Verde*. Brasília: CNA, n. 28, 1981.

anunciando-as como interesses de uma esfera produtiva, sem maiores contornos políticos ou sociais.

Sob essa denominação, a CNA propalou a importância do setor para o país e para o cenário mundial, ao afirmar que “*suas responsabilidades são, hoje, não apenas com 120 milhões de habitantes, mas com um mundo carente de alimentos*”⁵⁶¹. Esta perspectiva de “servir” ao desenvolvimento nacional ganhou maior projeção face à conjuntura internacional de alta do preço do petróleo. Isto porque a produção de álcool foi colocada como um alento à crise econômica vivida:

*“Enquanto as potências mais desenvolvidas do mundo andam empenhadas na descoberta de uma nova fonte energética (...), quis a Divina Providência que o Brasil, através de sua paisagem física e de devotos especialistas, desenvolvesse uma tecnologia capaz de livrá-los de tão pesada carga orçamentária”*⁵⁶²

Neste sentido, ao argumentar que “*a agricultura, tocada em sua flâmula patriótica, haverá de mais uma vez dizer sim ao país*”⁵⁶³, a CNA reiterou a demanda por maiores incentivos estatais para o setor, através do programa Pro-Álcool, revestindo de caráter universal reivindicações que beneficiavam diretamente seus filiados. A agremiação afirmou ainda estar “*engajada*” na luta por novas fontes energéticas ao buscar a extração de álcool em outros produtos, como a mandioca, muitas vezes cultivada por pequenos proprietários, tentando, assim, construir, entre diferentes categorias, o consenso no que tange a esta campanha.

A premissa da importância econômica da *Agropecuária* foi lançada pela CNA não apenas como forma de pleitear subsídios estatais, mas também para conferir maior *capital político* a frações de classe que representava frente ao quadro de reformulação nas correlações de força junto à “abertura política”. A Confederação, em carta ao recém-empossado Presidente Figueiredo, propõe uma “*pacto social*” entre governo e *Agropecuária*. Alegando não ser “*possível que a Agropecuária continue a financiar o desenvolvimento do país sem uma contrapartida*”, a CNA solicitou maior inserção em agências estatais e a criação de um Conselho de Desenvolvimento da *Agropecuária*, no qual

⁵⁶¹ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, dezembro de 1978 e janeiro de 1979, p. 11.

⁵⁶² *Revista Gleba*. Brasília: CNA, dezembro de 1978 e janeiro de 1979, p. 3

⁵⁶³ *Idem*.

teria participação. Consagrando-se representante do 7º PIB Agrícola do Mundo, a entidade formal legal dos proprietários rurais reforçou que “*por serem titulares de uma posição destacada (...) sobram créditos e méritos para assumir posturas e ocupar espaços*”⁵⁶⁴. Desta forma, pleiteava “*participar da formulação e da execução não só da política agropecuária, mas de toda a política econômica do país, assumindo encargos e posições nos diversos Conselhos e Órgãos Executivos*”. Entre essas agências, a CNA reivindicava participação no Conselho Monetário Nacional e no Conselho de Desenvolvimento Social⁵⁶⁵.

Cabe lembrar ainda que, frente à intensificação dos conflitos rurais, a temática da reforma agrária, negligenciada pela Confederação na primeira metade da década de 1970, voltou a ser noticiada no periódico da agremiação, através de dados da FAO e de falas do Papa João Paulo II⁵⁶⁶. Todavia, a CNA defendeu, primordialmente, a regularização de posse nas áreas de fronteiras, em terras públicas e em reservas indígenas, não explicitando se a concessão de títulos beneficiaria posseiros ou grandes proprietários⁵⁶⁷.

Como apontado acima, ao longo das décadas de 1970 e 1980, surgiram novas entidades patronais rurais, muitas organizadas por ramo produtivo. Com a crise econômica, essas agremiações passaram a pleitear, para seus setores e frações de classe específicos, os benefícios do crédito rural subsidiado, que havia diminuído significativamente. Tais embates teriam acirrado a dicotomia da organização de interesses da classe dominante agrária, capitaneada por – para usar a nomenclatura adotada por Graziano – entidades de representação real e entidades de representação formal legal. Neste sentido, a conduta da CNA passou a ser questionada não apenas por agremiações não vinculadas à estrutura sindical oficial, mas também por muitas federações e sindicatos a ela filiados.

No editorial intitulado *SOS sem reposta*, a diretoria da CNA explicitou essa crise ao afirmar que estava sofrendo críticas internas, como a de ser constantemente complacente com o governo. A matéria destacou que:

⁵⁶⁴ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, junho de 1979, p. 5.

⁵⁶⁵ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, outubro e novembro de 1978, p. 5.

⁵⁶⁶ Cf; *Revista Gleba*. Brasília: CNA, dezembro de 1978 e janeiro de 1979 e *Revista Força Verde*. Brasília: CNA, abril e maio de 1980.

⁵⁶⁷ *Revista Gleba*. Brasília: CNA, dezembro de 1978 e janeiro de 1979.

*“A liderança rural vem sendo alvo de críticas partidas de suas bases – produtores rurais – que acusam os dirigentes da CNA e das Federações, e até mesmo dos Sindicatos, de acomodação e imobilismo, insinuando alguns que esse comportamento é mero fisiologismo, mais no interesse dos próprios dirigentes que da coletividade que representam”*⁵⁶⁸

Argumentou-se ainda que os primeiros sintomas de insatisfação se expressaram quando da criação do Movimento Pró-Plantio, em meados de 1984. Reunindo proprietários do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal – muitos, inclusive, associados a sindicatos oficiais –, este movimento contestava a política de contenção de subsídios estatais e reclamava da *“falta de sensibilidade de autoridades e instituições financeiras”* ao não permitirem a prorrogação da liquidação de débitos concernentes ao crédito rural⁵⁶⁹. A CNA, temendo uma cisão em sua base representativa, reuniu membros do Movimento Pró-Plantio, de sindicatos e de federações. Apesar de destacar que o encontro foi tenso, a Confederação conseguiu, ao menos momentaneamente, equacionar demandas e assegurar que agremiações a ela subordinadas liderassem a veiculação dessas reivindicações junto a ministérios e ao Banco Central e Banco do Brasil. Todavia, a CNA admitia que sua crise de representação não se restringiria a este episódio ao fazer a seguinte indagação, no final editorial:

*“Esse é o quadro em que vivemos e nos debatemos na defesa dos interesses do Setor Agropecuário, muitas vezes incompreendidos quer por produtores, quer pelo próprio Governo, aquele nos acusando de imobilismo injustificável, e este no açodamento no reivindicar. Que fazer? A quem apelar?”*⁵⁷⁰

A eleição para a diretoria da CNA, em julho de 1985, explicitou de fato a cisão no interior da estrutura oficial do patronato rural. Líderes das federações de Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais organizaram uma chapa oposicionista – encabeçada por com Alysson Paulinelli, então presidente da FAREMG – para disputar as eleições com a chapa comandada por Flávio da Costa Brito, presidente da Confederação desde 1967⁵⁷¹. A tônica da campanha de Paulinelli era a renovação da CNA, acusando a diretoria vigente

⁵⁶⁸ *Campo Verde*. Brasília: CNA, setembro de 1984, p. 5

⁵⁶⁹ *Idem*.

⁵⁷⁰ *Ibidem*.

⁵⁷¹ CNA. *50 anos de CNA (1951-2001)*. Brasília: CNA, 2002.

de se afastar de suas bases e de adotar uma postura calcada no “*continuísmo e em velhos métodos*”⁵⁷². Argumentava que pretendia restaurar a credibilidade da agremiação e ressaltava que esta “*deve ser uma entidade ligada aos interesses dos agropecuaristas e não ficar só fazendo jogada para se promover*”⁵⁷³. Nota-se que as críticas não eram dirigidas a aspectos da estrutura corporativista, e, sim, à direção específica comandada por Flávio Brito.

A disputa pelo pleito foi acirrada e ambas as chapas sugeriram impugnação a votos de diferentes federações. A procuradora da Justiça do Trabalho, Amália Brandão Bandeira, que presidiu a eleição acatou a três impugnações demandadas pela chapa de Brito e anulou os votos das federações do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rondônia. Já a invalidação dos votos dos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará e Pernambuco, propostas pela chapa oposicionista, não foi aceita⁵⁷⁴.

O resultado das eleições foi favorável à chapa de Brito, que venceu por diferença de um voto (11 a 10). Contudo, Paulinelli recorreu contra o resultado junto ao Ministério do Trabalho, alegando que duas das federações com votos anulados – a do Rio de Janeiro e do Espírito Santo – teriam optado pelo grupo de oposição. As doze federações que apoiaram a candidatura de Paulinelli assinaram um manifesto onde afirmavam que o resultado das eleições contrariou “*os mais legítimos anseios de representatividade, credibilidade e autenticidade da CNA, o que vem em confronto com os preceitos renovadores e moralizadores da Nova República*”⁵⁷⁵.

Somente em 1987 a Justiça do Trabalho anulou a eleição, ao considerar que o estatuto da CNA apregoava que, se o número de votos invalidados fosse maior que a diferença final de votos, o pleito teria que ser refeito. Durante três meses, a Confederação ficou sob intervenção, até que nova eleição fosse realizada. Líder da chapa única, Paulinelli se tornou presidente da CNA em 1987⁵⁷⁶.

O grupo que se opôs à direção de Brito era composto, primordialmente, por dirigentes do Centro-Sul do país. Cabe lembrar que, nos estados de Mato Grosso e Goiás, a CNA possuía pouca representatividade (ver quadro II, do segundo capítulo). Já os estados

⁵⁷² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1985.

⁵⁷³ *Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 de julho de 1985, p. 48.

⁵⁷⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1985.

⁵⁷⁵ *Estado de São Paulo*. São Paulo, 17 de julho de 1985, p. 23.

⁵⁷⁶ CNA. *50 anos de CNA (1951-2001)*. Brasília: CNA, 2002

do Nordeste e o Amazonas – pelo qual Flavio Brito havia sido senador da República – apoiavam a continuidade na direção da CNA, posto que esta tendia a privilegiar seus interesses e demandas (vide a campanha de incentivos governamentais ao cultivo de cana de açúcar para a produção de álcool). As federações do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, comumente próximas à direção de Brito, foram capitaneadas pelo grupo oposicionista. Já a federação de São Paulo, presidida por Fábio Meirelles, oficialmente vinculou-se à chapa da situação, embora coadunasse com campanhas do grupo de oposição⁵⁷⁷.

É importante aferir que os membros da chapa de Paulinelli, por certo, estariam inscritos em outras esferas de representação – possivelmente em agremiações com base estadual ou organizadas por ramo produtivo. Entretanto, essas frações da classe dominante agrária consideravam também importante a hegemonia junto à estrutura sindical oficial, sobretudo pelo fato de esta contar com participação em conselhos e agências estatais. Nesse sentido, essas frações do patronato rural estariam duplamente representadas, em agremiações formais legais e em agremiações ditas como de representação real de seus interesses.

Vale ressaltar que esta disputa eleitoral ocorreu no contexto de aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo Sarney. Por certo, o debate em torno da implementação da reforma agrária teria acirrado as cisões entre a classe proprietária rural, indicando novas posturas engendradas pela CNA.

3. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA): atuação da CONTAG e da CNA

A temática da reforma agrária voltou a ganhar maior projeção junto à pauta governamental em finais dos anos de 1970. O aumento da incidência de conflitos no campo, a atuação de organizações de trabalhadores rurais (quer pelo movimento sindical oficial, quer pela CPT e, posteriormente, pelo MST) e a alteração na correlação de forças frente ao quadro de “abertura política” consistem em uns dos fatores explicativos para tal destaque. Na conjuntura de transição para “Nova República”, o compromisso com a

⁵⁷⁷ Cabe ressaltar que, neste período, a diretoria da CNA se aproximou bastante da SRB, entidade representativa, sobretudo, de interesses da agropecuária paulista, o que poderia indicar a filiação da federação de São Paulo à chapa de Brito.

reestruturação fundiária foi firmado entre o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, e a CONTAG⁵⁷⁸.

Quando da posse de José Sarney na Presidência da República, com o adocimento e morte de Tancredo Neves, foi criado o Ministério Extraordinário da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), sob o comando de Nelson Ribeiro. Já a presidência do INCRA foi ocupada por José Gomes da Silva, um dos formuladores do Estatuto da Terra, em 1964. Essas agências ficaram incumbidas de elaborar um plano de reforma agrária, tendo como base, justamente, a retomada de alguns princípios da legislação aprovada no governo Castelo Branco. Dentre esses princípios destacaram-se o instrumento de desapropriação por interesse social e a consagração da função social da terra. Tratava-se, basicamente, de atingir os latifúndios de caráter especulativo, situados principalmente nas regiões norte e nordeste do Brasil e beneficiados com as políticas de concessão de terras públicas e de incentivos fiscais promovidas durante a década de 1970⁵⁷⁹. Conforme já apontado acima, tais medidas teriam transformado a propriedade rural em uma “reserva de valor” de forma que distintos capitais – agrários, industriais, financeiros – se envolveram nestes “negócios com as terras”.

Procurou-se também explicitar as diferenciações entre os processos de colonização e de reforma agrária. O primeiro seria aplicado em terras públicas, situadas em regiões de fronteira e exigiriam grandes inversões governamentais em infra-estrutura, ao passo que o segundo seria realizado em áreas de domínio privado, com densidade demográfica significativa e com forte incidência de tensão social⁵⁸⁰. O plano focalizaria medidas de reforma agrária, considerando tanto a colonização quanto às políticas agrícolas como complementares a este processo. Apesar de mencionar aspectos econômicos advindos da reestruturação fundiária – como a ampliação da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno e a maior oportunidade de empregos no campo –, eram destacadas as funções de promover a Justiça Social e o direito à cidadania para o trabalhador rural. A meta proposta era a de assentar 7,1 milhões de pessoas em um prazo de 15 anos. Nos

⁵⁷⁸ Tavares afirma que a implantação da reforma agrária constava no documento Compromisso com a Nação, da Aliança Democrática, de modo que a CONTAG selou apoio ao candidato Tancredo Neves. Cf; TAVARES, Ricardo. *Op. Cit.*

⁵⁷⁹ PALMEIRAS, Moacyr. *Op. Cit.*, 1994.

⁵⁸⁰ FERRAZ, Iara (ed) (et all). *Quem tem medo da reforma agrária; dossiê das reações ao PNRA maio/agosto de 1985*. Rio de Janeiro: CEDI, 1985.

primeiros quatro anos, período a que o plano se detinha, propunha-se o assentamento de 1,4 milhões de trabalhadores⁵⁸¹.

As principais diretrizes desse plano, configurado como 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), foram oficialmente anunciadas pelo presidente José Sarney no IV Congresso da CONTAG. O evento contou ainda com a presença do ministro Nelson Ribeiro, que foi “presenteado” pelos dirigentes rurais com uma panela furada por balas, representando a violência no campo. Nelson Ribeiro foi aplaudido de pé, ao assegurar que:

*“O compromisso da Aliança Democrática de fazer a reforma agrária foi assumido com os trabalhadores. Queremos ouvir todas as classes e estamos abertos a todas as sugestões, mas nesta proposta de PNRA, o que está em discussão é o conteúdo da reforma e não se ela vai ser feita ou não... Não é a expressão reforma agrária que mete medo. O que intimida é o termo desapropriação a esses senhores que resolveram especular com a terra (...)”*⁵⁸².

O tema da reforma agrária foi exaustivamente debatido no IV Congresso através da Comissão de Questões Agrárias. Cabe lembrar que participaram deste grupo, além de dirigentes de sindicatos e delegados de base, representantes da ABRA, da CPT, da CNBB, do INCRA e de distintas universidades. As resoluções dessa comissão consideraram que o latifúndio era “*uma das forças sociais de sustentação do regime e que esta luta [pela reforma agrária] faz parte de uma luta maior de todo o povo brasileiro pela liberdade e democracia*”⁵⁸³. Consagrando o caráter não meramente econômico-corporativo da reestruturação fundiária, foram enunciadas diversas ações para impedir o crescimento do latifúndio. Algumas dessas propostas se aproximavam das diretrizes iniciais do PNRA, como a retomada do instrumento de desapropriação por interesse social e a defesa de que a indenização à desapropriação fosse paga em títulos de dívida agrária (incluindo-se as benfeitorias) e com base no valor declarado pelo proprietário para fins de tributação. Contudo, algumas reivindicações aprovadas no IV Congresso iam além do plano formulado pelo governo Sarney e pareciam confluir com as demandas das pastorais rurais e do recém-

⁵⁸¹ *Idem.*

⁵⁸² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1985, p. 7.

⁵⁸³ CONTAG. *Anais do 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília, 25 a 30 de maio, p. 75.

criado MST. Tavares lembra que, entre os 4300 delegados presentes no Congresso, cerca de 700 eram ligados ao MST ou a CUT⁵⁸⁴.

Entre as reivindicações enunciadas no evento e não contempladas no PNRA podem ser citadas: que a execução da reforma agrária, de abrangência nacional, tivesse o prazo máximo de 5 anos para ser executada, com o assentamento anual de, no mínimo, dois milhões de famílias (o PNRA propunha o prazo 15 anos e que 1,4 milhões de trabalhadores fossem assentados nos primeiros quatro anos); que fosse proibido a expansão de canaviais em áreas com produção de alimentos; que fosse proibida a implantação de chácaras de recreio em áreas agricultáveis; que fosse impedida a venda de terras a grandes empresas brasileiras ou multinacionais; que houvesse um dispositivo legal que instituísse a perda sumária de propriedade acima de três módulos rurais que não utilizasse ao menos 50% da terra agricultável; dentre outros⁵⁸⁵. Ademais, a ocupação coletiva de terras foi considerada uma ação legítima de luta e resistência pela terra⁵⁸⁶.

Mesmo não abarcando todos os pontos aprovados na Comissão de Questões Agrárias, a CONTAG conclamou seu apoio ao PNRA, considerando-o um importante passo no desencadeamento da reforma agrária. O órgão oficial de representação dos trabalhadores rurais igualmente considerou a alusão ao Estatuto da Terra como importante referencial, embora apontasse alguns limites em relação a esta legislação. Medeiros e Santos Filho⁵⁸⁷ apontaram diferenças de posicionamento entre as organizações dos trabalhadores no campo. Enquanto a CONTAG e as agremiações a ela subordinadas ratificavam seu apoio à Aliança Democrática e ao Estatuto da Terra – tido como ponto de partida para a execução da reforma agrária –, o MST e a CUT rechaçavam a legislação do governo Castelo Branco – alegando que ela consagrou a categoria de empresa rural – e questionavam, por extensão, as próprias diretrizes do PNRA. Ademais, essas agências viam com desconfiança a correlação de forças que compunha a Aliança Democrática.

Portanto, a CONTAG procurou, no contexto de aprovação do PNRA, participar sempre se intitulando como legítima porta-voz dos trabalhadores rurais, de sugestões e modificações ao plano, combatendo as críticas e reações de frações da classe dominante

⁵⁸⁴ TAVARES, Ricardo. *Op. Cit.*

⁵⁸⁵ CONTAG. *Anais do 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília, 25 a 30 de maio.

⁵⁸⁶ *Idem.*

⁵⁸⁷ SANTOS FILHO, José & MEDEIROS, Leonilde. “Notas sobre o IV Congresso da CONTAG”. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, janeiro-abril de 1985, pp. 25 a 31.

agrária a este. Já o MST liderou uma série de ocupações a propriedades acusadas de não cumprirem sua função social, a despeito dos apelos do ministro Nelson Ribeiro e de José Gomes da Silva, presidente do INCRA, que alegavam que tais manifestações poderiam desestabilizar ainda mais a aprovação do PNRA⁵⁸⁸. Regina Bruno afirma, inclusive, que houve uma mudança de discurso propalada pelo INCRA e pelo MIRAD uma vez que os conflitos e ocupações deixaram de ser considerados fatores legitimadores da reforma agrária, tornando-se, para essas agências, obstáculos à reestruturação fundiária. Alegava-se que, se antes as ocupações era justificáveis, com o anúncio do PNRA, estas perderiam o sentido⁵⁸⁹.

Lideranças dos Sem Terra, por outro lado, afirmavam que as necessidades eram imediatas e que não ficariam “*esperando o ideal de um plano perfeito*”⁵⁹⁰. Esta também era a conduta adotada pela CUT que, ao remeter às proposições do I Congresso do MST e do IV Congresso da CONTAG, advertia que a proposta do PNRA era insatisfatória e que, portanto, a Central iria “*encaminhar as lutas dos trabalhadores rurais pelas suas reivindicações, estejam ou não contempladas na proposta do PNRA, assim como apoiar a legitimidade de todas as formas de luta encontradas pelos trabalhadores, sejam acampamentos, ocupações, resistência e defesa das posses*”⁵⁹¹. Desta forma, frente ao surgimento de novas organizações dos trabalhadores rurais, a CONTAG optou por reiterar seu papel de colaboradora junto aos Poderes Públicos, tratando esta prerrogativa não como mera imposição da legislação sindical, mas, sim, como estratégia de diferenciação – tal como a defesa da unicidade sindical, já analisada – no quadro de disputa pela hegemonia do conjunto da classe trabalhadora agrícola.

O anúncio do PNRA igualmente suscitou reações diversas no seio do patronato rural. Vale ressaltar que a postura mais enfaticamente contrária ao plano partiu, sobretudo, de agremiações ligadas às regiões Sul e Sudeste do país – como a SRB, a FARESP e a

⁵⁸⁸ Vide as matérias “Ribeiro apela aos sem terra para que não promovam invasões” (Estado do Paraná, 13 de julho de 1987), “Ministro faz apelo contra invasões de terras” (O Globo, 20 de agosto de 1985) e “INCRA pede trégua aos sem terra” (O Globo, 19 de junho de 1985) IN: FERRAZ, Iara (ed) (et all). *Op. Cit*, pp. 29, 35 e 37.

⁵⁸⁹ BRUNO, Regina [et al]. *Brasil ambivalente; agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: MaudX; Seropédica: EDUR, 2009, pp. 91 e 92.

⁵⁹⁰ *O Globo*. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1985. APUD: FERRAZ, Iara (ed) (et all). *Op. Cit*, pp. 37 e 38

⁵⁹¹ *Boletim da CUT*, junho-julho de 1985. APUD: FERRAZ, Iara (ed) (et all). *Op. Cit*, pp. 41 e 42..

FARSUL –, a despeito das desapropriações privilegiarem áreas do Norte e Nordeste⁵⁹². Tal posicionamento pode ser explicado pelo fato de muitas empresas e pessoas físicas provenientes de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por exemplo, terem adquirido terras, para fins especulativos, nas regiões Norte e Nordeste.

A CNA, de pronto, teceu críticas ao PNRA, acusando-o, nas palavras do presidente da entidade, de “*deturpar o Estatuto da Terra ao considerar prioritárias as regiões de conflito e ao atribuir aos trabalhadores 90% das decisões*”⁵⁹³. Portanto, inicialmente, a Confederação protestou contra o plano a partir de dois argumentos centrais: o primeiro referente a medida que tornava prioritária a desapropriação em áreas de conflito – sob o argumento de que “*qualquer um pode arregimentar uma dúzia de homens e preparar uma guerrilhinha*”⁵⁹⁴ –; e o outro pela não participação da entidade na formulação da primeira versão do programa. A este respeito, Fabio Meirelles, vice-presidente da CNA e presidente da federação de São Paulo, declarou que “*a Nova República dialoga com todo mundo, menos com os produtores rurais*”⁵⁹⁵.

O órgão oficial de representação da classe dominante agrária tratou de se articular com demais agremiações patronais rurais e, junto com a SRB, liderou as críticas ao PNRA, em busca de modificações em vários de seus artigos. Os questionamentos da CNA e da SRB em relação à proposta de reforma agrária do governo Sarney foram estruturadas, primordialmente, a partir de três eixos: a desqualificação dos agentes envolvidos com o plano, sobretudo Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva; o apontamento de que o projeto possuía “erros técnicos”; e a constatação de que este extrapolava os princípios do Estatuto da Terra.

O presidente do INCRA, José Gomes da Silva, era classificado por Fabio Meirelles, da FARESP, como “*notável doutor cuja doutrina política-ideológica é contrária a que comungamos*”⁵⁹⁶. Meirelles admitiu ainda que a CNA estava empenhada em pressionar o governo pela demissão de José Gomes. As nomeações deste para cargos no INCRA igualmente foram contestadas pela Confederação. Flávio Brito criticou, por exemplo, a

⁵⁹² Sobre a reação de diferentes entidades patronais ao PNRA ver: MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*, 2010 & MENDONÇA, Sonia. *A classe dominante agrária; natureza e comportamento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁵⁹³ *Jornal do Brasil*, 6 de junho de 1985, 7.

⁵⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 29 de maio de 1985, p. 7.

⁵⁹⁵ *Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1985, p.8.

⁵⁹⁶ *Idem.*

indicação de Eli Veiga como delegado do órgão ao afirmar tratar-se “*de uma pessoa que defendeu em um livro que a reforma agrária só seria executada com uma revolução sangrenta*”⁵⁹⁷. José Gomes da Silva reagiu a estas acusações, reiterando constantemente que a reforma contida no PNRA era essencialmente capitalista⁵⁹⁸. A CONTAG endossava essa afirmativa, articulando o PNRA ao novo contexto político. A organização reforçava que o plano “*era um programa capitalista para democratizar a terra*”⁵⁹⁹, ao mesmo tempo em que considerava que a campanha contrária à reforma revelava “*que os beneficiários de 20 anos de arbítrio e exceção não estão dispostos a sacrificar seus privilégios*”⁶⁰⁰.

Nelson Ribeiro, ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, foi também alvo de críticas oriundas de frações da classe proprietária rural. No Congresso Brasileiro de Reforma Agrária, organizado pela CNA justamente para debater o PNRA, Nelson Ribeiro sofreu contundentes questionamentos. Sergio Cardoso de Almeida, ex-deputado e membro da SRB, em referência ao ministro fez o seguinte apelo ao presidente Sarney: “*liquida o quanto antes com este lobisomem, pois essa é a única forma do lavrador ter sossego*”. Cardoso de Almeida foi também ovacionado ao conclamar que “*ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil*”⁶⁰¹, mais uma vez se remetendo ao afastamento de Nelson Ribeiro do MIRAD. O senador Murilo Badaró, igualmente presente ao Congresso, complementou as críticas ao ministro qualificando-o como “*desastrado*” por “*quebrar a opinião unânime que existia no país a favor da Reforma Agrária*”⁶⁰².

O suposto despreparo do ministro foi destacado após o decreto No 91390, que classificava o município de Londrina como área prioritária para a reforma agrária, indicando a desapropriação da fazenda Apucarantina. Líderes da classe dominante agrária, representados, sobretudo, pelas federações do Paraná e do Rio Grande do Sul, consideraram o decreto alarmante, pois, segundo eles, poderia levar a desapropriação de toda a extensão do município de Londrina. Tal reação resultou na revogação do decreto pelo presidente Sarney, mesmo após explicações do ministro de que a redação adotada no decreto seguia a “*sistemática*” vigente ao declarar a área total do continente – a cidade de Londrina – e não

⁵⁹⁷ *Ibidem*.

⁵⁹⁸ Cf; Folha da Tarde, 8 de julho de 1985. APUD: FERRAZ, Iara (ed) (et all). *Op. Cit*, p. 34.

⁵⁹⁹ *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, junho de 1985, p. 2.

⁶⁰⁰ Folha de São Paulo, 04 de junho de 1985. APUD: : FERRAZ, Iara (ed) (et all). *Op. Cit*.p. 39.

⁶⁰¹ *Estado de São Paulo*, 28 de junho de 1985, p. 11.

⁶⁰² *Idem*.

o conteúdo específico de desapropriação – o imóvel rural de Apucarantina. De todo modo, Nelson Ribeiro acatou a modificação no decreto ao argumentar que “*o problema político deve prevalecer ao técnico*”⁶⁰³.

O recurso em apontar “falhas técnicas” do PNRA era recorrentemente acionado pelos dirigentes da CNA e da SRB no intuito de deslegitimá-lo. O principal argumento das agremiações neste aspecto residia na suposta imprecisão do cadastro de imóveis rurais. A SRB alegava, por exemplo, que, para o INCRA, as principais culturas de São Paulo ocupavam apenas 3,7 milhões de hectares ao passo que a Secretaria de Agricultura do estado indicava que esta área era de 6,5 milhões de hectares. Da mesma forma, em documento feito pela CNA e pela SRB, era questionada a projeção do PNRA de ocupar 480 milhões de hectares com novos assentados ao alegar que a área total do país era de 852 milhões de hectares, incluindo a região de 358 milhões de hectares da selva amazônica⁶⁰⁴. Concluía-se que “*o plano está contando até mesmo com o hipotético latifúndio que nem chegou a ser licenciado*” e que “*o volume de terras ociosas é menor do que o INCRA imagina*”⁶⁰⁵. Portanto, as agremiações classificaram a desatualização do cadastro de imóveis rurais como “*um problema técnico insuperável*”⁶⁰⁶, propondo, primeiramente, um novo censo de imóveis rurais para, depois, elaborar o PNRA. O presidente do INCRA, José Gomes, refutou esta demanda ao advertir que os dados do cadastramento rural eram revistos anualmente.

Contudo, a CNA obteve êxito ao reivindicar a prorrogação dos debates sobre o PNRA. A entrega da versão final do plano, prevista para meados de julho, ocorreu apenas em finais de setembro. O argumento da necessidade de um maior prazo para se avaliar o plano baseava-se na premissa de que apenas agremiações de trabalhadores rurais – como a CONTAG e a CPT – haviam sido consultadas pelas agências estatais.

A CNA propunha a criação de Comissões Agrárias tripartites – com um representante da sociedade política, outro da CONTAG e outro da própria CNA – para elaborar e executar o PNRA. Com a extensão do prazo, a CNA, a SRB, a ABCZ e a OCB articularam-se para tecer alterações ao PNRA. Essas entidades trataram de afirmar, de

⁶⁰³ Correio Braziliense, 4 de julho de 1985. APUD: FERRAZ, Iara (ed) (et all). *Op. Cit*, p. 33..

⁶⁰⁴ *Estado de São Paulo*, 27 de junho de 1985, p.12.

⁶⁰⁵ *Estado de São Paulo*, 26 de junho de 1985, p.12.

⁶⁰⁶ *Jornal do Brasil*, 21 de junho de 1985.

pronto, não serem contrárias à reforma agrária, embora reiterassem que a redistribuição fundiária deveria priorizar as terras públicas, posto ser um processo menos custoso “já que não precisaria indenizar ninguém”⁶⁰⁷. Ademais, essas agremiações lançaram mão de outra estratégia: o apoio ao Estatuto da Terra como um instrumento válido para a aplicação da reforma agrária e a conclusão de que o PNRA extrapolava preceitos contidos nesta legislação. Regina Bruno destaca as diferentes leituras conferidas ao Estatuto da Terra pela CNA e pela CONTAG. Enquanto esta última o considerava um instrumento importante para desencadear a reforma agrária, a agremiação oficial dos proprietários rurais – juntamente com a SRB que, em 1964, rejeitara a legislação – consagrava o Estatuto como referencial para a manutenção do *status quo*⁶⁰⁸.

A perspectiva patronal se explicitou quando da realização do Congresso Brasileiro de Reforma Agrária em Brasília, nos dias 27 e 28 de junho. O evento reuniu cerca de quatro mil participantes e contou com a participação de líderes da CNA, organizadora do Congresso, da SRB, da ABCZ e da OCB. O jornal *O Estado de São Paulo* chamou atenção para a forte presença de proprietários paulistas que chegaram em caravanas, totalizando trinta ônibus. O presidente da federação deste estado, Fábio Meirelles, foi bastante atuante no encontro, sendo muito aplaudido quando, em discurso, defendeu a criação do Partido Social Rural, representativo dos interesses dos proprietários agrícolas⁶⁰⁹.

A notícia de que o presidente Sarney não compareceria ao Congresso⁶¹⁰ foi anunciada de forma crítica por Flávio Brito:

“Com governo ou sem governo, estou com minha classe. Todos nós devemos privilegiar o Presidente da República, mas, nesse momento, ele está mais preocupado com a reforma da Constituição do que com o que possa acontecer com o setor agrícola. Precisamos respeitar a sua decisão, mas se nós passamos a produzir só para o nosso sustento, aí eu quero ver o que será mais importante: a política ou a produção”.⁶¹¹

Ao final do evento, a CNA, a SRB, a ABCZ e a OCB elaboraram um documento expondo os motivos pelos quais se contrapunham ao PNRA. O primeiro aspecto

⁶⁰⁷ *Jornal do Brasil*, 29 de maio de 1985, p. 7.

⁶⁰⁸ BRUNO, Regina [et al]. *Op. Cit.*, 2009, p. 38.

⁶⁰⁹ *Estado de São Paulo*, 28 de junho de 1985, p.11.

⁶¹⁰ Todavia, o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, e o ministro da Agricultura, Pedro Simon compareceram ao evento e ouviram as críticas dos participantes.

⁶¹¹ *Estado de São Paulo*, 29 de junho de 1985, p.10.

questionado referia-se à classificação da política agrícola como complementar a reforma agrária, quando, para as agremiações, deveria ser justamente o inverso. Igualmente foram elencados fatores que demonstrariam que o PNRA deturpava princípios do Estatuto da Terra, dentre os quais se destaca o fato do plano admitir formas alternativas para posse e uso da terra, como a exploração cooperativista e/ou comunitária. As agremiações postularam que tal premissa seria “*eufemismo utilizado em lugar de comunização ou coletivização da agricultura*” e que excedia o Estatuto visto que este consagrava somente as categorias de empresa rural e de propriedade familiar⁶¹².

O documento considerava, inclusive, que o PNRA transgredia a independência dos poderes da União, previstos na Constituição Federal. Isto porque o plano previa o trabalho de sensibilização do Poder Judiciário na definição do preço das indenizações de acordo com a natureza e peculiaridade das desapropriações por interesse social. Advertia ainda que, enquanto a Carta Magna tratava de “justa indenização”, o PNRA destacava o termo “custo compatível” das desapropriações com a implementação da reforma agrária. As críticas à caracterização de áreas prioritárias para a desapropriação em região de grande incidência de conflitos foram ratificadas, bem como a suposta desatualização dos dados do INCRA. Por fim, as agremiações declararam que, a despeito das críticas ao PNRA, eram totalmente favoráveis ao “*aprimoramento da estrutura fundiária*”. Este deveria pautar-se pelo estabelecimento de uma nova política agrícola, pelo recadastramento rural e pela assistência ao agricultor já assentado⁶¹³. O documento foi entregue ao presidente Sarney e conclamado, por Fábio Meirelles, como “*um verdadeiro substituto ao PNRA*”⁶¹⁴.

É importante ressaltar a conduta diferenciada de uma agremiação da classe proprietária rural: a SNA⁶¹⁵. Embora também criticasse a desapropriação por interesse social como principal instrumento para a reforma agrária, a entidade considerava positiva a elaboração do PNRA e pleiteava que o plano contemplasse a criação de uma Justiça Agrária específica para solucionar os conflitos rurais. Cabe lembrar que Octávio Mello Alvarenga, presidente da SNA, era jurista renomado e especializado, justamente, em Direito Agrário. Segundo Alvarenga, o Estatuto da Terra legitimou o desenvolvimento

⁶¹² *Idem*, p. 12

⁶¹³ *Ibidem*.

⁶¹⁴ *Estado de São Paulo*, 20 de agosto de 1985, p.11.

⁶¹⁵ Para melhor compreensão da SNA neste contexto, ver: MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*, 2010

desta vertente do Direito, que seria consagrada com a submissão das questões ligadas aos trabalhadores agrícolas a uma Justiça Agrária⁶¹⁶.

Alvarenga chegou a ironizar as reações de demais frações da classe dominante agrária ao ressaltar que “o *latifundiário sempre irá protestar assim como um menino quando toma vacina*”. Considerou ainda como de “*má fé ou ignorância*” as manifestações que alegavam que o PNRA traria perda na rentabilidade e na produção do setor agrícola⁶¹⁷. Neste sentido, a SNA procurava pautar-se por um discurso diferenciado das demais organizações patronais e, que, por certo, não era contrário às frações de classe a ela filiadas. Isto porque a sociedade representava, sobretudo, proprietários fluminenses e da região Nordeste não atingidos, a princípio, pelo PNRA⁶¹⁸. Conforme mencionado anteriormente, o plano pretendia, primordialmente, expropriar latifúndios especulativos cujos proprietários, muitas vezes, eram pessoas físicas ou jurídicas provenientes do Sul e do Sudeste. Tal diretriz explicaria a enfática reação contrária da SRB ao PNRA. Mello Alvarenga, criticou, indiretamente, a postura desta última agremiação – com a qual a SNA costumava rivalizar – ao comentar os dados do INCRA indicativos de que 20% da área total de imóveis rurais do país pertenciam a declarantes residentes em São Paulo:

*“Essas entidades, algumas de âmbito nacional, são dirigidas por paulistas que defendem o que é seu e estão satisfeitos com o atual status quo. É natural que não queiram ver alterado o quadro agrário brasileiro.”*⁶¹⁹

Os representantes da SNA não compareceram ao Congresso Brasileiro de Reforma Agrária promovido pela CNA e optou por organizar outro encontro, o Seminário Nacional de Reforma e Justiça Agrária, contando com a participação de membros da OCB, OAB, CNBB, CONTAG, dentre outros. Tal postura diferenciada da SNA resultou em sua inclusão, segundo Graziano da Silva, como uma das forças pró-reforma agrária, ao lado da CONTAG, da ABRA e CPT⁶²⁰. Vale mencionar que a OCB, embora coadunasse com

⁶¹⁶ PINTO, Raphaela Giffoni. *O novo empresariado rural; uma análise das origens, projetos e atuação da ABAG (1990-2002)*. Niterói: Dissertação de Mestrado/UFF, 2010.

⁶¹⁷ *Estado de São Paulo*, 1 de junho de 1985, p.12

⁶¹⁸ Para análise da base social da SNA ver MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*, 2010.

⁶¹⁹ *Jornal do Brasil*, 16 de junho de 1985, p. 36.

⁶²⁰ Já nas forças contrárias ao PNRA, o autor destacou a liderança da SRB. Cf; SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasilense, 1985.

alguns posicionamentos da CNA e da SRB, aproximou-se da SNA no que tange a não desqualificação completa do PNRA⁶²¹.

Cabe destacar, por fim, o surgimento, nesta conjuntura, da UDR (União Democrática Ruralista). De acordo com Mendonça⁶²², a UDR teria surgido em junho de 1985 a partir de encontros de pecuaristas do estado de Goiás, reunidos para se contraporem ao PNRA, posto que viam ameaçadas suas propriedades – caracterizadas, primordialmente, pela pecuária extensiva e não totalmente integradas aos CAI's. Associa-se a conduta desta entidade com a incitação da violência e, ao mesmo tempo, com a criação de milícias armadas contra manifestações de trabalhadores rurais. Contudo, a grande imprensa passou a veicular notícias sobre a UDR somente em inícios de 1986, embora matérias concernentes ao armamento de fazendeiros face à ocupação de terras tenham sido recorrentemente divulgadas durante todo o período de elaboração do PNRA. Bruno aponta distintas organizações surgidas no contexto do anúncio do PNRA face às chamadas “invasões” de terras, dentre as quais se destacou a PUR (Pacto União e Resposta Rural), do Rio Grande do Sul. Conforme salienta a autora, muitas delas contavam com o apoio de federações e sindicatos patronais oficiais⁶²³. A título de exemplificação, cabe destacar o posicionamento complacente do presidente da CNA ao se referir à formação de milícias armadas pelos proprietários rurais. Flavio Brito alegou desconhecer-las, porém considerou-as “compreensivas” ao comentar que “ninguém gosta de ver sua casa invadida”⁶²⁴.

Portanto, o contexto de elaboração do PNRA revelou-se cenário privilegiado para a análise de crise do sindicalismo rural oficial, ao resultar em um novo espectro de alianças e estratégias de atuação da CONTAG e da CNA. Cabe ressaltar que, para além da conjuntura política e econômica – com a consolidação da “Nova República” e com a política de contenção de gastos públicos, incluindo o crédito rural –, surgiram, tanto no âmbito patronal quanto no dos trabalhadores rurais, novas organizações da sociedade civil que questionavam práticas e discursos das Confederações aqui analisadas.

⁶²¹ Para averiguar a atuação da OCB no contexto dos anos de 1980, ver: MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*, 2010.

⁶²² MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*, 2006.

⁶²³ A autora chama atenção ainda para a ambivalência dos discursos e práticas dos proprietários: “O uso da violência como garantia da defesa da propriedade torna imprecisa a fronteira entre o novo e o velho discurso, entre os empresários defensores da competitividade e da negociação e os tradicionais fazendeiros latifundiários. Nesse momento, pouco se distingue o novo empresário do latifundiário tradicional, ou a voz ‘civilizada das urbes’ da rudeza dos residentes dos ‘grotões’”. BRUNO, Regina [et al.]. *Op. Cit.*, p. 87.

⁶²⁴ *O Estado de São Paulo*, 13 de junho de 1985, p. 14.

No que tange à CNA nota-se, em relação ao plano de reforma agrária do governo Sarney, uma postura um tanto diferenciada se comparada com sua atuação na época de formulação do Estatuto da Terra. Isto porque, conforme já averiguado, a Confederação não rejeitou por completo a legislação agrária do governo Castelo Branco, procurando nela inserir suas demandas por intermédio da articulação com agentes da sociedade política e organizações da sociedade civil, dentre as quais se destacou a própria SNA. Cabe lembrar que, neste contexto, a CNA e a SNA adotaram posicionamentos similares em relação ao Estatuto, enquanto a SRB liderava as críticas a ele. Já na conjuntura de elaboração do PNRA, a CNA se aproximou da SRB numa uma enfática reação contrária ao plano, distanciando-se da conduta da SNA, com a qual possuía estreitos vínculos ao menos até finais dos anos de 1960.

Por certo, a CNA detinha maior representação junto à sociedade política durante o governo Castelo Branco, tendo sido bastante atuante no Grupo de Trabalho que redigiu o Estatuto da Terra. Já no limiar da “Nova República” a agremiação não obteve, ao menos inicialmente, posição de destaque na correlação de forças que formulou o PNRA, o qual, vale reforçar, foi anunciado pela primeira vez em um congresso de trabalhadores rurais – o IV Congresso da CONTAG. Este fato poderia em parte explicar a mudança na postura da CNA. Ademais, a federação de São Paulo – que representava frações de classe potencialmente mais atingidas com a execução do PNRA – ganhou maior representatividade na direção da CNA a partir de finais da década de 1970, conforme pode ser averiguado na projeção conferida a Fábio Meirelles – presidente da FARESP e vice-presidente da CNA – não só na revista *Gleba*, como em jornais da grande imprensa ao tratar da posição oficial da CNA face ao plano de reforma agrária. A modernização tecnológica empreendida na agricultura alterou a estrutura produtiva das propriedades de parte dos dirigentes da Confederação, modificando suas reivindicações e campanhas.

O posicionamento da CNA sobre o PNRA igualmente pode ser explicado a partir de outro registro: a crise de representação vivida pela direção da agremiação, acusada de “imobilismo” e “governismo” não só por outras agremiações patronais rurais, mas também por sua própria base. Neste sentido, a fim de fazer frente a estas críticas, a CNA reelaborou sua articulação com organizações da sociedade civil – aproximando-se da SRB, por exemplo –, bem como refutando, ao menos temporariamente, a postura de “colaboradora

dos Poderes Públicos” ao optar pela acirrada contestação ao plano. Cabe lembrar que, mesmo com mudanças em seus discursos e práticas, a direção da CNA foi questionada, o que resultou na saída definitiva de Flavio Brito do comando da agremiação em 1987.

Já a CONTAG adotou conduta oposta frente ao surgimento de novas organizações de trabalhadores rurais e de oposições em suas bases: reforçou preceitos da estrutura sindical oficial. Se no III Congresso, em 1979, a temática da liberdade de criação e organização de sindicatos obteve espaço, com base na Convenção 87 da OIT, no IV Congresso, em 1985, a bandeira da unicidade sindical foi consagrada como melhor encaminhamento para a luta dos trabalhadores. O suposto enfraquecimento das reivindicações e da mobilização da classe foi utilizado como principal argumento para a condenação de ações e organizações “paralelas” à estrutura oficial. Para manter a hegemonia na representação dos trabalhadores rurais – assegurada durante boa parte da ditadura militar – a CONTAG reforçou seu papel de porta-voz legítima e privilegiada da classe junto às agências estatais, endossando a prerrogativa de “colaboradora dos Poderes Públicos”, prevista na legislação que a regia.

Desta forma, a CONTAG, com o anúncio do PNRA, optou por apoiá-lo, apostando na articulação com agências da sociedade política para a obtenção de suas demandas. Tal posicionamento destoava dos de outras agremiações, como o MST, que considerava as diretrizes do PNRA limitadas e refutava o Estatuto da Terra – legislação na qual o plano se baseava. A diferenciação da CONTAG e do MST era expressa também em suas práticas na medida em que a agremiação oficial priorizava o encaminhamento institucional de demandas, enquanto a organização dos Sem Terra articulava manifestações coletivas, como ocupações e acampamentos. Nas palavras de Graziano, a principal forma de atuação do MST “*constituiu-se na ocupação de terras ociosas, atitude considerada muito radical para um sindicalismo que ensaiava os primeiros passos no sentido de questionar o seu atrelamento ao Estado. Em resumo, o Movimento Sem Terra muitas vezes somou forças à luta dos sindicatos de trabalhadores rurais; em outras, porém, dividiu*”⁶²⁵.

Vale ressaltar, como o aponta Tavares, que a CONTAG, ao menos inicialmente, obteve espaço na correlação de forças que idealizou o PNRA, posto que muitos assessores do sindicalismo oficial dos trabalhadores rurais ocuparam postos no INCRA e no

⁶²⁵ SILVA, José Graziano da. *Op. Cit.*, 1985, pp. 54 e 55.

MIRAD⁶²⁶. Neste sentido, o apoio da CONTAG ao PNRA pode ser apreendido por diferentes fatores: como estratégia de diferenciação para deter a hegemonia junto ao conjunto dos trabalhadores rurais; por avaliar como favorável a aproximação com a Aliança Democrática no contexto de consolidação da “Nova República”; e por considerar que o plano continha premissas fundamentais para desencadear a reforma agrária, sobretudo por acenar a participação dos trabalhadores rurais neste processo e por lançar mão do instrumento de desapropriação por interesse social.

Todavia, se a CONTAG pôde identificar suas demandas na primeira versão do PNRA, o mesmo não pode ser dito em relação à 12ª versão do plano, decretada pelo presidente Sarney. Tal qual ocorreu com o Estatuto da Terra, o PNRA sofreu alterações significativas, fruto de pressões de setores organizados da sociedade civil, sobretudo daqueles agremiados em entidades patronais rurais. Apesar de ter mantido a meta de assentar 1,4 milhões de trabalhadores em quatro anos, a redistribuição fundiária, na prática, se inviabilizou face às alterações sofridas na redação final do plano. Conforme ressalta Graziano, essas modificações “*acabaram por descaracterizar completamente o PNRA (...) transformando-o em mera ‘carta de (más) intenções’*”⁶²⁷.

Entre os “recuos” do programa, pode-se citar a não definição de áreas emergenciais para a desapropriação por interesse social. Aliás, o instrumento de desapropriação – antes considerado fundamental para a reforma agrária – foi apresentado como último recurso a ser acionado, prevalecendo “*a negociação e o entendimento*”⁶²⁸. Os estados foram incumbidos de elaborar planos regionais de reforma agrária a partir de – tal como pleiteado pela CNA – comissões tripartites, diminuindo o poder de atuação dos trabalhadores rurais. Ademais, esses planos só seriam executados sob autorização do Presidente da República. Criou-se ainda a noção de “latifúndio produtivo” uma vez que, segundo o plano, seria evitada a desapropriação de imóveis rurais que, mesmo com grandes dimensões, exercesse sua função social. Como os critérios para definir a função social da terra eram amplos e imprecisos – especialmente o critério de “manter níveis satisfatórios de produtividade” – muitos latifúndios utilizavam dessa “brecha” na legislação para contestar possíveis

⁶²⁶ TAVARES, Ricardo. *Op. Cit.*

⁶²⁷ SILVA, José Graziano da. “O PNREX aquele que parece o PNRA, mas não é”. IN: *Revista Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, agosto a dezembro de 1985, p. 13.

⁶²⁸ Graziano coloca que “essa expressão mística ‘negociação e entendimento’ tem sido usado com muito abuso neste país desde a morte de Tancredo Neves”. Cf. *Idem*, p. 15.

desapropriações⁶²⁹. A inclusão do parágrafo que estipulou que deveria ser evitada a desapropriação de imóveis com grande incidência de parceiros e arrendatários, mesmo em zonas prioritárias e de conflitos, igualmente consistiu em mais um recurso para inviabilizar a reestruturação fundiária⁶³⁰. Vale destacar ainda que, no discurso para apresentar o PNRA, o presidente Sarney anunciou que a reforma agrária complementar a política agrícola, atendendo às demandas de frações da classe proprietária rural e desvirtuando os preceitos originais do plano. Por fim, não foi estabelecido um critério para definir o valor das indenizações a serem pagas com as desapropriações⁶³¹.

Desta forma, o decreto do PNRA aprovado pelo Sarney foi considerado pelo presidente da CONTAG “*um tremendo retrocesso*” ao passo que Flávio Brito, presidente da CNA, classificou o plano como “*promissor*”⁶³². Uma semana após a assinatura do decreto, José Gomes da Silva pediu demissão da presidência do INCRA, alegando que o plano estava muito aquém mesmo do Estatuto da Terra. Graziano avalia que a articulação de frações da classe patronal rural – que, até então, se encontravam em embates pelos subsídios estatais – foi primordial para a alteração do PNRA. Da mesma forma, o autor considerou que a falta de atuação conjunta de organizações de trabalhadores rurais também tenha contribuído para a descaracterização do plano, bem como o apoio apenas formal de organizações dos trabalhadores urbanos⁶³³.

A CONTAG emitiu nota oficial de repúdio ao PNRA aprovado, alegando que “*o Governo se distancia dos compromissos assumidos pela Nova República não só diante dos trabalhadores rurais, mas de toda a nação*”⁶³⁴ e, em carta aberta ao Presidente Sarney, solicitou, face à demissão de José Gomes da Silva, que Nelson Ribeiro acumulasse os cargos de ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e de presidente do INCRA⁶³⁵. Articulou ainda um documento a ser entregue aos candidatos à Assembléia

⁶²⁹ *Ibidem*, p. 17.

⁶³⁰ José Gomes da Silva adverte que tal aspecto facilitaria a fraude posto que proprietários poderiam recorrer a parentes para serem “arrendatários de fachada”. *Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1985, p. 7.

⁶³¹ Feliciano indica que, em quatro anos, o PNRA assentou não 1, 4 milhões de famílias como estipulado, mas apenas 69. 778 famílias. Cf; Feliciano. Carlos Alberto. *Movimento Camponês Rebelde; a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

⁶³² *Jornal do Brasil*, 11 de outubro de 1985, p. 8.

⁶³³ SILVA, José Graziano da. *Op. Cit*, agosto a dezembro de 1985, pp. 19 e 20.

⁶³⁴ CONTAG. *Posição da CONTAG sobre o PNRA aprovado; nota oficial assinada por José Francisco da Silva*. Brasília, 11 de outubro, p. 4.

⁶³⁵ CONTAG. *Carta ao Presidente da República*. Brasília, 29 de outubro de 1985.

Constituinte, contemplando as diretrizes de reforma agrária aprovadas em seu IV Congresso. A CNA igualmente mostrou-se mobilizada para a conformação da Constituinte, com o intuito de eleger quarenta representantes afinados com os interesses da classe dominante agrária. Considerando o PNRA um episódio encerrado, o presidente da CNA declarou: “o PNRA já está aí, mas basta uma maioria de esquerda na Constituinte para acabar com ele”⁶³⁶.

Cabe assinalar, por fim, que, apesar do êxito em suas demandas junto ao PNRA, a direção da CNA permaneceu sofrendo críticas internas, sendo substituída em 1987. Já a CONTAG teve sua crise de representação aprofundada com a derrota política no PNRA e, posteriormente, na Constituinte.

⁶³⁶ *Estado de São Paulo*, 28 de setembro de 1985, p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a atuação da CONTAG e da CNA no período compreendido entre os anos de 1964 a 1985, procurou-se apontar suas estratégias específicas de representação, uma vez tratem-se de agremiações vinculadas à estrutura sindical corporativista. Não se pretendeu, contudo, ressaltar o caráter meramente “governista” de ambas as Confederações, mas, sim, averiguar que setores da classe dominante agrária (no caso da CNA) e que setores da classe trabalhadora rural (no caso da CONTAG) eram por elas contemplados. Não se trata, tampouco, de negar as imposições e limites derivados da legislação sindical, sobretudo no contexto político marcado pela ditadura militar. Neste sentido, é importante lembrar – tal como pontuado em distintos momentos da tese – a repressão, violência e censura que se abateram sobre a CONTAG e alguns de seus dirigentes no período.

O primeiro capítulo se deteve em analisar o processo de construção do sindicalismo corporativista rural, destacando, justamente, as disputas entre setores da sociedade civil organizados para compor as diretorias da CONTAG e da CNA. No que tange à entidade oficial dos grandes proprietários rurais foi possível perceber, inicialmente, a aproximação de agentes filiados à SNA representativos, sobretudo, do setor canavieiro /usineiro do nordeste e do estado do Rio de Janeiro. Contudo, conforme ressaltado no segundo capítulo, a pesquisa da trajetória de seus dirigentes revelou que a CNA também comportava setores agroindustriais, cafeeiros e da pecuária paulista e também do sul do país, evidenciando conflitos no próprio interior da esfera de representação oficial do patronato rural.

Tais dissonâncias puderam ser constatadas já em começos da ditadura militar, com o anúncio do Estatuto da Terra pelo governo Castelo Branco. Isto porque – como averiguado no capítulo três – enquanto a CNA aprovou, em boa medida, a proposta do Estatuto – interessada, sobretudo, na execução das políticas agrícolas – as federações estaduais de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul – a ela subordinadas – adotaram posicionamento contrário à legislação, aproximando-se da SRB. Com o avanço do processo de modernização da agricultura, frações de classe integradas aos CAI’s granjearam maior espaço junto à direção da CNA, tendo-se tornado Fábio Meirelles - presidente da FARESP – um importante porta-voz da Confederação desde fins da década de 1970.

O contexto de elaboração do PNRA expressou esse reordenamento na correlação de forças vigente no próprio interior da CNA, tendo a entidade optado, tal como demonstrado no último capítulo, por rejeitar o plano do governo Sarney, liderando – juntamente com a SRB – a oposição a ele. Cabe lembrar que a SNA – agremiação historicamente vinculada com a CNA – assumiu postura diversa do sindicato oficial da classe dominante agrária apoiando, ao menos em parte, o PNRA. Ademais, conforme verificado no segundo capítulo, estados do Centro Oeste possuíam pouca representatividade junto à direção da CNA, o que auxilia na compreensão do surgimento de oposições sindicais nesta região, posteriormente desdobradas na criação da UDR, a partir de uma reunião de pecuaristas em Goiás. Uma das justificativas para a fundação dessa nova entidade seria, justamente, o caráter “governista” desempenhado pela CNA, argumentação esta igualmente utilizada na gestação de uma chapa de oposição a Flavio da Costa Brito nas eleições para a direção da Confederação em 1985. Muito mais do que a mera crítica à estrutura sindical oficial, a configuração de uma chapa oposicionista visava consagrar uma nova correlação de forças no âmbito da CNA, contemplando frações do patronato rural tidas como “mais modernas”, além daquelas assentadas na produção de soja e na pecuária extensiva do Centro Oeste.

De todo modo, conquanto certos aspectos da legislação sindical – como a unicidade e o imposto sindical – não tenham sido diretamente questionados, foi possível constatar, tal como afirma Graziano da Silva⁶³⁷, que as agremiações patronais de cunho formal - legal, isto é, vinculadas à estrutura sindical oficial, tiveram seu potencial representativo reduzido face ao surgimento de inúmeras entidades da classe proprietária rural – advindas do processo de modernização da agricultura – impondo a necessidade de reorganizar suas estratégias de atuação. Nota-se, todavia, que a inserção de frações da classe dominante agroindustrial junto à CNA objetivava, fundamentalmente, desfrutar das prerrogativas inerentes a esta esfera de representação, quais sejam: a participação em agências estatais, o acesso aos recursos do imposto sindical e o monopólio da fala oficial do patronato rural. Nesse sentido, essas frações procuravam se organizar tanto em associações tidas como de representação real quanto em agremiações sindicais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho.

⁶³⁷ SILVA, José Graziano da. *Op. Cit.*, 1991.

Já em relação à CONTAG, constatou-se que, no contexto de sua criação, houve disputas pela composição de sua diretoria, expressas, primordialmente, pela ULTAB (ligada ao PCB), pela AP e associações católicas ligadas aos Círculos Operários Cristãos. Neste período, agentes da ULTAB e da AP obtiveram êxito em ocupar a diretoria da CONTAG. Entretanto, com a eclosão do golpe militar de 1964, esta sofreu intervenção, passando a ser comandada por setores ligados aos Círculos Operários Cristãos até 1968, quando uma nova diretoria assumiu a Confederação.

A influência da Igreja Católica junto ao órgão sindical máximo dos trabalhadores rurais se manteve mesmo após a emergência de José Francisco da Silva como presidente da entidade. Porém, cabe destacar que se tratava, em boa parte, de setores vinculados à Teologia da Libertação e às pastorais rurais, que atuaram, sobretudo, na elaboração de cadernos de formação e educação sindical. Foram apontados, ainda, indícios da inserção de agências norte-americanas junto aos sindicatos de trabalhadores rurais ao menos durante a década de 1960, embora a concretização desta influência tenha sido difícil de ser investigada.

O predomínio de determinada categoria de trabalhadores rurais junto aos dirigentes da CONTAG igualmente não pode ser mensurado. Todavia, é lícito concluir que muitas das ações lideradas pela CONTAG voltavam-se para disputas judiciais envolvendo assalariados agrícolas, desencadeando, inclusive, greves vinculadas a esta categoria. Por certo, a reforma agrária consistia na principal bandeira da agremiação, porém, a atuação da CONTAG em relação a esta demanda restringiu-se a denúncias institucionalmente encaminhadas. A região Nordeste – com destaque para o estado de Pernambuco – era a mais representativa junto aos quadros dirigentes da CONTAG, ao passo que as regiões Norte e Centro Oeste possuíam poucos agentes junto a eles. Desta forma, a CONTAG, durante o período abarcado pela pesquisa, teria privilegiado ações voltadas para as reivindicações dos trabalhadores assalariados da zona canavieira de Pernambuco e do Rio de Janeiro, em detrimento daquelas em prol de posseiros expulsos na Amazônia, por exemplo. Tal conduta explica, em parte, a eclosão de oposições sindicais e da CPT no Norte do país.

Quanto à criação de entidades de trabalhadores rurais paralelas à estrutura sindical, a CONTAG, inicialmente, procurou atuar em conjunto com estas, bem como intentou renovar diretorias de agremiações oficiais e avançar no debate acerca da liberdade de

criação dos sindicatos. Entretanto, a Confederação, em começos dos anos de 1980, optou por ratificar as prerrogativas da unicidade sindical e do monopólio da representação dos trabalhadores rurais face à ascensão e à maior projeção de entidades ligadas à CUT, às pastorais da terra e, posteriormente, ao MST. Vale destacar que, segundo Tavares⁶³⁸, nas áreas canavieiras pernambucanas e fluminenses, as oposições à estrutura sindical não foram tão incisivas quanto em outras regiões do país devido, justamente, a maior organicidade das federações oficiais desses estados com relação a suas bases. Ademais, importa assinalar que as oposições sindicais ligadas a CUT e mesmo ao MST contestavam primordialmente a conduta legalista da CONTAG, propondo novas modalidades de ação no campo, como por exemplo as ocupações de terras.

Todavia, em pleno contexto de “abertura política”, a Confederação optou por manter uma postura de conciliação e de não enfrentamento com as agências estatais, avaliando contar com algum potencial de pressão/decisão junto aos órgãos formuladores do PNRA. Os recuos em relação à reforma agrária vitoriosos na versão final do PNRA resultaram na derrota política da CONTAG, não só no que tange a suas principais reivindicações ou a seu papel na correlação de forças da Nova República, como também, junto a certas categorias dos próprios trabalhadores rurais, que buscaram outras modalidades representativas.

A inserção de grupos da sociedade civil organizada junto à CONTAG e à CNA igualmente pode ser averiguada por intermédio da análise de suas principais campanhas. A reforma agrária constituiu-se, sem dúvida alguma, na bandeira central da CONTAG, sendo possível apontar a vinculação entre o discurso católico e o argumento relativo ao caráter explicitamente social da necessidade de reestruturação fundiária. Do mesmo modo, a ênfase conferida aos benefícios econômicos da reforma agrária para o desenvolvimento do país pode ser articulada a perspectivas já existentes mesmo no período anterior ao golpe, inclusive, no interior do PCB. Até mesmo a prestação de serviços previdenciários e médicos desempenhados pelos sindicatos oficiais pode, em parte, ser atrelada a funções assistencialistas engendradas por organizações com vínculos com a Igreja Católica e com agências norte americanas no contexto que antecedeu a ditadura militar. Destaca-se ainda a postura da CONTAG pautada, primordialmente, pela exigência da aplicação das legislações

⁶³⁸ TAVARES, Ricardo. *Op. Cit.*

agrária e trabalhista. Neste sentido, sua atuação assentou-se na divulgação dos direitos assegurados em lei e dos instrumentos para exigir seu cumprimento na Justiça do Trabalho. Mesmo as greves desencadeadas pela agremiação seguiam as diretrizes da Lei de Greve.

Quanto à CNA, sua principal campanha consistiu na defesa de políticas públicas voltadas para a modernização da agricultura, intentando, por certo, favorecer as frações de classe a ela filiadas. Com a modificação da estrutura produtiva agrícola, muitos associados da CNA se tornaram *empresários rurais* e a agremiação utilizou-se do pressuposto da necessária mudança técnica e de mentalidade a ser imprimida ao campo para rejeitar propostas de reforma agrária. Também a demanda por subsídios estatais permaneceu, mesmo no contexto de crise econômica e de contenção dos créditos rurais, enfocando, principalmente, o setor canavieiro / usineiro ao pleitear maiores recursos para programas como o Proálcool. Igual tom tiveram as medidas assistencialistas adotadas por seus sindicatos, que priorizavam o auxílio técnico às propriedades, além de serviços ambulatoriais ou educacionais capazes de atrair a filiação de pequenos proprietários.

Outro importante aspecto desenvolvido na tese consistiu em averiguar a inserção de reivindicações da CNA e da CONTAG junto a agências da sociedade política. Revelou-se emblemática a maior representação do sindicato patronal rural junto a órgãos estatais, sobretudo aqueles relacionados às políticas agrícola e agrária. Já no governo Castelo Branco a CNA teve importante atuação no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Estatuto da Terra e, posteriormente, junto ao IBRA, organismo incumbido de executar a reforma agrária. A CONTAG, representante da classe diretamente beneficiada pela suposta reestruturação fundiária não foi contemplada com a participação em nenhuma dessas agências, a despeito de suas constantes reivindicações e de sua prerrogativa como sindicato oficial. A agremiação dos trabalhadores rurais pode influenciar, neste período, temáticas ligadas à previdência social no campo, tendo sua demanda de custeio do PRORURAL – sem a contribuição direta do trabalhador rural e sem a destinação de parte de seu imposto sindical para este fim – acatada. A representação da CONTAG junto a um órgão vinculado à reforma agrária somente ocorreu em 1968, quando da criação do GERA (Grupo Interministerial da Reforma Agrária). Todavia, as medidas reformistas anunciadas por este Grupo não foram de fato postas em prática, de modo que as demais resoluções do INCRA e

do PROTERRA, por exemplo, limitaram-se a atender, principalmente, a demandas da CNA.

A CONTAG via suas reivindicações parcialmente contempladas pelo Ministério do Trabalho, com a execução de projetos educacionais – como o PEBE (Programa Especial de Bolsas de Estudos) – e a manutenção da prescrição bienal para exigir direitos na Justiça após o término do contrato de trabalho do empregado rural. Contudo, mesmo junto a este Ministério, uma importante demanda formulada pela CNA foi acatada, a despeito dos protestos da CONTAG: a possibilidade de representar pequenos proprietários rurais.

Já no contexto de “transição democrática”, a CONTAG pareceu, inicialmente, ter suas reivindicações contempladas pelo MIRAD e o INCRA. Entretanto, com a ferrenha reação das agremiações patronais – entre elas a CNA – o PNRA, elaborado por aquelas agências, revelou-se uma frustração para a CONTAG. Desta forma, constata-se que interesses da classe trabalhadora rural eram, em parte, atendidos por agências de menor inserção junto à temática da reforma agrária, limitando-se a alguns direitos previdenciários e trabalhistas.

Quanto às demandas da classe dominante agrária, sua inserção na sociedade política pode ser averiguada em órgãos considerados fundamentais na elaboração de medidas agrícolas e agrárias. Averiguou-se, nesta pesquisa, de que forma frações do patronato rural, agremiadas na CNA, inscreveram-se materialmente na formulação de políticas ligadas à reforma agrária, contando com importante participação tanto na redação final do Estatuto da Terra em 1964, quanto na do PNRA, em 1985. Neste sentido, a sociedade política não apenas expressava os conflitos entre CNA e CONTAG, como também reproduzia, em seus aparelhos, a subordinação da classe trabalhadora rural, já assinalada na estrutura produtiva agrícola.

Cabe apontar, por fim, que a análise das conjunturas econômicas e políticas mais amplas, ocorridas entre 1964 e 1985, não foi aprofundada na tese, embora alguns de seus aspectos tenham sido pontuados ao se articular a atuação da CONTAG com da CNA. Ademais, o estudo mais pormenorizado de federações e sindicatos subordinados às Confederações em muito contribuiria para a melhor apreensão da esfera de representação do sindicalismo corporativista rural, bem como para a verificação de sua crise. Por certo, as ações da CONTAG e da CNA, explicitadas durante a formulação do PNRA, redefinir-se-

iam junto a outros importantes contextos, como no caso da conformação da Assembleia Nacional Constituinte e, já na década de 1990, com a afirmação hegemônica do projeto do agronegócio.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, Alzira Alves e BELOCH, Israel (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária/ FGV-CPDOC-FINEP, 1984.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1987)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. *Reforma Agrária*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, n.1, vol. 25, janeiro a abril de 1995.
- BALTAR, Ronaldo. *Empresários Rurais e reforma agrária no governo de transição (1985-1988)*. Campinas: Dissertação de Mestrado / UNICAMPI, 1990.
- BARBOSA, Rômulo Soares. *Entre a Igualdade e a Diferença; processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Seropédica: CPDA/ Tese de Doutorado, 2007.
- BARCELLOS, Fernando. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*: UFRRJ/CPDA/ Dissertação de Mestrado, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas – Sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.
- _____. “A representação política; elementos para uma teoria do campo político”. IN: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRUNO, Regina. “Liberalismo e Reforma Agrária: o Governo Castelo Branco”. IN: _____. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra; a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. [et al]. *Brasil ambivalente; agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: MaudX; Seropédica: EDUR, 2009.
- _____. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. IN: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, novembro de 1995.
- CAMARGO, Aspásia. “A Questão Agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964)”. IN: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Republicano)*. São Paulo: DIFEL, 1981, tomo III, vl. III (Sociedade e Política 1930-1964).
- CARDOSO, Maria Margarida. *O Grito pela terra; religiosos católicos e subalternos rurais na Amazônia Legal Brasileira na década de 1970*. Niterói: Dissertação de Mestrado/UFF, 2006.
- CASTRO, Paulo Rabello de. *Barões e Bóias frias: repensando a questão agrária no Brasil*. São Paulo: APEC, 1982.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA. *50 anos de CNA (1951-2001)*. Brasília: CNA, 2002.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA.. *30 anos de luta*. Brasília: CONTAG, novembro de 1993.
- COSTA, Luiz Flavio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson & Teixeira, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CRUZ, Dalcy da Silva. *A Redenção Necessária; Igreja Católica e sindicalismo rural 1960-1964*. Campina Grande: Dissertação de Mestrado/Universidade Federal da Paraíba, 1982.

CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *O Camponês e a História; a construção da ULTAB e a formação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO, 2004.

DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)*. São Paulo: Ícone, 1985

DUARTE, Hugo. *A Ação Popular e a questão do humanismo; das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)*. Niterói: UFF / Dissertação de Mestrado, 2010.

DREIFUSS, René. 1964: *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVEZ, Benedita Maria Gomes. *Confederação Rural Brasileira: origem e proposta*. Itaguaí: Dissertação de Mestrado/CPDA, 1991.

Feliciano. Carlos Alberto. *Movimento Camponês Rebelde; a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERRAZ, Iara (ed) (et all). *Quem tem medo da reforma agrária; dossiê das reações ao PNRA maio/agosto de 1985*. Rio de Janeiro: CEDI, 1985.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes; história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GARCIA, Nicole. *Uma política previdenciária para o campo no governo Médici (1969-1973)*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Dissertação de Mestrado, 2010.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil; políticas agrícolas e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.1 e v.3.

GOODMAN, David. “Economia e sociedades rurais a partir de 1945”. IN: BACHA, Edmar & KLEIN, Hebert (org.). *A Transição Incompleta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, v.1.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Lênin e Gramsci*. São Paulo: L&PM Editores, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República”. IN: GOMES, Ângela de Castro et alli (org). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

HEINZ, Flavio Madureira. *Les Fazendeiros à l’heure syndicale; representation professionnelle, interets agraires et politique au Bresil (1945-1967)*. Paris: Septentrion, 1996.

HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos: conflitos e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

IANNI, Otávio. *Ditadura e Agricultura, o desenvolvimento capitalista na Amazônia (1964-1978)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

KAGEYAMA, Ângela (coord). “O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais”. IN: *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: Série IPEA, 1990, n. 127.

LEAL, Giuliana Franco. *Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária - um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (1995-2001)*. Campinas: Dissertação de Mestrado/UNICAMP, 2002.

LEANDRO, José. *Depoimento: minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil*. Fortaleza, s/l, 1988.

LEITE, Sérgio. “Padrões de Desenvolvimento e Agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, Dinâmica Agrária e Modernização Conservadora”. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, jan-abril de 1995, n.1, vl. 25.

LEITE, Sergio & PALMEIRA, Moacir. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. IN: *Debates CPDA*. Rio de Janeiro: CPDA, setembro de 1997, n. 1.

LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-ômega, 1984.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *Sindicalismo Rural em Pernambuco e o golpe de 1964*. Publicado na página do Observatório Social do Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - www.fundarj.gov.br/licitacao/observa_Pernambuco -, 2004.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira; combates e controvérsias*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

LOWY, Michael. *A guerra dos deuses; religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINE, George. *Fases e Faces da modernização agrícola brasileira*. Texto para Discussão, 15. Brasília: IPEA, 1989.

MARTINE, George & BESKOW, Paulo Roberto. “O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola”. IN: MARTINE, George & GARCIA, R.. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: CAETÉS, 1987.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *A questão da reforma agrária no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/USP, 1982.

_____. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. IN: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 4 de julho de 1995.

MELO SOBRINHO, Noeli Correia de. *A Igreja, a Política e a Questão Agrária no Brasil*. Seropédica: Dissertação de Mestrado/ CPDA, 1986.

MENDONÇA, Sonia. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. “Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania”. In: *Tempo I*. Rio de Janeiro, v. 1, 1996.

_____. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. “Questão Agrária, Reforma Agrária e Lutas Sociais no Campo”. IN: *Revista Social e Movimento Social*. São Luís, vl. 2, n.1, jan/jun de 2000.

_____. “Representação Empresarial e Reforma Agrária na Nova República”. IN: *Tempo*. Rio de Janeiro: Sete Letras, v.7, n.14, janeiro de 2003.

- _____. “Estado e Representação Empresarial: um estudo sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (1964-1993)”. IN: *Relatório Técnico para o CNPQ*. Niterói, junho de 2004.
- _____. “1964: o duplo golpe no campo. IN: *Outubro*, São Paulo, v.10, 2004.
- _____. *Estado e Representação Patronal Rural no Brasil: um estudo sobre a SNA*. Relatório Final do CNPq, fevereiro de 2005.
- _____(org.). *O Estado Brasileiro: Agentes e Agências*. Niterói: Vício de Leitura/EDUFF, 2005.
- _____. *A classe dominante agrária; natureza e comportamento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Estado e Educação Rural no Brasil; alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / FAPERJ, 2007.
- _____. *Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.
- _____ & FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 2001.
- MINC, Carlos. *A Reconquista da Terra; Estatuto da Terra, luta no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MORAES, Sonia. *O Estado e a Propriedade Agrária no Brasil: fórmulas jurídicas e vigência política*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/ Faculdade de Direito da USP, 1987.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismo e reforma agrária nos anos 50”. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vl. 18, n. 35, 1998.
- MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MULLER, Geraldo. *O Complexo Agroindustrial*. Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- NORA, Helenice Aparecida. *A organização sindical no Rio Grande do Sul e o surgimento do sindicato dos trabalhadores rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)*. Passo Fundo, Dissertação de Mestrado / UPF, 2002.
- OLIVEIRA, Pedro Cassiano. *Extensão Rural: “a cara do governo no campo”*. Niterói: UFF/ Monografia de Graduação em História, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. *Crítica a razão dualista e o onitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAIVA, Vanilda (org). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PAIVA, Ruy Miller. *A agricultura no desenvolvimento econômico; suas limitações como fator dinâmico*. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.
- PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sergio. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas; reflexões sobre a questão agrária”. IN: *Debates CPDA*. Rio de Janeiro, setembro de 1997, n.1.
- PINTO, Luis Carlos Guedes. “Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no período de 1964 a 1994. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: Revista da ABRA, jan-abril de 1995.
- PINTO, Luzia Alice Conyo Guedes. *CONTAG: uma organização contraditória*. Brasília: Dissertação de Mestrado/UNB, 1978.
- PINTO, Raphaela Giffoni. *O novo empresariado rural; uma análise das origens, projetos e atuação da ABAG (1990-2002)*. Niterói: Dissertação de Mestrado/UFF, 2010.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

- RAMOS, Carolina. *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil; uma análise da atuação da CNA frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970)*. Niterói: Dissertação de Mestrado/ UFF, 2006.
- RICCI, Rudá. *A CONTAG no governo de transição: um ator à procura de seu texto*. São Paulo: Caderno CEDEC n. 15, 1990.
- _____. *Terra de ninguém; a representação sindical no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMP, 1999.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das Centrais Sindicais. IN: BOITO, Armando (org), *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SALIS, Carmem Lúcia Gomes. *O Estatuto da Terra: origens e (des)caminhos da proposta de reforma agrária dos governos militares*. Assis: USP/ Tese de Doutorado, 2008.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos; comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTOS FILHO, José dos Reis & MEDEIROS, Leonilde. Notas sobre a Reforma Agrária no IV Congresso da CONTAG. IN: *Revista Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, maio-julho de 1985, pp.25-31.
- SANTOS FILHO, José & MEDEIROS, Leonilde. “Notas sobre o IV Congresso da CONTAG”. IN: *Reforma Agrária. Campinas: ABRA, janeiro-abril de 1985*, pp. 25 a 31.
- SANTOS, Raimundo & COSTA, Luiz Flavio Carvalho. Camponeses e Política no pré-1964. IN: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, abril de 1997, n. 8.
- SILVA, Joana Massena Pessoa da. *A reorientação do trabalho agrário do PCB e a disputa pela hegemonia na formação da CONTAG (1950-1963)*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/UFRRJ, 2003.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. “O PNREX aquele que parece o PNRA, mas não é”. IN: *Revista Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, agosto a dezembro de 1985.
- _____. “As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia”. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 1991.
- SILVA FILHO, João Maia da. Pecuária na Amazônia. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, novembro-dezembro de 1973.
- SILVA, José Francisco da. PROTERRA – Manifestação preliminar. IN: *Revista Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, agosto de 1971.
- SILVA, José Gomes da. PROTERRA, análise. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, outubro de 1972.
- _____. *A Reforma Agrária no Brasil; frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. *Sociedade e Política no Brasil pós-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- SOUSA, Baltazar Macaíba. *Sindicalismo Rural; burocratização e autonomia – análise da filiação da CONTAG à CUT*. Fortaleza: UFC/ Tese de Doutorado, 2006.
- STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, Círculos Operários e Política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Anna Blume / FAPESP, 2008.
- TAVARES, Ricardo. *CONTAG: da ditadura à transição – memória social e construção política do campesinato*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/IUPERJ, 1992.
- TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Algumas notas sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais após o golpe de 1964. IN: *Revista de História*. Salvador, UFBA, n. 2, 1, 2010.
- TONETTO, Sandra Márcia. *Clamores da Luta pela Terra: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social*. Franca: Tese de Doutorado/ Universidade Estadual Paulista, 2007.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VIANNA FILHO, Luiz. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.

FONTES PESQUISADAS:

- Revista *Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, 1964 a 1973.
- Revista *A Força Verde*. Brasília: CNA, 1974 a 1978.
- Revista *Campo Verde*. Brasília: CNA, 1978 a 1984.
- Revista *O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, 1969 a 1985.
- Fundo Paulo Assis Ribeiro, localizado no Arquivo Nacional.
- Fundo Movimentos Sociais Rurais/ Série CONTAG, localizado no CPDA/UFRRJ junto ao Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais.
- Arquivo Lyndolpho Silva*, localizado no CPDA/UFRRJ.
- Jornal Terra Livre*. São Paulo, ULTAB, 1963 a 1964.
- Revista Reforma Agrária*. Campinas, ABRA, 1972 a 1985.
- Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1964 e 1985.
- O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1964-1975-1979-1981-1982-1983-1985.

ANEXO 1: Diretoria da CONTAG (1963-1986)

	12/1963 a 04/1964	1965 a 1968	1968-1971	1971-1974	1974-1977	1977-1980	1980-1983	1983-1986
Presidente	Lyndolpho Silva	José Rotta	José Francisco da Silva	José Francisco da Silva	José Francisco da Silva	José Francisco da Silva	José Francisco da Silva	José Francisco da Silva
1º Vice Presidente	Manoel Gonçalo Ferreira	Euclides de Almeida Nascimento	José Félix Neto	Otávio Ferreira Gomes	Otávio Ferreira Gomes	Roberto Toshio Horiguti	Roberto Toshio Horiguti	Roberto Toshio Horiguti
2º Vice Presidente	José Leandro B. da Costa	Joaquim Batista Sobrinho	Joaquim Damasceno	Francisco Urbano de A. Filho	Paulo Fernandes Trindade	Paulo Fernandes Trindade	André Montalvão da Silva	André Montalvão da Silva
3º Vice Presidente	José Gomes Novais	João de Almeida Cavalcante	José Ary Griebler	_____	Jonas Pereira de Souza	Orgênio Rott	José Benedito da Silva	Estevam Nunes de Almeida
Secretário Geral	Sebastião Lourenço de Lima	José Lázaro Dumont	Geraldo Francisco Miqueletti	Zacarias Pedro Schmitz	Francisco Urbano Araújo Filho	Francisco Urbano Araújo Filho	Gerlindo Zulmiro Ferreira	Gerlindo Zulmiro Ferreira
1º Secretário	José Rodrigues dos Santos	Nobor Bito	João de Almeida Cavalcante	Acácio Fernandes dos Santos	José Felix Neto	José Felix Neto	Jonas Pereira de Souza	Jonas Pereira de Souza
2º Secretário	João de Almeida Cavalcante	Agostinho José Neto	Agostinho José Neto	Agenor Procópio Machado	Leocádio Nunes de Oliveira	Henrique Gomes Vilanova	Eraldo Lírio de Azevedo	Eraldo Lírio de Azevedo
Tesoureiro Geral	Nestor Vera	Joaquim Damasceno	José Benedito da Silva	José Feliz Neto	Acácio Fernandes dos Santos	Acácio Fernandes dos Santos	Francisco Urbano Araújo Filho	Francisco Urbano Araújo Filho
2º Tesoureiro	Manoel Lito Muniz	Antonio João de Faria	Otávio Ferreira Gomes	_____	José Benedito da Silva	José Benedito da Silva	Henrique Gomes Vilanova	Osmar Antônio de Araújo

ANEXO 2: Diretoria da CNA (1964-1985)

Cargos/Gestão	1964-1966	1967 –1969	1970 –1972	1973-1975	1976-1978	1979- 1982	1983 até 9/1985	10/1985 a 07/1987
Presidente	Iris Meinberg	Flavio da Costa Brito	Flavio da Costa Brito	Flávio da Costa Brito	Flávio da Costa Brito	Flávio da Costa Brito	Flávio da Costa Brito	Flávio da Costa Brito
Vice Presidente	Edgar Teixeira Leite	Gulherme Pimentel Filho	Odilio Antunes de Siqueira	Guilherme Pimentel Filho	Guilherme Pimentel Filho	Guilherme Pimentel Filho	Guilherme Pimentel Filho	Fábio de Salles Meirelles
Vice Presidente	João Cleofas de Oliveira	Paulo Patriani	Paulo Patriani	Odilo Antunes Siqueira	Gileno de Carli	Gileno de Carli	Gileno de Carli	Gileno de Carli
Vice Presidente	João Batista Lusardo	_____	Gileno De Carli	Nicanor Kramer da Luz	José Pinheiro Cunha	José Pinheiro Cunha	José Pinheiro Cunha	Luiz Alves Coelho Rocha
Vice Presidente	_____	_____	Alamir Vieira Gonçalves	Moacyr Torres Duarte	Moacyr Torres Duarte	Moacyr Torres Duarte	Mario Stadler de Souza	Moacyr Torres Duarte
Vice Presidente	_____	_____	José Alvares Filho	José Pinheiro Cunha	Mario Stadler de Souza	Mario Stadler de Souza	Fábio de Salles Meirelles	Elias Leite Fernandes
Vice Presidente	_____	_____	_____	Gileno de Carli	José Wagner Pereira	José Wagner Pereira	Moacyr Torres Duarte	José Carlos Albuquerque Filho
Vice Presidente	_____	_____	_____	_____	Nicanor Kramer da Luz	Fábio de Salles Meirelles	Gabriel Júlio de Mattos Muller	Carlos Pessoa Filho
Vice Presidente	_____	_____	_____	_____	José Álvares Filho	José Álvares Filho	João Carlos Albuquerque Filho	Guilherme Pimentel Filho
Vice Presidente	_____	_____	_____	_____	Gabriel Júlio de Mattos Muller	Gabriel Júlio de Mattos Muller	Elias Leite Fernandes	Elizário Silveira Sobral
Vice Presidente	_____	_____	_____	_____	Eduardo Ferreira Fontes	José Carlos Albuquerque Filho	João Celestino de Almeida Junior	Ramão Ney Magalhães
1º Secretário	Lindolfo Martins Ferreira	Ademar Moura Azevedo	Ademar Moura de Azevedo	Ademar Moura de Azevedo	Ademar Moura de Azevedo	Ademar Moura de Azevedo	_____	Múcio Teixeira
2º Secretário	Geraldo Goulart da Silveira	Múcio Teixeira	Múcio Teixeira	Múcio Teixeira	Múcio Teixeira	Múcio Teixeira	_____	José Carlos Fonseca
3º Secretário	_____	_____	_____	José Carlos da Fonseca	José Carlos da Fonseca	José Carlos da Fonseca	_____	Enoc Almeida Vieira
1º Tesoureiro	Amaro Cavalcanti	Adyr Maia	Antônio José Loureiro Borges	Elzir Nogueira Matos	Elzir Nogueira Matos	Elzir Nogueira Matos	_____	Elzir Nogueira Matos
2º Tesoureiro	Flavio da Costa Brito	Antônio José Loureiro Borges	Elzir Nogueira Matos	Fábio de Salles Meirelles	Eurípedes Ferreira Lins	Eurípedes Ferreira Lins	_____	Eurípedes Ferreira Lins
3º Tesoureiro	_____	_____	_____	Aristóteles Queiroz	Marcos Wandressen	Marcos Wandressen	_____	Clodomir de Lima Begot

ANEXO 3:

Biografia dos dirigentes da CONTAG (1964-1985)

Acácio Fernandes dos Santos – fluminense, posseiro, inicialmente ligado aos Círculos Operários. Interventor da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro) logo após o golpe; tesoureiro da FETAG-RJ (1965 e 1968) e presidente desta agremiação por dois mandatos (1958-1974). Presbítero um dos fundadores da 1ª Igreja Evangélica Congregacional de Brasília (1972).

Agenor Procópio Machado – trabalhador rural, presidente do STR de São José do Rio Prado (SP) desde a década de 1970. Juiz Classista de 1º Grau do TRT 15ª Região/Campinas (1984-1990).

Agostinho José Neto – fluminense, dirigente do STR de Barra Mansa (RJ), integrante da Junta Interventora da CONTAG, do Rio de Janeiro (1964-1965). Presidente da FETAG-RJ (1965 -1968). Preso após o AI-5 (apenas por um dia, teve que ir se apresentar ao quartel por três meses).

Agustinho Bukowski – presidente e vice-presidente da FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná); membro da Comitativa Nacional Pró-CUT (1982).

Alberone Benedito Correa Lobato – exerceu funções nos Poderes Executivo, legislativo e judiciário no Pará. Foi aposentado como juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Belém- Pará) em 1991.

Aloísio Carneiro –presidente do STR de Retiroândia, Bahia, (1971), secretário geral da FETAG- BA (1975-1986), membro da Junta de Recursos da Previdência Social, em Salvador (1975) e suplente do conselho consultivo do PEBE (1975). Fez cursos de desenvolvimento econômico e de relações trabalhistas no México e Estados Unidos. Membro do Conselho Nacional de Política Agrícola e dirigente do DIEESE (1991). Membro do conselho consultivo da SENAR (1992).

Altino Ribeiro de Freitas – dados não encontrados.

Álvaro Diniz – presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (1972-1987)

Amâncio Aguiar – dados não encontrados.

Ambrosio Ivo Aureliano – integrante da Junta Interventora da CONTAG, dirigente da FETAPE.

Amparo Sésil de Carmo – trabalhador rural, dirigente do STR de Morrinhos (1973-1981) e de Silvânia (1981), ambos municípios de Goiás. Presidente da Federação dos

Trabalhadores na Agricultura de Goiás (1981 -1986). Suplente da vereadora Alba Stefania, do Partido dos Trabalhadores (2005).

André Montalvão da Silva – membro da Comissão Nacional da Reforma Sanitária (1986). Presidente da FETAEMG, Secretário de Agricultura do Município de Muzambinho, Minas Gerais, (2009-2010).

Antenor Beni – da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná.

Antonio Crispim da Cruz – presidente do STR de Cravinhos, São Paulo.

Antonio Ferreira Bueno – presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (1970 -1981).

Antonio Gomes Cardoso – dados não encontrados

Antonio João de Faria – Presidente do STR de Campos dos Goitacázes (1965-1968). Secretário da FETAG-RJ (1968-1970). Vereador de Cachoeira de Minas, Minas Gerais, pelo PT.

Antonio José de Azevedo – dados não encontrados

Aparecido de Souza Dias – advogado, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo.

Belmiro Vieira Gomes – dados não encontrados

Benedito Raimundo P. Namias – dados não encontrados

Dail Toniato – dados não encontrados

Eraldo Lírio de Azevedo – tesoureiro da FETAG-RJ (1971 a 1974), presidente da FETAG –RJ por três mandatos (1974-1982). Fez curso de educação sindical nos Estados Unidos pela IADESIL. Membro do Conselho dos Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (1983).

Estevan Nunes de Almeida – presidente da FETAG-BA. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Lavouras de Mandioca, Feijão e Milho, sediado na Serrinha, Bahia (1992).

Euclides Almeida do Nascimento – camponês do Engenho de Cafundó, Zona da Mata pernambucana. Presidente da FETAG –PE (1968 -1972). Fez curso sindical pela SORPE e acompanhou, junto com o Padre Crespo, a visita de Robert Kennedy a canaviais em Pernambuco. Impedido de concorrer às eleições da FETAPE em 1972. Filiado ao PMDB.

Euclides Deonísio Canalle - agricultor, presidente do STR de Caçador, Santa Catarina (1960-1980). Membro da FETAESC. Fundou a CooperCaçador e a Cooperativa de Crédito Rural de Caçador. Juiz Classista.

Euclides Ribeiro de Matos – presidente do STR Gandu, Bahia (1977).

Euzébio Julião da Silva – dados não encontrados.

Expedito Soares de Maria – sitiante da cidade de Arara, Paraíba. Ministrou cursos de sindicalismo e palestras em todo o território paraibano nas décadas de 1960 e 1970. Trabalhou no setor de contabilidade na prefeitura municipal de Solânea (1980).

Felinto Goulart – dados não encontrados.

Florentino Izídio da Silva – dirigente da FETAG-AL.

Francisco Ferreira da Silva – dirigente do STR Pedra Grande, Rio Grande do Norte, um dos responsáveis pela fundação da CUT neste estado.

Francisco Massena dos Santos – dados não encontrados

Francisco Sales de Oliveira - presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão (FETAEMA). Filiado ao PT (2009).

Francisco Urbano de Araújo Filho – meeiro, indicado pela Juventude Agrária Católica para fazer um treinamento sindical (1961). Ligado a SAR. Dirigente do STR de São Paulo de Potengi, Rio Grande do Norte. Vice-presidente (1966-1969) e presidente (1969-1974) da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte. Consultor em áreas do governo ligadas à agricultura familiar e prestador de serviços para a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010).

Gaspar Claudino Rodrigues – dados não encontrados

Gelindo Zulmiro Ferri – riograndense, presidente da FETAG-RS (1977-1980). Vice-prefeito da cidade de Guarantã do Norte (1993).

Geraldo Francisco Miqueletti – vice-prefeito da cidade de Mandaguari, Paraná (1973-1977).

Geraldo Pegoraro – trabalhador rural, atuou junto à Frente Agrária Gaúcha (FAG) na organização dos agricultores e fundação de sindicatos de trabalhadores rurais da região sul do Estado, em municípios como Canguçu, Pelotas, Piratini, Pedro Osório, Jaguarão, São Lourenço do Sul, Rio Grande e outros. Presidente efetivo do Sindicato dos Trabalhadores de Canguçu por 2 mandatos (1966-1971), secretário da FETAG-RS (1971-1977/ 1986-1990). Exerceu funções na Secretaria do Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1977). Delegado

do INCRA no estado (1988), chefe do Núcleo de Eletrificação Rural da Prefeitura Municipal de Canguçu (1993-1997).

Henrique Gomes Vilanova - secretário Municipal de Educação de Santo Antônio dos Milagres, Piauí (2003).

Higino Tamari – dados não encontrados

Jerônimo de Moura Neto – presidente da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Minas Gerais nos anos de 1960.

João Dalício de Resende – dados não encontrados

João de Almeida Cavalcante – dados não encontrados

João Felismino do Souza – dirigente sindical formado pela ELIRUR (Escola de Líderes Rurais), criada pela Fundação Padre Ibiapina para evitar presença comunista no campo.

João Inocente – dados não encontrados

João Jordão da Silva – dirigente da FETAPE

João de Sales Pinheiro – interventor da FETRAECE após o golpe.

João Tavares da Silva - dados não encontrados

Joaquim Alves Damasceno - dados não encontrados

Joaquim Batista Sobrinho – dirigente do STR de Nossa Senhora da Glória, Sergipe.

Joaquim Coutinho – presidente do STR de Lagoa Nova, Rio Grande do Norte (1962) e vereador (1984) e vice prefeito (1968-1972) desse município. Presidente da FETARN.

Joaquim Francelino – dados não encontrados

Jonas Pereira de Souza – vereador da cidade de Várzea Grande, Mato Grosso, por dois mandatos (1964-1970). Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso (2008 -2010).

José Ary Griebler- presidente da FETAG-RS (1963-1968), ligado a FAG (Frente Agrária Gaúcha).

José Benedito da Silva – interventor da FETAG-AL (1964-1965). Presidente da FETAG-AL (1965-1984).

José Domingos dos Santos – dados não encontrados

José Felix Neto – pequeno proprietário, dirigente da FETAG-SE

José Francisco da Silva – pernambucano, pequeno arrendatário em sua cidade (Oboró), transferiu-se para a zona canavieira, em um engenho no município de Vivência. Um dos fundadores do STR de Vivência (1961), sendo seu secretário (1962) e presidente (1964-1966). Secretário (1966-1968) e presidente (1968) da FETAPE. Em 1980, foi enquadrado pela Lei de Segurança Nacional por ato público em Brasília pelo assassinato do líder sindical Wilson Pinheiro. Juiz classista pelo Tribunal Superior do Trabalho (1990-1995), assessor especial do governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1995) e prefeito de Orobó por dois mandatos (1998-2004).

José Galdino de Oliveira – dados não encontrados

José Gomes Ferreira – dados não encontrados

José Gomes Novais – trabalhador rural de Água Branca (Alagoas), ligado à AP e CEBs . Em Natal, foi convidado pela Igreja Católica para participar de cursos e treinamentos sindicais. Vice-presidente da FETAG-AL (1964). Depois do golpe, foi obrigado a se isolar em Água Branca, onde ajudou a formar a Cooperativa de Trabalhadores Rurais de Água Branca. Voltou a se aproximar dos militantes da AP e chegou a ser vereador pelo MDB, mas não concluiu o seu mandato (1966) justamente por atritos com latifundiários locais. Passou a viver na clandestinidade (1968), participando das articulações da junção do PC do B com a AP. Sob orientação deste partido, se mudou para Vitória da Conquista, onde atuou junto com a CEB para formar oposições sindicais. Com a lei da anistia, saiu da clandestinidade, participando, nos anos de 1980, de diversas greves na Bahia. Participou da criação da CUT e filiou-se ao PT.

José Lazaro Dumont – presidente da FETAEP por 18 anos (1964 -1982), inicialmente como interventor. Vereador de Londrina e deputado estadual pelo Paraná.

José Leandro B. da Costa – cearense, sitiante. Filiou-se ao PCB (1940). Um dos fundadores da FALTAC - Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, da ULTAB e do STR de Fortaleza (1963). Durante muitos anos da ditadura militar, viveu clandestinamente.

João Martins da Cruz – tesoureiro do STR de Salgado, Sergipe.

José Palhares – dirigente da FETAG-RN.

José Pureza da Silva – alagoano, posseiro no Rio de Janeiro. Filiou-se ao PCB (1945) e atuou em conflitos rurais em diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro nos anos de 1950. Após o golpe, fugiu para Alagoas, tendo sido preso (1973-1977), em Recife, acusado de tentar reorganizar o PCB. Voltou a atuar na FETAG-RJ (1977-1983).

José Rodrigues dos Santos – um dos fundadores da CONTAG e da ULTAB. Presidente do STR de Maringá, Paraná.

José Rodrigues da Silva – dirigente da FETAPE (1978-1993).

José Rotta – pequeno fazendeiro e comerciante. Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, sob influência dos Círculos Operários. Atuava sob a orientação de Dom Aloísio Scherer. Dirigente da Federação Cristã de São Paulo.

José Visita dos Santos – dados não encontrados

José Vitorino da Silva – dados não encontrados

Julio Geraldo – dirigente da FETAG-SP

Leocácio Nunes de Oliveira – dados não encontrados

Levy Pereira de Azevedo – dados não encontrados

Luiz de Rossi – dados não encontrados

Lyndolpho Silva – fluminense, pequeno arrendatário. Entrou para o PCB (1946), sendo um dos fundadores da ULTAB (1954). Membro do CGT (1962). Depois de destituído da presidência da CONTAG, teve seus direitos políticos cassados (1964-1974). Em 1972, foi condenado por sua atuação pelo PCB em uma fábrica da Volkswagen e, por orientação do partido, deixou o país (1973). Estabeleceu-se em Praga, onde integrou o secretariado da União Internacional dos Trabalhadores Agrícolas. Beneficiado pela lei de anistia, voltou ao Brasil (1979). Continuou a atuar clandestinamente na seção sindical do PCB e se aposentou como jornalista (1979). Membro do Conselho da UISTAFP (União Internacional dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações) até 1986 e fundador do Instituto Roberto Morena (1984).

Manoel dos Santos Marins – dados não encontrados

Manoel Gonçalo Ferreira – pequeno produtor, primeiro presidente da FETAPE (1962-1964). Ligado a JUC. Foi preso após o golpe.

Manoel Júlio de Santana – dirigente da FETAG-SE

Manoel Justino de Souza – dados não encontrados

Manoel Lito Muniz – ligado à AP.

Manoel Pacífico da Silva Filho – dados não encontrados

Marcos Martins da Silva – dados não encontrados

Nativo Almeida do Nascimento – presidente da FETAPE (1972 -1978).

Nestor Veras – paulista, camponês e jornalista. Ligado ao PCB e à ULTAB, diretor do Jornal Terra Livre. Preso em Belo Horizonte (1975) e desaparecido desde então.

Noberto Kortmann – dirigente da FETAESC.

Nobor Bitó – Camponês. Ex-sindicalista de São Paulo, convidado pela diocese de Crato, Ceará, a coordenar a equipe da Escola de Líderes Rurais (ELIRUR) neste município. Convite ocorreu no Encontro de sindicatos ligados à Igreja, em Recife (1967). ELIRUR ligada à Diocese de Crato e à Fundação Padre Ipiabina. Em 1974, saiu da ELIRUR e foi para FETRAECE, organizar trabalho sindical.

Obede Gomes Marins – dados não encontrados

Octávio Adriano Klafke – pequeno produtor (fumicultor), ligado à FAG. Presidente do STR de Venâncio, no Rio Grande do Sul (1965-1968), presidente da FETAG –RS por diversos mandatos (1968-1977), diretor do FUNRURAL (1977-1980).

Orgênio Rott – presidente da FETAG-RS (1980-1983). Suplente de vereador da Prefeitura de Ijuí pelo PTB (1964).

Osmar Antonio de Araújo – presidente da FETAG-PI. Filiado ao PMDB e depois ao PSDB. Vereador da cidade de Picos (1988-1992) e vice governador do Piauí (1994-1998).

Osmar de Souza – dados não encontrados

Oswaldo Miguel Santos – dados não encontrados

Otávio Ferreira Gomes – pequeno proprietário, dirigente da FETAECE

Paulo Fernandes Trindade – dados não encontrados

Paulo Francisco Fernandes – dados não encontrados

Paulo Macedo de Medeiros – dados não encontrados

Pedro Ramalho – dirigente da FETAG-MS

Raimundo Leoni Santos – alagoense se mudou para a zona rural do Rio de Janeiro. Dirigente do STR de Itaboraí. Secretário da FETAG-RJ (1977-1980).

Raimundo Nonato Ferreira – dirigente da FETAEMA. Delegado do PT em Buriti Bravo, Maranhão (2010).

Roberto Toshio Horiguti – pequeno proprietário, presidente da FETAG-SP. Membro do CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), na qualidade de presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.

Sebastião Gabriel Bailão – mineiro, agricultor, mudou-se para Hidrolândia, Goiás. Filiou-se ao PCB (1942). Teve atuação pelo partido na Comissão Zonal de Trombas e Formoso. Um dos fundadores e presidentes da FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás) Vereador da cidade de Itauçu, teve seu mandato cassado após o golpe. Foi preso por três meses nos anos de 1970 pelo DOI Codi. Na clandestinidade, atuou pela reconstrução do PCB.

Sebastião Lourenço de Lima – membro da AP e do MEB. Presidente do STR de Patos de Minas (1963) e dirigente da FETAG-MG. Preso em 1970.

Severino Cassimiro Alves – presidente do STR de Alagoa Grande, Pará, sob influência da Igreja Católica. Marido de Margarida Maria Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983, por um pistoleiro.

Severino Manoel Soares – presidente da FETAPE (1964 -1966) e do STR de Timbaúba (1968). Enquanto presidia o STR de Timbaúba, foi gravemente violentado sob acusação de ser contra candidato da ARENA na região.

Sinésio Lourenço Reis - dados não encontrados

Tarcísio Gomes Mendes – dirigente da FETAECE

Valdemiro Bellini – presidente da FETAESC

Vicente Rodrigues Meneses - dados não encontrados

Zacarias Pedro Schmitz – pequeno proprietário, presidente da FETAESC.

ANEXO 4:

Biografias dos dirigentes da CNA (1964-1985)

Ademar Moura Azevedo – dados não localizados.

Adyr Maia – major do Exército.

Alamir Vieira Gonçalves – médico, presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul - FARSUL (1972-1974/1974-1976).

Alberto Ravache – paulista, engenheiro agrônomo e economista. Membro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Alberto de Oliveira Santos – membro da Federação Agricultura do Estado do Espírito Santo - FAES

Alberto Ferraz – dados não localizados.

Aldrovando Vasconcellos – baiano, médico.

Amaro Cavalcanti – dados não localizados.

Antonio Francisco Sobral Garcez – sergipano, deputado estadual pelo Partido Liberal (2001). Foi condenado e cumpriu pena pelo assassinato do deputado estadual Joaldo Barbosa.

Antonio José Loureiro Borges – pecuarista, presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu - ABCZ (1962-1964). Pertencente à turma de 1968 da ESG. Membro do Conselho Fiscal da Fundação Museu do Zebu (2008).

Aristóteles Correa de Queiroz – vice presidente da Federação de Agricultura do Estado da Paraíba – FAEPB.

Balthazar de Bem e Canto – riograndense, advogado e fazendeiro. Membro do Conselho de Administração da Cooperativa Pastoril de Rio Prado (RS), presidente do Instituto Rio Grandense do Arroz (1975-1979), membro do Conselho de Administração da Cia Rio Grandense de Adubos (1978-1979). Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul (1979-1980) e deputado federal pela legenda do PDS (1983). Presidente da FARSUL (1982).

Bronislau Ostojia Roguski - paranaense, advogado. Deputado federal por dois mandatos pela UDN (1951-1958).

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho – fluminense, escritor e empresário. Dono da Rede Gazeta de Comunicação no Espírito Santo, antes pertencente ao seu pai, o político Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo - FAES (1971-1976).

Carlos Francisco Pupio Marcondes – advogado. Membro da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP, membro do Conselho Fiscal da Associação Educativa do Leite – ACEL.

Carlos Pessoa Filho – pecuarista. Presidente da Federação de Agricultura do Estado da Paraíba - FAEPB, deputado pelo PSD.

Clodomir de Lima Begot – Presidente da Federação de Agricultura do Pará (FAEPA).

Clovis Salles Santos – Presidente da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo – FAESP na década de 1960.

Darly Alves Branco – Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro. Vereador de Araruama (1955-1958).

Dolor de Andrade – paulista, advogado e pecuarista. Deputado à Assembléia Constituinte pelo Estado de Mato Grosso (1934), deputado estadual por Mato Grosso (1945 -1955). Pertenceu à Federação das Associações dos Criadores de Mato Grosso do Sul e à Associação Mato-Grossense de Imprensa.

Durval Garcia de Menezes – fluminense, pecuarista e empresário.

Edgar Teixeira Leite – fluminense, engenheiro agrônomo e advogado, canavieiro, cafeeiro e empresário. Técnico do Ministério da Agricultura (obtido 1º lugar no concurso para chefe da Seção de Biologia Vegetal, em 1917) atuou em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Prefeito de Gameleira, Pernambuco (1919-1922). Diretor e vice presidente da Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco, empresa detentora de usinas dedicadas à produção açucareira e considerada na época um dos maiores estabelecimentos agrícolas do país. Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura por Pernambuco (1930-1932). Deputado Federal por Pernambuco (1934). Fundador e 1º diretor-tesoureiro da Cooperativa de Alcool-Motor. Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio pelo Rio de Janeiro (1947 a 1950). Membro do Conselho Nacional de Economia (desde 1950), tornando-se seu presidente (1955). Membro do Conselho Nacional de Reforma Agrária (1962). Vice presidente do IBRA (1965-1968) Dirigiu o Cotonifício Ribeirão S.A, a Cromita S.A, o Banco Metropolitano de Crédito Mercantil e a Cia Econômica Industrial e Comercial de alimentos Frigorificados (CEICAF).

Conferencista da ESG e sócio da Sociedade Brasileira de Estatística, do Instituto Brasileiro de Estatística, da Sociedade Brasileira de Agronomia, do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), do Instituto Brasileiro de Colonização, da Sociedade de Estudos Brasileiros, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Sociedade Brasileira de Geografia (seção do Rio de Janeiro) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Membro da SNA, da CNC, da Sociedade de Agricultura de Pernambuco e da Associação Latino Americana de Direito Agrário. Escreveu Aspectos da economia nacional (1937), A Baixada Fluminense e sua restauração econômica (1938), O problema do combustível líquido (1944) e Reforma Agrária (1946).

Eduardo Ferreira Fontes – advogado, pecuarista e cafeicultor com propriedades em Goiás, Maranhão e São Paulo. Vice-presidente da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo.

Elias Leite Fernandes – prefeito de Mauriti, Ceará, pelo PSD (1958).

Eliezer Moreira – dados não localizados.

Elizário Silveira de Sobral – sergipano, advogado.

Elzir Nogueira Matos– paraibano, pecuarista. Prefeito de Piancó, Paraíba (1957); Secretário de Finanças pela Paraíba (1958-1959); Presidente do BNCC (1964).

Emmanuel Franco – baiano, engenheiro agrônomo. Chefe da Defesa Agrícola do Bahia (1946-1972), membro da Academia Sergipana de Letras e do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe e professor emérito da Universidade Federal de Sergipe.

Enoc Almeida Vieira – maranhense, advogado, vereador e presidente da Câmara Municipal de São Luís (1970 a 1972). Deputado estadual e federal pelo Maranhão.

Eudes de Souza Leão – pernambucano, engenheiro agrônomo, especializou-se em Economia Rural e Sociologia Rural. Professor Catedrático da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, gerente da Usina Higienizadora de Leite e Fábrica de Laticínios de Pernambuco. Representou o Ministério da Agricultura em diferentes eventos internacionais. Presidente do INDA (1965-1968).

Eurípedes Ferreira Lins – amazonense, advogado e pecuarista. Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Amazonas (FAEAM), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Amazonas (SENAR/AM) e do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM). Secretário da Agricultura do Amazonas.

Ewaldo Saramago Pinheiro – advogado. Deputado estadual do Rio de Janeiro pela ARENA (1974-1979). Como deputado estadual e federal totalizou 9 mandatos.

Fábio de Sales Meireles – paulista, advogado, agropecuarista. Presidente da Associação Rural do Vale do Sapucaí (1977), membro da junta administrativa do Instituto Brasileiro do Café (1961-1967). Após o golpe de 1964, foi subchefe do gabinete do Ministério da Agricultura, secretário Executivo do Fundo Agropecuária, secretário da Comissão de Política e Planejamento Agrícola do Ministério da Agricultura e presidente do Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC). Presidente do Instituto Café de São Paulo (1973-1979), vice-presidente-executivo do Grupo Executivo para o Desenvolvimento do Programa Estadual do Alcool e diretor de operações rurais e agroindústrias do Banco de Desenvolvimento Estadual do Estado de São Paulo (Badesp), cargo que ocuparia até 1983. Trabalhou na secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (1986-1988) e tornou-se deputado federal (1990-1995). Presidente da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo (1975-1993). Membro do Conselho Consultivo da SRB.

Flávio da Costa Britto – amazonense, empresário agrícola, usineiro. Membro da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (1955), da Comissão Nacional de Agricultura (1957) e da Comissão de Política Agrária (1957), vinculadas ao Ministério da Agricultura. Membro da Comissão permanente de Cooperativismo e presidente da União das Cooperativas do Distrito Federal (1958). Conselheiro consultivo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), presidente do conselho nacional do Serviço Social Rural (1961) e conselheiro técnico do IBRA (1965-1969). Senador do Amazonas pela ARENA (1967-1974). Presidente da Fundação Cooper-cotia e vice presidente da SNA e da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Francelino Bastos França – fluminense engenheiro agrônomo. Presidente da Associação de Cafeicultores Fluminenses e da Federação das Associações Rurais do Rio de Janeiro.

Francisco Diógenes de Araújo – cearense, economista, administrador, empresário rural, proprietário de concessionária de automóveis e representante comercial da Volkswagen no Acre. Deputado federal pelo PDS (1986 -1994) e, posteriormente, pelo PMDB e PFL.

Francisco Mesquita da Silveira – dados não localizados.

Gabriel Julio de Matos Muller – sul matogrossense, engenheiro agrônomo. Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Mato Grosso (FAMATO) e um dos fundadores de sua co-irmã de Mato Grosso do Sul (FAMASUL). Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat), responsável por obras de colonização do estado. Vereador por Lavras, Minas Gerais, e prefeito de Várzea Grande, Mato Grosso. Deputado estadual da ARENA pelo Mato Grosso.

Geraldo Goulart da Silveira – fluminense, professor da Universidade Rural do Rio de Janeiro, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Rural.

Gileno de Carli – pernambucano, engenheiro agrônomo, fazendeiro do setor açucareiro e pecuarista. Secretário da Agricultura de Pernambuco (1930-1937), assistente técnico do Instituto do Açúcar e Alcool (1933-1935) e chefe de gabinete deste Instituto (1938-1940) e seu presidente (1951-1954). Deputado federal do PSD por Pernambuco (1958-1963). Filiou-se a ARENA, obtendo suplência de deputado federal nessa legenda (1966), mas não

chegou a exercer o mandato. Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Pernambuco. Membro da Associação Brasileira de Imprensa, diretor da Gráfica econômica Ltda, conselheiro do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, conselheiro técnico da Companhia Nacional de Álcalis e presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura do Estado de Pernambuco. Autor de diversos livros sobre economia açucareira e reforma agrária.

Guilherme Pimentel Filho - capixaba, veterinário. Prefeito Municipal de São Mateus (ES), diretor da Divisão de Fomento no Espírito Santo, deputado estadual, secretário de Estado da Agricultura, diretor da Carteira de Crédito Rural e Industrial do BANESTES, presidente da Junta Governativa da Acares, presidente do Conselho Estadual do Serviço Social Rural. Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo, FAES.

Íris Meinberg – mineiro, advogado e pecuarista em São Paulo. Deputado federal da UDN por São Paulo (1950-1956). Diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (1956-1960). Presidente da União das Associações Rurais do Brasil e da Federação da Agricultura de São Paulo. Membro da SRB, da SNA, da Associação dos Pecuáristas do Vale do Rio Grande e das associações agropecuárias de Araraquara, de Ribeirão Preto e de Presidente Prudente, em São Paulo. Presidente do I, II e III congressos pecuários do Brasil Central, foi também membro do Conselho Federal de Comércio Exterior e do Conselho de Expansão Econômica de São Paulo.

Jerônimo Coimbra Bueno - engenheiro civil, fazendeiro, empresário e político. Superintendente Geral de Obras de Goiânia (1934) e co-proprietário da empresa Coimbra Bueno e Cia., responsável pelos trabalhos de construção da nova capital do estado de Goiás. Governador de Goiás (1947-1950).

João Batista Luzardo – riograndense, médico, advogado e pecuarista. Deputado federal (1924 -1928), chefe de Polícia do Distrito Federal (1930-1932). Participou da “Revolução Constitucionalista”, exilado no Uruguai (1932-1934). Deputado federal (1934-1937). Embaixador brasileiro do Uruguai e da Argentina (1937-1945), novamente deputado federal (1947-1950) e embaixador da Argentina (1951-1953) Presidente da Caixa Econômica Federal (1954) e diretor da Carteira de Consignação deste órgão. Passou a se dedicar aos seus negócios de pecuária bovina em suas estâncias, situadas na fronteira Brasil-Uruguai. Membro da SNA.

João Celestino de Almeida Junior – dados não localizados.

João Chaves da Cunha – dados não localizados.

João Cleofas de Oliveira – pernambucano, engenheiro, usineiro. Prefeito de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco (1922-1925), deputado estadual (1926-1928), secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas (1930-1934) e deputado federal (1934-1937/ 1945-1951). Ministro da Agricultura (1951-1954) e, novamente, deputado federal (1954-1963/ 1965-1967). Senador pela ARENA (1966 -1974). Dedicou-se à atividade agrocanvieira,

no município de Campos, Rio de Janeiro. Presidente da Associação Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco.

João de Souza Carvalho – Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA.

João Napoleão de Andrade – mineiro, fazendeiro. Presidente da ACAR de Minas Gerais e a ABCAR, no Rio de Janeiro. Diretor do BNCC e primeiro diretor-geral do Serviço Social Rural. Coordenador do crédito agrícola junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

João Ribeiro Júnior – dados não encontrados

Jorge de Moraes Grei – fluminense, médico, integrante da Academia Nacional de Medicina.

José Alvares Filho – presidente da Federação de Agricultura do Estado de Minas Gerais, FAEMG, secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais.

José Carlos de Albuquerque Filho – presidente da Federação da Agricultura do Estado de Alagoas.

José Carlos Fonseca – capixaba, advogado. Chefe de gabinete do presidente do Serviço Social Rural (1958) e do setor jurídico deste órgão (1959). Membro do Conselho Nacional de Cooperativismo, depois do golpe de 1964, foi nomeado presidente de diversos inquéritos administrativos na Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA). Deputado da ARENA pelo Espírito Santo (1967- 1970/1971-1974). Diretor do Instituto Brasileiro do Café (1975-1977) e do Banco do Estado do Espírito Santo (1977-1979). Novamente deputado pelo Espírito Santo (1982-1986), membro da SNA.

José Pinheiro Cunha– baiano, advogado, pecuarista. Vereador de Itabuna (ES) pela UDN (1947-1951) e deputado estadual pelo mesmo partido (1951-1955). Presidente da Federação de Agricultura do Estado da Bahia (1970-1985). Diretor da Associação Comercial da Bahia, (1985-1989), da empresa Matadouros Frigoríficos S.A. – MAFRISA e do Banco do Estado da Bahia-BANEB. Membro do Conselho de Produtores de Cacau.

José dos Santos Carvalho Júnior – dados não localizados

José Resende de Andrade – mineiro, bacharel em Direito, empresário rural. Delegado regional de polícia na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (1955) e secretário adjunto (1975) e secretário de Segurança Pública (1985-1986) Presidente da Sociedade Mineira de Agricultura (1980-1984) e da UDR de Minas Gerais (1990). Deputado federal (1991) e, novamente, secretário de Segurança Pública (1992).

José Resende Peres – mineiro, bacharel em Direito, jornalista e pecuarista. Comentarista de assuntos agrícolas do Jornal *O Globo*, colaborador da *Revista dos Criadores*, de São Paulo, da *Revista Gleba*, da CNA e do *Correio Agropecuário*, em São Paulo. Membro do Conselho Consultivo da SUNAB e integrante do Grupo de Trabalho que elaborou o Estatuto da Terra (1964). Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (1975).

Consultor técnico para assuntos de pecuária e agricultura da Enciclopédia Britânica. Autor de livros sobre pecuária. Presidente da Associação dos Criadores de Guzerá do Brasil e membro da Federación Nacional dos Ganaderos, em Caracas (Venezuela), da Associação Brasileira de Imprensa, do sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara, da OAB e da Sociedade Mineira da Agricultura e da SNA.

José Wagner Pereira – Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Ceará.

Kurt Repsold – paranaense, engenheiro agrônomo, fazendeiro. Ingressou, por concurso, no Ministério da Agricultura (1919), ocupando vários cargos neste órgão. Em 1953, foi escolhido elemento de ligação entre o gabinete do Ministério da Agricultura e o Escritório Técnico de Agricultura. Assistente Técnico do gabinete do Ministro da Agricultura e Diretor do Serviço de Expansão do Trigo (1954). Diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura. Membro da SNA.

Lindolfo Martins Ferreira – Engenheiro Civil. Formou-se pela ESG (1967).

Luis Alves Coelho Rocha – maranhense, bacharel em Direito, pecuarista e empresário. Vereador de São Luiz pela UDN (1963- 1966). Deputado estadual (1967- 1970/1971-1974) e federal (1974-1978/ 1978-1982). Governador do Maranhão pelo PDS/PFL (1982-1986). Em 1988, afastou-se da política, passando a cuidar de suas fazendas no sul de estado e construiu um shopping center na capital maranhense.

Luiz Fortunato Moreira Ferreira – paulista, industrial, dirigente da Federação das Industrias do Estado de São Paulo (FIESP)

Manoel Conde Sobral – presidiu o Banco Estadual do Sergipe (1964-1975).

Marcos Wandressen – presidente da Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina. Prefeito de Rio Fortuna, Santa Catarina (1958). Representante da Federação da Associação dos Aposentados e Pensionistas no Conselho Nacional do Idoso (2009).

Mario Penteado Faria e Silva – paulista, economista, advogado e cafeicultor. Presidente do Instituto Brasileiro de Café (1952-1953/ 1970-1971) e chefe do escritório do IBC em Tóquio (1959-1960). Diretor do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, do Departamento de Cooperativismo da SRB, da Cooperativa Regional de Campinas e da Cia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.

Mario Stadler de Souza - engenheiro, militar, fazendeiro. Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (1973-1979 – 2 triênios).

Max Hablitzel – agricultor especializado em hortigranjeiros.

Moacir Torres Duarte – potiguar, bacharel em Direito, pecuarista. Deputado estadual da UDN pelo Rio Grande do Norte em sucessivos mandatos (1947-1962), secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco (1975-1978). Suplente de senador da República,

assumiu o mandato em 1982-1986. Presidiu a Federação de Agricultura do Rio Grande do Norte e lecionou ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde ocupou a reitoria administrativa.

Mucio Teixeira – dados não localizados.

Napoleão Fontenelle de Silveira – cearense, engenheiro agrônomo. Prefeito de Santa Leopoldina, no Espírito Santo, diretor do Departamento Geral de Agricultura do estado e secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas do Espírito Santo (1947-1951). Deputado federal em três mandatos (1951- 1954/ 1954-1958/ 1958-1962) e, novamente, secretário da Agricultura (1959 -1962) no governo de Lindenberg. No pleito de 1950, elegeu-se deputado federal pelo Espírito Santo na legenda do PSD. Foi reeleito em 1954 e 1958. Vice-presidente e presidente da Agrinco do Brasil AS, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo (1956-1967), diretor do IBC e membro do conselho consultivo da Cia Nacional de Educários Gratuitos, da SNA, da Sociedade Nacional de Agronomia, da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros e do Clube de Engenharia.

Nicanor Kramer da Luz - advogado, exerceu vários cargos públicos, sendo Constituinte em 1947, Prefeito de Vacaria, no Rio Grande do Sul (1956) e Secretário Estadual da Fazenda e Conselheiro do Tribunal de Contas deste Estado. Presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul, FARSUL (1970).

Odilio Antunes de Siqueira – médico, presidente da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo.

Orlando Baggio – dados não localizados

Oscar Berbert Tavares – advogado, formado pela ESG.

Ostoja Roguski – paranaense, jornalista. Deputado estadual (1947) e federal (1951-1954/1954-1958) da UDN pelo Paraná.

Oswaldo da Costa Nunes Freire – médico e político. Deputado federal pelo Maranhão (1967-1975) e governador do estado (1975-1979).

Paulo Carneiro da Cunha – Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Piauí.

Paulo Patriani –Exportador, vice presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, Secretário da Agricultura do Paraná.

Paulo Seronni – riograndense radicado em Goiás, médico, pecuarista. Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (1979-1992)

Raimundo Lopes de Melo – Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Acre.

Raimundo Ribeiro Lopes – dados não localizados.

Ramão Ney Magalhães – dados não localizados.

Renato Duarte Moreira dos Santos – dados não localizados.

Ruy Brasil Cavalcanti – médico e empresário rural. Deputado Estadual de Goiás pela UDN (1947-1951), prefeito Municipal de Piracanjuba (1951-1954), secretário de Estado do Interior e Justiça (1966-1971). Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás.

Sergio Cardoso de Almeida – paulista, advogado, cotonicultor, empresário rural, deputado federal de 1967 a 1991, de Ribeirão Preto, diretor do Idort.

Vicente Balby Reale – presidente da Federação de Agricultura do Estado do Pará.

Virgílio Távora (1º vice-presidente CNA 1961 e 1962) – cearense, militar. Deputado federal pelo Ceará na legenda da UDN (1950-1954-1954-1958), ministro da Viação e Obras Públicas (1961-1962) e governador do Ceará (1962-1966). Deputado federal pela ARENA (1966-1970), senador (1970-1978) e, novamente, governador pelo Ceará (1978-1982). Senador do Ceará pelo PDS (1982-1988).

Walke Correa de Araújo – dados não localizados.

Walter Santos – dados não localizados.